



Lídia Maria Marques Fernandes

CAPITÉIS ROMANOS DA LUSITÂNIA OCIDENTAL

Vol. I



72(37)

48651



Dissertação Final de Mestrado em
História da Arte apresentada
à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa

Lisboa
1997

A meus Pais

CAPITÉIS ROMANOS DA LUSITÂNIA OCIDENTAL

VOLUME I

AGRADECIMENTOS

1 - INTRODUÇÃO	17
1.1 - A Decoração Arquitectónica: os capitéis como objecto de estudo	
1.2 - Desenvolvimento dos Estudos	34
2 - METODOLOGIA	35
2.1 - Contextualização espacial	
2.2 - Contextualização temporal	
2.3 - Informações documentais	
2.4 - Exemplares não incluídos	
2.5 - A arquitectura do texto	
2.6 - Figuras	
2.7 - Fotografias	128
3 - CAPITÉIS VITRUVIANOS OU INADEQUAÇÃO FORMAL	129
3.1 - Vitruvius e a representação arquitectónica	
3.2 - Os Capitéis segundo as proporções Vitruvianas	
3.3 - Inadequação formal ou cópia de modelos na Lusitânia Ocidental	154

4 - NOMENCLATURA EMPREGUE	155
- Anexo 1	176
5 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	177
5.1 - A Lusitânia	
5.2 - A cidade e o campo	
5.3 - <i>Olisipo</i>	
5.4 - Figuras	
5.5 - Fotografias	258
6- AS ORDENS E TIPOS ARQUITECTÓNICOS: OS CAPITÉIS ROMANOS E SUA APROXIMAÇÃO AO TERRITÓRIO DA LUSITÂNIA OCIDENTAL	259
6.1 - O Capitel Dórico	
6.2 - O Capitel Toscano	
Mapas	
6.3 - O Capitel Jónico Liso de Influência Toscana	
Mapas	
6.4 - O Capitel Jónico	
Mapas	
Quadros	
6.5 - O Capitel Coríntio	
Mapas	
Quadros	
6.6 - O Capitel Coríntio de Folhas Lisas	
Mapas	
Quadros	
6.7 - O Capitel Corintizante	
Mapas	
Quadros	
6.8 - O Capitel Compósito	
6.9 - O Capitel Misto	487

VOLUME II

ESTUDO COMPARATIVO DOS CAPITÉIS ROMANOS DA LUSITÂNIA OCIDENTAL

1 - CAPITÉIS DÓRICOS.....	9
2 - CAPITÉIS TOSCANOS.....	21
Figuras	
Quadros e Gráficos	
3 - CAPITÉIS JÓNICOS LISOS DE INFLUÊNCIA TOSCANA.....	99
Figuras	
Quadros e Gráficos	
4 - CAPITÉIS JÓNICOS.....	163
5 - CAPITÉIS CORÍNTIOS	223
6 - CAPITÉIS CORÍNTIOS DE FOLHAS LISAS.....	301
7 - CAPITÉIS CORINTIZANTES.....	381
8 - CAPITÉIS COMPÓSITOS.....	467
9 - CAPITÉIS MISTOS.....	489

VOLUME III

CATÁLOGO

1 - INTRODUÇÃO X - XIII

2 - CATÁLOGO DESCRITIVO

3 - LÂMINAS

4 - DESENHOS

VOLUME IV

1 - ANÁLISE ESTILÍSTICA	9
1.1 - Introdução	
1.2 - Análise estilística dos capitéis: as evidências	
1.3 - Fotografias	58
2 - ANÁLISE TÉCNICA	59
2.1 - A Matéria-Prima	
2.1.1 - Referências literárias	
2.1.2 - Emprego do mármore durante a Época Romana	
2.1.3 - As pedreiras Hispanas: o caso da Lusitânia Ocidental	
2.1.4 - Pedreiras e centros de exploração/transformação	
2.1.5 - Outros tipos de pedras	
2.2 - A Execução técnica dos capitéis: as evidências	
2.3 - Figuras e Quadros	
2.4 - Fotografias	166
3 - ENQUADRAMENTO ARQUITECTÓNICO	167
3.1 - Capitéis Dóricos	
3.2 - Capitéis Toscanos	
3.3 - Capitéis Jónico Lisos de Influência Toscana	
3.4 - Capitéis Jónicos	
3.4.1 - A Ordem Jónica na arquitectura pública e privada: A Lusitânia Ocidental	
3.4.2 - O Teatro Romano de Lisboa	
3.4.3 - Integração arquitectónica das restantes peças	
3.5 - Capitéis Coríntios	
3.5.1 - A Ordem Coríntia na arquitectura pública e privada: A Lusitânia Ocidental	
3.5.2 - O templo Romano de Évora	
3.6 - Capitéis Corintizantes, Compósitos e Mistos	
3.7 - Figuras	
3.8 - Quadros	234

4 - OFICINAS DE PRODUÇÃO DE CAPITÉIS NA LUSITÂNIA OCIDENTAL	235
4.1 - Introdução	
4.2 - Oficinas e centros oficiais	
4.3 - Oficinas <i>Ammaiensis</i>	
4.4 - Oficinas <i>Olisiponenses</i>	
4.5 - Oficinas Eborenses	
4.6 - Oficinas de capitéis no sec. II na zona Oeste da Lusitânia Ocidental	
4.6.1 - Quadros	
4.7 - Oficinas de capiitéis de folhas lisas no Alentejo nos secs. III/IV 279	279
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CAPITEL ROMANO NO ANTIGO TERRITÓRIO DA LUSITÂNIA OCIDENTAL	281
Nota: seguimos uma paginação e uma numeração de capítulos autónomas para cada volume.	
6 - QUADROS E GRÁFICOS COMPARATIVOS	293
7 - MAPAS.....	349
8 - ÍNDICES	357
9 - BIBLIOGRAFIA.....	363 - 405

AGRADECIMENTOS

O trabalho que agora apresentamos deve-se, em grande medida, ao contributo de variadíssimas instituições e entidades particulares que nos autorizaram o estudo de peças que integram o presente estudo. Ainda que inumeradas oportunamente ao longo da presente dissertação, gostaríamos de expressar o nosso agradecimento a todas elas:

- Museu D. Lopo de Almeida, em Abrantes e, em especial à Dr^a Filomena Gaspar;
- Museu Municipal Pedro Nunes, em Alcácer do Sal e ao seu Director, Dr. João Carlos Faria, nosso amigo e colega de faculdade, que colocou ao nosso dispôr várias peças inéditas para este trabalho;
- Museu Municipal Hipólito Cabaço e à sua Directora, Dr^a Maria Rosário Costa;
- Museu-Biblioteca dos Condes Castro Guimarães, em especial ao Dr. João Cabral;
- Associação Cultural de Cascais, agradecendo as valiosas informações dadas pelo Dr. Guilherme Cardoso;
- Museu Municipal de Elvas;
- Museu Municipal de Estremoz;
- Museu de Évora;
- Museu Arqueológico do Carmo. Agradecemos ao Dr. José Arnaud a autorização de estudo dos materiais, e ao Dr. Francisco Santana que nos auxiliou no trabalho de pesquisa dos antigos inventários daquela instituição;
- Museu Nacional de Arqueologia. Apresentamos os mais sinceros agradecimentos ao Dr. Francisco Alves, antigo director desta instituição e ao seu actual director, Dr. Luís Raposo. A disponibilidade sempre demonstrada e a facilidade de trabalho colocada à nossa disposição contribuíram, decisivamente, para levar a bom termo o extenso levantamento dos capitéis de época romana existentes nas reservas deste Museu. Um reconhecimento especial à Sr^a D. Margarida Cunha que sempre nos acompanhou e auxiliou no trabalho de levantamento;
- Museu Municipal de Loures, em especial à Dr^a Ana Cristina Oliveira;
- Museu Municipal Dr. João Calado Rodrigues, em Mação, e à sua directora, Dr^a Maria Amélia da Horta Pereira, que nos autorizou a análise dos capitéis aí existentes, os quais,

ainda que não integrem a nossa área de estudo, nos permitiram realizar comparações com alguns dos que agora apresentamos;

- Museu Municipal de Marvão, realçando a prestimosa ajuda e total disponibilidade sempre demonstrada pelo seu director, Doutor Jorge de Oliveira, que igualmente nos facultou todas as peças provenientes da cidade romana de *Ammaia* e indicando-nos outras que ainda hoje se encontram dispersas na zona de S. Salvador de Aramenha e Marvão. O enorme conjunto de capitéis inéditos provenientes desta estação arqueológica, constitui um dos núcleos mais importantes do trabalho que agora apresentamos. Gostaríamos também de agradecer ao Dr. Olívio Caeiro, codirector daquela estação, a autorização concedida para o levantamento realizado;

- Museu Romano de Mértola. Ainda que esta cidade não integre o território sobre o qual nos debruçamos, agradecemos ao Dr. Cláudio Torres a possibilidade de análise dos vários elementos arquitectónicos que têm vindo a ser descobertos nas intervenções arqueológicas realizadas naquela cidade. Sublinharíamos, de igual modo, a troca de impressões com o Dr. Virgílio Lopes, que nos facultou várias informações sobre tais peças;

- Museu de Arqueologia de Montemor-o-Novo, e ao seu director, Arqtº Mário Varela Gomes;

- Casa-Museu de José Régio, em Portalegre;

- Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas, bem como ao Museu Regional de Sintra, destacando a contribuição do Dr. Cardim Ribeiro, director daquelas instituições, que nos autorizou o estudo dos capitéis aí depositados e que nos auxiliou durante a elaboração do presente trabalho;

- Museu de Arqueologia e Etnografia do distrito de Setúbal. Apesar de não incluímos qualquer capitel daquela instituição, agradecemos as informações da Drª Joaquina Soares bem como do Dr. Tavares da Silva;

- Museu Municipal de Torres Vedras;

- Museu Municipal de Vila Franca de Xira;

- Museu Arqueológico de Vila Viçosa, com especial destaque para a disponibilidade e simpatia da Drª Jeanette Nölen;

Os nossos agradecimentos às Câmaras Municipais de:

- Alter do Chão, com relevo para a atenção dispensada pela Drª Cecília Neto que nos facultou a observação de vários espólio arqueológico, que não somente os capitéis;

- Castelo de Vide, e aos vários técnicos do Serviço de Arqueologia que nos acompanharam no levantamento de vários elementos arquitectónicos;

Destacamos, de igual modo a contribuição dispensada por várias outras entidades:

- antes de mais ao antigo Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, concretamente ao seu Departamento de Arqueologia, com especial relevo para o Dr. Clementino Amaro que nos autorizou o estudo de três exemplares provenientes de estações arqueológicas da sua responsabilidade. Agradecemos igualmente ao Serviço Regional de Arqueologia de Évora, concretamente ao Dr. Rui Parreira que nos facultou grande número de informações acerca dos materiais desta cidade;
- ao Sr. Padre António Salvador dos Santos que nos permitiu o estudo de um capitel da Torre de S. Manços, em Évora;
- à Dr^a Ana Gonçalves, directora da empresa de Arqueologia *Arkhaios*, que sempre se mostrou disponível ao longo do nosso trabalho e nos solicitou o estudo de alguns capitéis encontrados durante os trabalhos que desenvolve;
- Ao Sr. Eng^o Luís Pimenta Bairrão que, amavelmente, nos permitiu o estudo de dois dos capitéis que apresentamos;
- Ao Professor José Hermano Saraiva que, muito gentilmente, nos autorizou o estudo de dois exemplares.

Certamente muitas instituições ficarão esquecidas no papel. Foram várias as que contactámos - outros museus, Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, antiquários, e muitas das pessoas que inquirimos na prospecção levada a cabo por terras alentejanas e da Estremadura -, aqueles por nós enunciados correspondem só aos que nos forneceram informações sobre os materiais passíveis de serem integrados no presente estudo. A todos os outros, no entanto, prestamos aqui o nosso sincero agradecimento pela disponibilidade e atenção concedida.

Não podemos deixar de relevar o contributo de algumas das muitas pessoas com quem falámos e que nos elucidaram sobre algumas das nossas dúvidas, ou que nos forneceram informações subsidiárias ao presente estudo: ao Dr. Paulo Pereira, ao Prof. Doutor José d'Encarnação, à Dr^a Salete da Ponte, à Dr^a Helena Frade, ao Prof. T. Hauschild, ao Dr. Rodrigo B. Silva, e ao nosso antigo colega Dr. António Marques.

Destacamos e sublinhamos os nossos agradecimentos àqueles investigadores que, amavelmente, acederam em nos mostrar novos caminhos, novas pistas e nos emendaram em alguns erros. Em primeiro lugar ao Professor Doutor Jorge de Alarcão que, pacientemente, ouviu os nossos enganos e viu as intermináveis figuras que lhe

apresentámos. As sugestões que nos deu tornaram-se preciosas no desenvolvimento do nosso tema, bem como as indicações bibliográficas que, atentamente, nos indicou.

À Doutora Maria Angeles Gutierrez Behemerid que nos auxiliou, metodologicamente, no estudo destes materiais e nos indicou algumas vias de estudo.

Ao Prof. Doutor Justino Maciel que, atenciosamente, acompanhou o desenvolvimento deste trabalho e nos deu várias sugestões sobre o mesmo.

Por fim, ao Museu da Cidade e à sua directora, Dr^a Ana Cristina Leite, pelo apoio concedido.

São muitos os amigos que nos ajudaram na tarefa que nos propusémos realizar. Sem eles, inquestionavelmente, não a teríamos conseguido levar a bom termo. Para todos eles um obrigada enorme:

Aos nossos amigos e colegas de trabalho e de Faculdade, Dr^a Edite Alberto, Dr. Henrique Carvalho, Arq^o Pedro Cid e Paula Silva;

À Dr^a Manuela Ferreira que leu alguns trechos deste trabalho e nos sugeriu novas hipóteses metodológicas;

Ao Dr. Eurico Sepúlveda e ao Dr. Júlio Carreira, ao Mário Gouveia e António Gama, que nos acompanharam nas inúmeras viagens que realizámos ao longo destes cinco anos pelo antigo território da Lusitânia e que nos ajudaram em tantas outras coisas;

À Dr^a Sofia Castro, a autora das páginas que dão rosto a este trabalho;

Às nossas colegas de mestrado, Dr^a Teresa Caetano e Dr^a Graça Cravinho, com quem trocámos opiniões, dúvidas e informações;

Às amigas e colegas, também de mestrado, Dr^a Maria João Vilhena e Dr^a Margarida da Conceição, que leram os nossos textos, os corrigiram, no conteúdo e na forma, e nos incentivaram, sem reservas, até à sua conclusão;

Por último, um obrigada sem medidas à Dr^a Rita Morais Barros!

Para a presença constante, ponderada e atenta, os livros facultados, o interesse demonstrado e as palavras de ânimo que o Professor Doutor Bairrão Oleiro nos concedeu e incentivaram, uma nota especial que finaliza aqui os nossos agradecimentos, que já vão longos, mas que serão sempre parcos perante o testemunho de apreço e de amizade do recebido.

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - A DECORAÇÃO ARQUITECTÓNICA: OS CAPITÉIS COMO OBJECTO DE ESTUDO

Refere Vitruvius no Proémio do seu Livro I:

*"Cum vero adtenderem te non solum de vita communi omnium curam publicaeque rei constitutionem habere sed etiam de opportunitate publicorum aedificiorum, ut civitas per te non solum provinciis esset aucta, verum etiam ut maiestas imperii publicorum aedificiorum egregias haberet auctoritates ..."*¹.

Ou seja, a arquitectura, reguladora da formação e aumento das cidades, era da mesma forma, o garante da majestade do próprio Império, porquanto transpunha a dignificação do mesmo plasmada nos edifícios públicos por ele construídos.

O fim propagandístico desta consciencialização é bem evidente na teorização da nova *dispositio* arquitectónica.

Sujeita a um decoro, simetria e correcta distribuição, a ordem, considerada enquanto a correcta aplicação das partes - entablamento, coluna e embasamento - num dado conjunto irá corresponder qualquer que seja o espaço da sua aplicação, a um arquétipo, mais ou menos próximo, mais ou menos adulterado, do modelo original consagrado em solo itálico.

A "ordem arquitectónica", assimilada a uma correcta proporção das partes num todo, dependendo da dimensão modular para a projecção tridimensional de um modelo conceptual, baseava as suas regras nos ornamentos tangíveis, que se tornavam, mais que em elementos parcelares de um todo uno, num signo participante, possibilitando a quem os media, talhava e cortava, e a quem os observava, a consciência tranquila de fazer parte de uma ordem ditada por semi-deuses.

Considerada a coluna como o vocábulo fundamental da nova linguagem arquitectónica, o valor alegórico adscrito a cada uma delas, enquanto garante de uma origem quase divina que não admitia réplica e como premissa da sua imutabilidade, era

¹ Apresentamos a tradução feita por GRANGER, Frank, *Vitruvius in Architecture*, Loeb Classical Library, Harvard University Press, 1995, Book I, Preface, (p. 3): "But I observed that you cared not only about the common life of all men, and the constitution of the state, but also about the provision of suitable public buildings; so that the state was not only made greater through you by its new provinces, but the majesty of the empire also was expressed through the eminent dignity of its public buildings."

um dado a não esquecer, facto que Vitruvius não olvidou descrevendo com minúcia a origem lendária de cada ordem, de cada coluna e de cada capitel.

Não circunscrita a "ordem" à definição dos ornamentos, - aspecto que será salientado essencialmente com o Renascimento onde, com Alberti, a classificação das ordens corresponderá a uma simples tipologia da coluna -, os seus elementos serão, como referia STURM, "o alfabeto da arquitectura"².

Ainda que a noção de arquétipo só seja plenamente visualizada em época imperial, a noção de "modelo" a seguir, copiar e imitar o mais fielmente possível, era uma noção perfeitamente interiorizada desde épocas mais antigas e será a mesma que iremos encontrar durante a República, situação que provocará as palavras recriminatórias de Catão: "Quanto mais feliz é, dia a dia, o destino do nosso Estado e quanto mais aumenta o seu poder - já que chegados à Grécia e à Ásia, que estão cheias de tentadores excessos, e que estamos próximos de nos apoderarmos dos tesouros dos reis -, mais temo que aqueles se apoderem de nós mais que nós deles"³.

A participação das províncias nessa nova linguagem era um garante de pertença ao novo mundo, e a tradução, numa linguagem material, da integração do simples ser vivo num universo de códigos e significações tidos como dogmas.

Se as classes itálicas mais elevadas estabeleciam directamente a correspondência entre o modelo a imitar e as cópias por elas produzidas, quer se tratasse de vestir o manto grego e calçar as sandálias quando filosofavam, quer fosse o decorar as casas com figuras mitológicas do panteão grego, essa correspondência perdia-se quando transpostos os novos hábitos para espaços longínquos, onde eram seguidos por uma população que, longe de descodificar os novos costumes, os alterava, modificava, e reelaborava com os signos e formas que a sua tradição, desde longos tempos, os habituara.

A decoração e a nova morfologia arquitectónica, inauguradoras de uma nova forma, traduziam e transmitiam uma imagem. Esta, muito mais importante que aquela, permitia a entrada num novo mundo onde o significado literal da representação era rapidamente esgotado. É pois, essa leitura múltipla que qualquer forma permite, que se transforma no ponto essencial de uma qualquer apreensão mental, social e cultural, a realizar numa abordagem da obra arquitectónica. Afinal, também no entendimento da obra de arte, isto é, "Mesmo nos séculos mais orgânicos, em que a arte obedece a regras tão rigorosas como às da matemática, de uma música ou de uma simbólica (...), pode

² STURM, L. Ch., *Vollständige Anweisung alle Arten von Prachtgebäuden nach gewissen Regeln zu erfinden*, Augsburg, 1708, cap. II. Referenciado por FORSSMAN, Erik, *Dórico, Jónico e Coríntio na Arquitectura dos séculos XVI-XVIII*, Lisboa, 1990, p. 25 e 26.

³ Tradução de ALBERTO, Paulo Farmhause, *Tito Livio História de Roma, Ab Vrbe Condita*, Lisboa, 1993, 34, 4, 3.

perguntar-se se o teólogo que dicta o programa, o artista que o executa e o fiel que o recebe, percebem a forma e a interpretam todos da mesma maneira"⁴.

Consideremos os capitéis, o objecto sobre o qual agora nos debruçamos, como parte integrante da obra arquitectónica, que o é de facto, ou o analisemos sob o ponto de vista de obra de arte, as leituras que deles agora fazemos, corresponderão, somente, a apreensões tentadas do objecto. Não se esgotam pois, nem tal se pretende, as abordagens possíveis. Das várias colocadas ao nosso alcance, elegeram-se algumas que correspondem, simplesmente, a leituras metodológicas mais tangíveis, e por tal facto, mais fáceis de realizar.

Denunciadores de uma importação de modelos, ou de uma reelaboração entre formas exógenas e indígenas, o estudo de elementos decorativos arquitectónicos, nos quais se incluem os capitéis, correspondem, nas províncias, a produtos de uma nova mentalidade.

A cópia dos modelos originais, vindos e recebidos do centro do Império, não se opera de forma linear. Ainda que em algumas peças possamos vislumbrar uma imitação fidedigna dos cartões canónicos, detectamos, a maior parte das vezes, uma realização inovadora que não adopta porque desconhece, mas que repudia por intenção.

Peças modestas, a maior parte das vezes, mas não desprovidas de sentido ou de elegância. Rudes talvez, mas indiciadores de um gosto subjacente pleno de vida. De cânones alterados, esquecendo as proporções ou modificando-as a seu gosto, o valor do objecto continuava a ser um signo e um símbolo de latinidade.

A tentativa de acompanhar a evolução do capitel na Lusitânia Ocidental mostra-nos um desenvolvimento não anacrónico, antes acompanha as evoluções, sobretudo provinciais, que iam ocorrendo. A existência de pormenores formais, por vezes quase escondidos alguns, em outras ocasiões colocados em evidência, mostra-nos a inexistência de uma dicotomia marcante entre realidade provincial e a do centro do Império.

Mas não nos esqueçamos que as pedras são coisas, históricas, e que só fazem sentido porque produzidas num espaço e num tempo determinados. A análise contextual que realizamos, ainda que, irremediavelmente peque por defeito, não é esquecida, não obstante, "o passado não é qualquer coisa de que possamos dar uma representação fiel, como a imagem da realidade que se reflecte num espelho"⁵ e ela será sempre, redutoramente, parcial.

A contextualização passa, igualmente, por uma outra vertente que, também sendo histórica é, antes de mais, arquitectónica. Os capitéis, colunas, bases ou ornatos,

⁴ FOCILLON, Henri, *A Vida Das Formas*, Edições 70, Viseu, 1988, p. 15.

⁵ ALARCÃO, Jorge de, *Para uma Conciliação das Arqueologias*, Porto, 1996, p. 6.

não podem ser dissociados do edifício, monumento ou construção a que pertenceram. Mas esta integração será, infelizmente, a maior parte das vezes inatingível. Ainda que procuremos, quando possível, uma recriação do edifício onde tomaram corpo, os capitéis, salvo algumas excepções como o caso do templo romano de Évora, deparam-se-nos como elementos isolados. Despidos da roupagem arquitectural, desproporcionados num vazio ditado pela história, encontra-se ausente o seu verdadeiro sentido: o de serem notados pela sua ornamentação, ou de serem esquecidos pela sua modéstia, de culminarem vaidosamente num monumento honorífico ou de assumirem honrosamente o seu papel de indígenas. Eles comportam-se, no entanto, como elementos de um *puzzle* dos quais são as únicas peças a serem jogadas. Procuramos, não obstante as óbvias dificuldades fazer a sua montagem, delineando os formatos, as dimensões, e as linhas deste jogo, tentando fazer a correspondência dos capitéis a um todo arquitectónico nem sempre possível. Fomos conduzidos a um plano geral, delineado a lápis, onde os elementos se encaixam em casas, templos, ruas ou praças. Mas ficarão sempre à espera que o delinear se torne *cousa*, e que o carvão se transforme em tinta.

Quer tratemos dos instrumentos utilizados na concretização das diversas peças agora apresentadas, aproximação material que parte do existente e/ou conservado, quer nos debrucemos sobre a análise estilística que, sumariamente realizamos, e que parte, mais do que é reconhecível, da interpretação mental das formas que remetem para um mundo complexo de significações, as conclusões a que chegaremos serão sempre, e obrigatoriamente, parciais. O calcanhar de Aquiles, que corresponde afinal a toda a imensidão de conhecimento não apreensível nestas pedras nuas e frias, será, ao mesmo tempo, o universo aliciante do não percebido. A casualidade, a pouca destreza, ou a habilidade inata, bem como a originalidade ou a crença num mundo em sobrevivência, corresponderão, modestamente, a justificações não justificáveis. "Pode acontecer também que a fixidez permanente do mesmo significado se apodere de experiências formais que não foram forçosamente provocadas por ela. Pode acontecer que a forma se esvazie totalmente, que sobreviva muito tempo à morte do seu conteúdo ou até que se renove com uma riqueza inesperada"⁶.

As leituras fornecidas permitem, no entanto, a constatação de regras, métodos, influências e constantes, que, apesar das palavras rendidas, vencem um desconhecimento total sobre o objecto. Serão estas breves conclusões, esta linear leitura de uma das muitas formas, que não físicas, do objecto, o nosso modesto contributo para o seu conhecimento. Da metodologia inquisitorial que estabelecemos, muito resta a anotar, a questionar, a relativizar, a entender, ou simplesmente a perceber o que estas pedras nos

⁶ FOCILLON, ob. cit., p. 16.

têm para dizer. Haverá outros que não nós, porque delas estamos demasiado próximos, que vão mais além quanto ao seu sentido, se elas deixarem e se as soubermos ouvir!

1.2 - DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS

- BIBLIOGRAFIA PORTUGUESA -

Poucos têm sido os estudos respeitantes ao capitel romano. Ainda que esta tendência tenha sido, desde há algumas décadas, colmatada em vários países pelo esforço de alguns pioneiros investigadores que ditaram as regras de estudo, a maior parte delas ainda hoje integralmente válidas, Portugal não tem acompanhado esta tendência.

São modestos os estudos que sobre estes elementos têm sido realizados. Enquanto objectos parcelares de uma realidade complexa, nem tão pouco têm gozado do interesse que sobre outros elementos aos quais a investigação portuguesa se tem, de forma mais intensa, dedicado. Bastará compararmos a bibliografia existente sobre a cerâmica romana, a escultura ou a epigrafia, para constatar, de imediato, o enorme fosso existente entre os dois campos de estudo.

Curioso, aliás, que não se tenha, até ao momento, integrado na mesma temática da escultura a decoração arquitectónica. Relegados frisos, colunas, bases e capitéis para as reservas dos museus, somente bustos e estátuas se tornam elementos dignos de enfeitar as galerias daqueles que se consideram como os espaços funcionalmente vocacionados para mostrar, através de objectos despídos, a essência das civilizações antigas.

Por aquilo que nos foi dado observar quando percorremos o grande número de museus onde se encontravam depositadas a maior parte das peças agora estudadas, um grande, diríamos um enorme trabalho, espera ser feito. A demora na publicação dos trabalhos que, actualmente, se fazem, é pequena se a compararmos com a imensidão de objectos que, depois de desenterrados, esperam, ao longo de décadas que alguém os reclame.

Uma das grandes dificuldades do nosso trabalho foi a inexistência de catálogos dos museus. A tarefa de ver o espólio destas instituições não esgotou, como muitas

vezes comprovámos, o reconhecimento dos objectos existentes. A sua não identificação, justificada por um desconhecimento por parte das entidades responsáveis do material em presença, deve-se, mais que a uma lacuna informativa dos técnicos, a um generalizado abandono científico perante este tipo de material.

As poucas informações que possuímos tornam-se, por tal facto, valiosas. Isoladas e dispersas, como é o caso de referências que nos chegam em noticiários arqueológicos apresentados em revistas antigas - o *Arqueólogo Português*, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* ou o *Arquivo de Beja*, entre outras -, os dados fornecidos são muito poucos resumindo-se, a maior parte das vezes, à simples indicação "achado de um capitel". Tentar encontrar essas peças é, como observámos, um trabalho sem quaisquer frutos. Quase sempre sem referência ao local onde as peças se encontram guardadas, é praticamente inútil tentar relacionar os capitéis que hoje encontramos em Museus com aquelas das quais temos alguma referência bibliográfica, salvo algumas excepções.

Tal panorama pode ser comprovado com a leitura da obra de J. de ALARCÃO, *Roman Portugal*⁷. De facto, as informações que o autor apresenta referentes a capitéis são inúmeras, aspecto que veremos com mais pormenor no capítulo 2.3 do presente volume, no entanto, quando nos dispomos a consultar a bibliografia pelo autor apresentada, poucas vezes encontramos mais alguma informação que não as simples frases lacónicas "capitel antigo, de pedra"⁸, "um capitel romano (...) e um pequeno capitel"⁹, "um capitel arábico"¹⁰ ...

Há, no entanto, que ressaltar alguns autores, sobretudo aqueles que, em épocas mais recuadas, não deixaram, mesmo quando breves eram os comentários, de referenciar estes materiais. Destacamos, de entre vários, apenas alguns. Júlio de Castilho e Vieira da Silva, enquanto olisipógrafos, constituem no que respeita à cidade de Lisboa dos mais fiéis depositários das informações, recolhidas aqui, lidas em qualquer papel ou vistas em algum sítio, hoje em dia nos permitem conhecer grande número de achados, entre os quais elementos arquitectónicos, da região de Lisboa. É através das reproduções, mais ou menos integrais de manuscritos hoje desaparecidos¹¹ e com recentes dados de novas

⁷ ALARCÃO, *Roman Portugal*, 3 vol., Warminster, 1988. .

⁸ VASCONCELOS, José Leite de, "Aquisições do Museu Ethnographico Português", *O Archeólogo Português*, vol. I, Lisboa, 1895, p. 314.

⁹ "Aquisições do Museu Ethnographico Português", *O Archeólogo Português*, Vol. I, 1895, p. 382

¹⁰ SÁ, Bernardo de, "Aquisições do Museu Ethnographico Português", *O Archeólogo Português*, Vol. I, Lisboa, 1895, p. 198

¹¹ Notícias circunstanciais de capitéis, exclusivamente referenciados bibliograficamente por estes autores e hoje desaparecidos, serão indicados à medida que sobre eles nos debruçarmos, quer em termos temáticos, quando analisarmos as peças de cada ordem arquitectónica.

Apenas como exemplo indicamos alguns textos, hoje desaparecidos chegados até nós pela mão destes dois ilustres investigadores: Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas; José Valentim de Freitas, consultados por Júlio de Castilho na Associação dos Arqueólogos Portugueses e reproduzidos parcialmente na sua *Lisboa Antiga*, vol. I, cap. XIII, 1934; vol. IX, 1937; Luís Marinho de Azevedo, etc.

investigações, que podemos hoje ter uma noção mais correcta e completa da cidade de Lisboa desde a Antiguidade.

Para o resto do país, Leite de Vasconcelos, Abel Viana, Felix Alves Pereira, são somente alguns dos muitos autores que poderíamos citar.

D. Fernando de Almeida¹² é um dos investigadores e arqueólogos que mais informações nos deixou sobre estas peças. Considerando-as, por vezes como pertencentes já ao mundo visigótico, mesmo em relação a peças que, em nossa opinião, se aproximam mais da realidade romana, a sua obra não deixa, por essa razão, de ter grande actualidade, e inigualáveis são o número de informações que fornece sobre peças hoje desaparecidas.

A Dissertação Final de Mestrado apresentada em 1987 por Maria Amélia Fresco de Almeida, subordinada ao tema da escultura arquitectónica e funerária do sec. IV ao sec. VIII¹³, reúne um grande número de capitéis da região Sul do país. A análise circunstanciada que a autora faz destes materiais, mostrando-se até certo ponto exaustiva, revela um trabalho pioneiro neste tipo de estudos. As enormes dificuldades em integrar cronologicamente as peças romanas tardias bem como os produtos da arte dita visigótica a qual não gozou até aos nossos dias de um trabalho de fundo sobre a mesma, foram aspectos já nessa altura salientados pela autora. No entanto, as datações que estabelece para os capitéis, correspondendo quase invariavelmente a uma franja cronológica situada entre o sec. IV e os secs. VII ou VIII, parecem-nos, hoje em dia, demasiado generalistas. A investigação por nós desenvolvida levou-nos, concretamente, a opiniões um pouco divergentes das daquela autora, como teremos ocasião de expor.

Em 1986, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, com o 2º volume da *História da Arte em Portugal*¹⁴, dedicada à Arte da Alta Idade Média, oferece-nos uma síntese que nos surge como o primeiro trabalho, para além daquele já referido de D. Fernando de Almeida, de carácter mais sistemático. Sem apresentar uma recolha exaustiva dos capitéis, a importância que atribui a tais elementos explicita bem o valor que podem desempenhar quanto à análise sócio-cultural e cronológica dos contextos arquitecturais em que se integram.

Bem ciente das dificuldades de qualquer atribuição cronológica a estes materiais, o autor justifica essa situação pela inexistência de trabalhos sobre o assunto, afirmando que "Desintegrados dos seus conjuntos arquitectónicos e decorativos e do seu sítio, até

¹² ALMEIDA, D. Fernando de, "Arte Visigótica em Portugal", *O Arqueólogo Português*, Nova Série, IV, Lisboa, 1962.

¹³ ALMEIDA, M^a Amélia Fresco de, *Escultura Arquitectónica e Funerária dos sec. IV ao VIII, a Sul do Tejo*, 4 volumes, Dissertação Final de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1987.

¹⁴ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "Arte da Alta Idade Média", *História da Arte em Portugal*, Vol. 2, Publicações Alfa, Lisboa, 1986.

os capitéis, apesar da sua riqueza de significações, não deixam de ser peças de difícil apreciação cronológica, dificuldade tantas vezes acrescentada pelo seu elevado estado de erosão ou de mal conservação"¹⁵. O autor integra, no entanto, algumas destas estas peças em época tardia, já alto medieva, confundindo nessa atribuição pouca habilidade e tipologias de capitel mais simples, com épocas evolutivas avançadas. Só a título de exemplo, o autor considera o capitel toscano, tal como o encontramos reaproveitado em edifícios de época posterior, como uma variante local, de certo modo um produto frustre, típico de regiões particulares. Como teremos ocasião de observar, essas peças integram-se por vezes nas correntes habituais da morfologia do capitel toscano no que diz respeito às província ocidentais.

Na mesma obra da *História da Arte em Portugal* mas, desta vez, em relação à arquitectura romana em território nacional, da autoria de Jorge de Alarcão¹⁶, também são fornecidos alguns apontamentos sobre capitéis romanos. Desta feita, é essencialmente na sua contextualização arquitectónica e histórica que a tónica é colocada. Dado o carácter mais genérico do trabalho então apresentado, já que se procurava fornecer uma panorâmica vasta da arquitectura romana em Portugal, de acordo com o título do trabalho, também as peças apresentadas reflectem a escolha de protótipos correspondendo, por tal razão, a exemplos mais próximos da morfologia do capitel clássico. São, deste modo, apresentados como exemplos algumas peças de Beja, os capitéis do templo de Évora, e um exemplar de Miróbriga. Quanto às peças menos clacissistas, ou aquelas que, ainda o sendo, correspondem a uma tipologia menos usual, não nos oferece o autor nenhuma referência. Uma peça, no entanto, correspondente a um capitel coríntio de folhas lisas¹⁷ é apresentada pelo autor, sendo curiosa a referência que faz sobre o mesmo "O modelo clássico do capitel coríntio é o que se observa no templo de Évora, com folhas de acanto recortadas e sobrepostas em dois andares. Há todavia numerosos outros modelos, aos quais se poderá dar o nome de corintizantes, melhor que o de coríntios. Este capitel de Conimbriga, decerto muito tardio (...) marca um último grau de simplificação do capitel coríntio"¹⁸. Não esquece, assim, outros capitéis que não os canónicos, ainda que, quanto a este caso particular de folhas lisas, a linha evolutiva não deva ser estabelecida a partir do capitel coríntio mas sim como uma variante do mesmo, com características, morfologias e desenvolvimentos próprios.

É igualmente com o mesmo autor que assistiremos, finalmente, a uma integração arquitectónica deste tipo de materiais. Em data recente, um artigo intitulado *A Cidade*

¹⁵ ALMEIDA, C.A.Ferreira de, ob. cit., p. 30.

¹⁶ ALARCÃO, Jorge de, "Arquitectura Romana", *História da Arte em Portugal*, Vol. 1, Publicações Alfa, Lisboa, 1986, pp. 75-109.

¹⁷ Capitel que será referenciado no Capítulo 6.6 do Volume II.

¹⁸ ALARCÃO, ob. cit., 1986, p. 86.

*Romana em Portugal - renovação urbana em Portugal na época romana*¹⁹, relaciona os capitéis, hoje peças isoladas, com as possíveis construções a que terão pertencido. Encontram-se neste caso os capitéis de Beja e Conimbriga. Em relação a esta cidade é de salientar, de igual modo a obra *Fouilles de Conimbriga*²⁰, trabalho de referência que apresenta, de forma analítica, as várias estruturas arquitectónicas tentando reconstituições com base em esquemas modulares. São referidos alguns capitéis, sendo os mesmos analisados estilisticamente e não sendo esquecido o tipo de matéria-prima empregue.

Em 1988, vem a lume a importantíssima obra de Jorge de ALARCÃO, *Roman Portugal*²¹ na qual o autor condensa os achados arqueológicos referenciados bibliograficamente até à altura, assim como grande número de referências orais. Os três volumes do catálogo deparam-se-nos de enorme valor. As informações que aí encontramos sobre capitéis são múltiplas, ainda que os comentários sobre os mesmos sejam, como seria de esperar numa obra deste tipo, ainda mais sucintas que as dos autores do início do século. Sobre este assunto, e no que diz respeito aos elementos referenciados para a área de que agora nos ocupamos, faremos uma referência mais detalhada no capítulo 2.3 do presente volume.

A importância deste tipo de materiais, quer relativamente ao objecto analisado isoladamente quer no que se refere à reconstituição arquitectónica dos edifícios em que originalmente se integraria, é-nos confirmado pelo exemplo que nos oferece o capitel encontrado em Tomar. Aparecido durante as escavações do *forum* da cidade e apresentado em várias publicações, este capitel permitiu aos investigadores calcular a altura da basílica, edifício ao qual pertencia²².

Nos últimos anos temos assistido a uma crescente preocupação pela apresentação e publicação de peças depositadas em Museus. Tal facto permite, ainda que de forma muito parcelar, tomarmos conhecimento do espólio recolhido nestas instituições.

¹⁹ ALARCÃO, Jorge de, "A Cidade Romana em Portugal ...", *Cidades e História*, (Ciclo de Conferências promovido pelo Serviço de Belas-Artes em 1987), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1992, pp.73-127.

²⁰ ALARCÃO, Jorge de; ETIENNE, Robert, *Fouilles de Conimbriga*, Vol. 1* e Vol. 1 **, Paris, 1977.

²¹ ALARCÃO, ob. cit., 1988.

²² Voltaremos a falar desta peça no Capítulo 6.4 do Volume 2, para o qual agora remetemos, quer em relação aos comentários que realizamos sobre a peça, quer à bibliografia respectiva. Indicamos somente um pequeno roteiro no qual a autora, Salete da Ponte refere: "A Basílica comunicava com a Praça, através das galerias poente e oriental daquele edifício. A parede setentrional da Basílica, adjacente à Praça, era recortada por uma colunata de 8 pilares, vedada por meio de um gradeamento. (...) Os elementos arquitectónicos ilustrados [capitel jónico e uma base] dão-nos a altura da Basílica, de 11,87 metros" PONTE, Salete da, *Sellium Tomar Romana*, Centro de Estudos de Arte e Arqueologia da E.S.T.T., Tomar, 1989, p. 14.

Incluiríamos neste caso os catálogos de Conimbriga²³, de Moura²⁴, Beja²⁵ ou ainda os catálogos de Mértola²⁶.

Infelizmente, estas publicações referem-se, a maior parte das vezes, à apresentação do espólio em exposição, não abrangendo pois, a enorme quantidade de peças que continuam a aguardar, nas reservas, algum olhar mais atento.

Mais recentemente têm vindo a público alguns catálogos que, de carácter distinto dos agora referidos, apresentam peças integradas em áreas temáticas. Temos, neste caso, a obra que foi o resultado da exposição sobre Lisboa Subterrânea e que apresenta alguns capitéis, como é o caso das peças provenientes do teatro romano de Lisboa²⁷.

É importante a realização dos inventários dos museus sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura, tendo especial interesse, para o tema em questão, o que diz respeito à escultura romana do Museu Nacional de Arqueologia²⁸. No entanto, pena é que o capitel, enquanto objecto museológico e museográfico, para já não falar do científico, pareça não ter atingido ainda um *status* digno de menção em inventários deste tipo. Como teremos ocasião de observar, o conjunto de capitéis existentes nas reservas deste museu é impressionante, não só pelo seu elevado número mas também pela qualidade e originalidade que documentam alguns dos exemplares. Os materiais apresentados nesta obra, especialmente os capeamentos de ara e os frisos, constituem elementos extremamente importantes quanto às comparações estilísticas e cronológicas a estabelecer com os capitéis. Quanto a este aspecto, pensamos que a análise será facilitada quando se realizar o estudo em sentido inverso, isto é, dada a insuficiência de elementos sobre estas peças, mais marcante ainda do que em relação aos capitéis, serão valiosas as aporções informativas dos capitéis romanos com os quais estas peças tão proximamente se relacionam em termos decorativos.

Em 1994 é apresentado o primeiro trabalho específico sobre este tipo de materiais. A Dissertação Final de Mestrado realizada por Maria Antonieta B. Ribeiro e

²³ ALARCÃO, Adília M., *Museu Monográfico de Conimbriga - Colecções*, Ed. I. P.M., Lisboa, 1994.

²⁴ MACIAS, Santiago, (Coordenação) "Moura na Época Romana - Catálogo", *Cadernos do Museu Municipal de Moura*, nº 1, Ed. C.M.M., s/l, 1990

²⁵ TORRES, Cláudio, (Textos) *Núcleo Visigótico - Museu Regional de Beja*, Ed. Museu Regional de Beja/Assembleia Distrital de Beja, s/l, 1993.

²⁶ TORRES, Cláudio; *et alli*, *Museu de Mértola I - Núcleo do Castelo, Catálogo*, Ed. Campo Arqueológico de Mértola, Stª Maria da Feira, 1991; TORRES, Cláudio, (Direcção) *Museu de Mértola - Basilica Paleocristã*, Ed. Campo Arqueológico de Mértola, s/l, 1993.

²⁷ ARRUDA, Ana Margarida, (Comissariado Científico), *Lisboa Subterrânea*, Ed. Electa e Lisboa 94, Milão, 1994. Sobre os capitéis apresentados nesta obra *Vide* Capítulo 6.4 do Volume II.

²⁸ MATOS, José Luís de, (Coordenação) *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia - colecção de Escultura Romana*, Ed. I.P.M., s/l, 1995.

subordinada ao tema *Capitéis Romanos de Beja* constitui um valioso contributo para este tema²⁹, ainda que restrita do ponto de vista geográfico.

Em 1996 surge-nos um pequeno artigo da mesma autora integrado no livro de homenagem ao Sr. Professor Bairrão Oleiro e subordinado ao estudo dos capitéis do teatro romano de Lisboa. Peca pela ausência de cronologias, essencialmente em relação a peças onde o contexto arqueológico é evidente, não apresentando qualquer conclusão quanto à aplicação do modelo vitruviano que sobrepõe a uma das peças jónicas³⁰.

Também sobre um capitel de Beja surge-nos, em 1992, um pequeno artigo de T. HAUSCHILD³¹ referente a um capitel compósito, no qual o autor coloca a tónica na originalidade decorativa do exemplar.

Algumas notícias dispersas vamos encontrando em algumas publicações, resumindo-se, no entanto, à referência sucinta do seu achado. Tal é o caso, e somente como exemplo, da referência a um capitel toscano nas recentes escavações realizadas em *Centum Celae*³², ou ainda a um capitel de Bobadela encontrado na aldeia do mesmo nome que permitiu integrá-lo no templo que terá existido no local³³, ou ainda a um capitel coríntio que terá, provavelmente pertencido às ruínas de Estói³⁴.

²⁹ RIBEIRO, Maria Antonieta da Silva Ribeiro, *Capitéis Romanos de Beja*, 2 volumes, Dissertação Final de Mestrado apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1994.

³⁰ RIBEIRO, M^a Antonieta Brandão S., "Os Capitéis Romanos do Teatro de *Olisipo*", *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*, Ed. Colibri, Lisboa, 1996, pp. 477-484. Os números de inventário que a autora indica estão errados. Sobre este assunto, bem como em relação aos capitéis deste monumento romano *vide* Capítulo 6.4 em relação aos capitéis jónicos e o Capítulo 6.5 quanto aos capitéis coríntios, ambos no presente volume.

Ainda em relação à reconstrução vitruviana que a autora apresenta, para além de a mesma não se encontrar simétrica as dimensões não são correctas em termos relativos.

³¹ HAUSCHILD, Theodor, "Anotaciones sobre un capitel compuesto encontrado en Beja (Alentejo)", *Miscel.lània Arqueologica*, Tarragona, 1992, pp. 57-62.

³² FRADE, Helena, "A Torre de Centum Celas: uma *villa* romana (Colmeal da Torre, Belmonte)", *Conimbriga*, n^o 32-33, Coimbra, 1995, pp. 97, 100, foto 5. A autora, como teremos ocasião de observar quando tratarmos do capitel toscano (capítulo 6.2 deste Volume), faz uma integração arquitectónica do achado.

³³ FRADE, Helena, *et alli*, "Notas para o estudo do Urbanismo da cidade romana de Bobadela", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 35 (4), 1^o Congresso de Arqueologia Peninsular - Actas VIII, Porto, 1995, p.10 e fig. 7. Somente é referido um capitel, apresentando os autores o desenho do mesmo, ainda que existam mais peças semelhantes no local. O capitel referenciado, considerado pelos autores como jónico, inscreve-se, segundo a classificação proposta no presente trabalho, naquilo que designamos por "capitel jónico liso de influência toscana" - *Vide* Capítulo 6.3-. Outras peças existem em Bobadela correspondentes, para além das já referenciadas, à "ordem" toscana. Sobre esta *vide* Capítulo 6.2 deste Volume.

³⁴ HAUSCHILD, Theodor, "O Edifício de culto do complexo de ruínas romanas perto de Estói, na Província da Lusitania", *Arqueologia e história, in memoriam* Prof. Doutor D. Fernando de Almeida, série X, Volume I/II (I), Lisboa, 1984/88, p. 144, fig. 24.

Para peças talvez um pouco mais tardias será sempre útil ver-se a obra de Correia de Campos sobre *Arqueologia Árabe em Portugal*³⁵, onde são referenciados pelo autor alguns desses materiais. Apesar de incluir comentários muito breves, esquece em alguns casos o complexo fenómeno do reemprego de elementos arquitectónicos mais antigos em novos contextos.

No que diz respeito a épocas mais tardias, a determinação cronológica deste tipo de peças é uma tarefa ainda mais difícil. Sobretudo em contextos litúrgicos, as novas influências religiosas e artísticas imbrincam-se com tradições locais e regionais bem como com um substrato decorativo ainda muito ligado à gramática da época romana e a qual perdurará durante longo tempo. Quanto a estes aspectos refere-nos Justino MACIEL que é a "... continuidade que vem ao de cima na maioria dos testemunhos que possuímos em Portugal da decoração de contexto visigótico. Sobretudo a nível da ornamentação arquitectónica, quase toda ela reportada aos ambientes litúrgicos ou paralitúrgicos. Nos restantes ambientes, é sempre a continuidade do uso ou a reutilização que estão presentes...", e, referindo-se, concretamente, aos elementos de que agora nos ocupamos diz-nos que "... uma questão que continua em aberto, e necessita de continuação de estudos de sistematização, é a da classificação de capitéis classicizantes desta época. Sendo peças que exigem grande capacidade técnica de execução, são muitas vezes reutilizadas de anteriores construções e continuaram a sê-lo em épocas posteriores"³⁶.

Apesar de não se encontrarem dentro do âmbito do presente trabalho, já que correspondem a peças mais avançadas no tempo, não gostaríamos de deixar de referir um pequeno trabalho de Manuel L. REAL, apresentado em 1993, dedicado a dois capitéis românicos provenientes de Sintra³⁷. O ensaio que o autor apresenta, explanando os aspectos decorativos das duas peças e integrando a sua simbologia em contextos histórico/culturais específicos, afigura-se-nos como uma via de estudo valiosa.

³⁵ CAMPOS, Correia de, *Arqueologia Árabe em Portugal*, Lisboa, 1965. Por exemplo, em relação aos capitéis empregues na Igreja Matriz de Mértola refere-nos o autor que correspondem a "... capitéis romano-bizantinos, material de aproveitamento utilizado no templo", p. 167, fig. 199.

³⁶ MACIEL, M. Justino, "A Arte da Antiguidade Tardia (séculos III-VIII, ano de 711), *História da Arte Portuguesa*, (Direcção de Paulo Pereira), vol. I, Ed. Círculo de Leitores, s/l, 1995, p. 138.

³⁷ REAL, Luís Manuel, "Perspectivas sobre a flora românica da «escola» lisbonense. A propósito de dois capitéis desconhecidos de Sintra, no Museu do Carmo", *Sintria*, I-II (1), Ed. C.M.S., Sintra, 1982-1993.

- BIBLIOGRAFIA ESTRANGEIRA -

Longe ainda nos encontramos da posse de um *corpus* dos capitéis do Império Romano, desafio lançado em 1938 por Luigi CREMA³⁸. Desde essa data os estudos sobre capitéis desenvolveram-se tendo sido pontuados por obras de referência, essencialmente no que diz respeito à ordem coríntia

Em relação ao caso espanhol são de destacar mais recentemente os variadíssimos estudos de GUTIERREZ BEHEMERID³⁹. Correspondentes na sua maioria a levantamentos regionais outros constituem-se como artigos de fundo onde a evolução de cada ordem é aplicada aos exemplares conhecidos em território espanhol. Estes múltiplos artigos culminaram, em 1992, na publicação da sua Tese de Doutoramento onde a autora reúne os artigos anteriormente publicados.

Esta obra, com algumas limitações às quais a própria autora faz referência⁴⁰, torna-se de enorme importância quer relativamente a peças do actual território português quer quanto às comparações que permite realizar.

Um ano mais tarde, surge-nos um estudo monográfico sobre os capitéis de Córdoba, muito semelhante ao anterior, do qual adopta idêntica metodologia, ainda que sem as análises mais generalistas da evolução das ordens arquitectónicas⁴¹.

Ainda em relação ao caso espanhol muitas mais referências haveríamos que indicar, salientamos apenas a obra de Jose Luis de la BARRERA ANTON sobre os capitéis romanos de Mérida também trabalho monográfico aparecido em 1984⁴², o de RECASENS I CARRERAS sobre os capitéis do Museu Arqueológico de Tarragona⁴³

³⁸ CREMA, Luigi, "Per un *Corpus* dei Capitelli Romani", *Atti del III Convegno Nazionale di Storia dell'Architettura*, Roma, 1938.

³⁹ GUTIERREZ BEHEMERID, M^a Angeles, "Capiteles Romanos de la Península Ibérica", *Studia Archaeologica*, 81, Valladolid, 1992.

⁴⁰ Concretamente a inexistência de análise pétreas, defeito que nós próprios seguimos. Por outro lado, dada a enorme quantidade de peças que a autora apresenta - 930 capitéis - as informações que são fornecidas sobre cada uma são, compreensivelmente, extremamente diminutas. O que pode ser comprovado quer em relação à análise comparativa - geralmente circunscrita a uma ou duas linhas - se bem que a bibliografia indicada possa colmatar essa ausência, como também quanto à análise descritiva. O reduzir a informação ao máximo traz, a nosso ver, mais inconvenientes em relação à apresentação dos dados analíticos de cada uma das peças. Sem dimensões, ou circunscritas estas ao mínimo torna-se impossível estabelecer comparações morfométricas. Tais reparos não fazem esquecer, no entanto, a importância geral desta obra.

⁴¹ CARLOS MARQUEZ, *Capiteles Romanos de Corduba Colonia Patricia*, Córdoba, 1993.

⁴² BARRERA ANTON, Jose Luis de la, "Los Capiteles Romanos de Mérida", *Monografias Emeritenses*, 2, Badajoz, 1992.

⁴³ RECASENS I CARRERAS, Montserrat, "Los Capiteles Romanos del Museu Nacional Arqueològic de Tarragona", *Butlletí Arqueològic*, Època V, nº 1, Tarragona, 1979.

ou ainda o de Arturo DIAS MARTOS, autor que em 1985 realiza um levantamento dos capitéis coríntios e suas variantes do território espanhol⁴⁴.

Um dos trabalhos mais válidos, em nossa opinião, é a de JAVIER GIMENO sobre capitéis dóricos e toscanos. Analisando de forma analítica as peças, não deixa o autor de avançar com propostas evolutivas mais abrangentes, às quais alia análises contextuais e comparativas, assim como um enquadramento arquitectónico pertinente. Não esquece a referência a oficinas de produção que, embora analisadas em relação à zona NE da *Hispania* podem, perfeitamente, ser aplicadas na forma metodológica, a outras regiões do referido território⁴⁵.

Não nos alongaremos em relação à apresentação bibliográfica, já que a mesma será referenciada pontualmente, quer quando tratarmos das análises comparativas, quer quanto à análise evolutiva das respectivas ordens arquitectónicas. De igual modo, ela será apresentada no final deste trabalho, onde indicaremos a bibliografia consultada.

Algumas obras não obstante, pela sua importância, constituem estudos de referência onde as tipologias delineadas são, em termos gerais, passíveis de serem aplicadas a outros materiais de contexto geográfico distinto. Referenciado o caso espanhol, vejamos agora algumas, e somente algumas, das obras extra Península Ibérica. No que diz respeito aos capitéis coríntios são de destacar as obras de Patrizio PENSABENE⁴⁶, a que recorreremos numerosíssimas vezes, e nos oferece um estudo bastante completo sobre os capitéis de Óstia, obra extremamente útil não só para capitéis coríntios como, igualmente, para todas as restantes ordens arquitectónicas. Pela proximidade geográfica, e funcionando esta cidade como porto da capital do Império ilustra-nos, da mesma forma, os capitéis e correntes morfológicas existentes durante o mesmo período em Roma. Para esta última cidade, no entanto, e para além de alguns artigos que citaremos ao longo do trabalho é de salientar, de igual modo, alguns inventários do Museu Nacional Romano⁴⁷, ou ainda, para Perugia a obra de Luana CENCIAIOLI⁴⁸.

Obras mais antigas são de sublinhar, como é o caso da obra de RONCZEWSKI, de 1923⁴⁹, que intenta pela primeira vez o estabelecimento de cronologias. Os estudos deste autor permanecem hoje ainda pertinentes, ainda que as variantes destas peças

⁴⁴ DIAS MARTOS, Arturo, *Capiteles Corintios Romanos de Hispania*, Madrid, 1985.

⁴⁵ JAVIER GIMENO, "Tipología y Aplicaciones de elementos Dóricos e Toscanos en Hispania: el Modelo del N.E.", *Archivo Español de Archaeologia*, 62, 1989, pp. 101-139.

⁴⁶ PENSABENE, Patrizio, *Scavi di Ostia - I Capitelli*, vol. VII, Roma, 1973.

⁴⁷ GALLOTTINI, Angela; LUPPI, Loretta, *Museo Nazionale Romano - Le Sculture*, I, 11, De Luca Edizione d'Arte, Itália, 1991.

⁴⁸ CENCIAIOLI, L., "I Capitelli di Perugia", *Annales della Facolta della Universita degli Studi di Perugia, Studi Classici*, 1, vol. XV, Perugia, 1977-78, pp. 40-96.

⁴⁹ RONCZEWSKI, K., "Variantes des Chapiteaux Romains", *Acta Universitatis Latviensis*, VIII, Riga, 1923.

tenham sido posteriormente analisadas de forma mais detalhada em vários trabalhos e as respectivas cronologias calibradas. Em 1932, L. FAJERLING⁵⁰ publica a sua obra dedicada a capitéis coríntios de Roma e de Pompeia. Apesar da qualidade do trabalho refere-se a uma análise centrada em peças republicanas, o que, para o nosso caso, se bem que contenha informação útil, pouco nos serve em termos comparativos para os capitéis da Lusitânia Ocidental. Os estudos de Heinz KÄHLER, de 1939⁵¹, bem como, de três anos antes, a de Rudolf KAUTZSCH dedicada essencialmente aos capitéis coríntios tardios, incidindo sobre peças dos secs. IV ao VII⁵², constituem-se também como obras de referência.

Quanto à ordem jónica deve referir-se os estudos de BINGÖL⁵³, que se debruça sobre os capitéis jónicos de época helenística e romana em relação à Ásia Menor, e os de John HERRMANN⁵⁴. Este último é especialmente importante já que, fazendo uso de uma extensa bibliografia e baseando-se nos estudos do autor anteriormente citado, estabelece uma aproximação entre aquela região do Império e os materiais de Roma. É, no entanto, uma obra dedicada a épocas mais tardias.

Para épocas mais recuadas é interessante o estudo monográfico de Dinu THEODORESCU sobre o capitel jónico grego, ainda que pouco importante para análises comparativas com os capitéis da Lusitânia Ocidental⁵⁵, ainda que relevante a aproximação metodológica que elabora. O mesmo se poderá dizer em relação ao trabalho de ALZINGER, ainda que seja de extrema importância quanto ao capitel jónico canónico e útil como trabalho de referência, segue metodologicamente uma apresentação tradicional⁵⁶. Interessante também o trabalho de MARTIN, de 1956⁵⁷.

Quanto ao capitel compósito recorreremos às obras anteriormente mencionadas para a ordem coríntia e jónica. No que diz respeito ao capitel de folhas lisas são de destacar alguns artigos de CRESSEDI, autor que chamou a atenção para a

⁵⁰ FAJERLING, L., "The Transformation of the Corinthian Capital in Rome and Pompei during the Later Republican Period", *Corolla Archaeologica*, London, 1932, pp. 118-131.

⁵¹ KÄHLER, Heinz, *Die Römischen Kapitelle des Rheingebietes*, Berlin 1939.

⁵² KAUTZSCH, Rudolf, *Kapitellstudien, Beiträge zu Einer geschichte des Spätantiken kapitells im Osten vom Vierten bins ins Siebente Jahrhundert*, Berlin-Leipzig, 1936

⁵³ BINGÖL, Orhan, "Das Ionische Normalkapitell in Hellenistischer und Römischer zeit in Kleinasien", *Istanbul Mitteilungen*, Beiheft 20, Germany, 1980.

⁵⁴ HERRMANN, John J., "The Ionic Capital in Late Antique Rome", *Archeologia*, 56, Roma, 1988.

⁵⁵ THEODORESCU, Dino, "Le Chapiteau Ionique Grec - Essai Monographique", *Hautes Études du Monde Gréco-Romain*, III, 11, Genève, 1980.

⁵⁶ ALZINGER, W., "Jonische Kapitelle aus Ephesos I", *Jahreshefte des Österreichischen Archäologischen Institutes in Wien*, XLVI, 1961-63, pp. 105-136.

⁵⁷ MARIN, II, "Problèmes des origines des ordres à volutes", *Études d'Archeologie Classique*, I, 1955-56, pp. 119-131.

2 - METODOLOGIA

2.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO ESPACIAL

O território sobre o qual nos debruçaremos é referente a uma pequena área da província romana da Lusitânia.

Na impossibilidade de incluímos no levantamento e análise dos materiais agora em estudo toda a região que integra esta antiga província de direito romano, circunscrevemos a nossa recolha a uma área bastante mais reduzida a qual designámos sob o nome genérico de "Lusitânia Ocidental".

A nossa opção por reduzir uma área geográfica considerada uma do ponto de visto administrativo, prendeu-se a várias razões. Por um lado, integrar no presente trabalho a totalidade da província pareceu-nos uma tarefa demasiado ambiciosa. A recolha resultaria num tão grande número de peças e num tão importante volume de informações que, no estado actual dos nossos conhecimentos, nos pareceu demasiado complexo de abordar.

Por outro lado, essa área de estudo abrangeria uma parte substancial do território actualmente espanhol para o qual já existem levantamentos importantes no que se refere a este tipo de elementos arquitectónicos. Os estudos que, desde há alguns decénios, têm sido realizados sobre este tema no país vizinho, dos quais salientamos os valiosos trabalhos efectuados por DIAZ MARTOS¹ e GUTIERREZ BEHEMERID², levaram-nos a optar por uma análise exclusiva de peças actualmente em território português.

Como vimos a confirmar ao longo da realização deste estudo o número de capitéis identificados ultrapassa em muito o que, alguma vez, poderíamos supôr. Assim sendo, um futuro estudo sobre os capitéis da província da Lusitânia revelará certamente, uma realidade insuspeitadamente rica a qual poderá infirmar, alterar e completar alguns dos aspectos que compõem o quadro evolutivo da produção de capitéis durante a época romana que agora apresentamos.

Como capital de província, *Emerita Augusta* terá desempenhado um papel decisivo no território que administrava (Fig. 1). Tal influência, observada igualmente ao nível dos vários campos artísticos, plasmou-se, de idêntica forma, no tipo de produção dos presentes elementos arquitectónicos. Assim sendo, as vias de comunicação que

¹DIAZ MARTOS, Arturo, *Capiteles Corintios Romanos de Hispania - Estudio-Catálogo*, Madrid, 1985.

² GUTIERREZ BEHEMERID, M^o Angeles, "Capiteles Romanos de la Península Ibérica", *Studia Archaeologica*, 81, Valladolid, 1992

ligavam a capital a *Olisipo*, *ciuitas* de inegável importância no que diz respeito à parte mais ocidental daquela circunscrição administrativa, constituíram-se como factores de romanização da mais alta importância traduzindo-se em polos por excelência difusores de influências .

A área geográfica que seleccionámos tomou como premissas espaciais as vias de comunicação mais importantes que uniam aquelas duas cidades e que, no caso vertente, são constituídas quer pelas vias terrestres quer fluviais que se completam entre si na maior parte das vezes.

O território em análise é, deste modo, aquele que fica compreendido entre a via romana que, pelo Norte, ligava *Emerita Augusta* a *Olisipo* seguindo por *Aritium Vetus* / Santarém / *Ierabriga* e, pelo Sul, a que percorria Évora / Alcácer do Sal / Setúbal. Este traçado corresponde ao Itinerário de Antonino (Fig. 2).

O recente trabalho de Vasco Gil MANTAS³ é precioso no que diz respeito à identificação das múltiplas vias que cruzavam essa área geográfica. Como o autor demonstra, seriam várias as possibilidades de vencer as distâncias entre as duas cidades - *Olisipo* e *Emerita* -, ainda que as mais importantes se refiram sem dúvida às duas alternativas acima referenciadas.

No que diz respeito aos percursos secundários, e seguindo, mais uma vez, os traçados, prováveis ou confirmados, indicados por aquele investigador, uma outra alternativa consistiria em seguir pelo actual Montijo e, passando por Rio Frio percorrer a estrada que ligava Marateca / Montemor-o-Novo / Évora e continuando a partir dessa última cidade até Mérida.

Como referimos anteriormente, também os percursos por via fluvial terão sido largamente utilizados. Para a região Sul, e seguindo o trajecto de Oeste para Este, as embarcações poderiam atingir Alcácer do Sal entrando pela Península de Tróia. Não sabemos até onde seria navegável o prolongamento do Rio Sado. A Ribeira de Alcáçovas que hoje praticamente liga Alcácer a Évora poderá ser uma hipótese, ainda que não saibamos se em alguma ocasião permitiu a navegação de embarcações de algum porte.

Contornando por Norte, o trajecto mais rápido e económico do ponto de vista comercial, referia-se ao Rio Tejo que passa por Santarém e Abrantes. A partir daí, o caminho alternativo conducente a Mérida teria que ser, obrigatoriamente, por terra (Fig. 3).

Temos, deste modo, uma região considerável abrangendo grande parte do actual Alto Alentejo e Estremadura. Ainda que não corresponda a uma unidade do ponto de

³ MANTAS, Vasco Gil da Cruz Soares, *A Rede Viária Romana da Faixa Atlântica entre Lisboa e Braga*, vol. I e II, Coimbra, 1996.

vista geográfico pensamos que as razões que nos levaram a adoptá-la como área de estudo se tornam pertinentes.

Uma região sulcada por vias de comunicação importantes; a influência exercida pela capital de província; a existência de várias cidades que desde cedo participaram activamente nas novas coordenadas sócio-políticas - Alcácer do Sal, Évora, Santarém -; e por fim o papel desempenhado por *Olisipo* justificam, a nosso ver, a escolha deste território porquanto subjacente uma unidade, se não física, pelo menos cultural.

É esta a região sobre a qual nos debruçaremos. O levantamento que realizámos permitiu a identificação de cento e dezasseis exemplares romanos. Distribuídos estes por várias ordens arquitectónicas ou, simplesmente, por tipos distintos derivados dos capitéis canónicos, constituem um número considerável de capitéis denunciadores de uma romanização intensa do território.

Esta área geográfica abrange alguns dos actuais distritos: Évora, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal, ainda que nem todos se incluam na sua totalidade, sendo o mais completo o de Lisboa. Parece-nos difícil, mesmo que partindo de uma região assim demarcada, estabelecer limites rígidos quanto à definição dos seus limites. Localidades que agora incluímos situam-se, ainda que ligeiramente do limite definido a Norte pelo Rio Tejo e pela via romana que, partindo de Lisboa, passava por Santarém e *Aritium Vetus* ou, na sua alternativa, a que seguia por Santarém, Alter do Chão e entroncava, a SE, com a que o caminho que vinha de Évora em direcção a Mérida. Encontram-se nestas excepções a cidade romana de *Ammaia*, localizada a NE e junto à actual fronteira espanhola, ou ainda Torres Vedras. A inclusão desta cidade prende-se com o facto de se integrar no *territorium olisiponense*⁴. Infelizmente, apenas tivemos conhecimento de um fragmento de capitel coríntio proveniente dessa localidade depois de concluirmos todas as análises comparativas que integram o Volume II. Quanto ao facto de incluirmos São Salvador de Aramenha, ou seja a antiga cidade romana de *Ammaia*, designação pela qual, a partir de agora, será sempre referenciado este local, prende-se com o facto de o conjunto de peças daí proveniente - capitéis jónicos e do tipo "jónico liso de influência toscana" - ser tão importante, quer do ponto de vista morfológico quer numérico, que não pudemos deixar de o integrar.

Um grande número de exemplares terá ficado por estudar. As longas estadias no Alentejo certamente não esgotaram as buscas e qualquer levantamento deste tipo será sempre, irremediavelmente, incompleto. Novos achados, futuras escavações e

⁴ No que diz respeito à definição desta área geográfica, sobre ela nos debruçaremos mais detalhadamente no Capítulo 5 do presente Volume.

publicações ou simplesmente a casualidade, mostrarão futuramente que o número de capitéis ainda conservados nesta região não chegou ao fim.

2.2 - CONTEXTUALIZAÇÃO TEMPORAL

As peças que analisaremos integram-se num período cronológico que não ultrapassa o sec. IV. Os limites cronológicos anteriores são-nos dados por exemplares que remetem para datações correspondentes aos últimos anos do sec. I a.C ou já da seguinte centúria.

No levantamento a que procedemos fomos confrontados com outros exemplares que não se enquadram dentro dos limites cronológicos agora considerados e que provavelmente correspondem a épocas mais avançadas. Apesar de os não incluirmos, uma vez que o limite temporal agora considerado se interrompe com o final do sec. IV, delas daremos uma breve notícia no Capítulo 2.4 do presente Volume.

Ainda que actualmente, as perspectivas historiográficas apontem no sentido de não considerar barreiras estanques quando se pretende uma apropriação do real que não se compadece com tais critérios, vimo-nos obrigados a estabelecer um limite *post quem e ante quem* para as peças agora em estudo.

Estes limites cronológicos são os seguidos praticamente por todos os autores que se dedicam ao estudo dos capitéis de época clássica. No nosso caso, o limite mais recuado é o ditado pelas próprias peças, uma vez que não foram identificados espécimes anteriores à data anteriormente referida.

Não se pode considerar toda esta dimensão temporal como participando das mesmas coordenadas evolutivas. A Hispania dos secs. I e II, certamente não foi a mesma das duas centúrias seguintes e se o sec. IV pode ser considerado como o final do Império, as raízes da sua desagregação estão já implícitas na centúria anterior. A Antiguidade Tardia⁵ que se inicia então, opõe-se à tradicional Antiguidade Clássica, ainda que tal distinção não se compadeça com datas, marcos, vitórias e derrotas que inaugurem tal mudança.

Os capitéis distribuem-se, deste modo, ao longo de cerca de quatro séculos e meio de história. Certamente que as condições de produção de tais materiais se alteraram ao longo dos tempos. A contextualização espaço-temporal que esteve na base da sua "criação" sofreu, de igual modo, modificações. Serão precisamente essas alterações históricas, mais que os objectos em si entendidos como fins de uma acção, que se procurará atingir.

⁵ Sobre o conceito de Antiguidade Tardia *vide* MACIEL, Manuel Justino P., *Arte Romana Tardia e Paleocristã em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em História de Arte da Antiguidade apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 1º Volume, Lisboa, 1993, sobretudo, pp. 43 e ss.

Os capitéis são, neste sentido, um produto específico, objectos materiais que traduzem realidades concretas mas também mentalidades subjacentes só apreensíveis num tempo longo.

A identificação cronológica de cada um dos exemplares constitui-se, deste modo, como um passo, singelo mas necessário, para atingir e entender linhas evolutivas mais importantes só reveladas quando analisadas no seu conjunto. Simples etapa, modesta mas imperiosa, perante tal objectivo.

É esta a razão pela qual a cronologia das peças não é apresentada no Catálogo - Volume III - mas sim no volume anterior onde são realizadas, separadamente, as análises comparativas de cada uma delas. Aí, o estudo reporta-se a modificações morfológicas, a alterações de gosto ou a correntes estéticas que tentam explicar as características evidenciadas pelo objecto em presença.

A complexidade desta metodologia prende-se com o tipo de material em presença e, essencialmente, com o número de peças a analisar. Com efeito, um número reduzido de capitéis pode-nos induzir em erro quando tentada uma explicação generalizadora da evolução detectada.

Como refere BELLONI, "Il problema della datazione dei capitelli presenta (...) due aspetti assolutamente distinti e che solo di rado coincidono. Il primo aspetto è quello della collocazione del manufatto nel momento esatto, cronologicamente indicabile nell'anno, nel quale il manufatto stesso è stato effettuato. Il secondo è quello storico, di una fase culturale che, appartenendo, di solito, assai più all'autore che non all'epoca, facilmente è fortemente sfasata rispetto el calendario. Pertanto, quando c'è forte rarefazione di materiale e quindi scarsa possibilità di confronti, oppure quando ci troviamo di fronte ad un argomento non approfondito e che per questo stesso motivo crea di fatto una specie di scarsità do elementi a causa dell'insufficienza numerica dei materiali editi, sarà metodologicamente più rispondente alla realtà l'ambientare un'opera in un periodo di tempo vasto"⁶.

Esse tempo mais vasto será, a maior parte das vezes, o que por nós será apontado. Em outras ocasiões, o material em presença poder-nos-á oferecer elementos que nos permitam uma maior especificação cronológica. Não obstante estas tentativas de datação, que se procuram entender como um meio e não, elas próprias, como um fim, a tendência será a de integrar tais materiais em contextos espaço-temporais que façam esquecer o dia e a hora do talhe do cinzel em favor do porquê desta curva, daquele delineado ou daquela forma.

⁶ BELLONI, G. G., *I Capitelli Romani de Milano*, Padova, 1958, p. 12.

2.3 - INFORMAÇÕES DOCUMENTAIS

As peças sobre as quais nos debruçaremos neste trabalho referem-se, exclusivamente, às que por nós foram directamente observadas.

O tipo de metodologia pelo qual optámos, levou-nos a que somente incluíssemos aqueles capitéis dos quais conseguimos obter registos fotográficos e dos quais possuíssimos as suas dimensões⁷. Deste modo, não são integrados aqueles exemplares dos quais apenas possuímos informação documental ou bibliográfica. Não poderíamos, porém, deixar de os referir, ainda que sem lhes dispensarmos grande atenção uma vez que estas referências se resumem a simples enumeração de materiais, correspondendo geralmente estas indicações à sintética afirmação da existência de "capitéis" sem que, na maior parte das vezes, qualquer descrição mais detalhada seja apontada. Este facto deve-se, em grande medida, ao facto de na sua maior parte tais objectos terem desaparecido em época posterior.

Baseámos este levantamento em referências bibliográficas antigas, as quais referimos genericamente no Capítulo 1.2. Por outro lado, a recolha efectuada por Jorge de ALARCÃO na sua obra *Roman Portugal*⁸, apresenta-nos um levantamento onde o autor sintetiza todas as estações arqueológicas identificadas em território nacional até 1988, indicando alguns dos achados mais importantes para cada uma delas.

Apesar de sabermos que a enumeração de tais materiais estará longe de ser exaustiva, o facto de o autor referir várias vezes a existência de capitéis, bases e fustes, levou-nos a considerar esta obra como fiável, até certo ponto, quanto à identificação das peças que ora nos interessam. No entanto, o objectivo daquela obra não era o de dar a conhecer de forma pormenorizada os materiais encontrados em tais estações arqueológicas mas sim, o de apontar a localização dos sítios arqueológicos, bem como o de fornecer uma informação sintética quanto ao respectivo espólio aí encontrado. O caso mais marcante é-nos dado pela estação de S. Salvador de Aramenha - *Ammaia* -. Aqui, o autor refere a estação atribuindo-lhe uma certa importância, proporcional, aliás, à descrição que faz sobre a mesma. Não elabora, no entanto, nenhuma referência à existência de capitéis, o que, como viemos a confirmar, se constitui como um dos locais mais importantes quanto à existência deste tipo de peças.

⁷ Quanto ao capitel 77, de estilo corintio, apesar de não possuímos as suas dimensões, obtivemos o seu registo fotográfico. O tipo de análise que seguimos quanto a este conjunto tipológico permitiu-nos incluí-lo no estudo que fazemos desse grupo.

⁸ ALARCÃO, Jorge de, *Roman Portugal*, vol. II, Fasc. 1 e 2, Warminster, 1988.

Os locais que a seguir indicamos foram, a maior parte deles conferidos por nós, quer por deslocações ao local e tentando saber do paradeiro dos mesmos, quer procurando na bibliografia existente. Em praticamente nenhum dos casos conseguimos tal feito. Por outro lado, devido à inexistência de inventários pormenorizados nos museus foi-nos impossível, do mesmo modo, estabelecer a correspondência entre as peças que são referenciadas bibliograficamente e as que estudaremos neste trabalho. O facto de apresentarmos agora cento e dezasseis exemplares para a região que abrange na obra daquele autor Évora e Lisboa mostra-nos bem a diferença numérica existente entre uma prospecção de campo e observação dos espólios dos Museus com aquela que nos pode ser fornecida por qualquer levantamento bibliográfico, mesmo que exaustivo como tivemos ocasião de confirmar.

A título ilustrativo apresentaremos as estações que são inumeradas por ALARCÃO, abstendo-nos, no entanto, de apontar a bibliografia onde o autor recolheu tais informações⁹:

ÉVORA:

- Ladeira (Ervedal, Avis)
- "Capitéis"
- ALARCÃO, Fasc. 3, p. 150, 6/**

- Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas)
- "Capitéis coríntios de mármore"
- ALARCÃO, Fasc. 3, p. 154, 6/190

- Silveirona (Santo Estevão, Estremoz)
- "ábacos"
- ALARCÃO, Fasc. 3, p. 155, 6/202

- Herdade do Carrão (Vila Fernando, Elvas)
- "capitéis de granito"
- ALARCÃO, Fasc. 3, p. 156, 6/217

- Herdade da Terrugem (Terrugem, Elvas)
- "capitéis"

⁹ Remetemos, para cada uma das estações que a seguir se indicam, a referência exacta na obra daquele autor.

- ALARCÃO, Fasc. 3, p. 156, 6/217

- Herdade do Padrãozinho (Ciladas, Vila Viçosa)

- "Capitel de mármore"

- ALARCÃO, Fasc. 3, p. 157, 6/246

- Nossa Senhora da Torega (Nossa Senhora da Torega, Évora)

- "bases de colunas e capitéis"

- ALARCÃO, Fasc. 3, p. 161, 6/296

LISBOA:

- Mata (Chancelaria, Torres Novas)

- "Capitéis e colunas"

- ALARCÃO, Fasc. 2, p. 113, 5/39

- Casal do Lopo (Abrantes - S. João, Abrantes)

- "Um capitel"

- ALARCÃO, Fasc. 2, p. 114, 5/62

Igualmente foram observados por nós os Livros de Inventário de alguns Museus. Os casos do Museu Nacional de Arqueologia, bem como o do Museu do Carmo depararam-se-nos como paradigmáticos de qualquer tentativa de relação com os espécimes que nos foram dados a observar naquelas instituições.

Existe, desta forma, um número substancial de capitéis dos quais não conseguimos saber a proveniência, como acontecerá em relação às peças do M.N.A.

Quanto ao Museu do Carmo, os livros de inventário antigos, bem como as listagens das peças, compiladas manuscritamente¹⁰ foram, todos eles por nós observados, não tendo, no entanto, chegado a nenhuma conclusão quanto ao local de proveniência da única peça que, daquele Museu, apresentamos neste trabalho - 83 -. Somente a título ilustrativo apontaremos algumas das informações de tais inventários:

Assim, o de Julho de 1915 - *Inventário de Espécimes Architectónicos* - refere-nos no número de registo: 5 "Capitel (estilo transição?) (Veem-se duas ordens de

¹⁰ Agradecemos a amabilidade e disponibilidade do Dr. Francisco Santana o qual nos facultou todos os elementos referentes aos inventários antigos.

acantos obliterados em disposição alternada"; nº 25 "Grande capitel de pilastra (estilo jónico).

No *Index* dedicado aos capitéis, surgem-nos trinta e sete entradas. Para alguns é fornecido o "estilo" da peça, a qual nos fornece informações quanto à indicação cronológica - "renascença, romanico, gotico" - enquanto que, em outros casos, e em substituição daquele é indicada a morfologia - "coríntio, jónico" -.

2.4 - EXEMPLARES NÃO INCLUÍDOS

Certamente que vários exemplares haverá que não foram registados por nós, no entanto, o levantamento que realizámos durante cerca de dois anos englobará um número significativo daqueles que se conservaram até aos nossos dias.

Outros existem que, apesar de por nós identificados, não se incluem no presente trabalho. Tal facto prende-se com dois tipos de razões. Por um lado, tratam-se de capitéis que, em termos morfológicos, não se integram em nenhuma ordem ou tipo definido sendo a sua classificação, por tal facto, extremamente duvidosa. Poderão ser de época romana, ainda que com muitas reservas, ou de qualquer outro período.

Por outro lado, constatámos a existência de capitéis que, classificados como romanos, corresponderão, em nossa opinião, a peças muito mais tardias, como sejam os secs. XVI ou XVII.

Apesar de tais exemplares não se enquadrarem dentro do âmbito do presente trabalho, pensamos que as informações que a seguir fornecemos, poderão ser úteis para quem se debruce sobre este tema ou para quem, inadvertidamente, olhe para tais peças considerando-as como romanas¹¹. Não apresentaremos, mesmo que a nível somente informativo, todas as por nós vistas e analisadas, indicaremos algumas peças que se nos deparam exemplificativas da inexistência de inventários nacionais, regionais ou museográficos de elementos arquitectónicos de época romana, ainda que, como tivemos ocasião de indicar no ponto 1.2 do presente trabalho, vários estudos que nos últimos tempos têm vindo a lume colmatem presentemente algumas destas ausências informativas.

¹¹ Aproveitamos para agradecer a opinião concedida pelo Professor Jorge de Alarcão o qual, perante a nossa dúvida em apresentar tais exemplares, ou os que se reportassem a épocas algo posteriores, foi da opinião de os integrar, mesmo que nível somente informativo.

CAPITÉIS DE ÉPOCA CLARAMENTE POSTERIOR¹²

* Assim, indicáramos, um capitel coríntio que se conserva no Museu José Régio, em Portalegre (Fot. 1), realizado em mármore e que, apesar de mostrar duas coroas de folhas coríntias e respectivas uniões interlobulares realizadas a trépano, nos parece corresponder a épocas bastante posteriores, tal como nos é denunciado pelo arranque das hastes das volutas da parte superior do cesto da peça, característica que tem paralelos com a reelaboração renascentista do capitel não coríntio mas sim compósito como nos é ilustrado por vários tratados coevos¹³.

* Capitel jónico que se encontra em casa do Prof. José Hermano Saraiva, em Palmela (Fot. 2 e 3) e considerado pelo seu proprietário como sendo uma peça romana proveniente de Tróia¹⁴. Pensamos que corresponderá a um exemplar, talvez seiscentista, já que encontramos vários paralelos com peças desta época como é o caso dos capitéis jónicos que decoram as Pilastras do Paraíso (sobretudo no que se refere às faces laterais) que se encontravam no refeitório de Évora, produto do Mecenato de D. Álvaro da Costa, e datadas de entre 1533 e 1534.

* Capitel coríntio que encima uma coluna na praça Marquês do Pombal em Setúbal, conjunto que corresponde ao Pelourinho da cidade. A coluna, em mármore de veios acinzentados, corresponde a uma peça romana a qual teria vindo de Tróia e sido transferida para aquela praça, antiga Praça Real, em 1774, como no-lo documenta a inscrição que existe no plinto que a suporta¹⁵. No entanto, quanto ao capitel não temos qualquer informação (Fot. 4). É realizado em calcário conquífero, de coloração amarelada, tal como encontramos em várias peças de época romana da região de Lisboa. Não obstante tal semelhança quanto à matéria-prima empregue, não nos parece estarmos perante um peça de época romana mas sim muito posterior. O lábio do cesto,

¹² Gostariamos de agradecer à Dr^a Maria João Vilhena, nossa colega de Mestrado cujo tema de Dissertação versa *O Retábulo de St^a Maria da Pena em Sintra*, que nos auxiliou na identificação dos exemplares que agora apresentamos.

¹³ CHAMBRAY, Freart, (Tradução) *Palladio Les Quatre Livres de l'Architecture*, Ed. Arthaud pour l'adaptation de la traduction de Fréart de Chambray, 1650, Paris, 1980, pp. 76 e ss.

¹⁴ Agradecemos vivamente ao Prof. José Hermano Saraiva a amabilidade demonstrada quando nos deslocámos a sua casa, bem como todas as informações que nos forneceu.

¹⁵ Esta coluna terá funcionado durante algum tempo como cruzeiro, junto à entrada da Porta Nova, tendo depois sido removido para não impedir o trânsito de carruagens naquele local e foi doado ao Convento da Trindade, tal como nos é referido nas *Memórias Geogr. e Hist. da Província da Estremadura*, Ms. p. 88 e 334. A-4-14. Bibl. Nac. de Lisboa, referenciado por: CARVALHO, Almeida, *Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense - Convento de Setúbal*, vol. IV, II Parte, Junta Distrital de Setúbal, 1970, pp. 43 e 44, n.1.

transformado aqui em colarinho espesso, as folhas angulares, e toda a decoração da peça, aponta-nos talvez para o sec. XVI. Decoração similar, sobretudo no que diz respeito aos elementos foleácios, podemos observar nos capitéis que decoram o Portal do Convento de S. Bernardo em Portalegre, datado *de circa* de 1640.

* Dois exemplares que se encontram nas reservas do Museu do Convento de Jesus em Setúbal poderão, igualmente, corresponder a peças de época posterior.

Uma delas é uma derivação do capitel coríntio de folhas lisas, podendo ser um produto de época medieval ou já moderna. A morfologia do ábaco, sem curvatura, as folhas de uma só coroa que se elevam até áquele elemento indicam-nos contextos estéticos totalmente distintos (Fot. 5).

O outro exemplar desafia o nosso entendimento não tendo sido por nós encontrado qualquer paralelo que nos elucide quanto à sua cronologia. Deverá tratar-se, muito provavelmente, de um capitel ou de uma base de época moderna (Fot. 6).

* Da Igreja de Santa Maria da Alcáçova, em Santarém, provêm-nos quatro capitéis que poderão ser enquadrados em correntes de época medieval. Deste local identificámos igualmente cinco capitéis atribuíveis à época romana - dois da ordem coríntia (Fig. 4 - 80 e 81) e três corintizantes (Fig. 4 - 98, 99 e 100) - os quais teremos ocasião de analisar. Todas estas peças foram reaproveitadas nas duas colunatas internas da igreja (Fig. 4).

Quanto aos que agora apresentamos tratam-se de peças decoradas com elementos foleácios, mas que se afastam, nitidamente, dos cânones clássicos de época romana. Em todos eles é visível um colarinho saliente a rematar a respectiva base, elemento que não sendo exclusivo de época romana é comum aparecer. Não obstante, em nenhuma das peças romanas documentadas naquele espaço é observável esse elemento.

É interessante referir as condições de achado destes exemplares. No decurso de trabalhos de arqueologia realizados dentro daquela igreja, foi solicitado pelos técnicos de arqueologia da Câmara Municipal daquela cidade, a picagem das colunas que, à primeira vista, pareciam ser realizadas integralmente em estuque¹⁶. Como se veio a constatar

¹⁶ Agradecemos ao Serviço de Arqueologia da Câmara Municipal de Santarém, à Dr^a Catarina Viegas, coordenadora dos trabalhos de Arqueologia levados a cabo na Igreja de St^a Maria da Alcáçova, e em especial, à Dr^a Maria José Almeida, que nos acompanhou no levantamento, todas as informações sobre estas peças. Sobre as condições do achado *vide*: VIEGAS, Catarina, "Arqueologia Urbana em Santarém", *Bracara Augusta - Encontro de Aqueologia Urbana*, vol. XLV, Braga, 1994, pp. 127-136, e especificamente pp. 132 e 133.

posteriormente, esse material revestia colunas de mármore, as quais, e à semelhança de alguns dos capitéis, poderão ser atribuíveis também ao período romano.

Os capitéis que agora apresentamos são em número de cinco e são, todos eles, realizados em calcário. A peça a) (Fig. 4 - a) apresenta uma folha decorada em toda a face do capitel e uma outra de idênticas características, mas mais pequena, por cima da gola que delimita a parte superior do cesto da peça. Nos restantes lados visíveis, uma vez que a peça se encontra actualmente adossada a uma das paredes da capela-mor, dispõem-se folhas de iguais dimensões mas agora sem qualquer decoração (Fot. 7).

As restantes peças são semelhantes entre si e apresentam folhas altas e lisas - capitéis c) e b) (Fig. 4 - c, b) (Fot. 8 e 9), algumas encerrando folhas de menores dimensões sobrepostas - capitel d) (Fig. 4 - d) (Fot. 10), as quais, partindo do colarinho da base se elevam até ao ábaco, tal como nos é possível observar em alguns deles. Em outros o estuque recobre a parte superior ou mesmo grande parte da sua superfície dos exemplares - capitel b) (Fig. 4 - b) (Fot. 9).

Algumas destas peças apresentam semelhanças com exemplares medievais. Concretamente os capitéis de folhas lisas aproximam-se notoriamente de capitéis do Convento de Moreruela em Espanha, primeiro convento da ordem de Cister erigido em terras espanholas.

Alguns capitéis que se encontram nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia corresponderão, de igual modo, a peças de épocas distintas daquela que ora abordamos. Não possuem qualquer identificação, podendo corresponder a recolhas diversas sem que seja necessário pensar que, alguma vez, foram entendidas como materiais romanos.

CAPITÉIS DE INFLUÊNCIA ROMANA MAS DE CRONOLOGIA POSTERIOR

Não apresentaremos, da mesma forma, outros capitéis por nós observados e que apontam para cronologias algo posteriores à que agora nos interessam. Uma vez que, e como referimos no capítulo 2.2 somente integramos neste trabalho os capitéis que, em termos de datação, não ultrapassam o sec. IV, todos os que se situem cronologicamente para além dessa centúria não serão englobados no presente estudo.

Correspondem estes exemplares a:

- * um capitel do Museu de Torres Vedras (Fot. 11);
- * um outro depositado no Museu de Évora (Fot. 12);
- * dois do Museu de Elvas (Fot. 13);
- * um capitel reaproveitado como base na Capela de S. Manços, também em Évora¹⁷ (Fot. 14 e 15);
- * duas peças no Museu Municipal Pedro Nunes em Alcácer do Sal (Fot. 16 e 17);
- * um outro que observámos no Centro de Interpretação do Parque de S. Mamede em Castelo de Vide (Fot. 18);
- * peça encontrada recentemente nas escavações levadas a cabo em Setúbal (Fot. 19);
- * bem assim como várias peças depositadas nas Reservas do Museu Nacional de Arqueologia (Fot. 20).

Estes capitéis corresponderão a exemplares que poderão, facilmente, ser integrados em correntes estilísticas denunciadoras de novas realidades culturais, mas que se situam, inequivocamente, em épocas mais avançadas que o sec. IV. Alguns encontram-se já publicadas, no entanto, como não as integramos no presente estudo, absteemo-nos de apresentar a bibliografia correspondente¹⁸.

Uma peça, no entanto, nos levantou grandes dúvidas quanto à possível integração no catálogo do presente trabalho, uma vez que poderá corresponder ainda ao sec. IV. No entanto, uma vez que se trata de um pequeno fragmento, optámos pela sua não inclusão.

¹⁷ A este capitel a ele nos referiremos posteriormente.

¹⁸ O facto de apresentarmos aqui as figuras destes exemplares, somente tem razão de ser pelo facto de termos accite a sugestão metodológica indicada amavelmente pelo Prof. Jorge de Alarcão.

Trata-se de uma pequena parte - correspondente a um dos ângulos do ábaco e haste de voluta estilizada constituída por enrolamento espiraliforme da mesma - de um capitel coríntio, ou corintizante, proveniente de Campo Maior (Fot. 21)¹⁹.

Esta peça apareceu no decurso da escavações levadas a cabo naquela localidade e em contextos tardios de uma *villa* romana, que apontam para o sec. V²⁰. Os vestígios de *ductus* junto do ábaco e aquilo que nos pareceu uma semi-palmeta por cima da haste enrolada, levaram-nos a considerar, inicialmente, estarmos perante uma peça do sec.II/III. A melhor observação do exemplar, no entanto, levou-nos a concluir de que tal decoração por cima da haste vegetalista se deve a simples enrugamento da superfície e que a existência de *ductus* não é imperativo surgir em peças, exclusivamente, de "boa época". Apontariamos, deste modo, uma cronologia do sec. IV/V, ainda que um fragmento tão diminuto nos dificulte uma mais correcta apreciação.

¹⁹ Agradecemos à Dr^a Ana Gonçalves o nos ter solicitado o estudo deste fragmento. O relatório de escavação que a própria nos facultou, auxiliou-nos a atribuir uma cronologia algo posterior à que, inicialmente, estávamos tentados a apontar.

²⁰ GONÇALVES, Ana, *Intervenção Arqueológica de Emergência - Sítio de S. Pedro (Campo Maior)*, Relatório Elaborado para o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1996, p. 4 (texto policopiado).

CAPITÉIS DE DUVIDOSA CLASSIFICAÇÃO

Ao longo da nosso recolha deparámo-nos com materiais que não conseguimos identificar. Este facto deve-se quer ao mau estado de conservação em que tais peças se encontram quer à estranha morfologia que ostentam.

Apesar do nosso desconhecimento, ainda que tenhamos desenvolvido esforços na tentativa de os classificar cronológica e culturalmente, optámos mais uma vez, e na linha metodológica que temos vindo a seguir, por apenas as registarmos fotograficamente.

Integram-se neste grupo seis exemplares, alguns correspondentes a simples fragmentos:

* Pequeno fragmento em calcário de um capitel coríntio ou corintizante, ou de um capeamento de ara²¹, encontrado nas escavações do Banco Comercial Português realizadas pelo Departamento de Arqueologia do I.P.P.A.R. (Fot. 22 e 23)²².

Se, por um lado nos parece estarmos perante uma voluta de ângulo de um capitel, a sua terminação frontal afasta-se da morfologia que estas peças ostentam. Com efeito, a parte oposta à explanação da voluta (ou haste da mesma) e a qual deveria corresponder ao corpo da peça e ao ábaco, apresenta uma terminação decorada que não sabemos a que corresponde. Num dos lados podem-se observar alguns lóbulos e uma concavidade correspondente à união interlobular, realizada a trépano e com acabamento cuidado. Não se tratará, a nosso vêr de uma peça tardia, ainda que este pequeno fragmento desafie as nossas capacidades de interpretação²³.

* Fragmento, em calcário, de capitel coríntio ou corintizante, ou então de um capeamento de ara. Esta peça é proveniente de Faião²⁴ e corresponde a um ângulo de um daqueles elementos (Fot. 24 e 25). É visível o canal da voluta, ligeiramente côncavo e que encerra, no seu centro, uma roseta quadripétala. A face externa do ângulo é decorada por uma folha muito estilizada, aqui representada por traços oblíquos que se dispõem ao longo de uma pequena nervura. Decoração geralmente associada a épocas

²¹ Capeamento ou capitel de ara. Quanto à terminologia empregue quanto a estes elementos Cf. FERNANDES, Lídia, "Sobre um capitel de ara do Palácio Fronteira", *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*, Ed. Colibri, 1996, p. 181, n. 5.

²² Agradecemos ao Departamento de Arqueologia do I.P.P.A.R. a autorização de estudo deste peça, em especial ao Dr. Clementino Amaro e à Dr^a Jacinta Bugalhão.

²³ O contexto em que a peça apareceu não nos elucida quanto a este ponto, uma vez que se encontrava associada a camadas de entulho de épocas muito posteriores (secs. XVII e XVIII).

²⁴ Encontra-se em exposição no Museu Regional de Sintra quando o registámos, com o n^o de Inv. F/R/76/194. Agradecemos ao Dr. Cardim Ribeiro a autorização de estudo desta peça e da seguinte.

tardias como sejam os secs. IV e V ou mesmo posteriores. Não sabemos se, no que diz respeito a este exemplar, ela será, não obstante, tão avançada.

As maiores dúvidas colocam-se quanto ao tipo de união estabelecida entre esta parte da peça e o respectivo corpo. Com efeito, a decoração externa frontal que apresenta (em espinha), interrompe-se nessa possível junção, indicando-nos uma projecção demasiado acentuada para se tratar de uma voluta de ângulo de capitel.

* Um segundo fragmento, também proveniente daquela localidade²⁵, coloca-nos as mesmas dúvidas (Fot. 26 e 27). Neste caso no entanto, a sua atribuição a um dos *puluini* de um capeamento de ara parece-nos mais plausível. Conserva-se muito pouco do enrolamento espiraliforme da voluta, o qual é largamente preenchido por uma roseta bem desenhada de seis pétalas bilobadas e com botão central liso e relevado. Esta parte frontal prolonga-se constituindo parte do toro lateral o qual apresenta uma decoração vegetalista de possíveis folhas de água. O facto deste elemento apresentar decoração em quase todo o seu perímetro leva-nos a considerá-lo como parte praticamente exenta do elemento a que pertenceria. Assim sendo, a sua atribuição a um capeamento de ara parece-nos mais correcta. Por outro lado, o tipo de decoração e a sua morfologia aproximam este fragmento dos enúmeros capeamentos de ara que tivemos oportunidade de observar no Museu Regional de Odrinhas. A cronologia que apontamos para este fragmento - talvez a segunda centúria da nossa era - integra-se perfeitamente na datação a que, em nossa opinião, aqueles capeamentos de ara da região de Sintra, bem como outros de idênticas características, deverão corresponder²⁶.

* Capitel existente na Quinta Belo Horizonte em Salão Frio (Freguesia de S. Lourenço e Concelho de Portalegre, junto à Serra de S. Mamede), realizado em granito (Fot. 28). As condições do achado parecem ter sido as mesmas das que apurámos quanto a um capitel "jónico liso de influência toscana" que apresentamos neste trabalho - 38 -²⁷. Não sabemos, perante a estranha morfologia que o exemplar ostenta, se corresponderá a um capitel romano ou de outra época.

²⁵ Em exposição no Museu Regional de Sintra, com o nº de Inv. F/R/77/4.

²⁶ Cf. FERNANDES, ob. cit, pp. 179-187. Mais concretamente finais do sec. I, quanto a alguns elementos, em particular, ainda que seja o sec. II o mais adequado em termos cronológicos para a grande maioria. A Tese de Mestrado que, actualmente, está a ser levada a cabo pelo Dr. Carlos Vieira, na F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, poderá trazer uma nova luz sobre estes elementos arquitectónicos.

²⁷ Segundo informação oral dos proprietários da quinta onde a peça se encontra.

* Possível capitel que se encontra reaproveitado como material de construção numa edificação rural (Quinta da Granja, Concelho do Crato)²⁸. Realizado em granito, não sabemos se corresponde à base de um capitel ou a um troço de coluna (Fot. 29 e 30). Alguns materiais de época romana - tambores de coluna bem como silhares, frisos e uma *cupae* anepígrafa - podem ver-se espalhados pela quinta. A posição em que este elemento se encontra não nos permite observar se nos encontramos perante um capitel ou não, ainda que o prolongamento que a peça apresenta para o interior da parede em que encontra embebido, pareça indicar estarmos perante uma peça que alarga o seu perímetro e que apresenta decoração nas respectivas faces.

* Capitel de Alcácer do Sal (Fot. 31). Encontra-se num muro que ladeia a estrada que segue para a estação de caminho-de-ferro. Poder-se-á tratar de um capitel de época romana, ou talvez de cronologia posterior. O péssimo estado de conservação em que se encontra pouco nos permite afirmar quanto à sua identificação morfológica e correspondente datação. Parece-nos, no entanto, estarmos perante um capitel corintizante, decorado nas suas faces frontais por uma derivação estilizada do motivo liriiforme, talvez correspondente a uma época avançada, ainda que nos seja impossível precisar qualquer cronologia.

EXEMPLARES NÃO INCLUÍDOS POR RAZÕES METODOLÓGICAS

Não incluiremos neste trabalho um exemplar de Ponte de Sor, do tipo "jónico liso de influência toscana", ainda que tenhamos uma fotocópia da sua fotografia (Fot. 32) e esteja confirmada a sua existência. Foi-nos impossível visualizá-lo, como teremos ocasião de explicitar na análise comparativa deste tipo de capitéis²⁹.

A metodologia que seguimos quanto a este grupo de peças, a qual tomou em consideração a análise morfométrica dos exemplares, impediu-nos de a incluir no presente estudo.

²⁸ Lado esquerdo da estrada que vai de Alter do Chão para o Crato.

²⁹ Vide Capítulo 6.3 do presente Volume.

2.5 - A ARQUITECTURA DO TEXTO

O presente trabalho encontra-se organizado em quatro volumes. Se nos parece demasiado extenso esse facto prende-se quer com a quantidade de peças que foram identificados no território em análise quer pela metodologia por nós adptada.

Assim sendo, todo o Volume II corresponderá à análise comparativa dos cento e dezasseis capitéis agora registados.

Ainda que essas análises não sejam demasiado minúciasas procurámos estudar estas peças de forma a que as comparações estabelecidas não se limitassem a uma listagem monótona de paralelos, mas antes explicitando o porquê das comparações e tentando demonstrar a complexidade que o seu estudo implica.

Com efeito, e como nós próprios viemos a concluir, não nos parece pertinente o decalque de paralelos exactos, em termos de conjunto, para uma qualquer peça. As semelhanças ou diferenças têm que ser estabelecidas em relação aos diversos elementos - constituintes e decorativos - que cada exemplar ostenta. Será o somatório dessas informações que nos poderá indicar, quer uma mais correcta atribuição cronológica, quer a explicitação de correntes, estilos ou modismos decorativos, que se plasmam num determinado exemplar.

Este conjunto de informações terá, por outro lado, que ser balizado com contextos culturais determinados e com reelaborações estilísticas que se prendem directamente com realidades provinciais. Se tais modificações são relativamente fáceis de identificar quanto a alguns exemplares - estilização dos motivos decorativos, ausência de alguns dos elementos constituintes - em outros essa tarefa reveste-se de uma enorme complexidade, devendo-se essas peculiaridades a correntes próprias, a "tiques" de oficina ou a simples modismos, que tanto poderão ter ocorrido em solo hispano como em áreas centro-imperiais.

Esta realidade multifacial de difícil apreensão não se coaduna, como será de esperar, com comparações "*tout court*" onde são indicadas simples parencças morfológicas. A realidade contextual que esteve na base da criação de tais elementos depara-se-nos, com efeito, muito mais complexa e se, à partida, essa apreensão nos é negada, não será uma simples comparação de peças, em termos do seu "aspecto", que nos fornecerá mais alguma informação.

Ficará sempre a dúvida de saber se a metodologia que agora aplicamos se constitui, de facto, como a mais correcta. Simplesmente nos pareceu que, por exemplo,

em relação a algumas peças, a comparação morfológica não bastava por si, ou que, em outros casos, uma simples média das cronologias indicadas em termos comparativos ficava muito aquém do original em presença, ou pela sua especificidade, ou pelo contexto cultural em que, pensamos, teria sido produzido.

Desta forma, são as diversas peças, consideradas à vez isoladamente, em outras ocasiões relacionando-se com as suas congéneres, que ditaram a metodologia que agora aplicamos.

Assim sendo, a análise que realizamos dos capitéis toscanos ou do tipo "jónico liso de influência toscana", apresenta diferenças substanciais em relação aos restantes grupos.

A comparação morfológica com outros exemplares constitui não obstante, e na ausência de informações contextuais quanto à maioria dos presentes exemplares, uma das vias mais importantes, por vezes a única ao nosso dispôr, quando se trata de explicar a peça em presença. A este nível, os paralelos estabelecidos prendem-se quer com exemplares do centro do Império, quer com outros provenientes de províncias longínquas, ainda que se tenha procurado, tanto quanto possível, uma comparação com espécimes da restante província da Lusitânia ou com exemplares de solo hispano. Quanto a este aspecto, os levantamentos realizados até agora para o actual território espanhol corresponderam a um manancial informativo precioso.

As particularidades que algumas das nossas peças documentam poderiam, em nossa opinião, ser mais correctamente explicadas partindo de uma realidade provincial. O que corresponde a que não sejam nunca esquecidos contextos específicos quando se analisam materiais de províncias tão afastadas quanto a Bética, a Lusitânia ou a Tingitana. Tal não obsta a que modelos tenham sido simplesmente copiados, ou que verifique uma importação de peças. Todas estas vertentes terão, no entanto, que ser tomadas em linha de conta tentando, à partida, não sobrevalorizar nenhuma delas em desfavor de outras.

A análise morfométrica dos exemplares foi, do mesmo modo, tida em consideração. Se em relação a alguns, esse aspecto se depara secundário, a sua aplicação em relação a outros reveste-se de grande importância. Se este aspecto se revela pouco fértil no que diz respeito a alguns espécimes, a sua aplicação a outros mostrou-se importante nas análises específicas e gerais dos exemplares, no que se refere a normas ou padrões de grupo, denunciando assim, condições de produção similares.

A vertente métrica, quanto a estes últimos, permitiu-nos infirmar ou refutar ideias generalizadoras ou valorizar normas específicas para a sua criação. Assim, por exemplo, e se no que diz respeito aos capitéis toscanos e "jónico-lisos de influência toscana", é afirmado por alguns autores que idêntica altura do ábaco e do sumoscapo se constiui

como característica própria dos capitéis egípcios, tal identidade pode ser, de igual modo, verificada em alguns capitéis da Lusitânia Ocidental, sem que tal constância tenha que ser justificada por uma qualquer influência de capitéis dessa proveniência.

Neste caso, os factores métricos valeram por si, em termos de comparação relativa. Mas também, quanto a este aspecto, a análise contextual dos exemplares não deixou, tanto quanto possível, de ser tida em consideração.

Os cento e dezasseis exemplares foram divididos em vários grupos morfológicos: capitéis dóricos, toscanos, "jónicos lisos de influência toscana", jónicos, coríntios, coríntios de folhas lisas, corintizantes, compósitos e, por fim, capitéis mistos.

Esta individualização não segue, de forma rígida, a divisão por ordens arquitectónicas, quer no que se refere à estabelecida por Vitrúvio, o qual por exemplo, não considera nem os capitéis corintizantes nem os mistos, nem a que outros autores apresentam quando se trata de definir grupos tipológicos.

Se em alguns casos seguimos a classificação das ordens arquitectónicas clássicas - capitéis dóricos, toscanos, jónicos, coríntios, compósitos -, em outros casos introduzimos a designação já consagrada para capitéis que correspondem a uma modificação daqueles - capitéis corintizantes, folhas lisas, mistos.

A nomenclatura empregue e a divisão dentro destes grupos pode ser muito mais complexa do que a que agora apresentamos. No que diz respeito aos capitéis de folhas lisas, e só a título de exemplo, poderíamos subdividi-los em capitéis coríntios de folhas lisas; capitéis corintizantes de folhas lisas, ou mesmo, capitéis compósitos de folhas lisas. Optámos por não estabelecer tal distinção por duas razões. Por um lado, o número de exemplares não nos pareceu suficiente para justificar essa divisão, por outro, pareceu-nos mais importante a análise das peças no seu conjunto onde a característica principal - a de apresentarem folhas lisas - se mantivesse, o que não quer dizer que algumas das folhas ostentassem, por vezes, uma nervura ou a leve incisão denunciadora de alguns lóbulos. Se identidade alguma estabelecia a união entre estes exemplares, ela seria mais facilmente apreendida se analisada em termos globais, ao invés de criar grupos e sub-grupos artificiais.

A outros conjuntos de peças foi atribuída uma designação até agora inexistente. É o que acontece ao grupo que designamos por "capitéis jónicos lisos de influência toscana"³⁰, a qual se prende, exclusivamente com a aproximação morfológica realizada destas peças. A unidade dos exemplares incluídos neste grupo pareceu-nos de tal forma

³⁰ Até ao capítulo 6.3 deste Volume esta designação aparecerá sempre entre aspas as quais, no entanto, desaparecerão quando explicitarmos o termo.

evidente e marcante que achámos por bem não os integrar em outros grupos que oferecem características distintas.

Gostaríamos ainda de referir o caso concreto de *Ammaia*. Com efeito, em relação às peças provenientes desta localidade, actualmente S. Salvador de Aramenha, os exemplares serão designados, em termos de proveniência, com essa mesma designação - grupo, conjunto ou capitel de *Ammaia* - preterindo pois, o actual nome da localidade que lhe sucedeu. Em relação aos restantes exemplares essa particularidade designatória não será aplicada sendo referenciados segundo os nomes actuais das localidades de onde provêm.

Naquele caso, o conjunto é tão homogéneo em termos morfológicos, e tão importante em termos numéricos que não deixámos de nos sentir impelidos a empregar o nome latino daquela localidade.

No final das análises comparativas de cada um dos grupos ou tipos considerados são apresentados mapas, quadros e gráficos quando o número de peças assim o justificar. Desta forma existem grupos de peças - capitéis compostos e mistos - cujo número não justifica a apresentação desse material gráfico. No que se refere às análises comparativas os números referentes a essa informação extra que forem indicados ao longo do texto serão apresentados no final do respectivo sub-capítulo.

Ainda neste primeiro Volume, concretamente no Capítulo 6, os vários grupos de capitéis considerados serão analisados de forma teórica. Não pretendemos, no entanto, alongarmo-nos em relação a este tema. A evolução de cada capitel, dentro da ordem arquitectónica correspondente, será abordada do ponto de vista das alterações formais e estilísticas, técnicas e visuais, sendo muito breves os comentários apresentados quanto à evolução do capitel em termos teóricos, isto é, ao seu aparecimento e evolução global. Esses dados poderão, facilmente, ser encontrados em qualquer manual de arquitectura ou da história de arte, sem que seja necessário, mais uma vez, repetirem-se agora aquelas obras que têm por objectivo fornecer tal informação.

As informações teóricas que fornecemos procuram debruçar-se sobre as vertentes, sobretudo formais, estilísticas e culturais, que nos possibilitem auxiliar numa aproximação à realidade peninsular. Será essa a razão pela qual, na grande maioria desses capítulos, daremos informações quanto à evolução de tais ordens ou tipos no que se refere ao território actualmente espanhol, e igualmente à região actualmente portuguesa. Esta informação, não obstante, será apresentada de forma diferencial não obedecendo a um esquema rígido. Por exemplo, no que respeita ao Capítulo 6 os vários sub-capítulos apresentam uma organização interna que se coaduna com os temas versados, não obedecendo a uma estrutura prévia do seu desenvolvimento teórico.

Também em alguns casos, forneceremos informações quanto à existência e respectiva distribuição dos vários tipos de capitéis em actual território nacional. Ainda que essas informações não sejam exaustivas - não é esse o objectivo do presente trabalho - nem temos a pretensão de conhecer todos os capitéis que existem em Portugal - pensamos que uma visualização mais generalizada sobre o presente tema poder-nos-á auxiliar na tentativa de perceber uma realidade complexa de produção de elementos arquitectónicos no extremo ocidental da Península Ibérica, a qual não se compadece com as actuais fronteiras políticas. Tal levantamento será baseado ou em dados bibliográficos ou por um conhecimento directo de tais elementos.

No final de cada um desses capítulos serão apresentados mapas de distribuição - quer nacionais quer das peças a que respeita o estudo no território agora em análise -, gráficos e quadros que dirão respeito ao conjunto das peças que integram cada capítulo, apesar destes só serem estudados no Volume seguinte.

Os números de cada um dos exemplares corresponderão a uma ordem cronológica e serão mantidos em todos os locais, quer ao longo do texto e fotografias, quer no que diz respeito ao Catálogo - Volume III -. Aqui, o número de registo de cada peça, desenhos e fotografias correspondentes, que aparecem no final desse Volume, manterão a mesma ordem, correspondendo sempre ao mesmo exemplar e não significando qualquer numeração fotográfica ou gráfica.

As notas que apresentamos ao longo do texto são iniciadas em cada novo Capítulo. Deste modo, a cada análise comparativa, por exemplo, corresponderão novas notas que não surgem na sequência das anteriormente indicadas.

O último Volume corresponderá, não obstante o Capítulo 5 que o mesmo integra, às análises de conjunto que se podem estabelecer a partir dos exemplares analisados.

Todos os temas em análise nesta parte do trabalho correspondem a deduções, só pertinentes depois de uma análise mais detalhada e atenta dos referidos espécimes (daí que as análises comparativas do segundo volume incluam algumas considerações mais alargadas sobre os mesmos). O Capítulo 3, por exemplo, é realizado não tendo por base dados concretos quanto ao tema da integração arquitectónica dos capitéis, facto que só muito raramente acontece, mas sim partindo das características das peças no seu conjunto e tendo por base a sua contextualização histórica e espaço-temporal.

Também dedutivas serão as considerações elaboradas no Capítulo 4 referente às oficinas de produção dos capitéis que agora analisamos, ainda que considerando este fenómeno em termos globais da produção de elementos decorativos arquitectónicos em relação à Lusitânia Ocidental.

No final - Capítulo 6 do último volume - serão apresentados mapas e quadros gerais referentes aos cento e dezasseis exemplares analisados, os quais se reportarão ao texto apresentado no Capítulo anterior - Capítulo 5: "Considerações finais sobre o capitel romano no antigo território da Lusitânia Ocidental" -.

Por último, uma indicação quanto à apresentação das figuras e fotografias. Aquelas, aparecerão ao longo do texto ou no final de cada capítulo quando o seu número dificultar a respectiva consulta. Quanto às fotografias, elas aparecerão, sempre, no final de cada capítulo. Os desenhos foram por nós realizados, excepto o capitel **51** proveniente de Évora. A sua representação deve-se a Fátima Dias Pereira desenhadora da empresa de arqueologia Arkaios, a quem agradecemos.

Nem todos os exemplares serão objecto de representação gráfica, ou pelo seu estado de conservação ou pela impossibilidade de a realizar, como aconteceu com as peças da Igreja de St^a Maria da Alcáçova em Santarém.

2.6 - FIGURAS

Fig. 1 - Divisão administrativa da Península Ibérica durante o Império romano.

(Retirado de: ALARCÃO, Jorge de, *O Domínio Romano em Portugal*, Publ. Europa-América, Mem Martins, 1988, p. 40, fig. 8).

Fig. 2 - Delimitação da área geográfica de análise: Lusitânia Ocidental.

Fig. 3 - Principais vias terrestres da Lusitânia Ocidental que ligavam *Olisipo* a *Emerita Augusta*.

(Adaptado de: MANTAS, Vasco Gil da Cruz Soares, *A Rede Viária Romana da Faixa Atlântica entre Lisboa e Braga*, vol. II, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1996, Mapa I).

Fig. 4 - Igreja de Stª Maria da Alcáçova em Santarém (Esc. 1/100).

Indicação dos capitéis romanos (80, 81, 98, 99 e 100) e não romanos (a, b, c, d).



Fig. 1

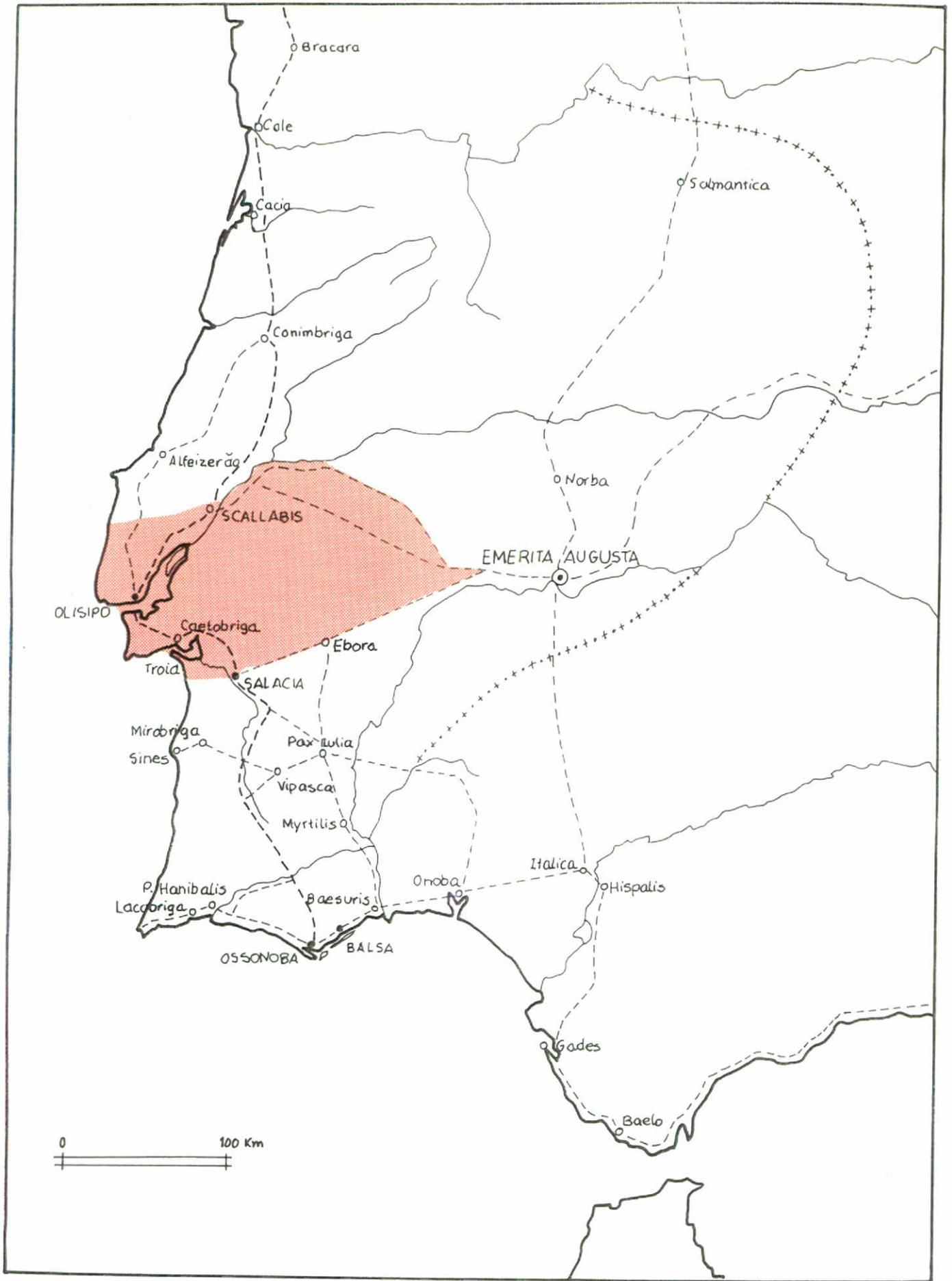


Fig. 2

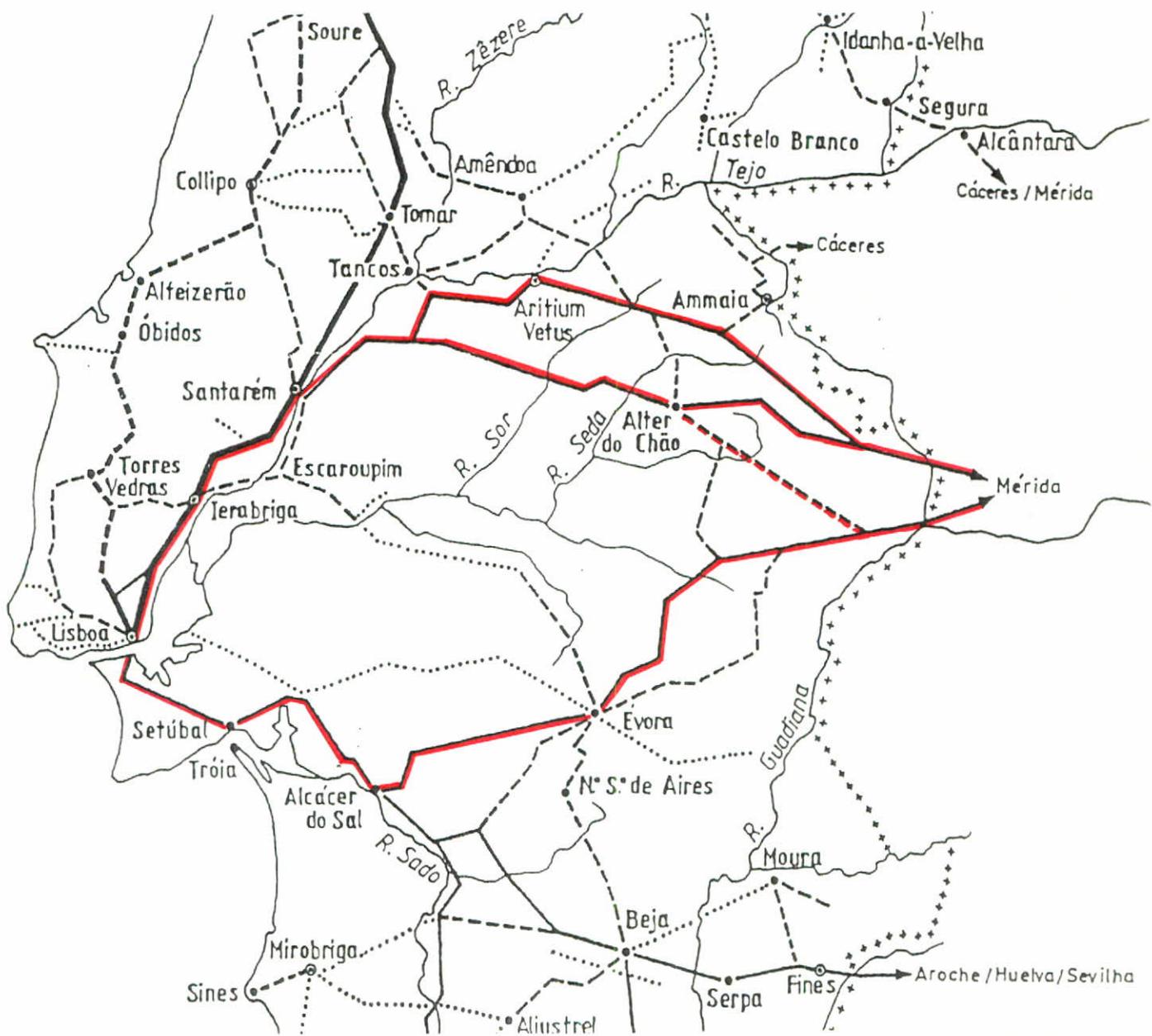


Fig. 3

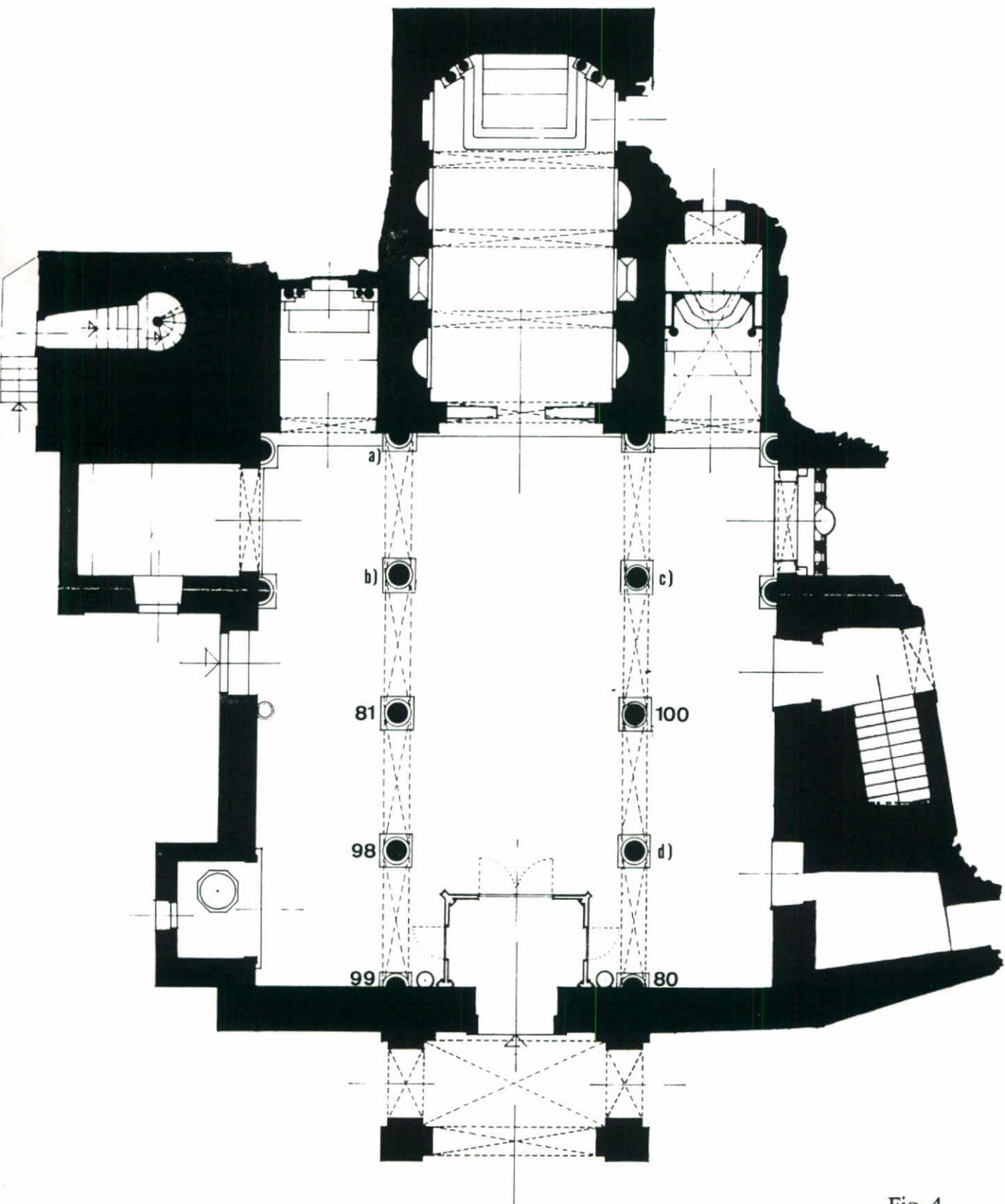
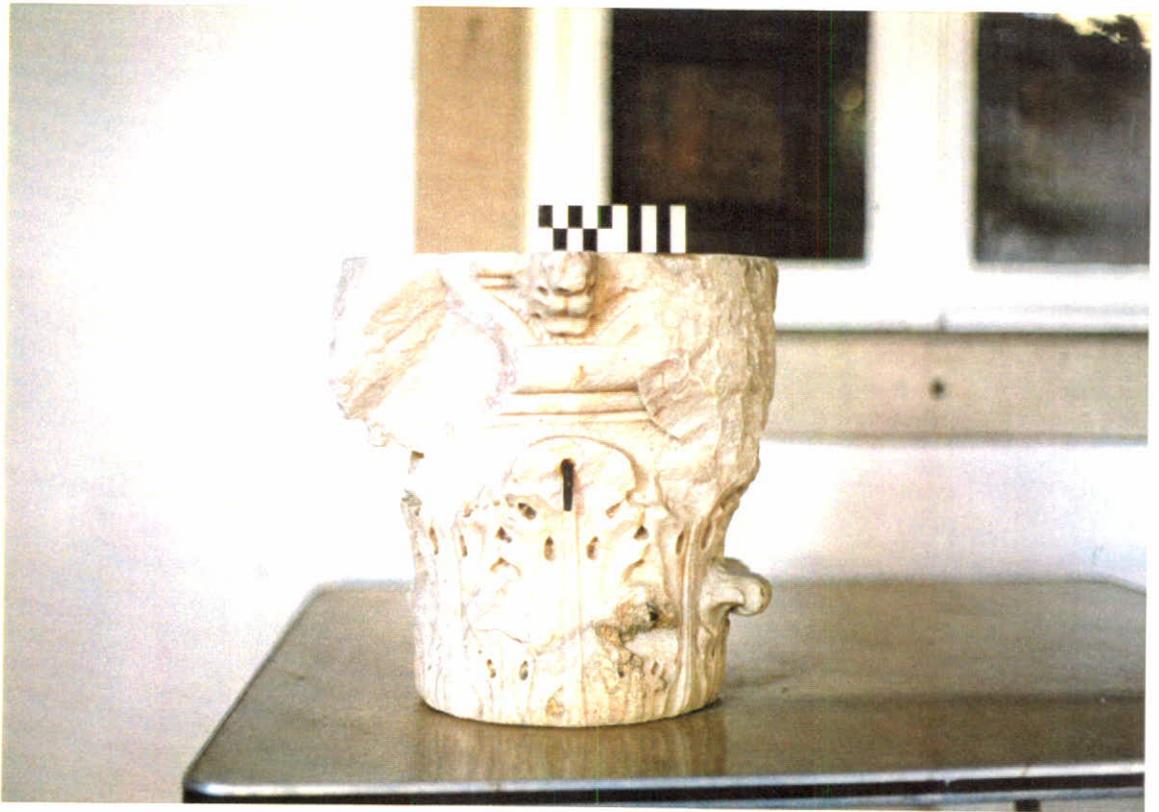


Fig. 4

2.7 - FOTOGRAFIAS

LISTAGEM DAS FOTOGRAFIAS

- Fot. 1 - capitel do Museu José Régio em Portalegre
- Fot. 2 e 3 - capitel em casa do Sr. Professor José Hermano José Saraiva, em Palmela
- Fot. 4 - capitel que encima o pelourinho na Praça Marquês do Pombal em Setúbal
- Fot. 5 - capitel nas reservas do Museu do Convento de Jesus em Setúbal
- Fot. 6 - capitel nas reservas do Museu do Convento de Jesus em Setúbal
- Fot. 7 - capitel da Igreja de Stª Maria da Alcáçova, em Santarém. Peça a).
- Fot. 8 - capitel da Igreja de Stª Maria da Alcáçova, em Santarém. Peça c)
- Fot. 9 - capitel da Igreja de Stª Maria da Alcáçova, em Santarém. Peça b)
- Fot. 10 - capitel da Igreja de Stª Maria da Alcáçova, em Santarém. Peça d)
- Fot. 11 - capitel do Museu Municipal de Torres Vedras
- Fot. 12 - Capitel do Museu de Évora
- Fot. 13 - Capitel do Museu de Elvas
- Fot. 14 e 15 - Capitel reutilizado como base na capela de S. Manços em Évora
- Fot. 16 e 17 - Dois capiéis do Museu Municipal Pedro Nunes, em Alcácer do Sal
- Fot. 18 - Capitel do Centro de Interpretação do Parque de S. Mamede em Castelo de Vide (exposição temporária)
- Fot. 19 - Capitel nas reservas do Museu de Arqueologia de Setúbal
- Fot. 20 - Capitel nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia
- Fot. 21 - Fragmento de capitel proveniente de Campo Maior (depositado no Serviço Regional de Arqueologia do I.P.P.A.R. em Évora)
- Fot. 22 e 23 - Fragmento proveniente das escavações arqueológicas do B.C.P. em Lisboa (depositado nas reservas de arqueologia do I.P.P.A.R.)
- Fot. 24 e 25 - Fragmento de capitel (?) depositado nas reservas do Museu Regional de Sintra
- Fot. 26 e 27 - Fragmento de capitel (?) do Museu Regional de Sintra
- Fot. 28 - Capitel existente na Quinta Belo Horizonte (Salão Frio, Freguesia de S. Lourenço, Concelho de Portalegre)
- Fot. 29 e 30 - Possível capitel reutilizado numa construção entre o Crato e Alter do Chão
- Fot. 31 - Capitel em Alcácer do Sal
- Fot. 32 - Capitel do tipo "jónico liso de influência toscana depositado em instalações camarárias (?) em Ponte de Sor.



Fot. 1



Fot. 2



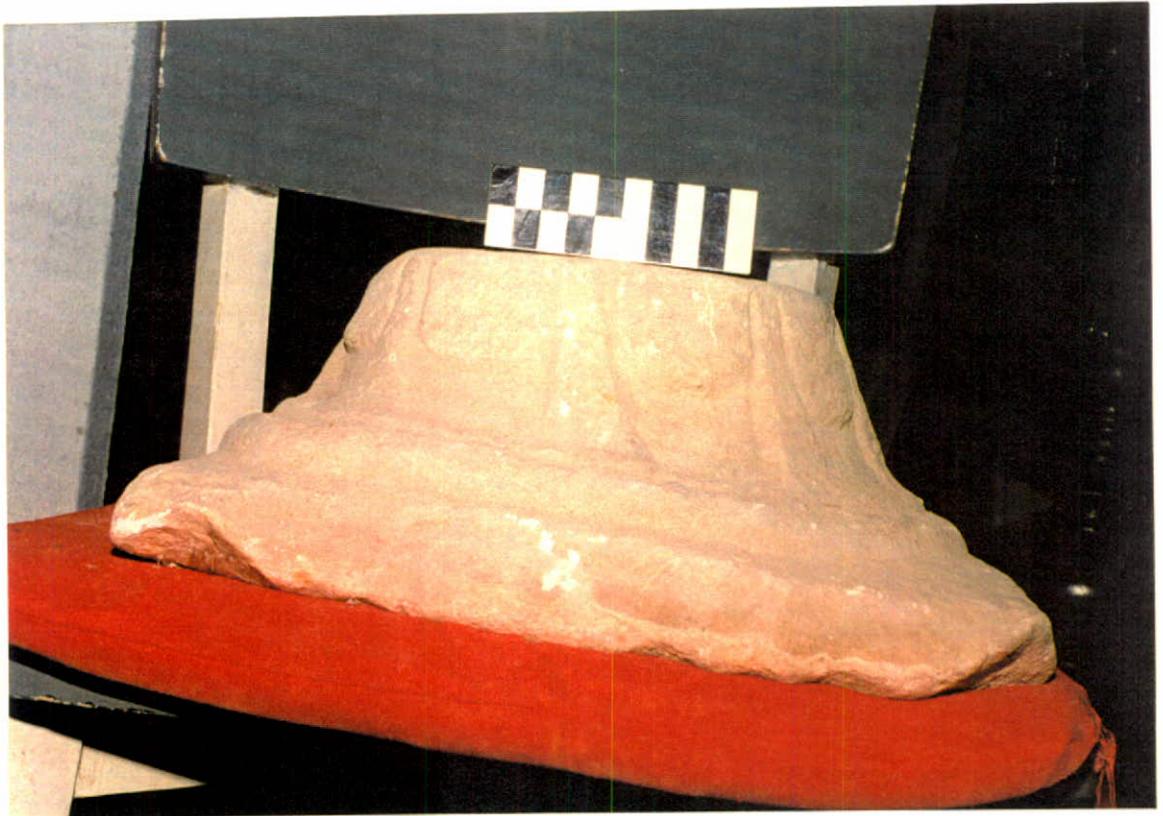
Fot. 3



Fot. 4



Fot. 5



Fot. 6



Fot. 7



Fot. 8



Fot. 9



Fot. 10



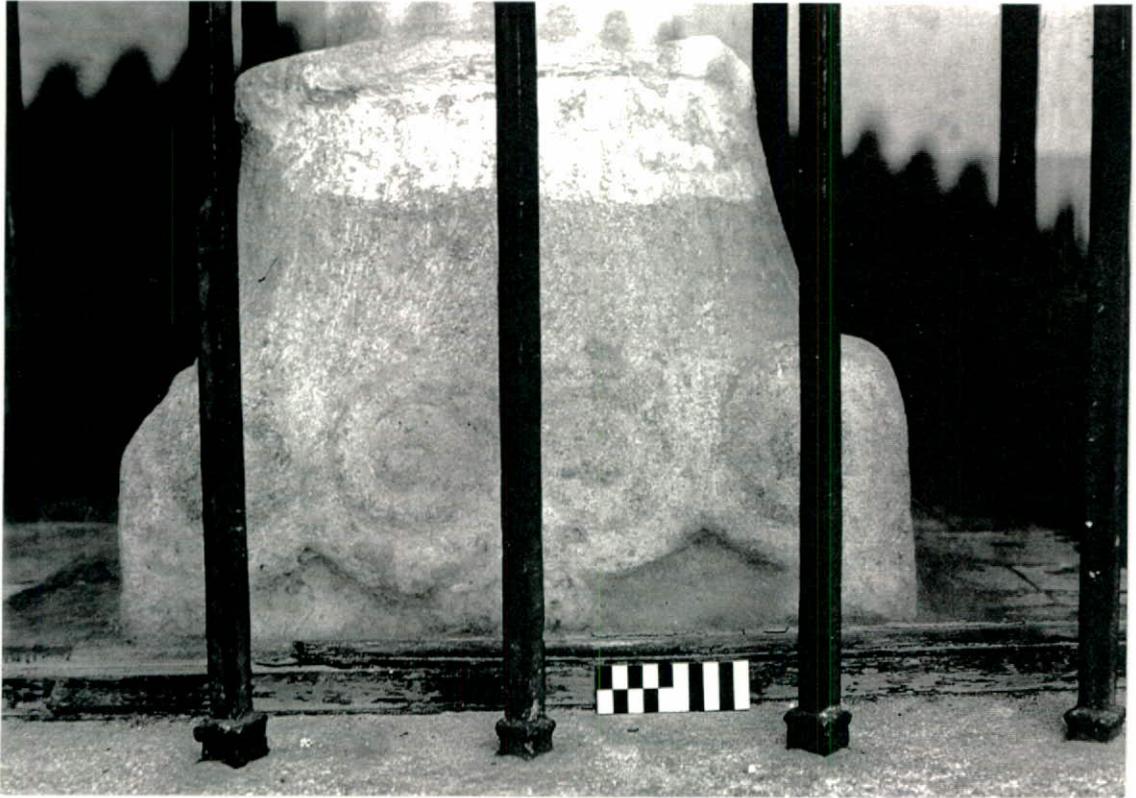
Fot. 11



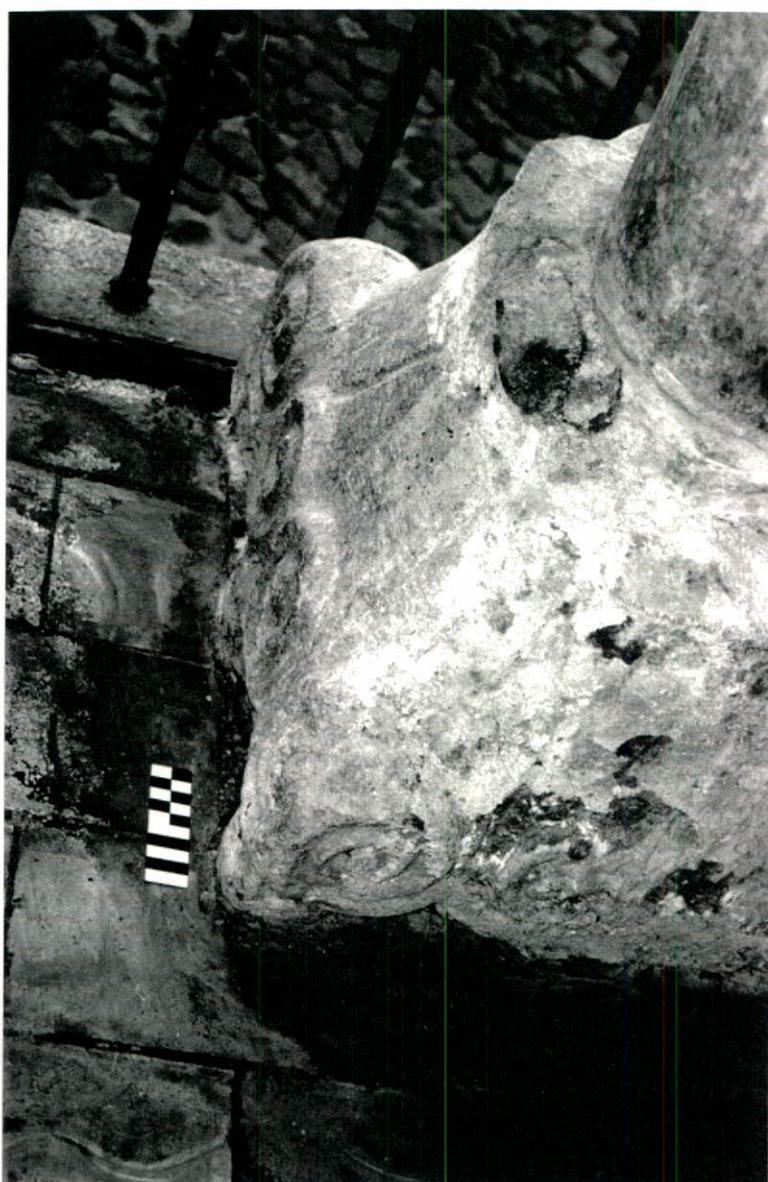
Fot. 12



Fot. 13



Fot. 14



Fot. 15



Fot. 16



Fot. 17



Fot. 18



Fot. 19



Fot. 20



Fot. 21



Fot. 22



Fot. 23



Fot. 24



Fot. 25



Fot. 26



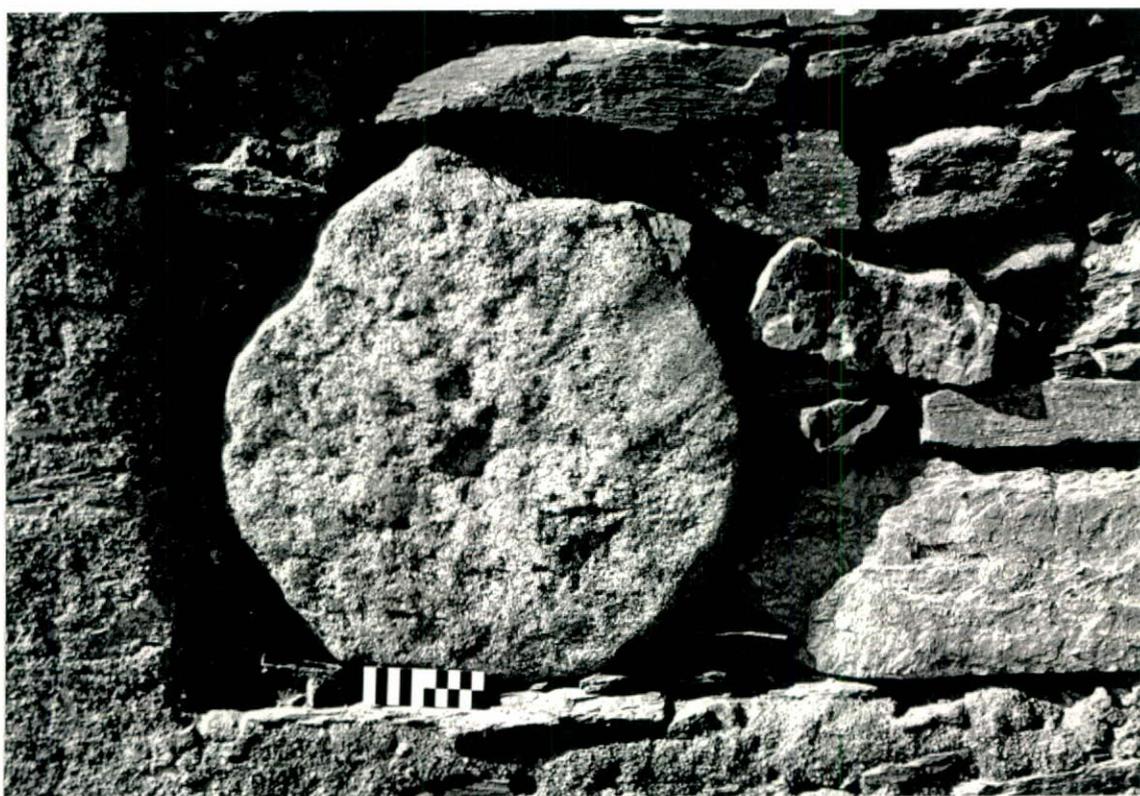
Fot. 27



Fot. 28



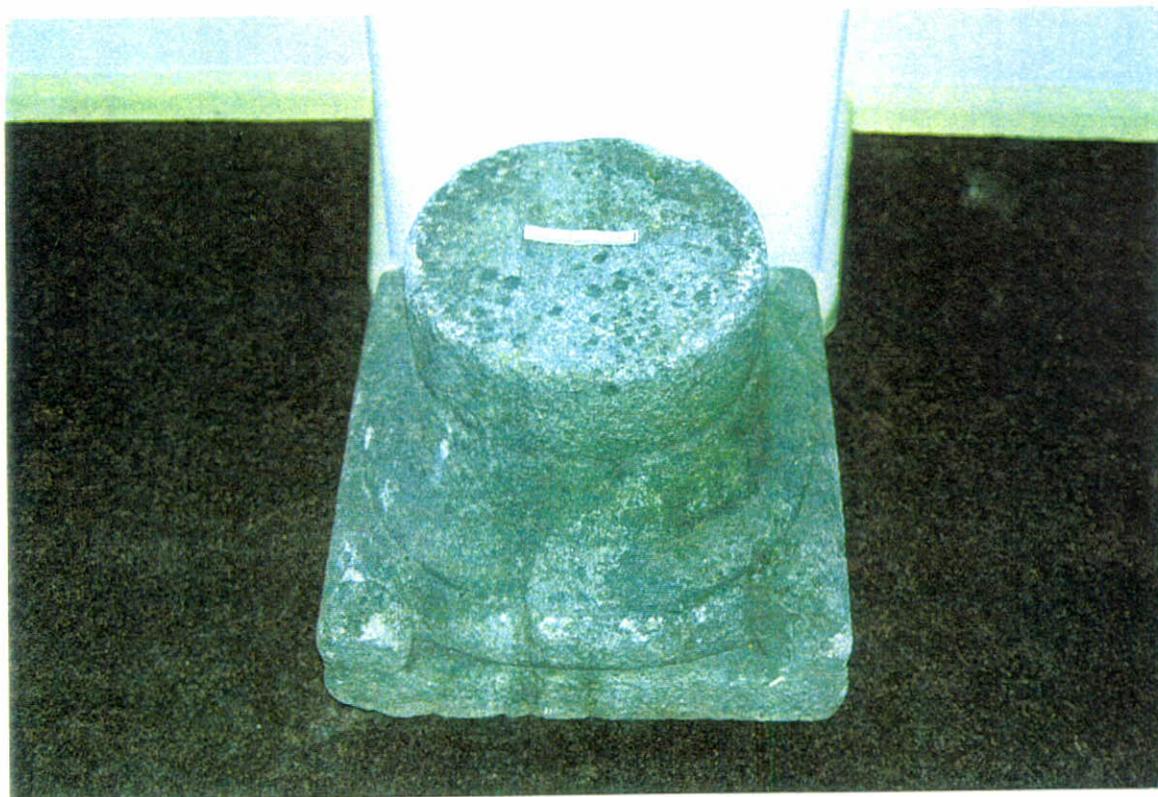
Fot. 29



Fot. 30



Fot. 31



Fot. 32

3 - CAPITÉIS VITRUVIANOS OU INADEQUAÇÃO FORMAL

3.1 - VITRÚVIO E A REPRESENTAÇÃO ARQUITECTÓNICA

A importância de Vitruvius em relação à arquitectura tem sido, desde há muito, sobejamente expressa e salientada, pelo que, nos absteremos de formular mais comentários sobre o assunto.

O nosso interesse reside, essencialmente, no facto de ser a partir deste arquitecto que a arquitectura pode ser considerada, poderíamos dizer, comensurável. Apresentando-se como arquitecto, e partindo do princípio de que é Vitruvius que define a própria função do ofício de arquitecto, constitui-se (já que segue, e pressupomos, os preceitos por ele mesmo indicados) como o primeiro profissional nessa área, conceptualizando os dois campos que definem a essência dessa função: a prática e a teoria, ou, se quisermos, o projecto e a construção.

Essa comensuração estabelece-se pela definição da forma arquitectónica como elaboração matemática. Ao pretender elevar a arquitectura ao nível de *scientia* a única via possível do seu exercício era aquela onde o gosto do encomendante, ou a tendência do artista, eram relegados para um plano meramente secundário, ou, se quisermos, de finalização ornamental, assumindo a essência da arquitectura, a sua projecção, segundo padrões normativos de *dispositione, ordinatione, distributione e symmetria*¹.

A definição deste novo campo, até então considerado "anumérico", porquanto os esquemas matemáticos de projecção copiavam modelos antigos ou elaboravam novas formas - ainda que, durante a República, as soluções mais frequentes fossem as que conciliavam estas duas metodologias -, abrangia, igualmente, tal como refere GEERTMAN, "a forma arquitectónica como beleza do conteúdo e da forma; a forma arquitectónica como função social"².

Encontram-se aqui presentes duas das principais vertentes vitruvianas. Por um lado, a ideia de a sua obra se constituir como "obra útil"³, de servir uma função e um propósito,

¹ GRANGER, Frank, (Trad.), *Vitruvius on Architecture*, Loeb Classical Library, Harvard University Press, London, 1995, Book I, C. II, 1 e ss. (p. 24 e 25).

² GEERTMAN, Herman, "Teoria e Attualità della Progettistica Architettonica", *Le Projet de Vitruve - Objet, Destinataires et Réception du De Architectura*, Collection de l'École Française de Rome, 192, Paris, 1994, p. 17 (tradução nossa do espanhol).

³ Sobre esta ideia *vide* NOVARA, Antoinette, "Faire Oeuvre Utile: La mesure de l'ambition chez Vitruve", *Le Projet de Vitruve - Objet, Destinataires et Réception du De Architectura*, Collection de l'École Française de Rome, 192, Paris, 1994, pp. 47-61.

por outro, a ideia de que só seguindo as normas prescritas se poderia atingir a perfeição, noção definida pela junção da estética, enquanto beleza, e da utilidade, enquanto forma. Não vejamos, no entanto, nestas premissas vitruvianas, a tentativa de um enclausuramento da liberdade criadora. Essas normas correspondem apenas ao caminho mais fácil, porquanto racional, para atingir um propósito. O núcleo, encerrador de uma justa proporção, postulava, ele próprio, uma liberdade projectiva ao arquitecto. Este, considerado enquanto "génio"⁴ e homem de saber - *Itaque eum etiam ingeniosum oportet esse et ad disciplinam docilem* -⁵ não podia prescindir de nenhuma delas para levar a bom termo o seu desiderato.

No centro dessa mensuração, o módulo poderia ser entendido, afinal, como uma "pequena medida", tal como nos refere ONIANS, isto é "...according to a system of proportion using a fixed modulus, ou «little measure»"⁶. As alternativas propostas por Vitruvius, na medida em que refere as distintas proporções a seguir em cada ordem, reflectem, antes de mais, uma tentativa de ilustrar de forma exaustiva as variadíssimas possibilidades de projectar em arquitectura.

Tal como em relação ao corpo humano, para o qual Policleto tinha definido as correctas proporções, também na arquitectura a perfeita proporção das partes entre si permitiria atingir a harmonia do todo. O sistema modular correspondia, assim, a um *modus*, igual em cada tipo de edificios, mas que variava consoante a dimensão dos mesmos podendo ser multiplicado ou desmultiplicado. A conceptualização vitruviana pretendia afirmar-se, deste modo, como uma tradução do natural, ou seja, como refere ONIANS, "Vitruvius and his Greek sources believed that nature had to be obeyed in art because scientific enquiry had shown that natural reality was bound by rules, and art had also to be founded on rules in order to achieve the status of science. To disobey those rules was to be both stupid and immoral"⁷.

Essa matematização presente em Vitruvius, certamente influência da teoria Pitagórica, não é mais do que a tradução para o construído das regras constatadas no mundo natural. A personificação das várias ordens - jónica, dórica e coríntia -, que também assumem a tradução matemática perfeita da proporção original do mundo natural, é disso uma ilustração à semelhança do que Aristóteles postulava sobre a origem da comédia e da tragédia.

⁴ O termo "génio" é aqui considerado como "dom natural", segundo a tradução de GRANGER, ob. cit., p. 7.

⁵ GRANGER, ob. cit., *Vitruvius*, Book I, C. I, 3. (p.6).

⁶ ONIANS, John, *Bearers of Meaning - The Classical Orders*, Princeton University Press, Princeton, New Jersey, 1988, p. 34.

⁷ ONIANS, ob. cit., p. 36.

A posição vitruviana situa-se na esteira platónica das relações inter-numéricas da busca do perfeito colocando-se, igualmente, no desenvolvimento conceptual dos ideais gregos, dos quais tinha conhecimento, sobretudo no que diz respeito à ordem jónica, ordem arquitectónica de eleição do mundo grego a par da ordem dórica ainda que esta fosse sendo paulatinamente relegada para segundo plano em favor daquela.

A descrição que Vitruvius oferece das diversas molduras, bases, capitéis e demais ornatos depara-se nos parca quando comparada com as relações matemáticas expressas sobre os mesmos. Isto é, tornar-se-ia quase impossível descortinar a forma perfeita de cada um dos elementos se as relações causais traduzidas de forma numérica não fossem explicitadas.

A matriz matemática vitruviana corresponde, assim, a uma normalização do múltiplo, a uma racionalização da diversidade, a uma conceptualização formal da explanação morfológica. A ausência dos desenhos que acompanhariam o tratado de arquitectura de Vitruvius⁸ criou aqui um grande vazio. Foi o próprio arquitecto a chamar a atenção para a representação gráfica, já que a escrita ficará sempre aquém do rigor do traço, e trará mais obscuridade do que certezas numa ciência que se pretendia exacta. É assim que no Prefácio do Livro V nos afirma "*Id autem in architecturae conscriptionem non potest fieri, quod vocabula ex artis propria necessitate concepta inconsueto sermone obiciunt sensibus obscuritatem*"⁹.

As primeiras edições impressas do tratado, surgidas no sec. XV¹⁰, não incluem ilustrações. A edição de Veneza, de 1511¹¹, foi a primeira a incluí-las, com cerca de cento e trinta desenhos, e será largamente utilizada em épocas posteriores.

A edição de 1521 de Cesare Cesariano¹² revela, no entanto, uma exactidão assinalável da transcrição gráfica das formas arquitecturais, ainda que copiando quase integralmente as aparecidas dez anos antes.

A necessidade de acompanhar o tratado com este tipo de representações foi sentida por Vitruvius, tal como no Renascimento a união da teoria e da prática implicou o desejo de indicar desenhos, ou esboços, onde a letra fosse explicitada pela forma.

A desmontagem do edificio, seguindo as proporções indicadas por Vitruvius, traduz, por outro lado, uma multiplicidade de alternativas que não esgotam a *ratio compositionis* em esquemas rígidos pré definidos.

⁸ Sobre este assunto vide RECHT, Roland, *Le Dessin d'Architecture - origine et fonctions*, Ed. Adam Biro, Paris, 1995, essencialmente pp. 119 e ss.

⁹ Trad. de GRANGER, ob. cit., *Vitruvius*, Book V, Preface, 2. (p. 250).

¹⁰ Ainda que existam algumas anteriores, como é o caso de um surgida no sec. X, que inclui, igualmente, alguns desenhos.

¹¹ Fra Giocondo, *De architectura libri decem*, Venise, 1511.

¹² Cesare Cesariano, *De Architectura libri decem*, Como, edição de 1521.

O Capítulo dedicado aos templos é o mais extenso e o mais pormenorizado. Aí se explanam as normas e comensurações que, em relação aos restantes edifícios, quase os poderíamos considerar como alterações ao esquema base do qual participam em maior ou menor grau. Mas também algumas dessas modificações são explicitadas pelo arquitecto, que não restringe essa mudança à substituição de fórmulas ou a novos esquemas matemáticos.

Deste modo, as mudanças e as relações são explicadas como fazendo parte de um todo orgânico em constante inter-relação. Consiste neste princípio a principal distinção entre a arquitectura grega e a romana. Embora as ordens arquitectónicas que esta última emprega sejam as mesmas do mundo grego, apesar de alteradas, modificadas, enriquecidas ou amputadas em alguns dos seus elementos constituintes ou decorativos, "...the new concept of system rather implies that the parts are conditioned by a general, comprehensive image"¹³. É esse todo, essa realidade díspar que, afinal, se pretendia tornar inteligível, tarefa só alcançável pela sua tradução em regras matemáticas denunciadoras de uma realidade também ela matemática, passíveis de se tornarem entendíveis, bem como imitáveis, pela correcta aplicação dos princípios prescritos. Não se tratava de criar, ou inovar, a função do arquitecto era a de aplicar correctamente as leis. No entanto, não se preconizava a cópia pura e simples, o "dom natural", dádiva caprichosa das divindades, do Olimpo ou do Capitólio, não era magnânime para todos os homens, somente alguns sendo escolhidos e, de entre estes, aqueles que pela sua vontade e perseverança procuravam estudar e entender essas leis, se poderiam considerar como os verdadeiros mentores desse entendimento.

Vitrúvio pode-se considerar bem próximo de nós quando refere que "*Cum in omnibus enim rebus, tum maxime etiam in architectura haec duo insunt, quod significatur et quod significat. Significatur proposita res, de qua dicitur; hanc autem significat demonstratio rationibus doctrinarum explicata*"¹⁴.

Distingue, deste modo, significado de significante, termos aos quais poderíamos justapor inúmeras designações propostas por autores modernos. Assim, indicariamos para o primeiro - significado - as definições de "interpretante" (Peirce), "referência" (Ogden-Richards), "conceito" (Saussure), "conteúdo" (Hjelmslev), ou ainda, e curiosamente, o

¹³ NORBERG-SCHULZ, Christian, *Meaning in Architecture*, New York, 1980, p. 55.

¹⁴ "Both in general and especially in architecture are these two things found; that which signifies and that which is signified. That which is signified is the thing proposed about which we speak; that which signifies is the demonstration unfolded in systems of percepts. Trad. de GRANGER, ob. cit., *Vitruvius*, Book I, C. I, 3. (p. 7)

de Morris "significatum". Quanto ao segundo - significante - indicáramos as de "signo" (Peirce), "símbolo" (Ogden-Richards), "expressão" (Hjelmslev) ou "sema" (Buysens)¹⁵. Qualquer que seja o termo adoptado, a questão resume-se na distinção entre a ideia que se pretende referir e a sua demonstração. Idealização, ou conceptualização, apostas a representação ou materialização. Muito próximos nos encontramos, como já referimos, das teorias platónicas. Os modelos ou paradigmas constituem-se, e exactamente por isso, como Ideia englobadora do conceito, em nível superior ao da representação física. A sua materialização é a plastificação na matéria de algo que, somente em parte, poderá participar dessa Ideia.

Mas é também Platão que emprega o *metron*, a medida. No *Filebo* refere, explicitamente, que "Em todas as coisas, a medida e a proporção constituem a beleza e a virtude". A ligação ao sentido estético¹⁶, só alcançado pela tradução numérica, será o caminho mais viável para fazer participar o mundo das coisas no mundo das Ideias. Influenciada pelo pitagorismo, a teoria platónica, como a de Aristóteles, reflecte afinal, a necessidade da quantificação ou da normalização do múltiplo como passo indispensável para atingir o Belo ou a Harmonia.

Seguindo nesta esteira, Vitruvius mostra-se conhecedor e impregnado das teorias dos pensadores gregos, transportando para o campo da arquitectura aquilo que, até então, tinha ficado circunscrito ao campo dos significantes e significados não explícitos pragmaticamente. A possibilidade representativa torna-se, em Vitruvius, a maior das suas conquistas, ou, como refere FICHET, "...la représentation est rendue possible par l'insertion - ou l'intrusion - entre les mots et les choses, entre le signifiant et le signifié d'un troisième terme qui est la liaison entre l'un et l'autre"¹⁷.

¹⁵ Paralelos indicados por ECO, Umberto, *O Signo*, Editorial Presença, Lisboa, 1997, p. 25.

¹⁶ Sobre este aspecto vide BAYER, Raymond, *História da Estética*, Editorial Estampa, Lisboa, 1979.

¹⁷ FICHET, Françoise, *La Theorie Architecturale a l'Age Classique*, Pierre Mardaga Éditeur, s/d, Bruxelles p. 6.

3.2 - OS CAPITÉIS SEGUNDO AS PROPORÇÕES VITRUVIANAS

O sec. I a.C. pode ser definido , em termos de arquitectura, como uma período de eclectismo. As guerras militares, as conquistas de novos territórios, bem como a acumulação de riquezas provenientes do espólio de guerra e destinada a uma elite política, transformaram a sociedade romana na essência dos valores pré-estabelecidos de forma ainda mais profunda do que em relação aos seus sinais exteriores de cultura

O domínio arquitectónico reflecte bem essa multiplicidade vivencial. Traduzindo-se numa emergência de tipos, estilos e variedades ornamentais e decorativas, os edificios então erigidos, dos quais poderíamos apontar como exemplos o teatro de Marcelo, o templo de *Apollo Sosianus* ou ainda o mausoléu de *Eurysaces*, construídos em Roma nos finais do sec. I a.C., poderão ser considerados como paradigmas de uma arquitectura atípica, que bem testemunha as variedades das influências formais que então se faziam sentir. Grandiosas, estranhas, majestáticas e estáticas, estas construções eram documentos de uma nova riqueza que traduzia, em termos volumétricos, uma nova e distinta contextualização vivencial.

"The result was an ever-increasing range of architectural types and architectural forms, as Pompey, Caesar, and Anthony all rose and fell without establishing clear traditions. This was the disordered world that Augustus found after his victory over Anthony at the Battle of Actium in 31 B.C., and this was the world he was to weld into the Roman empire"¹⁸. Tal como nos refere John ONIANS, era este o panorama arquitectónico e urbanístico da cidade que seria, passado pouco tempo, a cabeça do Império Romano.

A subida de Augusto ao poder instaurou uma mudança decisiva na sociedade. A unificação de um território tão grande não poderia, como bem entendeu o futuro imperador, ser exclusivamente levada a cabo pelo poder das armas. Haveria, antes de mais, que proceder a uma alteração das mentalidades introduzindo novos valores. Nesse câmbio cultural a iconografia jogou um papel decisivo.

Mais uma vez é o recurso à forma, como significante, para atingir uma alteração do significado, da "coisa mental". A imagética a adoptar desempenharia a dupla função de se constituir com representante e como signo, ou seja, na ausência mental de um significado, o signo funcionaria como garante da sua existência, imediatamente reconhecível, mesmo sem que despertasse raciocínios de assimilação ou relação.

¹⁸ ONIANS, ob. cit., p. 32.

Entendido assim o signo como "elemento do processo de significação"¹⁹, a sua explanação, a partir de uma dada altura, passou a tornar-se roupagem desnecessária.

Neste processo de recolha de novas imagens e signos, isto é, de representantes fiáveis e instantâneos de uma Ideia, desempenhou papel fundamental o contributo do mundo iconográfico grego. De conquistador, o Império passou, neste sentido, a conquistado. A importação dos novos modelos fez relegar para segundo plano os antigos conceitos de romanidade, despindo uma roupagem austera e rude por uma outra, mais orgânica, mais bela e grandiosa.

Os capitéis são, neste sentido, e considerados enquanto entidade física de uma Ideia, elementos de extrema importância, jogando um papel fundamental numa arquitectura que se pretendia, antes de mais, representativa.

A ordem Dórica era considerada como aquela que, pela sua essência, se constituía como a mais representativa do espírito grego, na esteira da sua utilização em edifícios de culto, tal como podemos observar no Templo dos Dióscuros, ou no Templo da Concórdia (perto de Agrigento), ou ainda no Heraion, ou templo de Hera, bem como no de Segesta (Sicília), no de Neptuno (Pesto), ou no de Apolo (Corinto). O hieratismo e o sistema em trilite destes edifícios marcou, decisivamente, a arquitectura futura. Demasiado estática, no entanto, as modificações posteriores deste esquema básico documentam bem a tentativa de aligeirar essa horizontalidade e a imagem pesada e austera que tais edifícios transmitiam, objectivo desde logo procurado durante a época helenística com o alongamento das proporções das respectivas partes constituintes. No sec. IV a.C já a ordem dórica tinha chegado à proporção de 1/6.

No entanto, as restantes ordens denotavam com clareza a sua independência em relação àquela. Assim, a ordem jónica, se em alguns monumentos de grande dimensão atingia a proporção de 1/8, a mais vulgar nos restantes era a de 1/9, ainda mais alongada. Esta preocupação em alongar as colunas e em altear os edifícios constitui-se como um traço marcante da arquitectura helenística, tendência que iremos encontrar, de igual forma, em Vitruvius herdeiro, em grande medida, dessa tradição.

A primeira ordem que Vitruvius descreve é a Jónica, logo no seu Livro III, enquanto as restantes só serão analisadas no Livro IV, o que documenta bem a influência helenística já que se considerava a ordem jónica como a mais elegante e a mais proporcionada, mesmo que não fosse a favorita quando se tratasse de levantar um templo. Aliás, a ordem dórica permanecia como a mais importante em relação a templos dedicados a deuses, sendo a ordem jónica relegada para as divindades femininas.

¹⁹ Sobre a noção de "signo" *vide* ECO, ob. cit., essencialmente pp. 23 e ss.

"Scapis columnarum statutis capitulorum ratio si pulvinata erunt, his symmetriis conformabuntur, uti, quam crassus imus sacpus fuerit addita octava decuma parte scapi, abacus habeat longitudinem et latitudinem; crassitudinem cum volutis eius dimidiam. Recedendum autem est ab extremo abaco in interiorem partem frontibus volutarum parte duodevicensima et eius dimidia. Tunc crassitudo dividenda est in partes novem et dimidiam, et secundum abacum in quattuor partibus volutarum secundum extremi abaci quadram lineae dimittendae, quae cathetoe dicuntur. Tunc ex novem partibus et dimidia una pars et dimidia abaci crassitudo relinquatur, reliquae octo volutis constituantur. Tunc ab linea quae secundum abaci extremam partem dimissa erit, in interiorem partem alia recedat unius et dimidiatae partis latitudine. Deinde hae lineae dividantur ita, quattuor partes et dimidia sub abaco relinquatur. Tunc in eo loco, qui locus dividit quattuor et dimidiam partem, centrum oculi; signeturque ex eo centro rotunda circinatio tam magna in diametro, quam una pars ex octo partibus est. Ea erit oculi magnitudine, et in ea catheto respondens diametros agatur. Tunc ab summo sub abaco inceptum in singulis tetrantorum actionibus dimidiatum oculi spatium minuatur, doneque in eundem tetrantem qui est sub abaco, veniat. Capituli autem crassitudo sic est facienda, ut ex novem partibus et dimidia tres partes praependeant infra astragalum summi scapi; cymatio, adempto abaco et canali, reliqua sit paras. Proiectura autem cymatii habet extra abaci quadram oculi magnitudinem. Pulvinorum baltei abaco hanc habeant proiecturam, uti circini centrum unum cum sit positum in capituli tetrante et alterum deducatur ad extremas partes tangat. Axes volutarum nec crassiores sint quam oculi magnitudo, volutaeque ipsae sic caedantur altitudinis suae duodecimam partem. Haec erunt symmetriae capitulorum, quae columnae futurae sunt ab minimo ad pedes XXV. Quae supra erunt, reliqua habebunt ad eundem modum symmetrias, abacus autem erit longus et latus, quam crassa columna est ima adiecta parte VIII, uti, quo minus habuerit altior columna contractum, eo ne minus habeat capitulum suae symmetriae proiecturam et in altitudine suae partis adiectionem".²⁰

²⁰ Versão latina do texto de Vitrúvio apresentada na versão inglesa da Loeb Classical Library, ob. cit., pp. 186, 188 e 190.

É este o excerto do texto onde Vitruvius trata das proporções e medidas do capitel jónico. Apresentaremos, em seguida, uma breve tradução do mesmo²¹:

- Assim que as colunas forem assentes, as proporções do capitel jónico serão conformes com as seguintes simetrias, a saber: dar-se-á ao comprimento e largura do ábaco a medida correspondente à oitava parte do imoscapo da coluna. A altura do capitel com as volutas, corresponderá a metade desta medida. Do ângulo do ábaco, e dirigindo-se para a face frontal das volutas tomar-se-á a medida de uma oitava parte e meia. A seguir, a altura do capitel será dividida em nove partes e meia, pelas quais se farão cair linhas verticais, designadas por catetos, a partir do ábaco. Destas nove partes e meia, uma parte e meia será deixada para a espessura do ábaco, e as restantes oito partes, serão atribuídas às volutas. Uma linha vertical deixar-se-á cair no extremo do ábaco e outra linha se deixará cair a uma distância de uma parte e meia. Estas linhas serão divididas de forma a que quatro partes e meia ficarão por baixo do ábaco. O ponto de intersecção que divide a quarta parte e meia e o terço e meio corresponde ao centro da voluta: será desenhado a partir daí um círculo completo que terá o diâmetro de uma das partes dessas oito em que se dividiu o capitel. Essa medida corresponderá ao diâmetro do olho da voluta. No centro desta far-se-á um uma linha vertical. Depois, e começando na linha inferior do ábaco, o raio da circunferência irá diminuindo metade do diâmetro do olho da voluta descrevendo-se esse círculo pelos quadrantes até chegar ao que se posiciona por baixo do ábaco. A altura do capitel será de forma a que das nove partes e meia três partes ficarão por baixo do astrágalo que se situa por cima do fuste da coluna. As restantes parte ficarão para o cimácio, ábaco e canal da voluta. A projecção do cimácio para além do ábaco será a medida do olho da voluta. Os *puluini* terão a seguinte projecção: uma ponta do compasso será colocada no centro do olho da voluta, e a outra ponta será colocada no topo do cimácio; o círculo que descreve marcará o extremo do *puluinus* lateral. Os eixos das volutas não deverão ser afastados entre si mais que um diâmetro do olho das mesmas, e as volutas deverão ter um canal que terá de largura 1/12 parte da sua altura. Estas serão as proporções dos capitéis quando as colunas tiverem 24 pés. Nos

²¹ A tradução que apresentamos é feita com base na tradução de GRANGER, ob. cit., pp. 187, 189 e 191, e na tradução espanhola da autoria de ORTÍZ Y SANZ, Don Joseph, *Los Diez Libros de Architectura de M. Vitruvio Polión*, Barcelona, 1987, edição em *fac similiae* (1ª impressão do ano de 1787) bem como no esquema do capitel jónico apresentado na *Enciclopédia dell'Arte Antica*, 1973, Lám. 316, segundo o esquema de Puchstein. Uma vez que não dominamos esta língua a tradução correcta de cada um dos termos indicados no texto original poderá não ter uma correspondência directa com as designações agora apresentadas, correspondendo sim a uma tradução livre do texto latino.

casos em que as colunas forem maiores, as proporções serão calculadas da mesma forma. O comprimento e a largura do ábaco será igual à largura da coluna na sua base com a adição de uma nona parte ... -

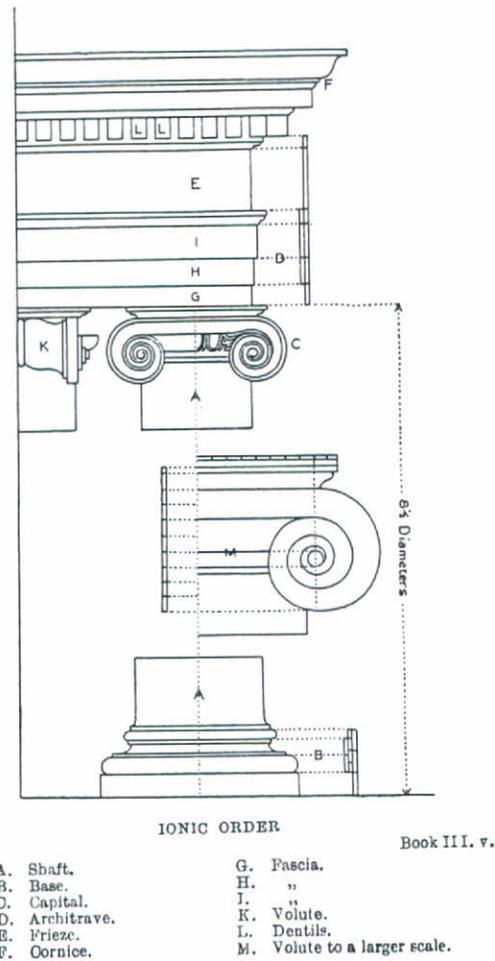


FIG. 1
Ordem jónica²².

²² Ordem jónica apresentada no livro de GRANGER (trad.), ob. cit., Plate C.

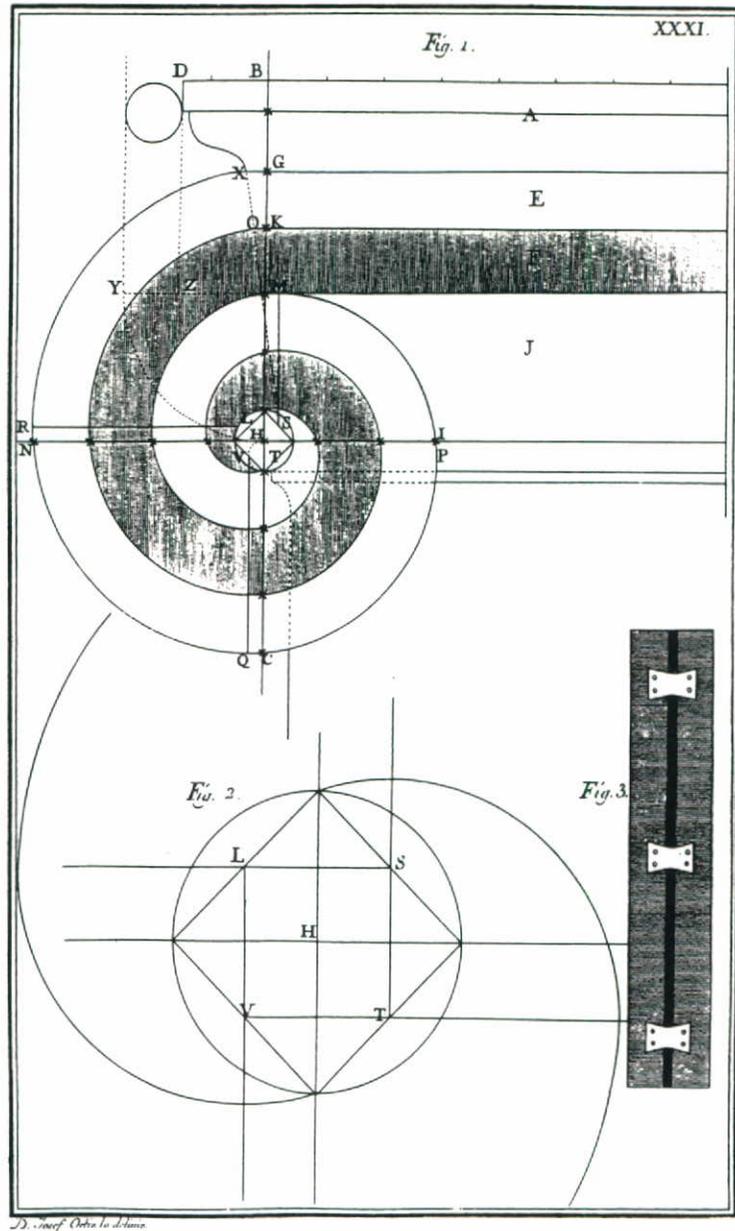


FIG. 2

Explicação da voluta jónica vitruviana²³.

O capitel que a seguir é nomeado por Vitruvius corresponde ao capitel de ordem coríntia, que assim no-lo descreve²⁴:

²³ ORTÍZ Y SANZ, (trad.), ob. cit. Lámina XXXI, "Figura I: Descripción de la voluta Jónica de Vitruvio: A- Ábaco; E- Cestilla del coxin; F- canal; J- cimacio, ó sea echino; P- astrágalo del sumoscapo. Figura 2: Ojo de la voluta representado en grande para mayor claridad".

²⁴ Vide n. 20, pp. 208 e 210.

"Eius autem capituli symmetria sic est facienda, uti, quanta fuerit crassitudo imae columnae, tanta sit altitudo capituli cum abaco. Abaci latitudo ita habeat rationem, ut, quanta fuerit altitudo, tanta duo sint diagonia ab angulo ad angulum; spatia enim ita justas habebunt frontes quoquoversus latitudinis. Frontes simentur introrsus ab extremis angulis abaci suae frontis latitudinis nona. Ad anum capituli tatam habeat crassitudinem, quantam habet summa columna praeter apothosim et astragalum. Abaci crassitudo septima capituli altitudinis. Dempta abaci crassitudine dividatur reliqua pars in tres, e quibus una imo folio detur; secundum folium mediam altitudinem teneat; coliculi eandem habeant altitudinem, e quibus folia nascuntur proiecta, uti excipiant quae ex coliculis natae procurrunt ad extremos angulus volutae; minoresque helices intra suum medium, qui est in abaco; flores subiecti scalpantur (...). Ita his symmetriis corinthia capitula suas habebunt exactiones."

Apresentamos em seguida a tradução do mesmo²⁵:

- As proporções do capitel coríntio serão as seguintes: a altura do capitel com o ábaco será igual ao diâmetro do imoscapo da coluna. A largura do ábaco ser-lhe-á proporcional: a diagonal do ábaco, de ângulo a ângulo será igual a duas vezes a altura do capitel. A elevação da parte frontal, em todas as faces, terá a seguinte largura: as faces curvarão para o interior a partir do extremo dos quatro ângulos do ábaco a nona parte da largura da face. A parte inferior do capitel terá o diâmetro do sumoscapo, excluindo a parte correspondente ao astrágalo bem como ao colarinho superior da coluna. A espessura do ábaco será uma sétima parte da altura do capitel. Se excluirmos a espessura do ábaco, a parte restante será dividida em três partes, uma das quais será correspondente à coroa inferior de folhas. A segunda coroa terá dois terços. Os caulículos terão a mesma altura das folhas e sairão de entre elas projectando-se para o exterior a fim de receber as volutas as quais se elevam a partir dos caulículos em direcção aos extremos angulares. As pequenas espirais [hélices] serão esculpidas de forma a que se elevem até à flor que se situa no centro do ábaco. Nas quatro faces serão esculpidas estas flores cuja largura será igual à espessura do ábaco. Com estas proporções, os capitéis Coríntios terão proporções adequadas -.

²⁵ Vide n. 21. GRANGER, p. 209 e 211; ORTÍZ Y SANZ, pp. 84 e 85.

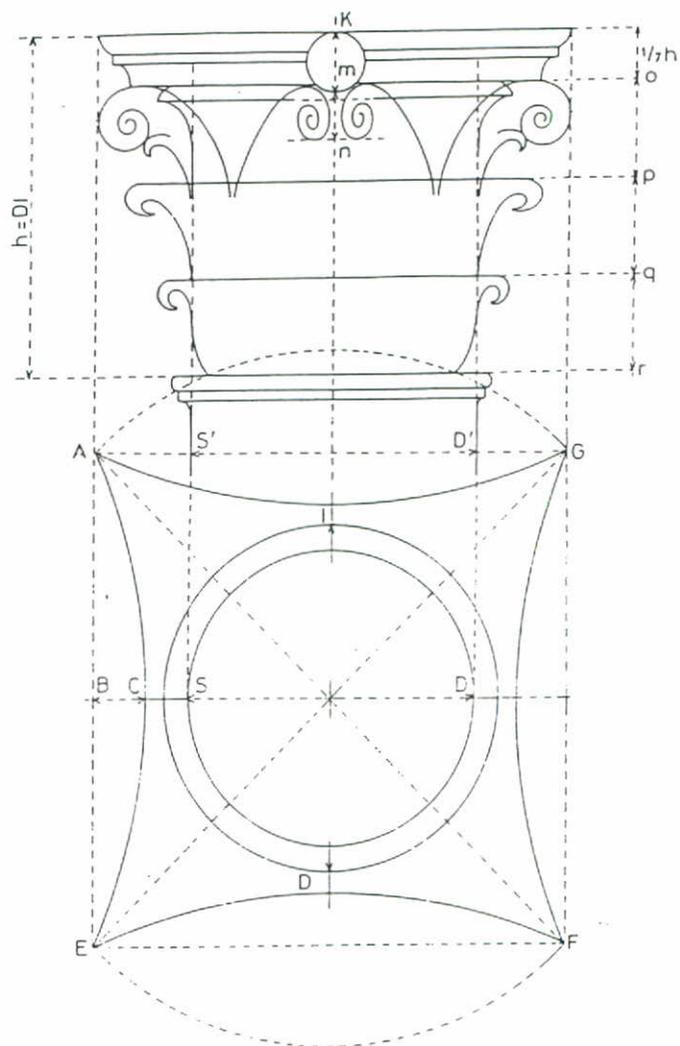


FIG. 3
Capitel coríntio²⁶.

²⁶ Reconstrução do capitel coríntio segundo a *Enciclopédia dell'Arte Antica*, Atlante, 1973, Lámina 358.

A ordem que a seguir Vitruvius nos descreve é a ordem Dórica:

Vitruvius – Livro IV. C. III

*"Capituli crassitudo unius moduli, latitudo duorum et moduli sextae partis. Crassitudo capituli dividatur in partes tres, e quibus una plinthus cum cymatio fiat, altera ehinus cum anulis, tertia hypotrachelion".*²⁷

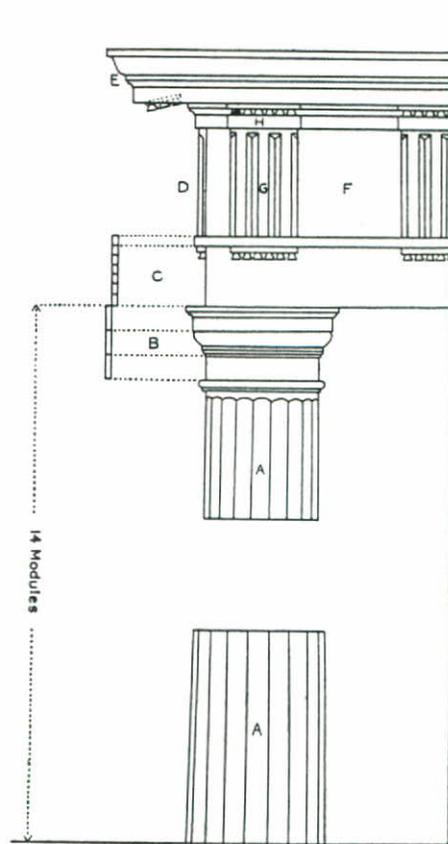
A tradução que apresentamos²⁸ é a seguinte:

- A altura do capitel será dividida em três partes, uma delas corresponderá ao ábaco com o seu cimácio; a segunda será o equino com os seus filetes; a terceira corresponderá à garganta -²⁹

²⁷ Vide n. 20. GRANGER p. 220.

²⁸ Vide n. 21, GRANGER, p. 221; ORTÍZ Y SANZ, pp. 90 e 91.

²⁹ Curioso que, quando Vitruvius nos fala do capitel dórico faz directa referência à proporção do templo, facto que também constatamos em relação às restantes ordens. No entanto, ele indica explicitamente o "módulo" como sendo a partir dele, e com múltiplos sucessivos dessa medida, que se projectará o restante edifício, referindo ainda, que esse "módulo" deriva do módulo grego o qual era designado por *embater*. Não esconde pois a total derivação do *modus faciendi* de época grega, antes a explicita como garante da correcta teorização do seu tratado.



DORIC ORDER

Book IV. ill.

- | | |
|----------------|-------------------------|
| A. Shaft. | E. Cornice. |
| B. Capital. | F. Metope. |
| C. Architrave. | G. Triglyph. |
| D. Frieze. | H. Capital of Triglyph. |

FIG. 4

Ordem dórica³⁰.

³⁰ Ordem Dórica apresentada no livro de GRANGER (trad.), Plate E.

Por fim, a última ordem tratada por Vitrúvio, no que se refere a capitéis e respectiva proporção, diz respeito ao capitel toscano, também no seu Livro IV, vejamos:

Vitrúvio – Livro IV. C. VII.

"Capituli altitudo dimidia crassitudinis. Abaci latitudo quanta ima crassitudo columnae. Capitulique crassitudo dividatur in partes tres, e quibus una plintho, quae est in abaco, detur, altera echino, tertia hypotrachelio cum apophysis".

A tradução será a seguinte:

- A altura do capitel será metade do diâmetro do imoscapo da coluna, a largura do ábaco corresponderá a esse diâmetro. O capitel será dividido , quanto à sua altura, em três partes, uma será dada ao plinto ou ábaco, outra ao equino ou óvulo, a terceira ao *hypotrachelium* com a sua *apophysis* -

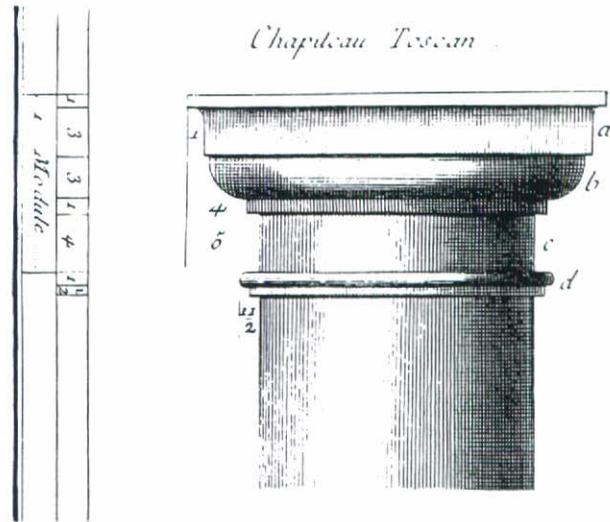
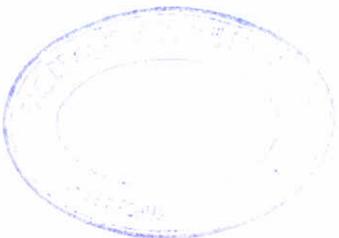


FIG. 5
Capitel toscano³¹.

³¹ Capitel toscano apresentado na obra de DIDEROT e D'ALEMBERT, *l'Encyclopédie*, Volume de Arquitectura, Tours, reimpressão de 1994, Planche VII.



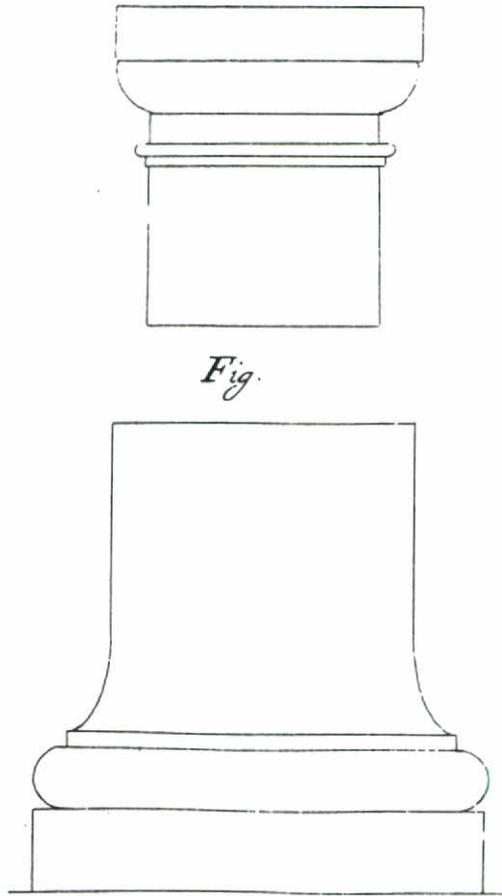


Fig.

FIG. 6
Capitel e base toscana³².

Com a descrição destas quatro ordens, Vitruvius termina as indicações sobre o modo de projectar os capitéis. No entanto, é ele próprio quem refere, no Livro IV, C.I, 12., que existem outros tipos, não explicitando quais, ainda que, e segundo as suas palavras, eles se devam articular segundo as indicações descritas para os capitéis que, assim, ele considera como os mais importantes.

³² Capitel toscano apresentado na tradução do *De Architectura* de ORTÍZ Y SANZ, ob. cit., Lámina XXXII, com a seguinte legenda: "Figura 4. Basa y capitel Toscano, segun Vitruvio Lib. IV, Cap. 7, p. 102. La proyectura de esta basa va conforme la de la Atticurga, puesto que Vitruvio no se la difine".

3.3 - INADEQUAÇÃO FORMAL OU CÓPIA DE MODELOS NA LUSITÂNIA OCIDENTAL

A escolha de Vitruvius quanto aos capitéis a descrever surge-nos, logo à partida, como curiosa.

Ao capitel jónico, como ao coríntio, correspondem as descrições mais extensas, sobretudo no que diz respeito ao primeiro, o que se torna paradigmático quanto à pormenorizada descrição que o autor fornece do traçado das respectivas volutas.

O capitel dórico, ao invés, reduz-se a escassas linhas, correspondendo as indicações vitruvianas a uma simples divisão, e respectiva designação, das partes em que o capitel se deveria compor. É indicada uma simples proporção para este capitel, não se debruçando, no entanto, quanto à forma a adoptar pelas diversas partes constituintes. Este facto é tanto mais interessante quanto sabemos que a ordem dórica seria a tradicional e originalmente representante da cultura grega, aspecto evidenciado pela associação que o próprio autor estabelece entre a ordem Dórica e a *virtus* Latina³³. Certamente que as correntes helenísticas que tanto influenciaram o arquitecto terão tido uma importância decisiva no facto de relegar a ordem dórica, quer para penúltimo lugar quanto à sua referência, quer à atenção, quase secundária, que a ela lhe dispensa.

Por último, o capitel toscano depara-se-nos como o caso mais curioso quanto à referência na obra de Vitruvius. Em primeiro lugar pela sua nomeação como ordem arquitectónica a ser descrita. De facto, mais do que uma ordem, este modo toscano é explicitamente referido por Vitruvius como sendo um "*tuscanicis dispositionibus*"³⁴, ou seja como um "estilo toscano". Ainda que encontremos a mesma expressão relativamente às ordens restantes, a atenção dispensada ao "modo toscano" é muito menor do que a observada em relação à ordem Jónica, Coríntia ou mesmo quanto à Dórica.

Em segundo lugar, porque a distinção estabelecida pelo arquitecto quanto ao capitel dórico e ao toscano é por si tão pequena, que quase não justificaria uma análise separada. Este facto é tanto mais de salientar quanto o autor não indica sequer outros tipos de capitéis que estariam muito mais em voga na sua época, como seria o caso do capitel compósito ou do capitel corintizante, para já não falar do capitel misto, uma vez

³³ ONIANS, ob. cit., p. 38.

³⁴ Livro IV, C. VI, 6.

que o poderíamos fazer corresponder a adulterações da forma base do capitel romano do sec. I³⁵.

Esta escolha tem, a nosso ver, que ser relacionada com dois aspectos. Por um lado, pelo facto de Vitruvius se inscrever num quadro de defesa dos valores tradicionais³⁶, posicionando-se numa continuidade da Antiguidade Grega, dela adoptando tanto os valores morais como a sua tradução arquitectural de proporção, sobriedade e simetria. Esta postura é sublinhada pela noção vitruviana de uma única cultura, entendida esta como um todo, na esteira de uma tendência geral da época tendente a uma cultura generalista, ou, como refere Pierre GROS "Quel che egli vuole offrire è una rassegna dei diversi campi della *architectura*, basandosi per questo sulla propria formazione professionale, gli studi fatti in seguito e la situazione dell'architetto del suo tempo nel contesto greco e, specialmente, in quello italico. Egli distingue talvolta tra architettura greca e romana, ma mai in altro modo che indicando i due modi come varianti nell'ambito di un'unica cultura: *consuetudo italica* rispetto a *consuetudo graeca*"³⁷. Tal facto estabelecia, ao invés de uma ruptura, uma continuidade, como que natural, entre a cultura grega e a romana.

Por outro lado, esta interpretação da cultura do seu tempo introduz-nos num outro campo que é o da autenticidade e legitimação de uma verdadeira *consuetudo italica*. Ou seja, Vitruvius não pretende só prescrever a continuidade da cultura grega, ainda que por via indirecta, fazendo-a parte integrante do seu tempo, como também estabelecer uma verdadeira revalidação do que era efectivamente latino. É exactamente por este motivo que ele introduz a "ordem toscana" no *De Architectura*, entendida esta como criação autóctone de profundas tradições. Será precisamente por essa razão que a descrição que dela elabora se aproxima, de forma tão evidente, à da ordem dórica³⁸.

Poderíamos agora investigar, em relação aos capitéis romanos da Lusitânia Ocidental, se as proporções detectadas, a decoração empregue ou a orgânica do conjunto se podem, ou não, aproximar dos modelos indicados por Vitruvius³⁹. Parece-nos, no entanto, que esta é uma falsa questão. Claro que se nos depara importante saber se existe um

³⁵ Na Península Ibérica estão documentados capitéis mistos desde os inícios da época júlio-claudiana.

³⁶ Facto que pode ser comprovado, por exemplo, no seu Livro VII, C. V, quando refere a pintura das paredes, ao dizer que, e ao contrário do que se fazia antigamente, era habitual assistir-se então a pinturas que nada tinham a ver com a realidade e que correspondiam a depravações da verdadeira arte da pintura.

³⁷ GROS, Pierre, "Teoria e attualità della progettistica architettonica", *Le Projet de Vitruve ...*, Roma, 1994, p. 8.

³⁸ Quanto a este aspecto *vide* o capítulo 3.1 do volume 2.

³⁹ Tal como foi referido no capítulo anterior, indicaremos, na análise comparativa de cada peça, se as proporções e dimensões dos capitéis em presença se afastam, ou não, dos cânones vitruvianos.

decalque, uma cópia exacta das prescrições vitruvianas, porém, e tal como variadíssimas vezes tem sido apontado, não é possível concluir de uma obrigatoriedade na utilização dos cânones definidos pelo arquitecto, mesmo em época coeva, tal como os múltiplos vestígios que chegaram até nós no-lo demonstram. Chegamos à questão, tal como a enunciou Alfonso Jiménez, "...de constatar en qué medida las normas propuestas por M. Vitruvio representan el código de la arquitectura romana"⁴⁰.

De facto, bastará lançar os olhos sobre vários capitéis de época romana para se poder constatar que existem entre eles parcas semelhanças. Tal distinção pode reconhecer-se, quer em relação aos elementos decorativos, quer quanto às proporções apresentadas pelas várias partes constituintes.

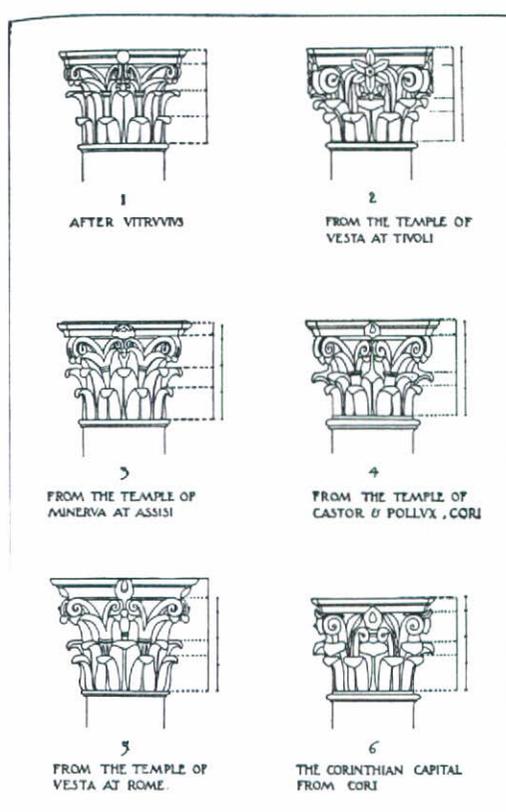


FIG. 7

Comparação do capitel coríntio definido por Vitruvius com capitéis coríntios de vários edifícios romanos⁴¹.

⁴⁰ ALFONSO JIMÉNEZ, "De Vitruvio a Vignola: Autoridad de la Tradición", *Habis*, 6, Sevilha, 1975, pp. 252.293.

⁴¹ Esquema comparativo retirado de MORGAN, Morris Hicky, (trad.) *Vitruvius the Ten Books on Architecture*, Dover Publications, Inc., New York, s/d (segundo original publicado em 1914 pela Harvard University Press), p. 105.

Face à hipótese de os capitéis que agora estudamos corresponderem todos a cópias de modelos vitruvianos, as conclusões que daí retirariamos seriam, decerto, extremamente importantes. Poderíamos, por exemplo, reconhecer a afirmação da província da Lusitânia como espaço perfeitamente integrado nas correntes culturais então em voga no centro do Império, aspecto a sublinhar no campo da arquitectura. Este facto implicaria, desde logo, a existência de intensos contactos económicos e a noção de uma província, desde o sec. I a.C até ao sec. IV, totalmente rendida ao invasor dele recebendo, avidamente, todos os gostos, modismos e correntes decorativas. Negar-se-ia, no entanto, e consequentemente, qualquer cunho regional ou local, qualquer outra influência que não a do centro do Império, difundida num período de tempo rigidamente definido - a época de Augusto.

Se colocarmos a questão em sentido inverso - a não detecção do cânone vitruviano nos capitéis da Lusitânia Ocidental - não poderemos, no entanto, inferir de um desconhecimento generalizado, nesta província, das correntes decorativas e estilísticas então existentes em Roma e nas províncias mais romanizadas.

O problema não pode, a nosso ver, ser analisado sob o ponto de vista de uma relação directa e linear, que exclui, por participação numa determinada filiação em padrões arquitectónicos, ou no seu oposto, toda uma realidade complexa que não se compadece com uma simples constatação da presença ou não presença de cânones vitruvianos.

Das cento e vinte e quatro peças que agora apresentamos existem, de facto, algumas que muito se aproximam desses postulados arquitectónicos. Outras, no entanto, deles se afastam, nada apresentando de semelhante com tais rígidas proporções.

Também fácil será concluir, e já que o tratado é datado da época de Augusto, que são as peças que cronologicamente se situam dentro dessa época, aquelas que mais se aproximam dessa canonicidade.

A questão terá, assim, que ser colocada a partir de uma outra premissa: de saber até que ponto, por não se encontrar presente um determinado cânone, os capitéis agora analisados serão, por esse facto, denunciadores de uma menor romanização do território, de uma defeituosa apreensão da decoração tipicamente romana, ou de um afastamento das correntes culturais então em voga.

Quanto a esta questão a resposta é, ela sim, linear e inequívoca. Os capitéis que apresentamos enquadram-se perfeitamente, ainda que em escalonamentos distintos à medida que avançamos no tempo, nas correntes decorativas então em uso, quer nas recebidas do centro do Império, quer nas provenientes das províncias romanizadas.

Embora não possamos definir uma arte especificamente provincial⁴², tal como autores o afirmam em relação a outros territórios, poderemos, indiscutivelmente, afirmar estarmos perante uma arte arquitectónica e uma arte decorativa plenamente desenvolvidas, com um grau de maturidade em alguns casos assinalável.

Os capitéis em que podemos observar proporções mais consentâneas com o modelo vitruviano correspondem a peças destinadas à decoração de edifícios públicos - teatro romano de Lisboa, templo dedicado ao imperador, em Évora - ainda que estes monumentos sejam, sintomaticamente, os mais bem preservados e os capitéis correspondentes tenham um contexto mais explícito. Este facto leva-nos a apontar a hipótese de estarmos perante encomendas precisas. Não quer isto dizer que se trate de peças importadas. Todavia, decerto esteve presente um maior cuidado na hora de escolher quais as oficinas encarregues de tais trabalhos tendo-se procurado dotar os monumentos de uma decoração arquitectónica mais elaborada e que, de imediato, conduzisse o observador à ideia de se encontrar perante um testemunho pleno da sua participação no mundo de Roma.

Não bastará, pois, definir quais os exemplares que mais se aproximam do modelo de Vitruvius. Esse será um passo relativamente simples de concretizar, mas que, obrigatoriamente, não se poderá bastar a si próprio. A dificuldade consiste em estar perante peças a maior parte das vezes sem qualquer contexto e tentar estabelecer relações entre essa canonicidade e os monumentos aos quais elas terão pertencido.

Outros capitéis, que não os mencionados, e na sua maior parte correspondentes à ordem coríntia, poderão denotar também uma aplicação dessas normas. Se, através delas poderemos indicar como hipótese a dimensão do templo, já que se trata de uma projecção modular e caso de um templo se tratasse, não saberemos nunca até que ponto essas mesmas normas teriam sido também aplicadas em relação ao edifício.

Quanto a estas peças sem qualquer contexto, serão as correspondentes ao sec. II aquelas que mais se adequam ao modelo vitruviano, aspecto que é, da mesma forma, evidenciado em outros campos artísticos⁴³

⁴² Essencialmente devido ao facto de, no presente trabalho, somente tomarmos em consideração a parte ocidental da província da Lusitânia. Por outro lado, a demarcação geográfica pela qual optámos circunscreve-se a uma zona de influência definida por vias de comunicação (fluvial e terrestre) que não corresponde, em termos de área, à delimitação administrativa desta província.

⁴³ Agradecemos a informação prestada pela Dr^a Maria Teresa Caetano, nossa colega de Mestrado, que se encontra a preparar a Dissertação final subordinada ao tema *Musivária Olisiponense - Estudo dos Mosaicos Romanos de Olisipo e da Zona Oeste do Ager*, e que, da mesma forma, conclui de uma maior canonicidade dos exemplares correspondentes ao sec. II.

O grande número de peças que estudamos inclui-se, não obstante, no grupo que não segue os modelos vitruvianos. Menos romanas por isso? Defeito do artífice? Desconhecimento das normas?

Não o sabemos agora tal como não o saberemos nunca, mas tal questão afigura-se secundária se quando comparada com as inúmeras informações que estas peças nos podem fornecer.

Os motivos utilizados, a técnica empregue, a morfologia escolhida, as proporções adoptadas ou a eleição de uma ordem em detrimento de outra indicam-nos um conhecimento, senão profundo, pelo menos perfeitamente integrado nas correntes estilísticas e arquitectónicas então empregues no restante Império Romano.

O abandono e/ou substituição de léxicos decorativos levam-nos, por outro lado, a concluir que houve conhecimento geral da variada gramática ornamental que ia aparecendo, fruto de influências mais ou menos directas que faziam, também aqui, sentir o seu peso. Embora nem todos fossem adoptados, a escolha de alguns entre muitos, ou a sua presença em casos pontuais, levam-nos a inferir tratar-se de uma escolha mais que de uma imposição.

A originalidade decorativa que algumas peças nos documentam ilustra a tentativa de conciliação entre a importação de alguns modelos e uma tradição pré-existente da qual não se procuraram alhear.

4 - NOMENCLATURA EMPREGUE

A nomenclatura que utilizaremos ao longo deste trabalho corresponde a maior parte das vezes a uma terminologia não habitual, porque demasiado especializada nas descrições e comentários de história de arte.

Não pretendemos apresentar o que de algum modo poderia ser considerado um dicionário ou um glossário alargado dos termos que, correntemente, iremos utilizar. Simplesmente para uma maior facilidade de consulta e, do mesmo modo, com o objectivo de não explicitarmos tais termos ao longo do texto, a eles nos referiremos neste capítulo o que não obsta a que possamos analisar de forma mais detalhada alguns deles quando aspectos menos claros da adopção dessas designações assim o exijam.

Esta breve listagem não esgotará, no entanto, a multiplicidade de significados, conceitos ou de palavras tradicionalmente empregues em outros campos artísticos e aos quais actualmente se recorre nas descrições destes elementos. Em algumas ocasiões adoptaremos os que são já habituais na análise deste tipo de peças, o que não obsta a que exista a sua tradução portuguesa que pudessem ser empregues.

Não procuraremos criar uma terminologia própria. Ainda que este fosse o local indicado para a sua apresentação pensamos que não será imperativo a "criação" de novos termos que, designem os que fazem já parte do vocabulário usual neste tipo de análise. O emprego de designações que, na língua portuguesa assumiram um significado próprio, poderia torná-las complexas e confusas quando aplicadas na análise de um tema tão específico como o é o dos capitéis de época romana. Será útil, no entanto, indicar ainda que brevemente os termos e seus sinónimos que são apresentados neste trabalho.

É esta a razão pela qual, algumas vezes, utilizamos designações portuguesas e latinas que correspondem precisamente à mesma coisa. Isto não corresponde a dúvidas de relação ou a receio de empregar palavras que não são do uso comum no domínio da história da arte e da arquitectura em território nacional. O seu emprego apenas obsta a que descrições e análises comparativas se tornem monótonas e repetitivas quando, obrigatoriamente, nos vemos impelidos a referir várias vezes os mesmos elementos, motivos, partes constituintes ou decorações, na análise de uma mesma peça.

O pequeno glossário que apresentamos teve por base toda a bibliografia que consultámos ao longo deste trabalho, ainda que a explicitação dos vários termos seja da nossa inteira responsabilidade¹.

¹ Salientamos aquela que, mais directamente, diz respeito ao presente assunto: GINOUVÉS, René, *Dictionnaire Méthodique de l'Architecture Grécque et Romaine*, vol. I e II, Écoles Françaises d'Athènes et de Rome, 1985; ROBERTSON, D. S., *Greek and Roman Architecture*, Cambridge University Press, 1983; CREMA, Luigi, "L'Architettura Romana", *Enciclopedia Classica*, Sezione III, vol. XII, Tomo I, Società Editrice Internazionale, Torino, 1959; PENSABENE, Patrizio, *Scavi di Ostia - I Capitelli*, VII, Roma, 1973; GUTIERREZ BEHEMERID, M^a Angeles, "Capiteles Romanos de la Peninsula Ibérica", *Studia Archaeologica*, 81, Valladolid, 1992; HERRMANN, John J., "The Ionic capital in Late Antique

Da mesma forma não se indicarão significados, ou significâncias quanto aos diversos ornamentos. A sua origem e evolução, formal, técnica e estilística, consituiriam, só por si, um trabalho especializado que se afasta obrigatoriamente, do tema que ora nos propomos tratar.

Por último, apresentamos em anexo (ANEXO 1) as designações que neste trabalho adoptamos no que se refere ao perfil ou secção das várias molduras ou, inclusivamente, de algumas partes constituintes do capitel. Isto diz respeito, essencialmente, ao capitel dórico, toscano e ao tipo "jónico liso de influência toscana". Tais termos são os indicados por BONNEVILLE², autor que os define especificamente no que diz respeito às secções e perfis apresentados pela molduração dos monumentos epigráficos.

Rome", *Archeologia*, 56, Rome, 1988; ADAM, Jean-Pierre, *La Construction Romaine*, Grands Manuels Picard, Paris; GRANGER, Frank, (Trad.) *Vitruvius on Architecture*, Book I-V, Loeb Classical Library, Harvard University Press, London, 1995; BONNEVILLE, J.N, "Le Monument Epigraphique et ses Moulurations", *Faventia*, 2/2, 1980, pp. 75-98; WITTKOWER, Rudolf, "Il Balaustro Rinascimentale e il Palladio", *Bolletino del Centro Internazionale di Studi de Architettura Andrea Palladio*, Vicenza, vol. X, 1968, pp. 332-346.

² BONNEVILLE, ob. cit.

GLOSSÁRIO

Ábaco - parte superior do capitel, estabelece a ligação entre o fuste e o entablamento do edifício. Geralmente quadrado, os seus lados oferecem uma curvatura reentrante em cada uma das faces.

Acantizante - relativo a acanto. Aplica-se, geralmente, em relação às folhas que, não sendo verdadeiras folhas de acanto, as tentam copiar de forma mais ou menos próxima.

Acanto - diz respeito à folha do mesmo nome.

A*canthus mollis* - tipo de folha de acanto mais empregue na decoração dos capitéis do mundo Ocidental, oferecendo terminações lobulares levemente apontadas ou arredondadas. Distingue-se de outros tipos de acanto, como é o caso do acanto espinhoso.

Acanto espinhoso - tipo de folha de acanto que apresenta as respectivas terminações lobulares muito apontadas e com um acentuado aspecto geométrico. Observa-se sobretudo em capitéis de influência oriental.

Astrágalo - moldura, geralmente relevada e de perfil convexo que é decorada por vários elementos, geralmente dardos ou discos duplos, e pérolas.

Balaústre - corresponde ao termo latino *pulvinus*. No que diz respeito ao capitel jónico ou no tipo "jónico liso de influência toscana" (para além dos que associam, na sua

decoração, o registo jónico, como acontece com o capitel compósito ou, por vezes, o misto), este elemento corresponde à parte lateral das volutas. Elemento horizontal, geralmente contracurvado que as une lateralmente. Esta forma do capitel jónico corresponde ao tipo canónico definido por Vitruvius, o mais comum, em oposição à sua variante diagonal. O termo português "balaústre" foi empregue com mais regularidade a partir do Renascimento.

Baltheus - termo latino que significa a parte central do *puluimus* ou balaústre.

Apresenta-se geralmente decorado e rodeado por molduras. Com o mesmo significado emprega-se o termo Fuso, ou o termo castelhano balteo.

Cálice - pequeno cálice de carácter foleácio, o qual pode adoptar várias morfologias.

Pode ser semelhante a um pequeno botão ou muito próximo ao de uma flôr de liz. Outras vezes pode corresponder, simplesmente, a duas meias-folhas afrontadas.

Canal da voluta - banda ou faixa que une as volutas e se prolonga por elas. Posiciona-se por cima do *kyma* e pode apresentar-se lisa ou decorada.

Canelura - pode ter várias acepções. No que se refere às folhas do capitel corresponde ao sulco (ou sulcos) central substituindo a tradicional nervura mediana da folha.

Caule - tem a sua comparação no mundo vegetal com o caule de uma folha ou flor.

Também podem ser empregues outros termos, como por exemplo, haste. A diferença principal consiste no facto deste último poder surgir isolado enquanto que o caule ocorre geralmente em associação a um outro elemento ao qual, geralmente, serve de suporte.

Caulículos - associados geralmente ao capitel coríntio. Correspondem a pequenos caules que se elevam por entre as folhas de segunda coroa. Em outros tipos ou variantes de capitéis estes elementos podem-se dispôr de forma diferente, como acontece no

coríntio-italico, uma vez que os caulículos partem da própria base do capitel. A sua parte superior regista um alargamento podendo apresentar uma terminação simples ou decorada.

Cesto - corpo do capitel, exceptuando o ábaco. Significa o mesmo que o termo *kalathos* e é geralmente empregue para capitéis coríntios e suas derivações.

Colarinho - pequena moldura de secção convexa. No que se refere aos capitéis, o termo é mais correntemente empregue para designar a moldura que finaliza o capitel na sua parte inferior. Apresenta-se liso ou decorado.

Equino - registo jónico dos capitéis dessa ordem. Geralmente decorado com óvulos ou semi-óvulos e com elementos separadores entre aqueles finalizando, nos ângulos, por volutas espiraliformes.

Flechas (pontas de) - elementos de separação dos óvulos ou semi-óvulos que decoram o *kyma* jónico. Correspondem morfologicamente à estilização da parte final de uma flecha. No presente trabalho somente aplicamos esta designação quando existe uma separação física entre as pequenas hastes da flecha que se afastam da haste central vertical.

Flor do ábaco - pequena flor que decora as faces do ábaco. A sua tipologia varia muito podendo corresponder a flor de margarida, pequeno cálice, roseta, etc.

Foleácio - diz respeito à folha.

Folhinhas - referem-se ou às subdivisões lobulares, quando estas são consubstanciadas fisicamente e não apenas levemente recortadas na sua envolvente, ou a

pequenas folhas que se apresentam na superfície do capitel a decorá-lo, podendo surgir exentas.

Fuso - corresponde à parte central do *pulvillus*/balaústre. É geralmente decorado no seu interior e ladeado por molduras, simples ou compostas. Tem a sua correspondência, no que se refere aos capitéis, com o termo castelhano "balteo" ou com o termo latino "*balteus*".

Haste - tem a sua comparação no mundo vegetal com a haste vegetalista, mais ou menos comprida surgindo isolada ou associada a uma flor ou folha. Também podem ser empregues outros termos, como por exemplo, caule.

Hélices - pequenas hastes localizadas por baixo do ábaco e, geralmente, por cima da segunda coroa de folhas apresentando uma terminação espiraliforme.

Hypotrachelio - elemento do capitel toscano e do tipo "jónico liso de influência toscana". Localiza-se a seguir ao equino e antes do sumoscapo.

Imma folia - também se empregam, em alternativa, os termos "coroa inferior" ou primeira coroa. Corresponde à coroa inferior de folhas do capitel coríntio e suas derivações. Localiza-se junto à base do capitel, quase sempre em número de oito, rodeando todo o perímetro do mesmo.

Imoscapo - parte inferior do fuste.

Kalathos - significa o mesmo que o termo "cesto". É o corpo do capitel, exceptuando o ábaco.

K*yma* - registo jónico dos capitéis dessa ordem. Geralmente decorado com óvulos ou semi-óvulos e apresentando elementos separadores entre aqueles.

Lancetas - elementos de separação dos óvulos ou semi-óvulos que decoram o *kyma* jónico. São pequenas lanças estilizadas, geralmente representadas de forma relevada e adoptando uma morfologia longilínea, geralmente de formato triangular na sua parte inferior.

Lésbia (ou lésbica) - moldura que deve a sua designação ao nome da ilha de Lesbos. É composta por motivos sucessivos de forma curvilínea e triangular que podem ser sobrepostos por outros idênticos com os quais encaixam. Os vários elementos podem ou não ser emoldurados. O perfil da moldura é em forma de cima reversa.

Lingueta - motivos longilíneos que geralmente se apresentam em associação, dispendo-se justapostos e paralelamente. Pequenas bandas separadas entre si por pequeno sulco e com terminações mais ou menos arredondadas.

Lóbulos - correspondem aos lóbulos das folhas. De um e do outro lado da nervura de uma folha existem pequenos lóbulos que correspondem aos vários recortes que o contorno da folha apresenta. Estes lóbulos podem adoptar várias formas: romboidais, apontadas, em forma de gota, arredondadas, circulares, triangulares, apontadas, etc.

Nervura - pode ter várias acepções, no que diz respeito às folhas do capitel, corresponde à nervura, relevada, que reproduz o eixo central da folha.

Orla do *kalathos* (ou do cesto) - moldura, quase sempre convexa, que delimita superiormente o corpo do capitel e localizada imediatamente por baixo do ábaco.

Ovulos - motivo semelhante a um ovo adoptando a forma do seu contorno.

Palmeta - folha que tem paralelos no mundo vegetal com a palma. A principal característica definidora é o arranque dos diversos lóbulos que, ao contrário das restantes folhas, arrancam da base da folha e não da nervura central da mesma.

Pérolas - pequenos elementos que decoram uma moldura. Apresentam um formato geralmente arredondado ou uma morfologia mais alongada.

Primera coroa - também se emprega, em alternativa, os termos *imma folia* e coroa inferior. Corresponde à coroa inferior de folhas do capitel coríntio e suas variantes, localizando-se junto à base do capitel. É composta quase sempre por oito folhas, as quais rodeiam todo o perímetro do capitel.

Pulvinus - também se utiliza o termo balaústre. Termo latino que significa coxim ou almofada sendo empregue em vários contextos. No que diz respeito ao capitel jónico ou no tipo "Jónico liso de influência toscana" (para além dos que associam, na sua decoração, o registo jónico), corresponde à parte lateral das volutas, elemento horizontal, geralmente contracurvado que se une lateralmente. Esta forma do capitel jónico corresponde à forma canónica definida por Vitruvius, a mais comum, em oposição à variante diagonal.

Roseta - pequena flor estilizada geralmente com botão central liso sobreelevado o qual é rodeado por pétalas em número variável. Decoram, a maior parte das vezes, o ábaco, mas também se podem amiúde observar no corpo do capitel, sobretudo no que diz respeito ao tipo corintizante.

Scamillus - quadrado portante por cima do ábaco ou em sua substituição. Geralmente é reentrante em relação àquele elemento.

Segunda coroa - também se empregam, em alternativa, os termos *summa folia* e coroa superior. Corresponde à coroa superior de folhas do capitel coríntio localizando-se por cima das folhas da coroa inferior. Estas folhas podem surgir por entre as inferiores ou no mesmo alinhamento destas.

Semi-óvulo - motivo correspondendo à forma de um ovo mas cortado na sua parte inferior ou superior.

Semi-palmetas - palmetas estilizadas que derivam da folha de palma. Tal como as palmetas, os lóbulos que apresentam, geralmente em número de três, partem da base da folha e não da nervura central.

Sogueada - palavra que deriva de "soga" que significa corda. Quando é empregue em relação aos elementos arquitectónicos decorativos significa moldura em forma de corda.

S*umma folia* - também se emprega, em alternativa, o termo coroa superior. Corresponde à coroa superior de folhas do capitel coríntio localizando-se por cima das folhas da coroa inferior. Estas folhas podem surgir por entre as inferiores ou no mesmo alinhamento destas.

Sumoscapo - parte superior do fuste. No que diz respeito aos capitéis Dóricos, Toscanos e tipo "Jónico liso de influência toscana", esta parte encontra-se incluída no próprio capitel.

Toro - corresponde às faces laterais do capitel jónico ou, mais correctamente, ao tipo "jónico liso de influência toscana". Somente empregamos este termo no que se refere a

este último tipo de capitel, uma que adopta um perfil totalmente recto, sem qualquer curvatura.

Uniões interlobulares - diz respeito à zona de contacto entre dois lóbulos contíguos.

Essa separação pode ocorrer, criando pequenas áreas rebaixadas que adoptam geralmente morfologias de carácter geométrico ou, pelo contrário não se registar, o que ocorre quando os lóbulos se dispõem paralelamente sem existir qualquer zona mais rebaixada a consubstanciar tal separação.

Volutas - características dos capitéis coríntios podem, no entanto, estar também presentes em outros tipos de capitel. Correspondem a duas hastes que se localizam por baixo do ábaco e que, projectando-se externamente apresentam uma terminação espiraliforme que constitui os ângulos do capitel

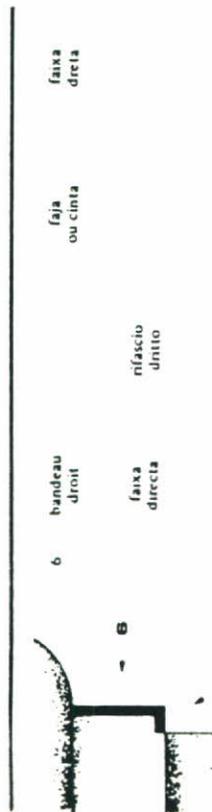
Zonas de sombra - dizem respeito, geralmente, às uniões interlobulares. Podem, no entanto, existir zonas ou áreas de sombra em qualquer parte da superfície do capitel, quando efeitos plásticos sejam pretendidos.

ANEXO 1

FRANCAIS	LATIN/GREC	CASTILLAN	CATALAN
PORTUGAIS	ITALIEN	ANGLAIS	ALLEMAND

	1	listel plat		listel (ou filete ou regleta)	listell plà
		listel simples	listello piatto	listel	Leiste
	2	filet droit		filete (ou listel)	filet dret
		filete directo	listello dritto	fillet	Steg ou schmale Leiste ou Faszle
	3	filet renversé		filete (ou listel) inverso	filet invers
		filete reverso	listello rovescio	fillet reverse	
	4	listel saillant	quadra/tainia	regleta (ou filete ou listel)	listell sortint
		listel (ou filete ou regleta)	listello aggettante		Fase ou Plattchen
	5	plate-bande	fascia ou corsa	faja ou cinta	plata-banda
		friso simples	rifascio piatto	fascia ou flat-strip ou schringle	Leiste ou Bandgesims

FRANCAIS PORTUGAIS	LATIN/GREC ITALIEN	CASTILLAN ANGLAIS	CATALAN ALLEMAND
-----------------------	-----------------------	----------------------	---------------------

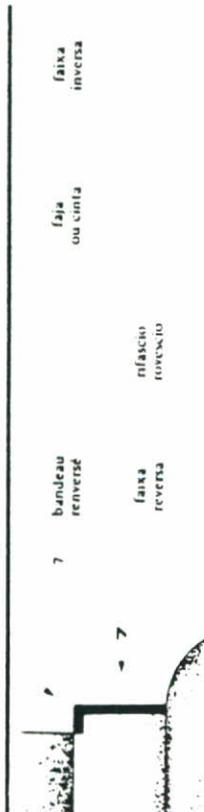


6 bandeau
direito

faixa
ou cinta

faixa
directa

faixa
directa

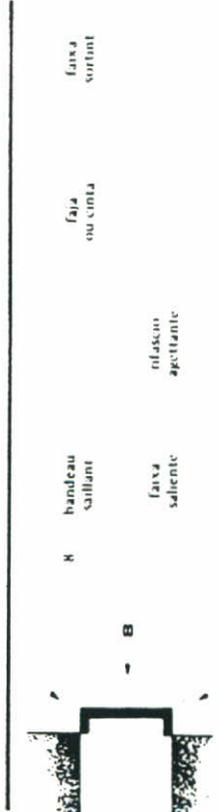


7 bandeau
renversé

faixa
ou cinta

faixa
reversa

faixa
inversa



8 bandeau
saillant

faixa
ou cinta

faixa
saliante

faixa
sortant



9 chanfrein
(ou biseau)
droit

chafán
ou bisel

chanfro
directo

chanfra
ou bisel
diret



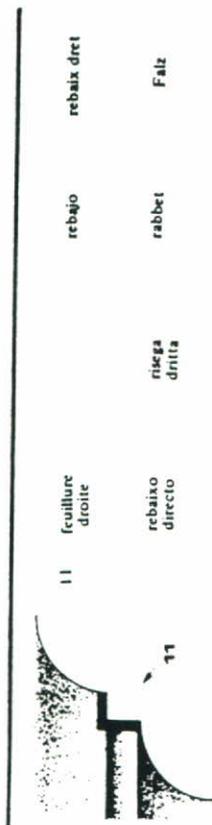
10 chanfrein ou
biseau renversé

chafán
inverso ou
bisel inverso

chanfro
reverso

chanfra
invers
ou
bisel
invers

FRANCAIS PORTUGAIS	LATIN/GREC ITALIEN	CASTILLAN ANGLAIS	CATALAN ALLEMAND
-----------------------	-----------------------	----------------------	---------------------



11 feuillure
droite

rebaixo
directo

rebaixo
directo

rebaixo
directo

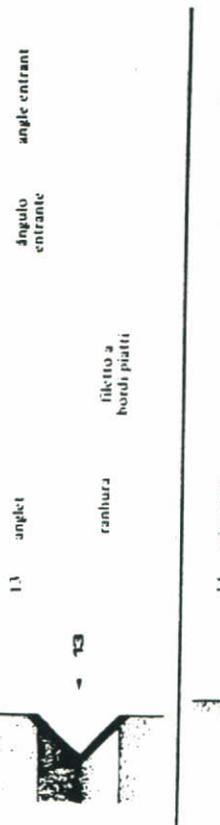


12 feuillure
renversée

rebaixo
reverso

rebaixo
reverso

rebaixo
reverso

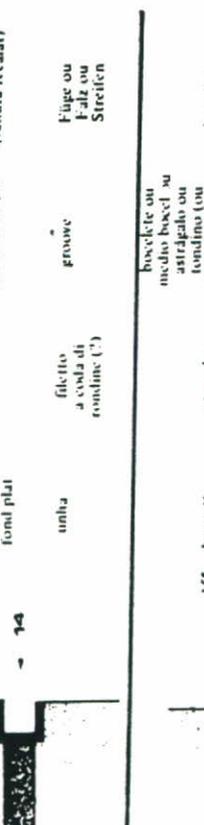


13 anglet

ranhura

ranhura

ranhura



14 rainure ou
canal à
fond plat

unha

unha

unha



15* baguette
(ou astragal)

cordão ou
astrágalo

cordão ou
astrágalo

cordão ou
astrágalo

15* ranura
(ou moeta) (?)

ranura
(ou moeta) (?)

ranura
(ou moeta) (?)

ranura
(ou moeta) (?)

15* fuge ou
Falz ou
Streifen

15* boquete ou
mecho bisel ou
astrágalo ou
tondino (ou
baqueton ou
baquetilla)

boquete ou
mecho bisel ou
astrágalo ou
tondino (ou
baqueton ou
baquetilla)

boquete ou
mecho bisel ou
astrágalo ou
tondino (ou
baqueton ou
baquetilla)

boquete ou
mecho bisel ou
astrágalo ou
tondino (ou
baqueton ou
baquetilla)

15* rondel ou
half-òrdal ou
reed ou
astragal ou
baguette ou
fillet ou
mouling

rondel ou
half-òrdal ou
reed ou
astragal ou
baguette ou
fillet ou
mouling

rondel ou
half-òrdal ou
reed ou
astragal ou
baguette ou
fillet ou
mouling

rondel ou
half-òrdal ou
reed ou
astragal ou
baguette ou
fillet ou
mouling

15* modanatura

modanatura

modanatura

modanatura

15* rollo ou
junquillo

rollo ou
junquillo

rollo ou
junquillo

rollo ou
junquillo

15* astrágalo de
tres-quarts
de cercle

15* rondel

rondel

rondel

rondel

FRANCAIS PORTUGAIS	LATIN/GREC ITALIEN	CASTILLAN ANGLAIS	CATALAN ALLEMAND
-----------------------	-----------------------	----------------------	---------------------



24

caveto droit
cuarto de círculo cóncavo
directo ou
caveto



25

caveto renversé
cuarto de círculo cóncavo
reverso



26

congé (ou adoucissement ou apophyse) droit
escapo directo



27

congé renversé
escapo reverso



28

scotie (ou trochyle) droite
escota

FRANCAIS PORTUGAIS	LATIN/GREC ITALIEN	CASTILLAN ANGLAIS	CATALAN ALLEMAND
-----------------------	-----------------------	----------------------	---------------------



29

scotie (ou trochyle) renversé
escòcia reversa



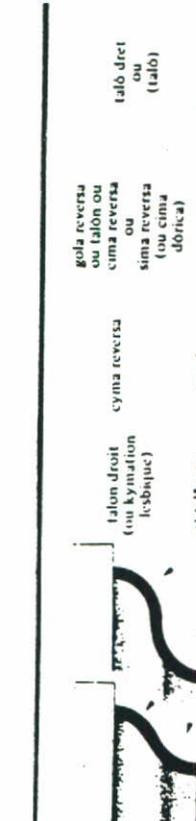
30

gola recta ou cima recta (ou climato)
cyma recta
cornice modanata dritta
a) garganta encastrada
b) garganta directa



31

gola recta inversa ou cima recta inversa ou cima recta inversa
doucine renversée
garganta reversa

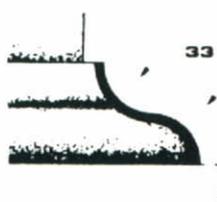


32

gola reversa ou talon ou cima reversa (ou cima dórica)
cyma reversa
talon droit (ou kymation lebaque)
a) tallo ou gola encurtada
b) gola directa

escòcia inversa
escota inversa ou iro- quilo inverso
scotia / trochylus
scotia ou scotia reversa
gola recta ou cima recta (ou climato)
cyma recta ou doucine ou ogée
cornice modanata dritta
cornice modanata agçitante dritta
cyma reversa
tallo dret ou (tallo)
Kehlkriste
ogee ou cyma reversa ou lesbian kymation

FRANÇAIS	LATIN/GREC	CASTILLAN	CATALAN
PORTUGAIS	ITALIEN	ANGLAIS	ALLEMAND

	33	33	talon renversé		gola reversa inversa ou talón inverso ou cima reversa inversa ou sima reversa inversa	taló invers
			gola reversa	comice modanata aggettante rovescia		

	34	34	bec de corbin		pico de cuervo	bec de falcó
				becco di civetta	hawks beak ou bird's beak ou pointed hook ou raven hook ou crow-bar	Hohlmeissel ou Hakenstock
	34*		(ou bec de larmier)		goterón ou gotenón	goteró
			lacrimal		drip-stone	Krankgesims ou Traufnne

	35	35	bec de corbin à talon			bec amb taló
			lacrima composto	grondatois		

5 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O objectivo de qualquer contextualização histórica é o de enquadrar o que se pretende estudar num determinado contexto espacio-temporal em que um objecto, situação ou fenómeno surgiu.

No que diz respeito aos capitéis romanos que neste estudo pretendemos analisar, não podemos individualizar, em qualquer análise comparativa que realizemos sobre os mesmos, a envolvente histórica em que se integram. Os capitéis surgem-nos, deste modo, como um fim - considerados enquanto produtos acabados de uma acção humana - mas igualmente como um princípio - o de corresponderem a uma vontade, intencional ou não, de plasmar num objecto impulsos tradutores de uma apreensão do real -. A apropriação do objecto por parte mais daquele que o realizou dos que o olham e o aceitam, transforma-o numa pequena peça de um mosaico complexo de impulsos, vivências e vontades das quais, passado o tempo em que foi vivido, só restou a sua forma física.

É sobre essa forma que nos debruçaremos, mas dela partiremos para a reconstituição, redutoramente parcial, da vida que lhe deu forma.

Apesar da nossa pesquisa se basear, a maior parte das vezes, numa análise estilística "tout court" devido aos condicionalismos que algumas das peças possuem, a mais grave das quais diz respeito ao desconhecimento da sua proveniência, os objectos transformam-se, aqui, no ponto de partida para um conhecimento mais geral. É esta a razão pela qual alguns aspectos contextuais serão referenciados ao longo da análise comparativa.

Numa acção biunívoca, em que geral e particular se completam, pretendemos, no presente capítulo, abordar o aspecto da contextualização de forma distinta da que nos é dada pelas enciclopédias, histórias gerais, e sínteses históricas, bem mais habilitadas que nós para o desenhar evolutivo de uma região em termos geográficos, políticos, sociais, económicos... A bibliografia para a qual remetemos poderá colmatar as muitas lacunas que o nosso texto encerra.

A visão histórica de carácter global que se pretende aqui transmitir focará simplesmente alguns dos aspectos que, pensamos, dizem respeito mais directamente ao objecto do nosso estudo. Será, deste modo, uma visão parcial, não se pretendendo elaborar uma história geral da Lusitânia, nem, quanto muito, do território por nós definido como "Lusitânia Ocidental" que agora abordamos.

5.1 - A LUSITÂNIA

Muito haveria a dizer sobre a Lusitânia pré-romana. A região era ocupada por vários povos, dos quais são de destacar os *Cynetes* ou *Comni* a Sul do Tejo - abrangendo grande parte do Alentejo e Algarve - e os Lusitanos na região centro e Norte do actual território português. A sua permanência encontra-se documentada a partir do sec. IX a.C., ou seja, desde o Bronze Final e Idade do Ferro¹.

A questão das ligações entre a região mais ocidental da Península Ibérica e os povos orientais, englobando o processo de aculturação resultante de relações económicas importantes, é um problema já variadíssimas vezes abordado. Com efeito, as recentes investigações levadas a cabo em algumas cidades, como é o caso de Santarém², Alcácer do Sal³, ou mesmo Lisboa⁴, levam a considerar um longo período histórico, sensivelmente entre os secs. IX/VIII a.C. até à conquista romana, em que se manifestaram influências externas, detectáveis hoje na cultura material que chegou até nós, encontrada em povoados e necrópoles.

Essas influências podem-se individualizar em dois períodos distintos. Primeiro através dos contactos estabelecidos com a região tartéssica, consubstanciados pelas relações económicas realizadas com os comerciantes orientais então instalados na região do Estreito de Gibraltar, e depois - a partir do sec.V a.C. - com os povos indo-europeus⁵.

O que agora nos ocupa é, antes de mais, saber até que ponto esse substrato cultural condicionou as novas influências trazidas pelo novo domínio romano. Isto é, tentar definir, ou separar, aquilo que pode ser um contributo exclusivamente romano -

¹ Sobre o assunto *vide* ALARCÃO, Jorge de, *O Domínio Romano em Portugal*, Publ. Europa-América, Mem Martins, 1988, p. 13 e ss.

² ARRUDA, Ana Margarida, "A Ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no Contexto da Expansão Fenícia para a Fachada Atlântica Peninsular", *Estudos Orientais - Os Fenícios no Território Português*, Vol. IV, Ed. Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1993, pp. 193-214; ARRUDA, A. Margarida; CATARINO, H., "Cerâmicas da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém"; *Clio*, Vol. 4, Lisboa, 1982, pp. 35-40.

³ SILVA, C.T., *et alli*, "Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal", *Setúbal Arqueológica*, Ed. Assembleia Distrital de Setúbal e Museu de Arqueologia e Etnografia dos Distritos de Setúbal, Vol. 6-7, Setúbal, 1980-81, pp. 149-218.

⁴ PINTO, C.V.; PARREIRA, R., "Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro Inicial a Norte do estuário do Tejo", *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, 1978, pp. 147-162; CARDOSO, J. L., "A Presença oriental no povoamento da I Idade do Ferro na região ribeirinha do estuário do Tejo", *Estudos Orientais*, Vol. I, Ed. Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1990, pp. 119-134; AMARO, Clementino, "Vestígios materiais orientalizantes do claustro da Sé de Lisboa", *Estudos Orientais*, Vol. IV, Ed. Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1993, pp. 183-192.

⁵ ARRUDA, 1993, *ob. cit.*, p. 203.

centro imperial - de um substracto artístico e cultural pré-existente no território da Lusitânia e até que ponto um deles foi determinante na aceitação do outro.

Sabemos bem que tema é demasiado complexo para ser abordado num capítulo de mera constextualização histórica de uma área geográfica. Parece-nos importante, no entanto, saber até que ponto as novas influências artísticas foram aceites e imitadas por uma população indígena; se, pelo contrário, foram repudiadas, enquanto entendidas como mero produto do invasor e, conseqüentemente, perdurando, segundo esta última hipótese, uma cultura material arreigada a tradições pré-existentes.

Tal fenómeno não pode ser visto como acção isolada. Ou seja, um objecto pode-nos indiciar uma ou outra pista, porém, enquanto observado isoladamente, nada nos poderá dizer de uma realidade complexa, multifacial, que não se coaduna com uma vivência histórica que perdurou durante vários séculos.

Se um objecto isolado pouco nos pode dizer, terá que ser um conjunto alargado de objectos, coisas, acções e construções que nos poderão ditar algumas luzes no que diz respeito à aceitação ou repúdio de uma cultura, até então estranha, ao território peninsular. A partir deste prisma, serão as novas soluções urbanísticas, arquitectónicas e toda a cultura material com elas relacionadas que nos podem auxiliar a esclarecer tal aspecto.

Não negando uma cultura pré-existente, produções artísticas e conceitos estéticos plasmados em formas, traços, representações e signos, poderemos afirmar, e seguindo as opiniões de E. CERRILLO e M. CRUZ, que "...el sustrato prerromano (...) no llegó a configurar un verdadero sistema plástico, que en realidad después del excepcional período orientalizante, careció de una voluntad de materializar a través de la imagen aquellas ideas del culto o ligadas al concepto de jerarquía que naturalmente tuvieron que poseer aquellas gentes. Es quizá en la elementalidad de una organización socio-política y religiosa, donda haya que buscar el origen de esta pobreza de expresión"⁶.

Produtos artísticos sobejamente conhecidos, como seja o caso das esculturas designadas por "guerreiros lusitanos", os berrões ou varrões, também em granito, ou as arrecadas e torques em ouro do calcolítico português, oferecem-nos panoramas, pontuais é certo, mas indiciadores de uma arte rica, rude e delicada ao mesmo tempo. Quanto ao primeiro produto artístico referido é sintomática a associação tradicionalmente estabelecida entre o aspecto rude que estas estátuas realizadas em granito nos oferecem e

⁶ E. CERRILLO; M. CRUZ, "La Plastica Indigena y el Impacto Romano en la Lusitania", *Actas de la I Reunion sobre Escultura Romana en Hispania*, Ed. Ministério de la Cultura e Museu Nacional de Arte Romano de Mérida, Mérida, 1993, p. 163.

a cronologia recuada que lhes tem sido atribuída. Actualmente tende-se a considerar, e apesar do seu aspecto, terem sido realizadas em época mais recente.

Qual a importância deste substracto artístico no período histórico designado por romanização? Pensamos ser inadequado relacionar formas e produtos de culturas distintas e, essencialmente, o de tentar definir o que é uma raiz dita indígena da que se lhe vai sobrepor durante o domínio romano.

A questão, pertinente quanto à sua explicitação, terá, no entanto, que ser colocada em sentido inverso. Isto é, os produtos elaborados durante a ocupação militar e política, mas também social e cultural, até que ponto reflectem os modelos importados. Assim sendo, qual a quota parte deixada a uma liberdade autóctone que teve a possibilidade, na maior parte dos casos, de plasmar modelos antigos, gostos locais ou tradições arraigadas no imaginário popular, isto é "...Mostrar el grado de impacto de los elementos recibidos y su modificación en los distintos niveles ..."⁷.

Ainda que seja tentador encetar a tarefa de descortinar motivos já ensaiados anteriormente, formas e preceitos plásticos visualizados em algum local, ou o querer ver a sobrevivência de uma cultura global com enunciados estilísticos definidos traduzidos em novos objectos que se consideram como pertencentes a uma cultura romana, pensamos que tal iniciativa não é pertinente.

A adopção de modelos vindos de fora não pode ser vista como um processo onde, obrigatoriamente, se plasmassem tradições antigas.

Quando se fala da importação de modelos, e no caso concreto, de elementos arquitectónicos realizados durante o domínio romano, há que considerar literalmente tal conceito. Ou seja, a importação de algo corresponde precisamente a isso: a uma substituição de coisas antigas ou inexistentes por algo não conhecido até então. A aceitação de novos objectos, de novas soluções decorativas ou de novas formas de construir não tenta, na maior parte dos casos, fazer uma simbiose entre o já conhecido e o que vem de fora. Tais elementos exógenos, enquanto coisas, têm que ser vistos como pequenos apontamentos, vestígios ou indícios do que, verdadeiramente, se quis adoptar. Falamos sim, da importação não de coisas, enquanto objectos isolados, mas de um modo de vida.

Assim sendo, os objectos nunca poderão ser descontextualizados da sua envolvente. Se um capitel corresponde a um produto que evidencia uma cópia dos modelos do centro do império, essa apreensão ficará muito aquém da que ele na verdade nos pode transmitir. Testemunho de um edifício - doméstico, de culto ou público -, ele indica-nos a vontade de um ou mais povos em abandonar o já conhecido por um novo

⁷ E. CERRILLO y M. CRUZ, ob. cit., p. 159.

modelo de enquadramento físico da acção humana. Tal apreensão não se pode referir, contudo, à vivência subjacente que fez vivos, porquanto vividos, tais objectos.

"Nele o primeiro território é a Hispânia chamada Ulterior e também Bética e logo depois a Citerior ou Tarraconense que vai desde o termo de *Murgis* até à cordilheira dos Pirenéus. A Ulterior divide-se longitudinalmente em duas províncias, pois do lado setentrional da Bética estende-se a Lusitânia, separada dela pelo rio Anas. Este nasce no termo de Lamínio, na Hispânia Citerior, e ora espreado-se em lagoas ora apertando-se em desfiladeiros ou escondendo-se completamente em canais subterrâneos, contente por nascer muitas vezes, lança-se no oceano Atlântico."⁸

Naturalis Historia, 3,6

É assim que Plínio-o-Velho nos descreve a província da Lusitânia.

A chegada dos romanos à Península Ibérica está intimamente relacionada com o desenvolvimento das guerras que opuseram Roma e Cartago - as designadas Guerras Púnicas -. Se, inicialmente, o objectivo não era o da conquista efectiva deste território, já que problemas mais importantes se colocavam, rapidamente uma e outra acção irão ter o mesmo fim.

Em 218 a.C. duas legiões romanas comandadas por Cneu Cornélio Cipião desembarcaram em Ampúrias a fim de combater o exército cartaginês. Esta data marcará o início da II Guerra Púnica e, ao mesmo tempo, o início do processo de conquista da Península Ibérica por parte de Roma.

A partir de 197 a.C tornou-se claro que o estabelecimento nestas regiões, como o sucesso das manobras políticas dependeriam de um efectivo controle do território peninsular, o que não se coadunava com os singelos pactos de amizade até então celebrados com os chefes locais. Foi esta a razão pela qual se dividiu o território em duas províncias - a Ulterior e a Citerior -.

A oposição ao invasor, facilitada em alguns locais pelo medo ou pela surpresa, foi protagonizada no actual território peninsular pelos povos mais aguerridos do Norte. Os Lusitanos e Celtiberos, entre outros, depois de uma primeira fase de guerrilha, banditismo e pilhagem, concertaram-se militarmente a partir de cerca de 154 a.C. Entre essa data e 138 a.C, altura em que toma posse o novo governador da Província da

⁸ GUERRA; Amílcar, *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*, Ed. Colibri, Lisboa, 1995, p. 29.

Ulterior, os Lusitanos organizam-se no que se poderá considerar como "movimento nativista"⁹ no sentido geral de rebelião concertada.

É desta altura a primeira grande campanha militar em território actualmente português, levada a cabo por Décimo Júnio Bruto, governador da Província da Ulterior. Também nesta data ter-se-á feito, provavelmente, a fortificação de *Olisipo*. A conquista, iniciada nesta cidade, prolongou-se para Norte, seguindo o seu curso pela costa atlântica.

Em 83 a.C. Sertório é nomeado governador da província da Citerior. Um ano depois, no entanto, é destituído do cargo por Sula, devido ao apoio prestado a Mário, inimigo do primeiro quando este assume o poder em Roma. Os Lusitanos dão o seu apoio a Sertório, sendo as guerras a eles favoráveis até 75 a.C, altura em que começam as derrotas para a facção indígena, terminando em 72 a.C. com a morte do chefe guerreiro romano.

Os confrontos que se seguem na Hispania têm agora ao comando dois novos chefes políticos, Pompeio e César, que tentam, sucessivamente, captar a simpatia dos diversos povos hispânicos com o objectivo de derrotar os exércitos romanos e assim assumir o governo de Roma. As duas províncias, Ulterior e Citerior, dividem-se, dando a primeira o seu apoio a César, e a segunda a Pompeio.

Em 49 a.C. a guerra entre os dois chefes políticos eclode em Roma dando origem a uma guerra civil. Saindo César vitorioso, de imediato marcha sobre a Hispania a fim de combater os exércitos pompeianos. Surgem novas lutas tendo as tropas lusitanas apoiado Pompeio. A integração dos povos hispanos nos exércitos romanos, por vezes "...acompanhada da concessão da cidadania a título individual, terá canalizado o belicismo atávico dos Lusitanos. A luta dos Lusitanos contra Romanos tornou-se, até certa medida, luta de Lusitanos associados a Romanos contra outros Romanos; nesta aliança, que as circunstâncias exigiam, forjou-se uma convivência que terá contribuído para a quebra de antigos ódios"¹⁰.

A conquista definitiva da Península terá lugar no reinado de Augusto, em 19 a.C., com a dominação romana dos povos indígenas: Galaicos, Ástures e Cântabros.

A participação da Hispania nas lutas pelo poder em Roma não ocorreu de forma ocasional. É importante, e curioso ao mesmo tempo, que durante muito tempo a luta pelo poder de todo o Império Romano se tenha decidido longe da sua capital.

A presença de cidadãos romanos em solo peninsular, a disponibilidade dos indígenas para integrarem exércitos, nos quais funcionavam como mercenários, para

⁹ Termo empregue por ARRUDA, Ana Margarida, "O Mundo Luso-Romano", *História de Portugal*, vol. II, Ed. Ediclube, Amadora, 1993, p. 166.

¹⁰ ALARCÃO, Jorge de, *O Domínio Romano em Portugal*, Publ. Europa-América, Mem Martins, 1991, p. 27.

além da riqueza da Península em recursos naturais, terão sido aspectos que pesaram muito no papel que a Hispania desempenhou como palco das operações.

O quadro implantado foi o da reorganização de uma área geográfica extensa, multifacetada quer no que respeita à ocupação humana, quer quanto à sua própria geografia.

Cruzada por rios importantes, atravessando-a geralmente em sentido longitudinal SE/NW e por montanhas de acentuado relevo, parece que estas últimas terão condicionado, mais do que aqueles, os limites das novas circunscrições administrativas¹¹. Tal deve-se ao facto de os rios desempenharem um papel crucial na ligação entre os vários locais e de funcionarem, mais do que as vias terrestres, como um meio de comunicação crucial num território tão longínquo do poder central de Roma como o eram estas províncias da finisterra.

Pode-se dizer que durante os primeiros anos da conquista "...no âmbito da chamada Guerra Púnica, não existiu qualquer tentativa de reorganização territorial. Os exércitos instalavam-se, promoviam as suas campanhas de ataque e conquista exclusivamente dominados pelo intuito de promover a guerra contra o inimigo cartaginês. Uma vez vencida a guerra, tudo indica que se fizeram sentir os efeitos de uma efectiva implantação romana no território"¹².

A primeira organização administrativa da Península Ibérica correspondeu à criação, em 197 a.C., de duas províncias - a Hispania Ulterior e a Citerior - cada uma governada por pretores ou, mais raramente, por procônsules. No entanto, "... nada indica que tenha existido qualquer modificação substancial na actuação das autoridades romanas desde os fins do século III até aos meados do século I a.C."¹³.

Durante o sec. I a.C., a Península foi reorganizada com a implantação de uma nova divisão administrativa. As antigas províncias eram agora subdivididas, passando de duas a três: a Bética, a Lusitânia e a Tarraconense. Em termos jurídicos, a primeira, pacificada, dependia do Senado e era administrada por um procônsul, as outras duas dependiam directamente do Imperador. Aceita-se geralmente a data de 27 a.C para tal reorganização¹⁴.

¹¹ Pelo menos é o que, actualmente, se tem vindo a concluir no que respeita, por exemplo, ao Rio Guadiana. Este foi durante muito tempo considerado como o limite geográfico da Lusitânia na sua fronteira NW, onde começava a fronteira da província da Bética. Parece que, e segundo as novas investigações, que o território desta última deveria recuar bem mais para Sul. Assim sendo, o território da Lusitânia expandir-se-ia para Sul, facto que torna mais compreensível a escolha de *Emerita Augusta* como capital de província, descentrada como estava, segundo a anterior delimitação, em relação à área geográfica a que presidia. Cf. FABIÃO, Carlos, "O Passado Proto-Histórico e Romano" *História de Portugal*, Volume 1, Ed. Círculo de Leitores, s/l, 1992, p. 229.

¹² FABIÃO, ob. cit., p. 228.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ Cf. ARRUDA, ob. cit., p. 209.

Só a partir de Júlio César se pode falar de uma efectiva modificação das estruturas pré-existentes e, concretamente, do início do processo de municipalização do território. Não se tratava, não obstante, de uma alteração, profunda ou não, do modo de vida, instituições ou religião estabelecidas. O domínio romano, e reside precisamente aí a razão do seu sucesso, fez-se sem que tomasse como prerrogativa a exclusão dos quadros tradicionais, fossem eles religiosos, sociais ou culturais.

As principais modificações centraram-se numa rentabilização da exploração dos recursos naturais, já que era precisamente nesse ponto que residia a importância do território, o qual largamente suplantou a primeira vantagem que a região demonstrou ter nos inícios da sua conquista, a de importante situação estratégica para fazer frente ao poderio cartaginês.

Incluindo inicialmente grande parte do território agora português, a área concedida à província romana da Lusitânia foi diminuída, provavelmente em 13 a.C., passando a ter como fronteira Norte o Rio Douro, cedendo terreno à maior província da Península, a Tarraconense.

Esta divisão administrativa da Península Ibérica foi uma das principais realizações do novo domínio político, se não mesmo a mais importante. Se bem que as fronteiras provinciais possam não ter desempenhado uma real e concreta modificação da realidade subjacente, pelo menos nos primeiros tempos da dominação, o modelo conceptual consubstanciado pela reorganização de um mosaico geográfico e humano pré-existente constituiu-se, esse sim, como um contributo dos mais decisivos, com reflexos vivenciais que ainda hoje podem ser percebidos (Fig. 1).

A capital de província era *Emerita Augusta* fundada em 25 a.C. e composta pelos veteranos de guerra que tinham combatido no Norte da Península. Criada de raiz, ainda que as investigações actuais apontem no sentido de já existir no local uma ocupação anterior, a urbanização evidenciada pela nova cidade romana demonstra que procurava reproduzir um sistema orgânico, ortogonal e racional de um novo conceito de cidade.

Copiando as novas soluções arquitectónicas que então se ensaiavam em Roma, a nova capital da Lusitânia irá plasmar nos novos edifícios, praças e na decoração que os revestia, as mais recentes novidades da capital do Império. Assim sendo, não é de estranhar que o *forum* emeritense copie de perto aquele que Augusto mandou construir em Roma.

Da mesma forma, as restantes cidades da província tentam aplicar idênticas soluções. As primeiras medidas de urbanização implantadas pelo novo poder político, no entanto, regem-se por princípios práticos e por objectivos precisos.

Perante uma província com uma extensão geográfica tão grande, certamente que a primeira medida que se impunha era a de colmatar as grandes diferenças - económicas,

sociais e geográficas - que se deparavam. Por um lado, a região apresentava uma faixa costeira com uma ocupação humana relativamente importante, centrada à volta de uns quantos aglomerados urbanos de algum relevo, distribuindo-se, preferencialmente, ao longo das vias fluviais, a mais importante das quais era o rio Tejo.

Ao invés, o interior desta região, com acidentes geográficos importantes, era fracamente ocupada e as aglomerações eram reduzidas em número e em importância. Urgia pois, e com o objectivo de exercer um domínio efectivo sobre a população, a criação de polos centralizadores que administrassem de forma próxima as regiões mais inóspitas e contrabalançassem a importância da região mais a Oeste. Tal objectivo impunha-se, não só devido a razões de ordem económica, mas também, e essencialmente, devido a objectivos políticos, já que seriam essas regiões as que levantariam mais problemas no que diz respeito a sublevações.

Para implantar a nova administração foram criadas, durante o reinado de Augusto, circunscrições territoriais, importantes essencialmente do ponto de vista judicial, designadas por *Conventus* às quais presidia uma capital. Em cada uma existia uma assembleia constituída pelos representantes da respectiva cidade.

Na Lusitânia, existiam três *conventus*: o *Scallabitanus*, o *Emeritensis* e o *Pacensis*. As capitais eram, respectivamente, *Scallabis*, *Emerita Augusta* (ou *Iulia Augusta Emerita*) e *Pax Iulia* (Fig. 2). O território sobre o qual nos debruçaremos no presente trabalho abrange praticamente a totalidade do primeiro convento e uma parte substancial do último.

Estas circunscrições eram por sua vez subdivididas em unidades territoriais mais pequenas, designadas por *ciuitates*. Jorge de ALARCÃO¹⁵ definiu estas circunscrições administrativas baseando-se essencialmente na inscrição da ponte de Alcântara que nomeia onze povos. O conceito aplica-se "... a um território cujos limites eram determinados por acidentes geográficos (serras e rios), mas que atendiam, sobretudo, a unidades étnicas e/ou políticas pré-romanas"¹⁶ (Fig. 3).

Os povos referenciados correspondem aos *Igaeditani*, *Lancienses Oppidani*, *Talori*, *Interannienses*, *Colarni*, *Lancienses Transcudani*, *Aravi*, *Meidubrigenses*, *Arabrigenses*, *Banienses* e *Paesuris*. Quanto às respectivas capitais de *civitas*, se a localização de algumas não levanta grandes problemas - como será o caso da actual Idanha-a-Velha que corresponderia à antiga Egitânia, capital do primeiro povo referenciado -, outras existem em que se torna mais problemático identificar a sua capital. Por outro lado, alguns destes povos, e provavelmente também a sua sede, localizar-se-iam em actual território espanhol.

¹⁵ ALARCÃO, ob. cit., pp. 31 e ss.

¹⁶ ARRUDA, 1993, ob. cit., p. 211.

As *ciuitates* existentes no território que agora analisamos correspondem a *Ammaia* (exclusivamente a parte portuguesa), *Abelterium*, parte de *Aritium Vetus* e de *Scallabis* (no que diz respeito a estas duas só o território a Sul do rio Tejo e a sua margem Norte), parte da civitas de *Olisipo*, grande parte da região Norte da civitas de *Salacia* e uma pequena área, também nortenha, da de *Ebora*, a totalidade da divisão administrativa designada por *Concordia* e, por fim, uma região da qual não se conhece a respectiva sede e que se localiza junto à actual fronteira espanhola, delimitada a Norte pela civitas de *Abelterium* e a Sul pela de Évora (Fig. 4).

As divisões estabelecidas por ALARCÃO¹⁷ não se encontram, como o próprio autor refere, totalmente definidas. Somente futuras descobertas poderão corrigir tal quadro.

Baseando-se nas listas plinianas e com base nos achados arqueológicos até então referenciados no actual território nacional, o autor considera a divisão administrativa com base numa subdivisão lógica do espaço geográfico, tendo em conta os vários acidentes geográficos e os povos pré-existentes.

Nas palavras do próprio autor: "A divisão político-administrativa que tentámos traçar corresponde ao ordenamento territorial da Lusitânia portuguesa iniciado talvez em tempos de César e completado por Augusto. O estatuto político-jurídico de algumas civitates terá mudado entre Augusto e os Flávios; mas as divisões parecem ter-se mantido até à ocupação suevo-visigótica"¹⁸.

¹⁷ ALARCÃO, Jorge de, "Identificação das Cidades da Lusitânia Portuguesa e dos seus Territórios", *Les Villes de Lusitanie Romaine*, Coll. de la Maison des Pays Ibériques, 42, Ed. C.N.R.S., Paris, 1990, pp. 21-34.

¹⁸ *Ibidem*, p. 30.

5.2 - A CIDADE E O CAMPO

O domínio romano e a conseqüente romanização da Península Ibérica operaram-se de forma distinta consoante o tipo de cultura pré-existente. As regiões mais a Sul, de tradicional cultura mediterrânica, foram as que mais rapidamente se renderam ao invasor. Ao invés, as regiões mais a Norte, onde os acidentes geográficos dificultaram uma conquista rápida, foram as que ofereceram mais resistência e só em épocas bastante tardias se pode dizer que tenham sido romanizadas, havendo algumas áreas em que tal submissão nunca chegou a ser completamente conseguida.

O objectivo era submeter as cidades. Após este passo, as regiões localizadas à volta daquelas não tinham outra opção a não ser seguir o mesmo exemplo. Assim, as cidades funcionaram, ao mesmo tempo, como os primeiros receptores da cultura romana e como seus centros difusores.

É deste modo que se entende a ideia de E. CERRILLO e de M. CRUZ, autores que afirmam uma dicotomia entre os grandes núcleos urbanos, com especial destaque para as capitais de província (no caso vertente Mérida) que funcionaram como "...receptores directos de las diferentes modas metropolitanas..."¹⁹, e o mundo rural, onde os ecos da romanização foram acolhidos como imposição, traduzidos como elementos estranhos a uma cultura enraizada que só mais tardiamente, e em aspectos particulares, cedeu à adopção de modas e usos do invasor.

Aceitamos, em termos gerais, esta ideia. Não obstante, parecem-nos importantes dois factores. Por um lado, um processo como o da romanização, correspondendo a um quadro vivencial multifacetado e onde a assimilação de alguns dos vectores culturais, em qualquer um dos seus níveis - político, económico, social, religioso...-, não foi aceite pela população indígena de forma obrigatoriamente igual.

Por outro lado, a romanização da Península Ibérica, iniciada desde os primeiros tempos em que esta desempenhou, passiva ou activamente, o seu papel no quadro bélico, durou cerca de seiscentos anos. As transformações operadas durante um tempo tão longo decerto não foram nem se mantiveram iguais desde o início da conquista, não só pela pressão crescente por parte do invasor, mas também porque, paralelamente a essa influência exógena, as premissas estruturais se foram modificando.

¹⁹ E. CERRILLO; M. CRUZ, ob. cit., p. 159.

Pensamos pois, que aquelas ideias apresentadas pelos citados autores espanhóis, fazendo pleno sentido nos primeiros tempos da conquista, terão que ser reavaliadas no que se refere aos últimos séculos do domínio romano em solo peninsular.

Todavia, concordamos plenamente com a noção de as cidades corresponderem a polos difusores das ideias recebidas do centro do Império. Tal facto deve-se a duas razões principais. Por um lado, a partir do momento em que a "cultura" do invasor era considerada como superior em relação à existente, a rápida e total adopção dos novos modelos de conduta e padrões de vida era um dos objectivos a atingir para o acesso à cidadania romana. Por outro, porque as cidades eram os locais onde afluía maior número de pessoas, onde a vida económica decidia os destinos da região a que presidia, e as inovações eram rapidamente transmitidas aos que por ali passavam. O comércio, e os seus agentes, revelaram-se, quanto a este ponto, como pequenos polos difusores, eles próprios, dos novos modismos cívicos.

Cidade e campo avançaram no sentido da romanização de forma paralela mas distinta. O passo essencial foi o da própria noção de urbe, enquanto condição de centro político e administrativo, noção introduzida *ex novo* substituindo a antiga ideia de aglomerado populacional sem que uma legislação própria definisse um centro como um órgão legislador do território envolvente, a não ser em aspectos particulares da vida comunal²⁰. Como refere Carlos FABIÃO, "...o Império Romano é a realização política de uma sociedade de matriz urbana. A sua primeira e principal expressão material é, por isso mesmo, a cidade"²¹. Assim, se a criação de uma determinada cidade poderia corresponder a interesses específicos, não deixava por essa razão de participar do objectivo mais importante dessa "matriz" que o autor referia, isto é, o de servir de modelo para organizar o território envolvente.

No entanto, a cidade, enquanto modelo conceptual, não se basta a si própria. A criação de entidades distintas, correspondendo a unidades jurídico-administrativas diferenciadas tinha por base uma adaptação, ou procura de regulação teórica, a uma realidade pré-existente. Os vários tipos de implantação, a sua especificidade designativa, bem como os direitos e deveres que encerravam, tentaram enquadrar a diversidade real num quadro inteligível e passível de ser controlado, não só em termos económicos, mas também sociais.

²⁰ O que não quer dizer que não existissem cidades. Tal estrutura, no entanto, não correspondia a uma política de centralização administrativa do território sendo o seu nascimento pautado por razões talvez casuais - estratégicas, económicas, geográficas - mas não produto de uma racionalização de controlo geral do território.

²¹ FABIÃO, ob. cit., p. 247.

Não é, pois, um sistema rígido aquele que vamos encontrar, e se as cidades eram, indiscutivelmente, o polo aglutinador da nova realidade artificial, a ruralidade foi, de igual modo, enquadrada em modelos menos rígidos, mas também ela legislada.

É curioso constatar que algumas regiões parece não terem sofrido qualquer modificação. Tal fenómeno é-nos sublinhado por LE ROUX que aponta o exemplo do convento Bracaraugustano onde o *oppidum* de *Aquae Flaviae* parece ter sido o único daquela região do convento. A este propósito conclui o autor que "Tout se passe donc comme s'il n'y avait pas de règle géo-administrative stricte sur laquelle s'est édifié le réseau des municipes à partir du moment où le quadrillage des cités mis en place dès l'époque augustéenne avait répondu au problème"²².

As titulaturas são uma prova bem evidente da diversidade agora racionalizada: colónias romanas, colónias latinas, *oppida*, municípios de cidadãos romanos, municípios de direito latino, cidades livres ou federadas, cidades estipendiárias ...

Mais que uma imposição normativa pré-definida, a nova organização romana adaptou-se a cada território, "... el carácter práctico de la política romana le condujo a tener en cuenta que cada territorio provincial debía adaptarse al modelo urbano siguiendo modos y tiempos propios. En algún caso, como el de Egipto, Roma no dudó el prolongar el modelo de los anteriores reyes ptolomeos en el que las ciudades eran pocas, las mínimas exigidas para la explotación de las grandes masas campesinas"²³.

Curiosamente, a província da Lusitânia, em comparação com as restantes províncias da Hispania, mesmo tendo em conta a maior dimensão da Citerior, contava, segundo as informações de Plínio, com menos cidades, municípios e colónias que as registadas nas restantes províncias. Temos, deste modo, em época de Augusto um total de cinco colónias romanas, apenas um município romano e três latinos, e trinta e seis cidades estipendiárias. Quanto a cidades federadas e livres, nenhuma é referenciada por Plínio. Ao invés, a Bética, bastante mais reduzida quanto à sua extensão geográfica, contava com vinte e sete municípios latinos, e com dez municípios romanos, enquanto que, no que respeita a cidades livres, possuía seis no total²⁴.

Esta diferença tem justificações sobretudo de ordem económica e estratégica, daí que a instalação de centros unificadores e legisladores que obrigavam a uma implantação efectiva de tropas e de cidadãos romanos fosse mais intensa na Bética que na Lusitânia.

Não podemos, no entanto, deixar de ter em conta que Plínio não realiza um levantamento pormenorizado, nem regista todas as cidades que ao tempo existiam em

²² LE ROUX, Patrick, "Les Villes de Statut Municipal en Lusitanie Romaine", *Les Villes de Lusitanie Romaine*, Coll. de la Maison des Pays Ibériques, 42, Ed. C.N.R.S., Paris, 1990, p. 47.

²³ MANGAS MANJARRÉS, Julio, *Aldea y Ciudad en la Antigüedad Hispana*, Cuadernos de Historia, Arco Libros, Madrid, 1996, p. 34.

²⁴ M. MANJARRÉS, ob. cit., p. 51.

solo peninsular. Grande parte das suas listagens são feitas com base nos arquivos de Roma e no mapa do mundo romano realizado por Agripa. Assim sendo, é natural que muitas das cidades já então existentes não sejam referidas por aquele historiador e, por essa mesma razão, o quadro assim obtido permanece omissivo e induz, algumas das vezes, em possíveis erros de interpretação.

Tais deficiências podem ser colmatadas pelos achados que têm vindo a ser encontrados, quer nos diversos locais para os quais existe uma referência pliniana, quer para outros em que o autor clássico se mantém silencioso.

Observando o território da Lusitânia Ocidental de Oeste para Este encontramos várias cidades. Antes de mais *Olisipo*. Debruçar-nos-emos sobre esta cidade romana em outro capítulo pela evidente importância de que a mesma se revestiu e pelo facto de, pela nossa própria experiência dela termos maior número de informações.

Já referimos o número de *civitas* existente na região (Fig. 4). Seguindo a divisão administrativa apresentada por ALARCÃO verificamos que sete se encontram razoavelmente documentadas, arqueológica e epigraficamente, encontrando-se a sua capital, na maior parte dos casos, igualmente identificada. São elas: *Scallabis*, *Salacia*, *Aritium Vetus*, *Ebora*, *Abelterium* e *Ammaia*²⁵. Outras duas - *Bardili* e *Concordia* - ainda que a sua designação seja referenciada por Plínio não se sabe, até ao momento, onde se localizariam²⁶.

S C A L L A B I S

Designa-a Plínio por *Scallabis quae Praesidium Iulium Vocatur* e, igualmente, por *Colonia*²⁷.

A sua ocupação pré-romana já foi por nós referenciada, documentando não só uma continuidade de ocupação do local, como também o facto de estarmos perante um assentamento de alguma importância antes do domínio romano aí se ter instalado. Com efeito, parece que o local terá servido de assentamento militar, tendo depois sido elevado a colónia em tempos de César ou já com Augusto²⁸.

²⁵ Seguimos a identificação das *civitas* apresentada por ALARCÃO, ob. cit., 1990, pp. 21-34.

²⁶ Vide ALARCÃO, ob. cit., 1990, pp. 24 e 25.—

²⁷ Plínio, *NH*, IV, 117.

²⁸ ALARCÃO, *Roman Portugal*, Vol. II, Fasc. 2, Warminter, 1988, p. 116, 5/98.

Os trabalhos arqueológicos até agora desenvolvidos se, por um lado, não permitem ainda inferir uma localização concreta e precisa da cidade romana, têm evidenciado dados extremamente importantes quanto à existência naquele local de uma população com intensos contactos com o mundo púnico-tartéssico²⁹. Concretamente, a região da Alcáçova - ponto alcantilado sobranceiro ao Rio Tejo - evidenciou estratos da Idade do Ferro e do sec. I a.C.

Deste modo, parece ter permanecido o antigo *oppidum* pré-romano enquadrado na nova urbanização da cidade. Não sabemos como tal se operou, uma vez que os vestígios arqueológicos encontrados até ao momento não permitem supôr a área onde a cidade de época romana estaria estabelecida. Os recentes trabalhos levados a cabo na Alcáçova puseram a descoberto um conjunto importante de estruturas, permitindo desse modo concluir de uma ocupação intensa do local desde épocas antigas. Pensamos não poder deduzir-se de tal registo, a implantação precisa da cidade romana, aceitando a ideia de Jorge de ALARCÃO quando refere que "Talvez a cidade actual não se sobreponha exactamente à romana, ou esta se dividisse em vários núcleos não contínuos, um no morro onde se situa a Alcáçova, outro na ribeira do Tejo"³⁰. Na sua esteira, pensamos que se poderá atribuir ao local da actual Alcáçova uma funcionalidade muito específica.

Embora os vestígios urbanísticos não sejam muitos, a elevação a colónia e a *conventus iuridicus* terá pressuposto uma urbanização, certamente intensa, do local. Por outro lado, a existência de vestígios arqueológicos até ao sec. IV documenta-nos uma ocupação até épocas bastante tardias.

S A L A C I A

Designada por Plínio como *Salacia Urbs Imperatoria*, mas igualmente como *oppidum veteris Latii*³¹.

A sua localização geográfica é excelente, influenciando decisivamente na intensa e recuada ocupação humana do local, que pode ser acompanhada desde o Bronze Final³².

²⁹ Sobre tal assunto *vide* o referido no capítulo 5.1 onde apontámos a respectiva bibliografia.

³⁰ ALARCÃO, *O Domínio Romano em Portugal*, ob. cit., p. 48.

³¹ Plínio, *NH*, IV, 116 e 117.

³² *Vide* ALARCÃO, *Roman Portugal*, ob. cit., pp. 132 e 133, 5/357, bem como a bibliografia apontada no Capítulo 5.1.

A sua implantação transformou desde cedo o aglomerado num centro importante do ponto de vista comercial, tal como o demonstra o espólio arqueológico até agora encontrado, vocação que manteve durante a época romana, com especial destaque para a primeira centúria da nossa era. Em época posterior parece ter sido preterida em relação a outros assentamentos romanos, como é o caso de Setúbal e de Tróia.

O *oppidum* pré-romano estava localizado no morro sobranceiro ao rio, onde actualmente se encontra o castelo daquela cidade, ainda que outro núcleo estivesse localizado junto à margem, no sopé da colina³³.

Pouco conhecemos do urbanismo da cidade romana. Parece, no entanto, que o centro da cidade se situaria perto do castelo. Vasco Gil MANTAS considera que o *forum* de época romana estava localizado nas imediações da Igreja de Stª Maria do Castelo, já que proximamente foram encontrados restos de alicerces e fustes de colunas³⁴. Na zona Oeste da colina, situar-se-ia uma via de acesso à parte superior da cidade, tal como no-lo demonstra o achado, em 1976, de uma rua pavimentada e ladeada por *tabernae*, talvez de época Claudiana³⁵, o que pode indicar a ideia de o local corresponder a uma zona comercial relativamente próxima do centro cívico da cidade e a ele dando acesso. É um paralelo muito próximo para o que encontramos em Lisboa onde, no Claustro da Sé, foi posta a descoberto uma rua pavimentada com grandes lajes, que, da mesma forma, ao longo da qual se dispunham pequenos estabelecimentos comerciais. A este assunto retornaremos em capítulo seguinte.

Trabalhos levados recentemente a cabo naquela cidade, por ocasião da instalação no Castelo de Alcácer do Sal de uma pousada, permitiram fornecer dados preciosos acerca da ocupação central daquele morro. Com efeito, parece que o local possuiu em épocas bastante antigas, um santuário pré-romano que manteve a sua funcionalidade cultural durante o novo domínio. A quantidade de objectos votivos exumados, como a qualidade das estruturas postas a descoberto, adivinham-lhe uma importância devocional que terá perdurado durante a época romana³⁶.

Encontramo-nos pois, perante uma cidade que deve os seus destinos a uma excelente situação geográfica, e à abundância de recursos naturais que, desde cedo,

³³ MANTAS, Vasco Gil, "As Cidades Marítimas da Lusitânia", *Les Villes de Lusitanie Romaine*, Coll. de la Maison des Pays Ibériques, 42, Ed. C.N.R.S., Paris, 1990, p. 174.

³⁴ MANTAS, ob. cit., p. 175.

³⁵ SILVA, Tavares da; *et alli*, "Escavações no Castelo de Alcácer do Sal", *Setúbal Arqueológica*, VI-VII, 1980-81, p. 165.

³⁶ PAIXÃO, António Cavaleiro; FARIA, João Carlos; CARVALHO, A. Rafael, "As Escavações Arqueológicas no Convento de N. Srª de Aracoeli (Castelo de Alcácer do Sal) - Aspectos Urbanísticos", *3º Encontro de Arqueologia Urbana*, Almada, Fevereiro de 1997 (comunicação oral, actas em publicação).

criaram uma economia desenvolvida. Por estas razões se instalaram as populações pré-romanas e por elas a cidade se manteve durante os séculos seguintes.

No que diz respeito às duas primeiras cidades referidas - *Scallabis* e *Salacia* -, bem como em relação a *Olisipo*, parece estarmos perante um certo padrão de vivência e de ocupação do espaço similar entre si.

Em todas elas temos uma situação geográfica semelhante, tal como idêntica parece ter sido uma implantação humana intensa, nos seus locais mais elevados. Esta ocupação parece ter revestido uma feição religiosa predominante e ter respeitado cultos de épocas recuadas.

Não sabemos se a zona da Alcáçova de Santarém terá sido parte importante da nova implantação romana ou se, pelo contrário, permaneceu como área religiosa, à semelhança do que acontece em relação a Lisboa e a Alcácer.

Com efeito, encontramos a mesma designação de *oppidum*. A questão a saber é se tal assentamento foi efectivo, como encontramos nos castros do Norte de Portugal ou se, pelo contrário, se revestiu de uma especificidade devocional como em alguns aspectos nos parece ter acontecido.

Em Alcácer do Sal as recentes escavações, ainda em curso, levadas a efeito no Convento de N. Sr^a de Aracoeli, testemunham um importante santuário pré-romano. A cidade romana parece ter-se implantado não muito longe, ainda que os vestígios encontrados apontem, quanto aos locais mais próximos, uma feição, não obstante a sua função cívica, talvez de carácter mais emblemático do que funcional.

Em Santarém, como já referimos, recentes achados parecem vir sublinhar a vertente religiosa do local, ainda que tal se possa circunscrever ao ponto mais elevado e voltado para a escarpa³⁷ e não, em termos gerais, a toda a plataforma que liga esse morro à vertente mais suave oposta ao Tejo.

Em Lisboa, o maior número de vestígios da Idade do Ferro têm surgido nas encostas sobranceiras daquela elevação, ainda que tal facto se possa dever, simplesmente, a uma ocupação intensa do local mais elevado com a conseqüente destruição dos níveis subjacentes. No entanto, quanto a este aspecto, refere-nos MANTAS a propósito da possível localização do *forum* romano na área do Castelo, que tal ideia é pouco provável porque "As diversas inscrições honoríficas imperiais dispersas a sul e a leste do castelo (...) assim como o achado de uma lápide consagrada a Mercúrio

³⁷ Algumas das estruturas foram por nós observadas no local. Os trabalhos de investigação proseguem encontrando-se em publicação alguns dos resultados das pesquisas efectuadas que, pensamos, serão da máxima importância para uma melhor compreensão do tipo e forma de assentamento romano no local. Agradecemos à Dr^a Maria José Almeida ter-nos possibilitado a visita ao local.

Augusto (...) sugerem-nos antes a hipótese de ter existido algures nessa zona um santuário do culto imperial"³⁸.

Curiosamente também, possuímos capitéis destes três locais - Santarém, Alcácer e Lisboa -. Os provenientes de Santarém mostram-se mais interessantes. Quanto a Alcácer do Sal, o único capitel jónico encontrado perto do castelo, ainda que reaproveitado num muro relativamente recente, pode ser proveniente de uma área menos próxima. Trata-se de um exemplar dos finais do sec. II ou já da centúria seguinte.

O capitel do Castelo de Lisboa é coríntio sendo atribuível a uma época mais tardia, talvez o sec. III ou mesmo posterior.

Os capitéis de Santarém pertencem à ordem coríntia e ao estilo corintizante. São cinco peças muito semelhantes entre si e são atribuíveis à segunda centúria. Vemos assim, uma permanência da ocupação comprovada, antes de mais, pelo restante espólio arqueológico encontrado neste locais.

O caso de Santarém é de suma importância pela própria reutilização que os capitéis romanos sofreram em épocas posteriores. Com efeito, eles acham-se na Igreja de Santa Maria da Alcáçova, disfarçados pelo estuque e reboco que recobre as colunas daquela igreja. Mantendo, afinal, a sua primeira função - a de elementos portantes - juntamente com colunas de distinto material - mármore com vergadas cinzentas e róseas ao invés do calcário dos capitéis - eles fazem perdurar uma possível vocação religiosa que, originalmente terão desempenhado num edifício, talvez de culto, durante a segunda centúria da nossa era, em sítio decerto não muito afastado daquele onde agora se encontram.

ARITIVM VETUS

Designada por *Aritivm oppidum Vetus*. Esta cidade não figura nas listas plinianas. Talvez se deva procurar a sua localização, segundo Jorge de ALARCÃO, nas proximidades de Alvega, colocando o autor a hipótese de a cidade ter sido esquecida por Plínio ou que a sua ausência se justifique por corresponder a uma criação posterior a Augusto. É este mesmo autor que a aponta como capital de *ciuitas*, ainda que, até ao momento, os vestígios arqueológicos e epigráficos não o possam confirmar³⁹.

³⁸ MANTAS, ob. cit., p. 163.

³⁹ ALARCÃO, ob. cit., 1990, p. 24.

E B O R A

Designada por Plínio como *Ebora, quod idem Liberalitas Iulia*, ou ainda como *oppidum veteris Latii*⁴⁰. Quanto a esta última designação, refere ALARCÃO que ela atesta que o *ius Latii* terá sido concedido à cidade por César ou Pompeu⁴¹.

Constituiu uma das mais importantes cidades romanas do Sul de Portugal. A sua origem pré-romana encontra-se bem atestada, desde logo pela designação do autor clássico que se lhe refere como *oppidum* e, por outro lado, pelo nome *Ébora*, de origem céltica.

O monumento mais importante, ainda hoje conservado, corresponde ao templo, situado na actual Praça Conde de Vila Flor. Templo coríntio, de colunas graníticas encimadas por elegantes capitéis da mesma ordem, eles irão ser objecto de análise neste trabalho. O monumento situa-se numa praça rectangular que encima um morro de vertente relativamente abrupta. Ainda que a situação geográfica não seja tão tipificada quanto aquela que observámos em *ciuitas* anteriores, é nítida a escolha cuidadosa do local para a implantação do edifício.

Recentes trabalhos arqueológicos empreendidos pelo Instituto Arqueológico Alemão permitiram enquadrar o templo num conjunto urbanístico que explica a sua localização, assim como a organização do espaço envolvente⁴². A par destas novas informações, outras pesquisas, desta vez dentro do Museu - situado em frente à fachada original do templo - trouxeram à luz novos dados, que fazem supôr a existência naquele local do antigo *forum* cívico da cidade e a possível localização da basílica romana⁴³ onde hoje se levanta o Museu⁴⁴.

Datado o templo do sec. I, ao invés da tradicional cronologia que se lhe costumava atribuir - segunda centúria ou mesmo época posterior -, parece poder concluir-se da construção do *forum* na mesma época. Tal renovação urbanística, a qual,

⁴⁰ PLÍNIO, *N.H.*, IV, 117.

⁴¹ ALARCÃO, ob. cit., 1990, p. 23.

⁴² Entre outros trabalhos, os quais serão indicados quando tratarmos dos capitéis do templo romano, citaremos simplesmente: HAUSHILD, Theodor, "Zur typologie Römischer Tempel auf der Iberischen Halbinsel. Peripterale Anlagen in Barcelona, Mérida und Évora", *Homenaje a Saenz de Buruaga*, Badajoz, 1982, pp. 145-156.

⁴³ Agradecemos as informações dadas por Theodor Hauschild quando com ele falámos sobre o capitel encontrado nas escavações realizadas dentro do museu e o qual apresentamos neste trabalho.

⁴⁴ GONÇALVES, Ana; HAUSCHILD, T.; TEICHNER, Félix, "Intervenção Arqueológica no Museu de Évora, Centro Histórico de Évora, 1996", *3º Encontro de Arqueologia Urbana*, Almada, 1997 (comunicação oral, actas em publicação).

certamente, alterou de forma drástica qualquer pré-existência, parece ter correspondido a uma decisão importante quanto à alteração da estrutura da cidade. Com efeito, o facto de se ter descoberto um criptopórtico por baixo da praça actual, a qual parece ter mantido o traçado da antiga praça pública de época romana, indica-nos a criação de uma estrutura artificial e o arranjo de toda a área envolvente para a implantação do que, verdadeiramente, simbolizava a romanidade à semelhança da capital do Império: o *forum*.

As escavações realizadas na actual Câmara Municipal de Évora revelam-nos um complexo termal importante⁴⁵.

Refere-nos ALARCÃO que "No Museu de Évora conserva-se um fragmento de friso da ordem dórica, pertencente certamente a um templo cuja localização se ignora"⁴⁶. Esse friso, executado em granito, encontra-se datado do sec. III, tal como no-lo documenta a tabela colocada ao seu lado. Pensamos, no entanto, que essa peça deverá corresponder a uma época bastante anterior, possivelmente sec. I, integrando-se numa tipologia relativamente habitual de frisos que decorariam espaços funerários e cuja principal ocorrência se verifica desde o sec. I a.C até ao final da época augustana⁴⁷. Este elemento arquitectónico poderá relacionar-se com um edifício ainda da primeira fase de urbanização daquela cidade que poderíamos situar em época de Augusto altura em que a mesma é regularizada, estruturada e hierarquizada, social e urbanisticamente, com o objectivo de fazer face à sua nova titulatura jurídica.

Em época tardia, possivelmente sec. IV, ou mesmo em época posterior dado o pequeno e irregular aparelho que se pode observar em alguns troços, a cidade terá sido envolvida por uma cintura de muralhas, da qual ainda hoje se conservam algumas partes.

A B E L T E R I U M

Esta cidade, não referenciada por Plínio, mas indicada no *Itinerário* de Antonino, deverá corresponder a Alter do Chão⁴⁸.

⁴⁵ Vide: CORREIA, Virgílio Hipólito, "As Termas Romanas de Évora - a estratigrafia do Laconicum", *Actas das V Jornadas Alqueológicas*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1991, pp. 27-36.

⁴⁶ ALARCÃO, *Roman Portugal*, ob. cit., 1988, vol. II, fasc. 3, p. 160, 6/281.

⁴⁷ Cf. GUTIERREZ BEHEMERID, M^a Angeles, "Frisos Dóricos Funerários en la Península Ibérica: sistematización y cronología", *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, Tomo LVI, Valladolid, 1990, pp. 205-217.

⁴⁸ ALARCÃO, ob. cit., 1990, p. 24.

As escavações realizadas recentemente na área urbana não parecem confirmar a ideia de se tratar de um local importante que justifique designação de *ciuitas*. No entanto, os vestígios acham-se muito destruídos, já que aqui nos situamos numa área geográfica totalmente distinta da observada nas cidades anteriores. Com efeito, o aglomerado actual implantou-se precisamente no local onde se terá efectuado o povoamento de época romana. Se aliarmos tal condicionalismo ao facto de nos encontrarmos perante uma área com muito pouco relevo, é de crer que mesmo que tal assentamento tenha existido, pouco terá restado.

Os materiais observados nos Serviços Culturais da Câmara⁴⁹ indicam-nos, no entanto, elementos decorativos de certa importância. Contudo só futuras investigações, e a sorte, poderão fornecer mais alguns dados quanto à importância deste lugar que, e segundo as próprias palavras de J. ALARCÃO, "poderá ter sido simples *mansio*"⁵⁰.

A M M A I A

A cidade romana de *Ammaia* não é referenciada por Plínio. Isto não significa, porém, e ao contrário do que por vezes se pretende supor, que não fosse capital de *ciuitas* ao tempo de Augusto. O mesmo terá acontecido, como já observámos, em relação a *Aritium Vetus* ou mesmo em relação a *Sellium*, caso este que não oferece qualquer dúvida quanto ao facto de ter sido um das cidades a deter aquele estatuto.

Diz-nos ALARCÃO que as inscrições aí encontradas, de 44 ou 45 d.C., apresentam já a designação de *ciuitas Ammaiensis*, concluindo o autor que "Poderemos admitir que *Ammaia* ainda não era *civitas* no tempo de Augusto, o que explicaria o silêncio de Plínio"⁵¹. Apesar de referir que se pode tratar simplesmente de um esquecimento daquele autor latino, duvida ter sido só em época mais tardia que tenha sido elevada a capital sugerindo a época de Cláudio como cronologia.

Não sabemos, com efeito, em que época ocorreu tal nobilitação. Todavia, os vestígios colocados recentemente a descoberto apontam-nos uma época coincidente com o início da época imperial. A estruturação geral que a cidade parece ter sofrido sob o

⁴⁹ Agradecemos à Dr^a Cecília Rosalino a amabilidade dispensada e por nos ter mostrado o variadíssimo espólio em reserva.

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ ALARCÃO, ob. cit., 1990, p. 23.

novo domínio - possível teatro, entrada monumental, ruas porticadas, praça de entrada, templo, termas -⁵² indica-nos uma reorganização integral do espaço que, a nosso ver pode ser localizada cronologicamente na primeira metade do sec. I e, mais concretamente, como já referimos, nos inícios do Império.

Alguns pormenores construtivos, como seja o caso do talhe em V da união dos silhares, que se pode observar junto à entrada principal da cidade e que tem paralelos com construções de época augustana - teatro romano de Lisboa, galerias romanas da Rua da Prata, também em Lisboa, ponte de Mérida -, assim como a arquitectura do arco de entrada, muito semelhante à de *Emerita* tal como no-lo é representada nas moedas daquela cidade, podem ser alguns aspectos abonatórios para uma atribuição cronológica mais recuada. O mesmo é também documentado pelos capitéis aí encontrados, e que analisaremos em capítulo respectivo.

Por outro lado, o facto de as várias construções empregarem o granito, pedra local, como matéria-prima, aliado à existência de alguns elementos decorativos realizados em mármore, indicam-nos um primeiro momento de "marmorização" da cidade, caracterizado por um uso circunstanciado daquele material.

Surgem-nos assim, alguns frisos e cornijas, bem como algumas colunas de mármore de coloração branca acinzentada com vergadas cinzentas escuras. Algumas epígrafes são igualmente executadas em mármore esbranquiçado. O balneário, recentemente posto a descoberto, apresenta capeamentos de mármore branco/beige cuja composição e características nos indicam ser proveniente de camadas superficiais de filões daquele material.

Não existe pois, uma marmorização global da cidade, antes pequenos apontamentos de utilização de tal matéria-prima que contrastam com o emprego generalizado do granito em todas as construções da cidade.

Estas são as capitais de *ciuitas* existentes na Lusitânia Ocidental, no que diz respeito ao território agora em análise. Embora a localização de algumas, ou a data em que foram elevadas a tal categoria suscite, em alguns casos, dúvidas, é evidente o facto de se repartirem de forma regular sobre o território, confirmando a teoria de distribuição

⁵² Agradecemos ao Dr. Jorge de Oliveira, Director de escavação daquela estação romana, toda a disponibilidade concedida nas várias vezes que nos deslocámos a S. Salvador de Aramenha, quando nos mostrou os vários monumentos colocados a descoberto, bem como em relação à autorização do estudo dos capitéis provenientes daquela estação.

representada pelos polígonos de Thiessen empregue por Jorge de ALARCÃO na divisão dos territórios a que cada uma presidia⁵³.

Existiam outras cidades, umas mais importantes, outras de menor relevância. O aspecto mais evidente, no entanto, é o da permanência dos quadros pré-existentes. A adaptação à nova situação foi relativamente fácil, tal como se comprova pela antroponímia. Os nomes indígenas, ainda que mantidos, apresentam-se com os *tria nomina* característicos da população latina. O mesmo acontece quanto às divindades pré-romanas as quais, mantendo-se sob o novo domínio, adoptam designação latina.

As elites rurais continuaram, tendo persistido a hierarquização tradicional, mantendo o respectivo prestígio num processo paralelo à nova ascensão que os novos membros, mercê de cargos políticos e militares, viviam na hierarquia cidadina⁵⁴.

Após o primeiro embate da conquista, que afectou de forma diferenciada as várias regiões, aquilo a que assistimos é a uma reorganização geral do território. A transição política, se de facto deixou as suas marcas, rapidamente terá sido ultrapassada por uma nova forma de vida onde os contactos com populações distintas parece ter sido, em termos que não simplesmente sociais, o aspecto mais marcante.

Bastará observarmos os movimentos migratórios entre as diversas regiões para concluirmos que "... é possível percepcionar uma certa intensidade de relações sociais no ocidente Hispânico"⁵⁵, mesmo que não contabilizadas as deslocações para outras regiões do Império (Fig. 5). O mesmo se constata com o predomínio de antroponímia indígena em algumas das regiões e a sua convivência com elementos exógenos, que são adaptados mas onde é fácil descortinar o substracto local.

Em termos económicos assiste-se a uma rentabilização da exploração dos recursos naturais. O trabalho, essencialmente efectuado por escravos ou por pessoal contratado de fracos recursos económicos, era realizado nas propriedades dos grandes senhores de *villae*, as quais se encontravam distribuídas quer à volta das cidades quer em pleno meio rural.

Se durante os primeiros tempos do Império estas *villae* não desempenham uma papel determinante, será a partir dos finais do sec. II e III que irão exercer um maior relevo com a exploração intensiva dos grandes latifúndios. Torre de Palma, Milreu, Vila Cardílio ou S. Cucufate são apenas alguns exemplos que nos demonstram tal facto. A

⁵³ ALARCÃO, ob. cit., 1990, pp. 21-34.

⁵⁴ Cf., entre outros: CURCHIN, Léonard A., "Élite Urbaine, Élite Rurale en Lusitanie", *Les Villes de Lusitanie Romaine*, Coll. de la Maison des Pays Ibériques, 42, Ed. C.N.R.S., Paris, 1990, pp. 265-276; ENCARNÇÃO, José d', *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1975.

⁵⁵ GARCIA, J. M., "Em torno dos Fundamentos da Fundação de Portugal", *Prelo - Revista da Imprensa Nacional - Casa da Moeda*, nº 1, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1984, p. 81.

passagem do "absentismo" dos proprietários para uma exploração directa constatada em época mais tardia, irá transformar de forma radical a vida nos campos.

5.3 - OLISIPO

A cidade é designada por Plínio como *municipium civium Romanorum* ou ainda como *Olisippo Felicitas Iulia* ou, simplesmente, *oppidum*⁵⁶.

O território que a cidade controlava parece abranger um vasto espaço, que não se confinava à parte Norte do rio Tejo. Como já havíamos observado, os rios funcionaram, mais do que barreira, como elos de ligação e eram as vias de comunicação por excelência. Se tal se passou em relação a Mérida no que diz respeito ao Rio Guadiana, ou quanto a *Scallabis*, tal se aplica igualmente a *Olisipo* e a outros territórios de *ciuitas*.

Seguindo a definição de *territorium olisiponensium* apresentado por Cardim RIBEIRO⁵⁷, a margem Sul do Tejo faria parte integrante do mesmo, tal como se pode observar na Fig. 6. Esta zona teria uma feição quase exclusivamente industrial, correspondendo a um centro de abastecimento de contentores em cerâmica para toda a área dependente de *Olisipo* - entre outros Porto dos Cacos (Alcochete), Quinta do Rouxinol (Corroios) -, bem como funcionando como centros de transformação do pescado, actividade mais industrial e mais rentável da cidade - Porto Brandão ou Cacilhas ... -. As *villae* nesta zona são poucas - na Av. Bento Gonçalves (Almada) e na Quinta da Torre (Almada) ... -, traduzindo a existência de pequenos núcleos rurais. São conhecidas igualmente algumas necrópoles - Quinta da Torre, Quinta do Outeiro (Almada), ainda que esta última possa corresponder à anterior, não constituindo assim uma necrópole distinta, e Porto dos Cacos⁵⁸.

Parece pois, como já referia RIBEIRO, e na esteira de outros autores, que a zona Sul do estuário do Tejo, intimamente relacionada com a capital de *ciuitas*, esteve vocacionada, desde cedo, para a actividade industrial, e onde as estruturas de carácter que não aquela cingem-se ao estabelecimento das populações que trabalhavam em tais indústrias.

A zona mais ocidental e a Norte do Rio Tejo apresenta-nos uma ocupação dispersa com um número razoável de *villae*, concretamente em Odrinhas, Faião, Freiria, Santo André de Almoçageme, Casais Velhos, Abóbadas, Granja dos Serrões, Alto da

⁵⁶ Plínio, *N.H.*, IV, 116, 117.

⁵⁷ RIBEIRO, José Cardim, "*Felicitas Iulia Olisipo* - algumas considerações em torno do catálogo *Lisboa Subterrânea*", *Almadã*, Centro de Arqueologia de Almada, IIª Série, nº 3, 1994, pp. 79 e ss.

⁵⁸ SANTOS, Vítor M., *et alli*, "Carta Arqueológica de Almada elementos da ocupação Romana", *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*, Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, Câmara Municipal do Seixal, Publ. Dom Quixote, Lisboa, 1996, pp. 225-236, bem como bibliografia indicada.

Cidreira, entre outras⁵⁹, e de *vici*, como parece ter acontecido, segundo ALARCÃO⁶⁰, em relação a Torres Vedras.

Muitos dados ficarão por referir, mas passemos a alguns dos aspectos urbanísticos da cidade de *Olisipo*, tema que agora mais nos interessa.

Erigido em cima de um morro, o *oppidum* pré-romano terá ocupado não só a sua parte cimeira, mas também as suas vertentes, pelo menos no que se refere à encosta Sul, como nos é demonstrado pelos vestígios encontrados no Claustro da Sé de Lisboa. Tal concentração do povoamento não obstou, no entanto, a que populações se instalassem no sopé da colina, mais próxima do rio e do seu esteiro, o que não obriga, apesar disso, considerar-se estarmos perante um núcleo alargado, resultado de um povoamento pré-romano intenso e contínuo desde a colina até à zona mais baixa.

Certamente que, durante a Idade do Ferro⁶¹, o local não terá sido esquecido, tendo mesmo correspondido a um entreposto importante na ligação das vias terrestres do interior e a costa Atlântica, antiga via tartéssica de que nos fala Avieno.

As poucas informações até há pouco tempo existentes, ainda que nos últimos anos o panorama se tenha invertido, não nos permitem ainda ajuizar da extensão de tal *oppidum*. A identificação de vestígios, alguns de carácter pontual, indica-nos dois locais principais: zona da Sé⁶² e, no sopé, a actual Rua dos Correiros, concretamente onde se instalou a sede do Banco Comercial Português (B.C.P.)⁶³.

Outros achados têm vindo a enriquecer o número de informações que possuímos sobre tal contexto cultural. Trabalhos arqueológicos levados a cabo pelo I.P.P.A.R. na vertente da colina parecem mostrar mais alguns dados sobre a efectivação de tal ocupação, o mesmo acontecendo relativamente a alguns materiais cerâmicos encontrados no teatro romano de Lisboa.

Se no primeiro núcleo que definimos, ou seja, na Sé de Lisboa, os achados não são relacionáveis com nenhuma estrutura, quanto ao núcleo da Rua dos Correiros, os materiais cerâmicos associam-se a um "... conjunto constituído por compartimentos de planta rectangular, definidos por um soco em pedra ligada por argila, no qual assentam

⁵⁹ RIBEIRO, ob. cit., pp. 82 e 83 e bibliografia correspondente.

⁶⁰ ALARCÃO, ob. cit., 1988, Vol. I, p. 56.

⁶¹ Cf. GAMITO, Teresa Júdice, "A Idade do Ferro no Sul de Portugal, problemas e perspectivas", *Arqueologia*, 6, Porto, 1982.

⁶² AMARO, Clementino, MATOS, José Luis de, "Trabalhos Arqueológicos no claustro da Sé de Lisboa - Notícia Preliminar, *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*, Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, Câmara Municipal do Seixal, Publ. Dom Quixote, Lisboa, 1996, p.218.

⁶³ AMARO, Clementino, *Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros*, Ed. Fundação Banco Comercial Português, Lisboa, 1995, pp. 11 e 12.

as paredes em estrutura de caniço, revestida a argila endurecida pela acção do fogo. Os compartimentos apresentam uma zona de combustão, relativamente central, estruturada com seixos rolados. O pavimento seria em argila⁶⁴. Estas estruturas correspondem cronologicamente a um período compreendido entre o sec. V a.C e a terceira centúria da mesma era.

Um outro núcleo cultural e cronologicamente relacionável com aquele foi por nós próprios identificado na Rua dos Correiros⁶⁵ em ponto mais a NE do atrás referido - esquina da Rua dos Correiros com a Rua de S. Nicolau -, o que nos poderá indicar estarmos perante o mesmo horizonte ocupacional identificado no B.C.P., que assim abrange uma extensão geográfica consideravelmente maior. Não sabemos qual a funcionalidade das estruturas detectadas na Rua dos Correiros, dada a pequena extensão dos vestígios observados e pelo facto de só se ter encontrado um muro de orientação SE/NW (Fot. 1). No entanto, como refere AMARO "... é plausível propor-se que esta pequena área urbana esteja de alguma forma relacionada com a actividade portuária e comercial..."⁶⁶.

O que mais nos interessa quanto a estas últimas estruturas, localizadas certamente nas margens do esteiro do rio, é o facto de nos dois núcleos da Rua dos Correiros se ter constatado uma permanência da ocupação desde época pré-romana.

A CIDADE INDUSTRIAL

UNIDADES FABRIS:

Se no sec. III a.C encontramos no núcleo do B.C.P. vestígios de enterramentos tal como parece ter acontecido também em época republicana, situados por cima dos anteriores níveis ibero-púnicos, e se tal facto também se regista no segundo núcleo (R.Correiros/R.de S.Nicolau) já que em níveis próximos foi encontrada uma urna de incineração, a funcionalidade destes dois espaços parece ter sido totalmente alterada nos inícios da ocupação romana na cidade.

⁶⁴ AMARO, ob. cit., 1995, p. 12.

⁶⁵ FERNANDES, Lúcia; SILVA, Rodrigo B., *et alli*, "A Sondagem 34 da Rua dos Correiros - resultados preliminares", *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*, Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, Seixal, 1991 (comunicação oral).

⁶⁶ AMARO, *ibidem*.

Data dessa altura, com efeito, a construção e o começo da laboração das fábricas de salga de peixe que se mantiveram em actividade até ao sec. V, ainda que com momentos de descontinuidade. Quanto ao B.C.P., são numerosos os tanques de salga de peixe aí identificados, parecendo articular-se em pequenos núcleos com pátio central. Na Rua dos Correiros/Rua de S. Nicolau, só foi possível identificar o início de duas cetárias e um espaço central menos profundo do que o atingido no interior daquelas, talvez correspondente a um pátio central, à semelhança dos encontrados um pouco mais para SW.

O complexo balneário encontrado no B.C.P. enquadra-se naquele espaço fabril como estrutura de apoio aos operários das fábricas de salga. Parece, no entanto, que tal estrutura se implantou aproveitando alguns dos tanques de salga pré-existentes. Em concreto a sala identificada como *frigidarium* parece ter aproveitado uma antiga cetária, ainda que tal fenómeno suscite dúvidas de interpretação.

A confirmar-se tal facto, encontramos-nos perante uma alteração da funcionalidade daquele espaço, correspondendo a uma quebra de produtividade do complexo fabril a favor das construções de edifícios de carácter civil a partir da segunda metade do sec. III, cronologia que nos é dada pelo mosaico que reveste um dos compartimentos das termas⁶⁷.

Idêntica alteração nos surge no núcleo da Rua dos Correiros/Rua de S. Nicolau. Com efeito, em época mais tardia que a da construção das cetárias, foi erigida no interior do possível pátio, uma parede revestida a estuque pintado (Fot. 2). Este muro, com uma orientação E/W possuía cerca de 40 cm de largura. Foram também registados dois níveis de frescos (Fot. 3) que recobriam as duas faces da respectiva parede. Um deles com decoração vegetalista e outro, que se lhe sobrepunha, com decoração geométrica (Fot. 4).

Igualmente em associação a esta estrutura de carácter civil foram detectados, ainda que sem contexto cronológico definido, vários fragmentos de *opus musivum* bícromo - preto e branco - ao invés das tesselas coloridas que encontramos no B.C.P. Estes fragmentos de mosaico são atribuíveis ao sec. II⁶⁸. Parece-nos plausível relacionar este achado com as estruturas habitacionais correspondentes ao muro revestido a fesco, dada a proximidade física entre os mesmos e a estratigrafia evidenciada.

⁶⁷ AMARO, Clementino; CAETANO, Teresa, "Breve nota sobre o Complexo Romano da Rua Augusta (Lisboa)", *Conímbriga*, vol. XXXII-XXXIII - 1993/94, Instituto de Arqueologia de Coimbra, Coimbra, 1995, pp. 283-294.

⁶⁸ Agradecemos esta informação à Dr^a Teresa Caetano, nossa colega de Mestrado, que apresenta na sua Dissertação - intitulada *Musivária Olisiponense - Estudo dos mosaicos Romanos de Olisipo e da zona Oeste do Ager* - o mosaico a que agora nos referimos, atribuindo-lhe uma cronologia da segunda centúria da nossa era.

Encontramos, assim, a mesma alteração funcional do espaço detectada anteriormente no B.C.P., ou seja, uma estrutura de carácter civil que é erigida por cima das anteriores construções fabris aproveitando, inclusivamente, alguns dos seus muros para completar a planta pretendida.

A única diferença é a distância cronológica de cerca de um século que se regista. Apesar de as considerações que agora apresentamos não pretenderem, de modo algum, ultrapassar exactamente essa categoria, ou seja, a de serem simples hipóteses interpretativas, pensamos ser pertinente colocar-se a hipótese de uma decisiva alteração do espaço construído a partir da segunda centúria.

Se estes dois núcleos, como nos parece, pertencem a um mesmo centro fabril, sugerem que, a partir daquele século, se começam a operar transformações importantes traduzidas por um aproveitamento de alguns dos tanques para adaptação a pequenas residências. Indica-nos um retraimento produtivo do conjunto fabril, o que parece ter sido iniciado por aqueles tanques mais a Norte e mais afastados da via que passa precisamente no meio dos vários núcleos de cetárias do B.C.P. Tal transformação teria, seguindo este raciocínio, sido consubstanciada mais tardiamente - sec. III - com a transformação de algumas das cetárias, situadas a Sul e na proximidade da referida via, num conjunto termal de modestas dimensões.

Achamos estranho, aliás, que sejam tão poucas as referências, bem como os vestígios, relativos à *Olisipo* da segunda centúria. Tal facto pode, em parte, ser explicado se tivermos em conta dois condicionalismos. Por um lado, as construções posteriores a esse século terem, simplesmente, aproveitado as antigas edificações. Por outro, podem ter sido destruídas ou totalmente remodeladas em época tardia, tal como sabemos ter acontecido em relação a vários monumentos cuja edificação original remonta ao sec. I. Com efeito, somente temos conhecimento de uma edificação de carácter público, e monumental, datada do sec. II. Trata-se do circo romano construído no local onde hoje se situa a Praça D. Pedro IV (Rossio) e ao qual nos referiremos.

Mas regressemos para junto ao rio. O complexo fabril existente em *Olisipo* organizava-se em vários núcleos. Já analisámos um pouco mais detalhadamente um desses núcleos, que pensamos ser uno, referenciado por nós como B.C.P. / R. Correeiros - R.S. Nicolau. Outras unidades fabris têm sido postas a descoberto ao longo dos últimos anos, concretamente na Casa dos Bicos, Rua dos Fanqueiros, Rua Augusta (antiga casa comercial "Mandarim Chinês"). A sua implantação quase nos permite delinear o traçado do esteiro que, pensamos, seria bastante mais largo nesta área do que originalmente se poderia supor, como já alguns autores tinham chamado a atenção. A este propósito refere-nos AMARO que "A área industrial e portuária forma, assim, um arco envolvendo a Sul/Sudoeste, a área residencial, administrativa, religiosa e lúdica, numa extensão já

identificada de cerca de 500 metros o que permite avaliar da real extensão e importância que esta actividade económica teria na vida da cidade..."⁶⁹.

Observa-se, deste modo, uma especialização geográfico-funcional que determina uma área constituída por várias unidades fabris ao longo da margem do esteiro, aproveitando tal acidente geográfico como via de escoamento dos produtos transformados.

A compreensão do tipo e cronograma de ocupação que aqui presenciamos depara-se-nos difícil de interpretar devido à inexistência de dados seguros quanto à cronologia destas unidades fabris, problema para o qual FABIÃO chamou recentemente a atenção⁷⁰.

A confirmar-se a datação ultimamente atribuída aos núcleos de transformação de pescado da margem Norte do Tejo, correspondendo ao primeiro quartel do sec. I, ela adequa-se com a datação da estrutura que a seguir analisaremos, as "Galerias Romanas da Rua da Prata". Se este edifício, como teremos ocasião de observar, corresponder a uma datação augustana, as unidades fabris só terão iniciado a sua actividade em época posterior à edificação daquela estrutura.

A hipotética quebra de produtividade de tais unidades a partir dos finais do sec. II/sec. III ou, pelo menos, a sua transformação e redução de área produtiva, poderá ter a sua resposta na sua substituição parcial pelos centros da margem Sul.

AS GALERIAS ROMANAS:

As "Galerias Romanas da Rua da Prata", interpretadas durante muito tempo como conservas de água ou termas foram inicialmente identificadas por D. Thomás Caetano de Bem como pertencentes às termas dos Cássios situadas na Rua das Pedras Negras.

Avançando mais para Sul em relação ao núcleo fabril da Rua dos Correeiros, a sua implantação parece delimitar aquele complexo industrial, tendo servido ao mesmo tempo como plataforma artificial que colmatava o vão, acentuadamente baixo, que existia entre as duas colinas - a Este o actual morro de S. Francisco e a Oeste a colina da Madalena -. Unindo pelo respectivo sopé os dois locais, este importante trabalho de engenharia correspondia a dois objectivos. Por um lado, o de conter o ímpeto do braço

⁶⁹ AMARO, ob. cit., 1995, p. 14.

⁷⁰ FABIÃO, Carlos, "A exploração dos Recursos Marinhos", *Portugal Romano - a exploração dos Recursos Naturais*, Ed. Ministério da Cultura, I.P.M/M.N.A., Lisboa, 1997, p. 45.

de mar que entrava naquela área, possibilitando o desenvolvimento da cidade para Norte. Por outro, permitia a ligação e conseqüente comunicação destas duas colinas. Uma estrutura de tal imponência possibilitava, com efeito, aproveitar o braço de mar da melhor forma e, ao mesmo tempo, utilizar a estrutura como meio de passagem entre a zona mais a Este e a colina onde se espalhava a cidade civil.

A cronologia de tal estrutura tem levantado inúmeras dúvidas. RIBEIRO situa a sua construção em época de Tibério, com base na datação da inscrição dedicada a Esculápio encontrada no local em 1775, referindo ainda que poderá corresponder a uma construção ainda da época de Augusto e de acordo com "...a fundação augustana de outros espaços públicos olisiponenses"⁷¹.

Pensamos, com efeito, que se tratará de uma construção da época de Augusto. O tipo construtivo e os seus particularismos técnicos, bem como a dimensão de uma obra desta envergadura, somente podem ser enquadrados numa política de urbanização geral da cidade e nunca como uma obra isolada.

Procurou-se, então, tirar partido da situação geográfica e das condições geomorfológicas do local. O aproveitamento desta área, se não totalmente inundada pelo rio correspondendo numa grande extensão a zona de sapal, impunha-se para rentabilizar o fornecimento de produtos tão procurados no mercado romano: os preparados de peixe. Outros, como o sal, terão sido igualmente objecto de interesse. A sua produção e comércio fizeram desenvolver outras actividades- construção de barcos, pesca, olaria, transportes, etc.-, feição que manteve durante toda a Idade Média e mesmo em época posterior, como as tercenas o demonstram com clareza.

A estrutura que hoje nos é dado observar, situada sob as actuais ruas da Prata e da Conceição (Fig. 7), não corresponderá, decerto, ao edifício original. Tal facto é imediatamente observável em certas incongruências construtivas: interrupção de algumas das paredes, pavimento ao nível do almofadado dos silhares, vestígios de remoção de alguns dos blocos, o que nos indica uma alteração da planta original do edifício. Não nos interrogamos sobre o facto de se tratar ou não de um criptopórtico, função que nos parece ter já sido aceite pela grande maioria dos investigadores, seguindo a proposta inicialmente defendida por MAIA⁷², ENCARNAÇÃO⁷³, MANTAS⁷⁴ e RIBEIRO⁷⁵.

⁷¹ RIBEIRO, José Cardim, "Breve nota acerca do criptopórtico de Olisipo e da possível localização do «forum corporativo»", *Bracara Augusta*, vol. XLV, Encontro de Arqueologia Urbana, Braga, 1994, p. 194.

⁷² MAIA (Man.), "Actividades da APOM", *APOM. Informações - Boletim*, nº 3, Lisboa, p. 7 - referenciado por: RIBEIRO, 1994, "Breve nota ...", p. 192.

⁷³ ENCARNAÇÃO, J. d', "Criptopórtico romano no subsolo de Lisboa", *Jornal da Costa do Sol*, nº 489, Cascais, 1 de Setembro, pp. 4 e 6.

⁷⁴ MANTAS, Vasco Gil, "Notas acerca de três inscrições de Olisipo", *Conimbriga*, Instituto de Arqueologia de Coimbra, vol. XV, Coimbra, 1976, p. 163.

⁷⁵ RIBEIRO, "Breve nota ...", p. 191 e ss.

É este último autor que aponta, inclusivamente, duas fases de construção para o monumento: uma da época de Augusto datando a estrutura original, como já havíamos referido, do primeiro momento urbanístico da cidade, na qual, posteriormente e em data que o autor não refere, foram incluídos outros muros que compartimentaram o espaço (Fig. 8).

O que nos é dado observar em termos construtivos, corresponde a várias técnicas:

- 1 - alvenaria constituída por pequenos blocos rudemente afeiçoados que se ligam entre si por ligante de coloração amarelada;
- 2 - "*opus rusticado*" com função de capeamento;
- 3 - cofragem nas abóbadas;
- 4 - *opus caementicium* em alguns locais - algumas zonas do pavimento por exemplo - mas perfeitamente detectável em pequenos blocos soltos que ainda hoje é possível encontrar.

Quanto a particularismos técnicos, salientamos o facto de algumas das uniões dos silhares apresentarem uma união em V, o que, como já referimos anteriormente, poderá indicar uma cronologia augustana.

Em relação à planta, o edifício apresenta uma orientação NE/SW pouco acentuada. Partindo do princípio de que a estrutura não se prolongava para Norte - local onde passava a via romana e se desenvolvia o complexo fabril da Rua dos Correeiros e, mais acima o do "Mandarim Chinês" -, teremos, deste modo, uma estrutura realizada com muros delimitatórios de orientação geral E/W. Internamente, este edifício teria, em termos construtivos lógicos, que possuir estruturas perpendiculares para suportar qualquer peso superior e servir de reforço às paredes laterais.

Assim sendo, poder-se-á afirmar que as paredes de orientação contrária, isto é, N/S, pertencerão à fase original do monumento. Encontram-se neste caso, os muros pertencentes às duas galerias mais altas (Fig. 9).

Quanto a estas, uma análise mais atenta indica-nos que a sua construção original teria correspondido a um núcleo composto pela técnica identificada por nós no ponto 1), revestido depois por capeamentos que aqui adoptam a forma definida no ponto 2). Construção tipicamente romana que alia a silharia estrutural - que aqui desempenha também essa função, bem como a de revestimento exterior - a um núcleo de alvenaria, possibilitando uma maior rapidez executiva e implicando menores custos.

Se em quase todo o seu comprimento daquelas duas galerias não restam silhares, alguns pequenos troços que os mantêm (visível essencialmente junto aos arcos) indicam-

nos que os mesmos terão, em alguma altura, sido removidos, talvez para serem de novo empregues no interior da estrutura mas com o objectivo de alterar a sua divisão interna.

Recentes trabalhos de escavação efectuados no interior do monumento e levados a cabo pelo Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade, nos quais participámos em coodirecção, virão trazer novas pistas interpretativas⁷⁶. Enquanto tais resultados não vêm a público, as considerações por nós apresentadas permitem-nos algumas conclusões:

- A) - construção original da época de Augusto;
- B) - técnica construtiva que emprega alvenaria e silharia rusticada;
- C) - técnica reconhecível nos muros de suporte de orientação N/S e que correspondem às galerias de maior altura;
- D) - alteração posterior do interior do edifício correspondendo a uma compartimentação do espaço que reemprega grande parte da silharia da primeira fase construtiva;
- E) - técnica da época de Augusto igualmente reconhecível em outras construções: termas dos Cássios na Rua das Pedras Negras e no Teatro Romano.

Recentemente, M. MACIEL traz a público algumas plantas inéditas sobre o monumento, conservadas na Biblioteca Pública de Évora e pertencentes à Colecção de Frei Manuel do Cenáculo⁷⁷. A primeira é uma planta realizada em 1773⁷⁸, data em que a estrutura é vista pela segunda vez⁷⁹ e que a planta do monumento é levantada por Frei José de S. Lourenço. As plantas posteriores devem-se a Francisco Martins de Andrade, conservador da Biblioteca Nacional, e ao Arquitecto José Valentim de Freitas, da altura em que cabia àquela instituição a responsabilidade pela conservação do Património Artístico e Arqueológico. As plantas desta nova fase de descoberta - em 1859 aquando das reparações efectuadas no colector da Rua da Prata - mostram-nos um troço muito maior que o anterior, sendo perfeitamente reconhecível o primeiro núcleo representado pela planta da Biblioteca Pública de Évora.

Quanto à segunda planta⁸⁰, ela é muito semelhante à que encontramos nos Álbuns de Vieira da Silva e que aqui reproduzimos (Fig. 7), ainda que não tão completa quanto esta última.

Em qualquer destas três plantas referenciadas a estrutura não é representada na sua totalidade, já que os muros desenhados se prolongam no sentido SE bem como NW.

⁷⁶ Encontra-se em preparação a publicação dos resultados finais da intervenção arqueológica realizada em 1996.

⁷⁷ MACIEL, M. J., "A propósito das chamadas «conservas de água da Rua da Prata»", *Conimbriga*, Instituto de Arqueologia de Coimbra, vol. XXXII-XXIII, Coimbra, 1993/94, p. 145-156.

⁷⁸ MACIEL, ob. cit., Est. I.

⁷⁹ A primeira vez terá sido em 1770 aquando das obras de reconstrução pombalinas.

⁸⁰ MACIEL, ob. cit., Est. II.

A ideia de criptopórtico defendida pelos autores já nomeados parece-nos em absoluto pertinente, ainda que a respectiva explanação proposta por RIBEIRO⁸¹ só possa ser confirmada com o prosseguimento dos trabalhos de investigação no local.

Quanto ao edifício ou edifícios que se lhe sobrepunham, pouco se pode dizer. Com efeito, uma estrutura tão grande quanto esta poderá ter suportado várias construções. A questão da função do local como balneário, ainda que não destituída de interesse será, a nosso ver, uma hipótese a ser colocada para uma época mais tardia, altura em que a sua função principal tivesse sido parcial ou totalmente abandonada.

Esta função principal do monumento surge, antes de mais, e como já referimos, como a de estrutura portante e criação de uma plataforma artificial⁸². A função de *horrea* terá sido meramente secundária, já que coloca algumas dificuldades em termos práticos, pois obrigava a que o local fosse totalmente estanque, o que duvidamos. Mesmo a confirmar-se tal qualidade construtiva, à qual ainda hoje os modernos edifícios não dão resposta totalmente satisfatória, o local seria tão húmido que os produtos teriam que ser rapidamente escoados. Não se pode, no entanto, aceitar a ideia de MACIEL quando afirma "Há acessos e iluminação, quer por escadas, quer por clarabóias"⁸³. As clarabóias a que o autor parece referir-se, e consultando a planta que apresenta da B.P.E., referem-se a bocas de poço abertas em algumas das abóbadas das galerias, localizadas em local descentrado do centro das referidas abóbadas. O seu arranjo interior - empregando, inclusivamente, fragmentos de tijolos do sec. XVIII - leva-nos a considerá-las como aberturas nitidamente posteriores. Não é possível observar nenhuma escada no interior do edifício nem em qualquer uma das plantas que conhecemos. Em alguns locais, no entanto, parecem existir degraus, devendo-se tal morfologia, exclusivamente, ao facto de terem sido removidos alguns dos silhares e de outros terem sido colocados sem respeitarem o alinhamento original.

A hipótese de *forum* corporativo situado por cima das galerias, apresentada por RIBEIRO parece-nos plenamente plausível, ainda que dificilmente confirmável devido aos condicionalismos das futuras investigações.

⁸¹ RIBEIRO, "Breve nota...", fig. 3.

⁸² O que explica, integralmente, o facto de as galerias apresentarem alturas distintas entre si. A distribuição de forças exercidas na vertical só poderia resultar mediante a criação de um sistema de arcos, abertos estes a cotas distintas, que subdividissem a pressão exercida de cima para baixo e a desviassem obliquamente.

⁸³ MACIEL, ob. cit., p. 149.

TEATRO ROMANO:

Se na parte baixa e junto ao rio e respectivo esteiro se encontrava estabelecido o centro industrial da cidade, a colina do actual Castelo de S. Jorge terá sido ocupada pela cidade civil.

Vários monumentos têm sido encontrados, o mais importante dos quais é o Teatro, situado na confluência das actuais ruas de S. Mamede e Rua da Saudade. Sobre ele nos deteremos com mais detalhe quando tratarmos dos capitéis - de ordem jónica e coríntia - que apresentamos neste trabalho. Gostaríamos, no entanto, de sublinhar alguns aspectos construtivos evidenciados pelas estruturas ainda visíveis.

Construído muito provavelmente ainda em época augustana, um dos pormenores técnicos que apontámos nas Galerias romanas pode, também aqui, ser observado. Trata-se da junção dos silhares em V, aspecto para o qual chamou a atenção HAUSCHILD⁸⁴. Tal como se pode observar em alguns dos silhares das Galerias, os almofadados não apresentam, por vezes, delimitação num dos lados mas simplesmente em três das faces, iniciando-se o rusticado imediatamente a seguir ao ângulo da pedra.

A construção é similar. É utilizado o *opus quadratum* para capeamento - *cavea* - ainda que em outras ocasiões ele seja empregue como estrutura maciça; em alguns locais é empregue *opus caementicium*; em outros uma alvenaria correspondente a *opus incertum*.

Remodelado em meados do século com a "marmorização" pontual de alguns locais - muro do *proscenium*, revestimento do pavimento da *orchestra* -, o seu abandono parece datar do sec. V. Será mais correcto, porém, fazer corresponder a essa época a alteração do espaço cénico, mais que um efectivo abandono do mesmo. Com efeito, alguns dos vestígios mais recentemente postos a descoberto indicam antes uma reorganização e consequente compartimentação do espaço passando o mesmo a ser utilizado com novos objectivos. Apesar da sua nova funcionalidade, o teatro, ou o que dele se conservava, já não era visível no sec. XIII, ao contrário da opinião generalizada baseada na representação num selo pendente da Câmara de Lisboa datado de 1352, de um semi-círculo geralmente identificado com a *cavea* do teatro. Pensamos, no entanto, e

⁸⁴ HAUSCHILD, Theodor, "Das Römische Theater von Lissabon", *Madridrer Mitteilungen*, 31, Verlag Philipp von Zabern, Mainz, 1990, p. 369.

segundo a opinião expressa por nós próprios em trabalho antigo⁸⁵, que nada se encontraria visível quase um século antes, uma vez que em obras de reconstrução da Sé, a pedra necessária aos trabalhos teve que ser procurada fora de Lisboa. "Na segunda metade do sec. II não só o teatro tinha sido abandonado como se encontrava totalmente encoberto por baixo da malha urbana"⁸⁶.

VIA ROMANA E LOJAS DE COMÉRCIO:

Um pouco abaixo do teatro, onde hoje se eleva a Sé Catedral, foram encontrados há poucos anos, vestígios de ocupação romana no local. Já antes nos referimos a essas intervenções arqueológicas. O achado mais importante refere-se a uma via romana de orientação sensivelmente N/S, a qual apresenta uma grande inclinação a fim de vencer a pendente da colina. Tem 2, 80 m de largura e articula-se em patamares cujo pavimento é revestido com grandes placas calcárias⁸⁷. A ladear a estrada, pequenas *tabernae* de evidente feição comercial, tal como o documenta o espólio encontrado no seu interior, possuíam pequenas aberturas viradas para a via. A cronologia apontada para esta edificação corresponde ao sec. I, e a sua alteração - com a construção de muros perpendiculares que a seccionaram - corresponderá ao sec. V⁸⁸.

Alguns investigadores têm interpretado esta via como uma estrada de ligação entre a zona baixa da cidade e a cidade monumental, situada mais acima, dando especial relevo à sua utilidade como meio mais directo de acesso ao espaço cénico que se encontra um pouco mais acima.

O FORUM:

Quanto à localização do *forum* de *Olisipo* ou, a considerar-se a hipótese de Cardim Ribeiro, do seu *forum* municipal, há várias suposições.

Em 1988 Jorge de ALARCÃO defendia que a praça pública estaria localizada junto à Igreja da Madalena, na proximidade de onde foram encontradas algumas

⁸⁵ FERNANDES, Lídia, "Teatro romano de Lisboa: novos elementos para a sua história no período medieval", *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, 1º vol., Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1994, pp. 239-242.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 241.

⁸⁷ AMARO/MATOS, ob. cit., p. 219.

⁸⁸ MATOS, José Luís de, "Escavações Arqueológicas nos Claustros da Sé de Lisboa", *Almadã*, Centro de Arqueologia de Almada, IIª Série, nº 3, 1994, p. 109.

inscrições dedicadas à Deusa Cibele⁸⁹, afastando antigas opiniões que a situavam no local onde hoje se levanta a Igreja de Santa Cruz do Castelo⁹⁰.

Theodor HAUSCHILD indica um outro local que, no entanto, não nos parece muito plausível, concretamente o Largo dos Lóios⁹¹. Assim sendo, o teatro ficaria situado na parte inferior, a Oeste, daquela praça. Como nenhuma intervenção arqueológica foi feita naquele sítio, apenas futuras investigações poderão trazer alguma informação sobre o assunto.

Vasco Gil MANTAS, em 1990, segue a mesma ideia de Jorge de Alarcão, ainda que alargando a sua área provável, ou seja, indicando toda a zona entre a Igreja da Madalena e a Catedral⁹². Por seu lado, RIBEIRO apresenta-nos, em 1994, uma outra hipótese, desta vez totalmente distinta. O autor indica a provável existência de um *forum* municipal, distinto do que o mesmo autor define como "*forum* corporativo", localizado nas "Galerias romanas da Rua da Prata", no sítio correspondente às antigas ruas pré-pombalinas da "Padaria", "Carneçarias", "da Alfândega Velha" e "dos Ourives da Prata". Assim sendo, e segundo as suas palavras "A superfície considerada, de perfil rectangular e orientada aos quatro pontos cardeais, poderia muito bem corresponder ao local de implantação do *forum* municipal de *Olisipo*. Este apresentar-se-ia, assim, virado ao Tejo e perpendicular ao suposto *forum* corporativo"⁹³.

As dimensões que, definidos assim, possuiriam os dois *fora* são idênticas entre si. Este facto, aliado à perpendicularidade perfeita das duas estruturas, juntamente com a ortogonalidade da cidade pré-pombalina em comparação com o que é dado observar na zona envolvente, são aspectos abonatórios de tal hipótese. A notícia da existência de um cais de época romana localizado na Rua das Canastras, em local muito próximo, constitui igualmente mais um dado a favor daquela hipótese.

Como teremos ocasião de constatar, apresentamos neste trabalho dois capitéis, de estilo coríntio, que terão aparecido na Rua das Padarias - 78 e 79 -. A sua técnica apurada e por corresponderem a duas peças de um edifício certamente de alguma importância podem, deste modo, indicar uma provável integração arquitectónica em algum dos vários edifícios que esta praça integraria. Trata-se, no entanto, de duas peças datadas do sec. II, o que implica, à partida, um cronologia distinta da primeira fase de urbanização da cidade.

⁸⁹ ALARCÃO, 1988, ob. cit., Vol. II, Fasc. 2, p. 124.

⁹⁰ MOITA, Irisalva, "Problemas da Lisboa Romana. A recuperação do teatro de Olisipo", *Arqueologia de las Ciudades modernas superpuestas a las antiguas*, Zaragoza, 1983, p. 289.

⁹¹ Citado por RIBEIRO, ob. cit., p. 84.

⁹² MANTAS, ob. cit., 1990, p. 163.

⁹³ RIBEIRO, *ibidem*.

Em publicação recente, Irisalva MOITA apoia a ideia da localização do *forum*, "ainda não identificado, mas pressentido", em local próximo da Catedral. Refere-nos a autora a este respeito que o mesmo se deveria situar "...na plataforma, em parte, provavelmente construída artificialmente, situada nas imediações da Sé, ela própria uma sucessora de algum dos monumentos desse mesmo *forum*, porventura um templo ou uma basílica que ainda sobrevivia na época visigótica..."⁹⁴. Para além de outras razões, pertinentes, indicadas pela autora e que apoiam a sua opinião, recorre à descrição de Augusto Fuschini, o qual, em obra dada à imprensa em 1904, descreve umas galerias existentes por baixo da Sé Catedral e interpretadas por Irisalva Moita como um possível criptopórtico que suportasse, artificialmente, a praça pública de época romana⁹⁵.

Não deixa a autora, no entanto, de apontar a ideia de que tais estruturas podem, simplesmente, corresponder a condutas de água, o que, a nosso ver, será hipótese a sublinhar em detrimento da anteriormente referida.

Apesar de não querermos multiplicar as hipótese de localização para tal monumento/s, os vestígios por nós próprios encontrados no Largo de Santo António, em escavação conjunta realizada entre Museu da Cidade e I.P.P.A.R. em 1993, revelaram-se de inegável importância quanto a alguns aspectos urbanísticos de época romana⁹⁶, e aproximando-se, até certo ponto, da ideia apresentada por Moita.

Com efeito, as estruturas colocadas a descoberto, embora a exiguidade da área escavada não tenha permitido concluir acerca da funcionalidade do edifício, correspondem a construções que, pela sua qualidade, período de ocupação e implantação poderão indiciar, de algum modo, edifícios relacionados com o *forum*.

As estruturas, datadas do sec. I, orientam-se paralelamente ao actual Largo de Santo António, isto é no sentido E/W. A face externa do edifício, virada a Norte, terá funcionado, ao mesmo tempo, como suporte de terras uma vez que a solução construtiva evidenciada nos mostra um corte perfeitamente vertical da argila à qual é adossado um muro em alvenaria, com ligante constituído por argamassa amarelada. Semelhante solução encontramos-la igualmente nas Termas dos Cássios num muro de orientação sensivelmente N/S. Internamente, deparamo-nos com uma cornija reentrante a cerca de meia altura da parede conservada. Restos de argamassa, semelhante a *opus albarium*, ainda se conservavam em três camadas sobrepostas. Apesar de não terem sido encontrados *in situ* vestígios de frescos, variadíssimos fragmentos policromos foram recolhidos nas camadas mais próximas do pavimento.

⁹⁴ MOITA, Irisalva, *O Livro de Lisboa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1994, p. 45

⁹⁵ *Ibidem*, n. 87.

⁹⁶ FERNANDES, Lídia; VALE, Ana Luisa, ob. cit., 1994, p.109.

Uma grande pedra facetada, em calcário, poderá ter pertencido ao pavimento original do edifício. A estrutura prolonga-se para Oeste através de adossamento de um outro muro, ainda que esta possível divisão, ou edifício A, termine em ângulo quase recto, local onde os vestígios de estuque/reboco são mais evidentes. O muro delimitatório Norte, inflectindo, no entanto, o seu sentido para SE e alargando a sua largura, faz prever a continuação da estrutura nesse sentido.

Estas construções podem, como já referimos, pertencer a alguns edifícios do *forum*. Seguindo a mesma orientação das "galerias romanas", poderão corresponder a construções que delimitavam, a Norte, aquela praça, que se encontraria, deste modo, axializada pela Catedral e abrangendo todo o patamar da área que a Sul se encontra hoje ocupada pelos edifícios pombalinos da Rua de Santo António.

A permanência da funcionalidade do local como espaço de culto, o traçado que, posteriormente, descreveria a Cerca Moura no local, coincidindo com parte das estruturas postas a descoberto a Oeste, e enorme quantidade de inscrições encontradas no largo de Santo António, bem como a entrada triunfal da cidade materializada durante tanto tempo pela antiga Igreja da Consolação, são indícios a não esquecer, os quais podem ser dados abonatórios na hipótese que acabamos de apresentar.

Esta estrutura é datada do sec. I e o seu abandono encontra-se bem atestado pela existência de silos no interior do edifício A, acima descrito, o qual revelou materiais do sec. IV.

AS TERMAS:

As termas dos Cássios estiveram, durante muito tempo, comprovadas apenas pela existência de uma inscrição datada do sec. IV (336), onde se alude à reconstrução do edifício. Esta epígrafe, entretanto desaparecida, foi encontrada em 1771 quando era construído o palácio do Correio-mor, depois Palácio de Penafiel, tendo a notícia do seu aparecimento chegado até nós através de um manuscrito intitulado "Notícia das Thermas ou Banhos Cassianos, e outros monumentos romanos modernamente descobertos na cidade de Lisboa" da autoria de D. Tomás Caetano de Bem⁹⁷.

A designação de *Thermae Cassiorum* tem levado alguns investigadores a relacionar a construção com o propretor da Hispania Ulterior *Quintus Cassius Longinus*, que desempenhou o seu cargo em 44 a.C. Embora tal data não permita inferir

⁹⁷ Manuscrito existente na secção de "reservados" da Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: B.N.L. COD. 104. Manuscrito datado de 1790.

linearmente a uma atribuição edificatória à época de Júlio César⁹⁸, é importante concluir que tal edifício estava em reconstrução em época tão avançada quanto a primeira metade do sec. IV.

Recentes escavações realizadas na Rua de S. Mamede, em quarteirão contíguo ao palácio⁹⁹, permitiram descobrir uma outra parte do edifício termal, o que leva a considerá-lo com alguma extensão.

O manuscrito de D. Tomás Caetano de Bem fornece-nos um esquemático desenho da parte dos banhos por ele então observada (Fig. 10). Apesar de ser difícil reconstituir essa parte do edifício - a qual poderá corresponder ao *caldarium* -, mesmo recorrendo à descrição que o autor elabora e à planta esquemática que a acompanha, atrevemo-nos a apresentar uma possível reconstituição desse espaço. Segundo as dimensões apresentadas pelo autor, deveria oferecer uma proporção mais consonante com a ordem coríntia, razão pela qual os capitéis representados correspondem a essa ordem (Fig. 11).

O CIRCO:

Em 1995, o prolongamento da rede do metropolitano de Lisboa¹⁰⁰ possibilitou intervir numa área sensível da cidade correspondente à Praça D. Pedro IV (Rossio). As escavações realizadas durante a década de sessenta, empreendidas por Irisalva Moita e Bandeira Ferreira em local próximo¹⁰¹, permitiram descobrir troços de uma mesma estrutura considerando tratar-se de um cais¹⁰² ou de uma via de época romana¹⁰³.

A interpretação proposta por estes autores revela-se discordante da que os novos vestígios encontrados obrigam, neste momento, a considerar. Com efeito, foi possível observar uma parte considerável do que pensamos tratar-se da *spina* de um circo romano. Com uma orientação NW/SE e composta por um pavimento em *opus signinum* de grande espessura, o qual chega a atingir 20 cm, essa estrutura, com cerca de 6 m de

⁹⁸ Vide, MOITA, ob. cit., p. 48.

⁹⁹ Escavações realizadas pelo Gabinete Técnico do Teatro Romano de Lisboa.

¹⁰⁰ Escavação realizada pelo I.P.P.A.R. em colaboração com o Museu da Cidade e em que nós próprios intervimos.

¹⁰¹ MOITA, Irisalva, "Achados da época romana no subsolo de Lisboa", *Revista Municipal*, Ano XXIX, n.ºs 116/117, Ed. C.M.L., Lisboa, 1968, pp. 33-71.

¹⁰² *Ibidem*, p. 34.

¹⁰³ FARINHA, J. S. Brazão, *O metropolitano e a baixa de Lisboa - condições geotécnicas e históricas*, Cadernos do Metropolitano, 1, Lisboa, 1989, p. 26, fig. 16.

largura, apoia-se num embasamento de pedras soltas e informes de calcário conquífero constituindo um "enrocamento" possante. A arena, à volta desta placa, era de terra batida, situando-se as bancadas à sua volta as quais, pensamos, deveriam ser de madeira e, por tal razão, amovíveis.

A configuração do local em época pré-pombalina ou, inclusivamente, em relação à organização espacial que hoje nos é dada observar leva-nos a confrontarmo-nos com a ideia de uma persistência funcional e organizativa deste espaço.

Antes de 1755, o edifício mais importante deste local era o Hospital Real de Todos-os-Santos. É interessante a referência de Júlio de Castilho sobre esta construção: "Por baixo do hospital e dos dormitórios do convento corria uma longa arcada de forte pedraria, (...) formada de arcos ogivais, e onde os passeantes tinham uma espécie dos cripto-pórticos dos regalões romanos"¹⁰⁴. Partindo desta descrição, e baseados no facto de tal arcaria ser quase perfeitamente paralela à *spina* do circo romano, pensamos ser plausível levantar a hipótese da fachada do hospital poder corresponder ao limite que, durante a época romana, o circo atingiria.

"Se tomarmos em conta as dimensões entre a *spina* do circo agora identificada e a antiga arcaria da fachada do hospital teríamos uma largura total de 96 m. Aplicando, e sublinhamos mais uma vez, de forma meramente conceptual, a proporção 1/4 mais habitual para os circos mais pequenos conhecidos no Império Romano, o monumento de Lisboa poderia atingir uma dimensão de 96X384 m.

A orientação do circo, espaço disponível e morfologia do mesmo, deveria obrigar a uma localização dos cárceres, a SE., ocupando a zona hoje abrangida pela Rua Augusta e Rua dos Correeiros e, a NW, a parte correspondente à porta triunfal, que abrangeria todo o espaço que, mais tarde, seria definido pela Muralha Fernandina a qual, neste local, descreve uma linha sensivelmente semi-circular"¹⁰⁵ (Fig. 12).

Apesar de, actualmente, não possuímos quaisquer dados que nos confirmem a coincidência entre aquelas duas estruturas nem, sequer, a certeza de o circo romano ser delimitado por muro envolvente, pensamos ser pertinente a hipótese de ter existido uma tradição de ocupação do espaço com a edificação posterior do hospital em terrenos anteriormente não ocupados pelo circo.

Datamos esta estrutura de cerca do sec. II, não só por alguns materiais que apareceram associados ao *opus signinum* mas, igualmente, pela morfologia do próprio monumento que deverá ter seguido o modelo do *Circus Maximus* em Roma. O modelo poderá ter sido adoptado por via directa ou, com mais probabilidade, por via indirecta

¹⁰⁴ CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Aniga - Bairros Orientais*, vol. X, Lisboa, 1937, p. 86.

¹⁰⁵ FERNANDES, Lúcia; VALE, Ana, "Intervenção Arqueológica na Praça D. Pedro IV (Rossio) em Lisboa", 3º Encontro de Arqueologia Urbana, Almada, 1997 (comunicação oral, actas em publicação).

através das construções similares que então se construíam na Hispania, onde o circo de Tarragona se impunha como o mais importante.

Não nos parece que exista qualquer incompatibilidade com a necrópole situada na actual Praça da Figueira. A planta publicada por Irisalva Moita¹⁰⁶ aponta uma concentração mais acentuada na parte NE daquela praça. A necrópole, no entanto, prolongar-se-ia para Norte, seguindo pelo actual Largo de S. Domingos e estendendo-se pela Rua de Santo Antão, podendo mesmo atingir parte da Av. da Liberdade¹⁰⁷, o que nos aponta para uma morfologia ocupacional algo estranha, mas que tem paralelos na própria cidade de Roma.

Quanto ao tão discutido esteiro do Rio Tejo, certamente que, durante a época romana ele deveria estar reduzido a um pequeno ribeiro, ainda que o seu caudal continuasse a correr por córrego subterrâneo. Sobre o nível friático, constatámos, pela cota a que se situavam as estruturas romanas neste local, que o mesmo se deveria encontrar a cerca de 7 m da profundidade em relação à cota actual do pavimento daquelas praças.

Este edifício surge como um dos poucos que terão chegado até nós da segunda centúria. É uma construção que vem provar a continuidade de ocupação do espaço e, o que é mais importante já que suspeitado mas não confirmado arqueologicamente, o facto de, nesta altura, continuarem a construir-se edifícios de carácter público que aproveitavam o espaço ainda disponível da cidade.

A existência de alguns capitéis desta centúria, poucos em número mas extremamente importantes do ponto de vista técnico e estilístico, prova-nos uma continuidade construtiva logo sublinhada, em épocas mais tardias, por um considerável número de capitéis, ainda que correspondendo a enquadramentos urbanísticos e construtivos certamente distintos.

¹⁰⁶ MOITA, ob. cit., 1968, PL. III.

¹⁰⁷ FERNANDES, Lídia, ENCARNAÇÃO, José d', "Sobre uma Urna de Chumbo da Praça da Figueira", *Olisipo*, IIª Série, 1997 (em publicação).

Como referido no início do presente capítulo, não procurámos fornecer um quadro linear da evolução da província da Lusitânia ao longo da época romana. A vertente edificadora, particularizada quanto aos seus aspectos construtivos foi a análise por nós adoptada, com o objectivo de evidenciar alguns aspectos que mais directamente se possam aproximar e, de algum modo explicitar, ao fenómeno da produção de elementos arquitectónicos nesta região.

A atenção dispensada a *Olisipo* justifica-se a nosso ver pelo importante papel que a cidade desempenhou. A multiplicidade de soluções construtivas que vemos plasmada nesta capital de *civitas* só pode ser justificada pela importância que a cidade detinha nesta região ocidental da província.

O número de capitéis aqui identificado aliado ao facto da sua própria multiplicidade formal e cronológica obriga-nos a considerar este local simultaneamente, como ponto de chegada de novas ideias e modelos e de exportação desses mesmos valores.

Entreposto comercial por excelência *Olisipo* funcionou, durante a época romana, como receptora das correntes culturais emeritenses. Não obstante, este tradicional papel desempenhado pela cidade, não podemos esquecer uma vertente criadora, produto antes de mais de uma população plural que aqui coexistiam.

Os capitéis que analisaremos no Volume II reproduzirão, em primeiro lugar, os modelos do centro do Império chegados a esta cidade quer por via directa quer indirectamente através da capital de província. No entanto, a função passiva que tal ideia pressupõe tem que ser balizada por um contributo autóctone a ter obrigatoriamente em consideração. Com efeito, alguns dos capitéis documentam-nos uma originalidade decorativa que, ao invés de pensarmos corresponder a um atributo importado, mais se adequará com a ideia de uma divulgação desses modelos operada em sentido inverso, ou seja, soluções criadas/ensaiadas em solo olisiponense e depois exportadas e divulgadas para o resto da Península. Este fenómeno poderá ser reconhecido, por exemplo, em relação aos capitéis corintizantes onde decorações particulares são observáveis em peças da Lusitânia Ocidental e praticamente inexistentes em restante solo hispano.

A descrição mais detalhada desta capital, que não foi capital de província, justifica-se, assim, perante um efectivo predomínio cultural traduzido em primeiro lugar pela total remodelação da cidade desde o início do assentamento romano no local.

5.4 - FIGURAS

LISTAGEM DAS FIGURAS

Fig. 1 - Divisão em províncias da Hispania.

(Adaptado de: ALARCÃO, Jorge de, *O Domínio Romano em Portugal*, Publ. Europa-América, Mem Martins, 1988, p. 40, fig. 8)

Fig. 2 - Divisão em *conventus* da província romana da Lusitânia.

(In ROUX, Patrick le, "Conclusions - Appendice", *Les Villes de Lusitanie Romaine*, Coll. de la Maison des Pays Ibériques, 42, Ed. C.N.R.S., Paris, 1990)

Fig. 3 - As *ciuitates* da Lusitânia.

(In ALARCÃO, Jorge de, "Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios", *Les Villes de Lusitanie Romaine*, Coll. de la Maison des Pays Ibériques, 42, Ed. C.N.R.S., Paris, 1990, p. 31, fig. 1).

Fig. 4 - As *ciuitates* do território da "Lusitânia Ocidental".

(Adaptado de: ALARCÃO, Jorge de, "Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios", *Les Villes de Lusitanie Romaine*, Coll. de la Maison des Pays Ibériques, 42, Ed. C.N.R.S., Paris, 1990, p. 31, fig. 1).

Fig. 5 - Movimentos migratórios entre regiões do actual território português durante o Império Romano.

(In GARCIA, J. M., "Em torno dos fundamentos da fundação de Portugal", *Prelo* - Revista Imprensa Nacional - Casa da Moeda, nº1, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1984, p. 81).

Fig. 6 - Delimitação do *territorium olisiponense*.

(Adaptado de: RIBEIRO, J. Cardim, "Felicitas Ivlia Olisipo - algumas considerações em torno do catálogo Lisboa Subterrânea" *Almadan*, IIª Série, nº3, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 1994, p. 79, fig. 2).

Fig. 7 - Implantação na actual "baixa pombalina" das chamadas "Galerias Romanas da Rua da Prata".

(Desenho a tinta da china aguarelado da colecção Augusto Vieira da Silva. Museu da Cidade, nº Inv. MC.Des. 1432).

Fig. 8 - "Galerias Romanas da Rua da Prata" com a indicação das estruturas da época de Augusto e as de época posterior segundo J. Cardim Ribeiro.

(In RIBEIRO, J. Cardim, "Breve nota acerca do criptopórtico de Olisipo e da possível localização do «forum corporativo»", *Bracara Augusta*, vol. XLV, Encontro de Arqueologia Urbana, Braga, 1994, fig. 1).

Fig. 9 - Muros estruturais correspondentes à primeira fase de construção do edifício das "Galerias Romanas da Rua da Prata".

Fig. 10 - Desenho feito em 1771 dos chamados "Banhos Cassianos" e que acompanhava o manuscrito de D. Tomás Caetano de Bem (reproduzido in SILVA, Vieira da, *Epigrafia de Olisipo*, Lisboa, 1944, p. 49).

Fig. 11 - Reconstituição hipotética de um dos compartimentos dos "Banhos Cassianos" com base no desenho de D. Tomás Caetano de Bem.

Fig. 12 - Implantação e planta prováveis do circo romano no actual Rossio e Praça da Figueira.



Fig. 1

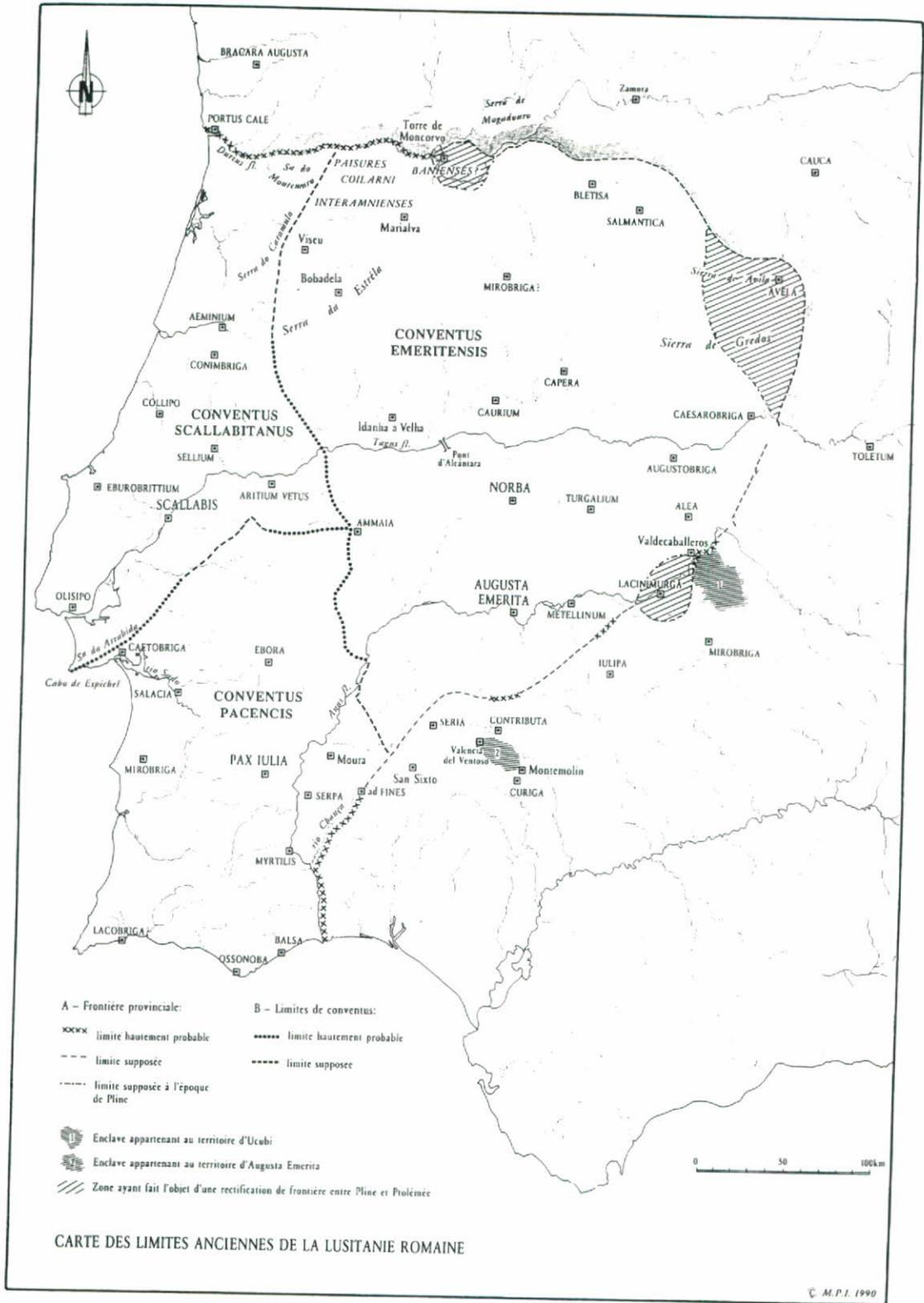


Fig. 2

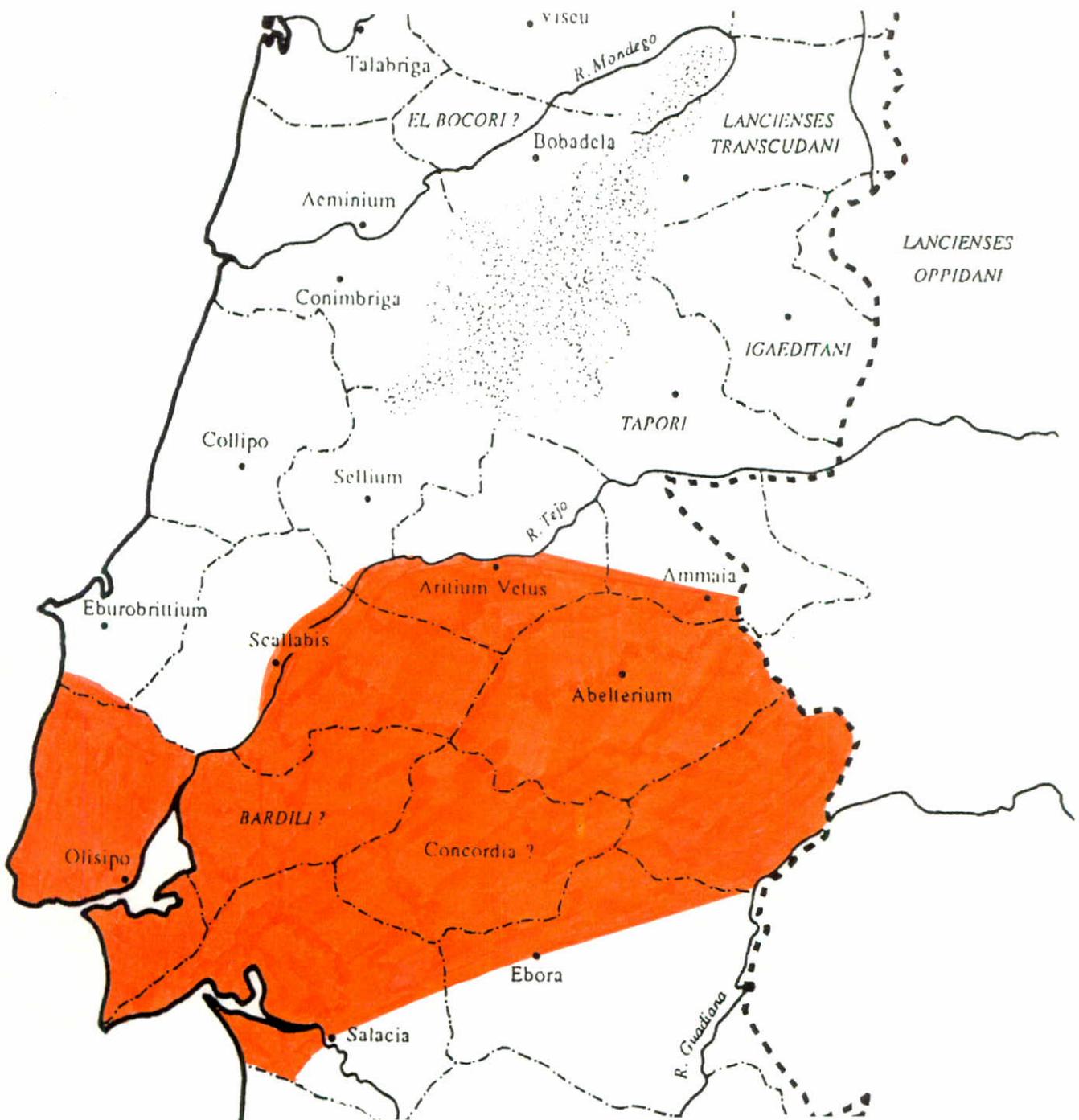


Fig. 4

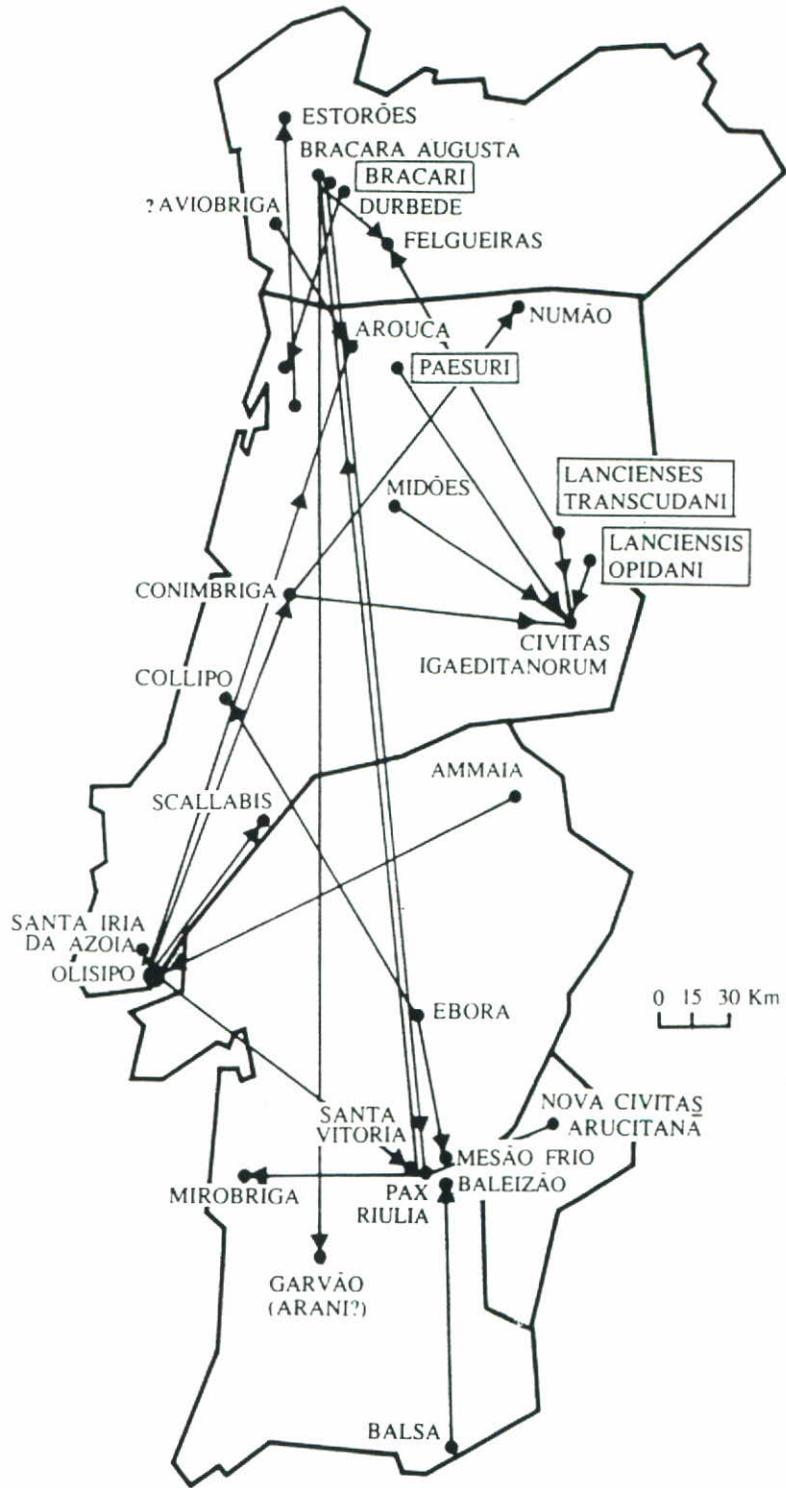


Fig. 5

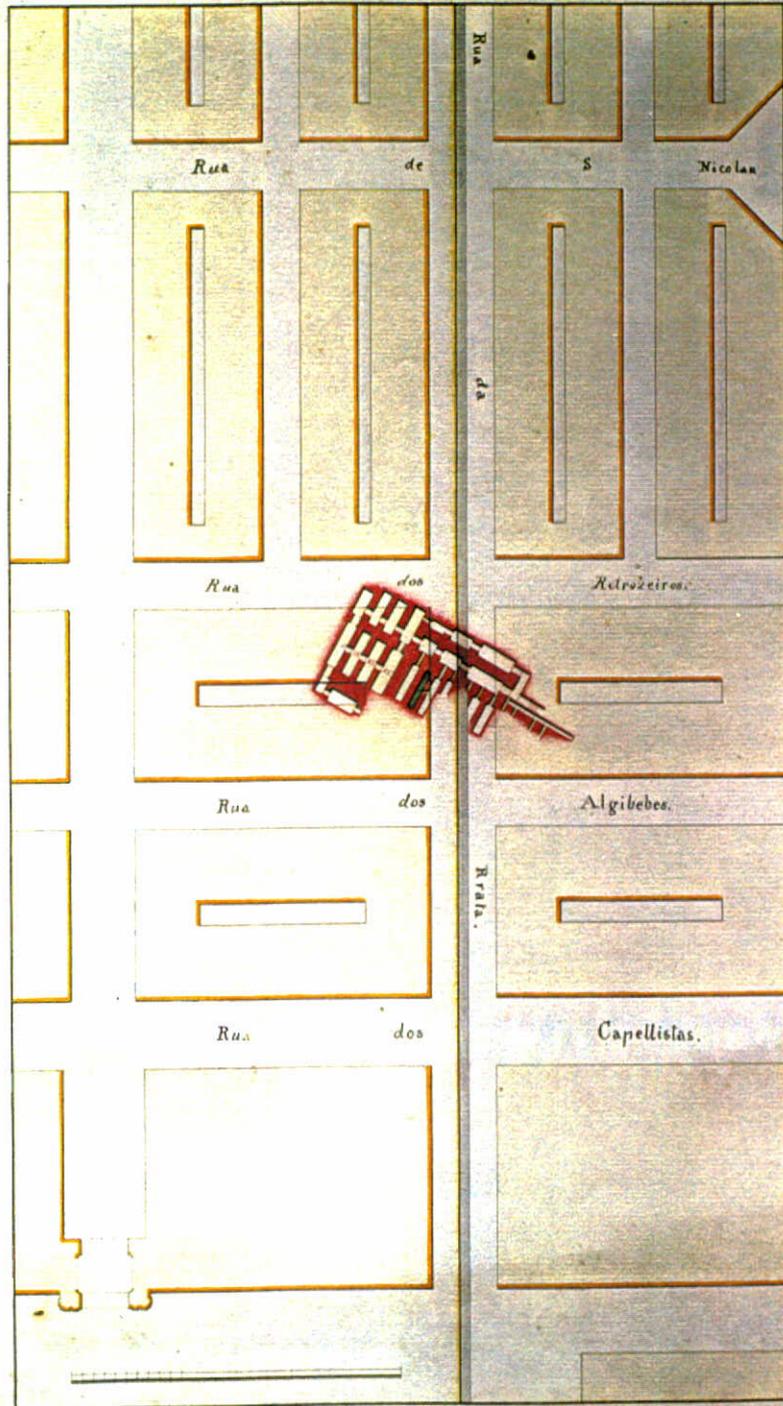


Fig. 7

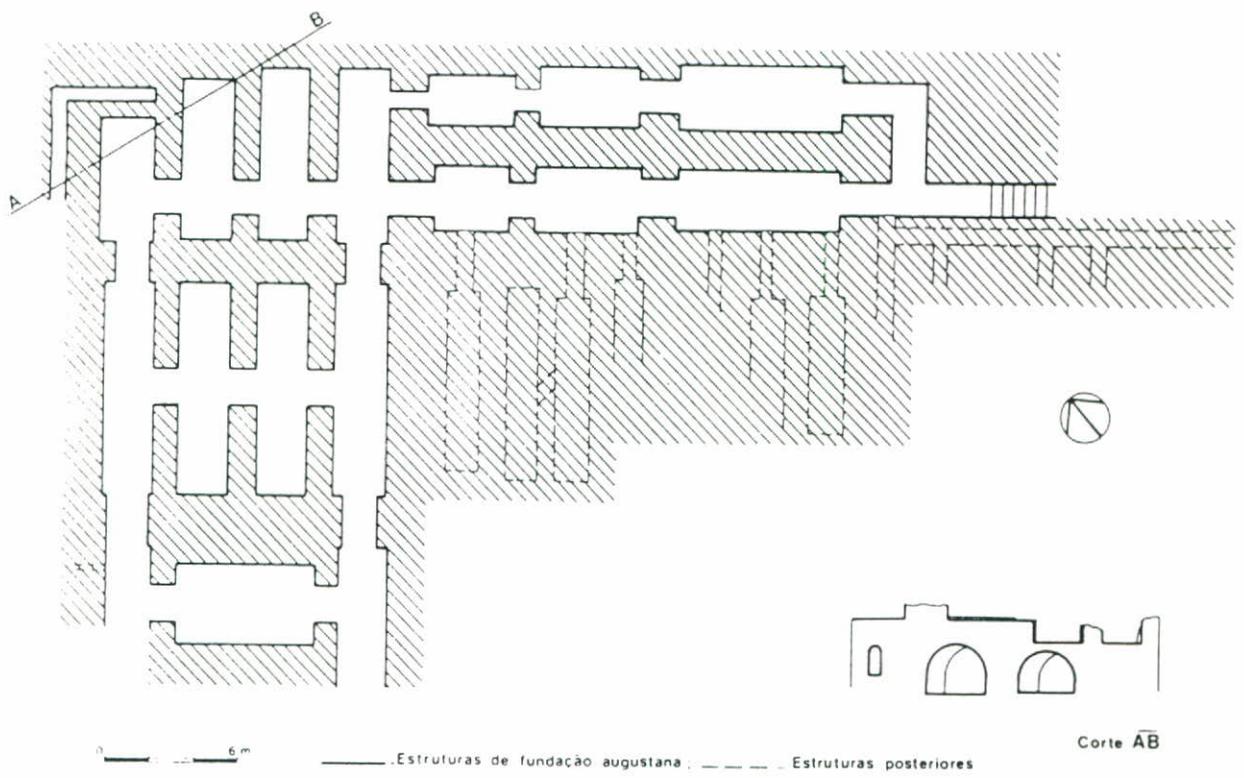


Fig. 8

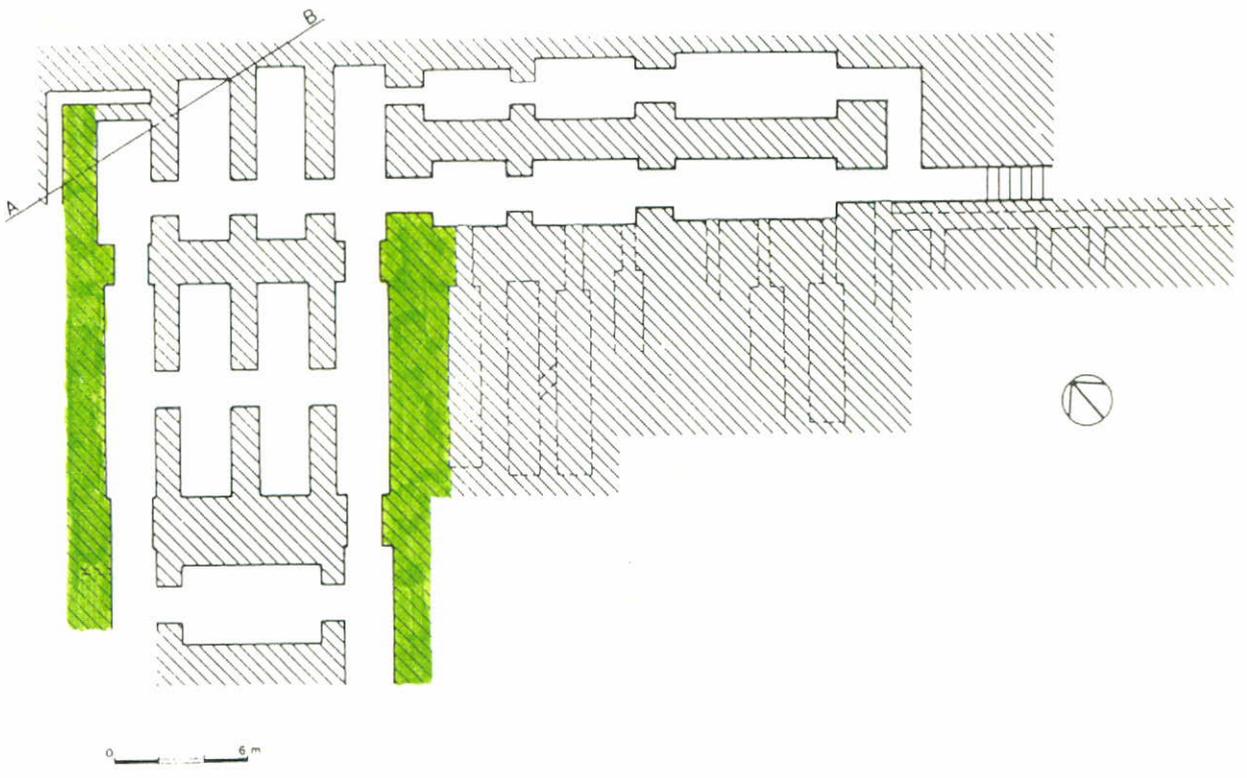
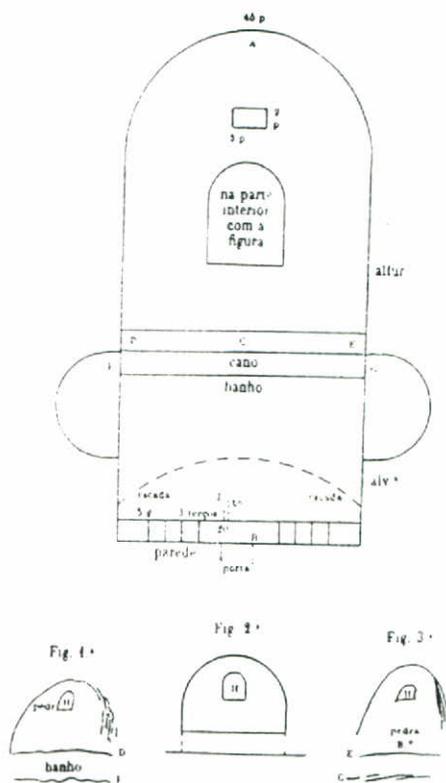


Fig. 9



Desenho único que se fez do tanque dos BANHOS CASSIANOS, quando foi descoberto em 1771. (*Várias Inscrições Romanas*, ms. n.º 289 da *Secção de Manuscritos* da B. N. C.) Reproduzido da cópia que está na estampa XII, em frente da pág. 149 da *Revista Archeologica*, de Borges de Figueiredo, vol. III

Fig. 10

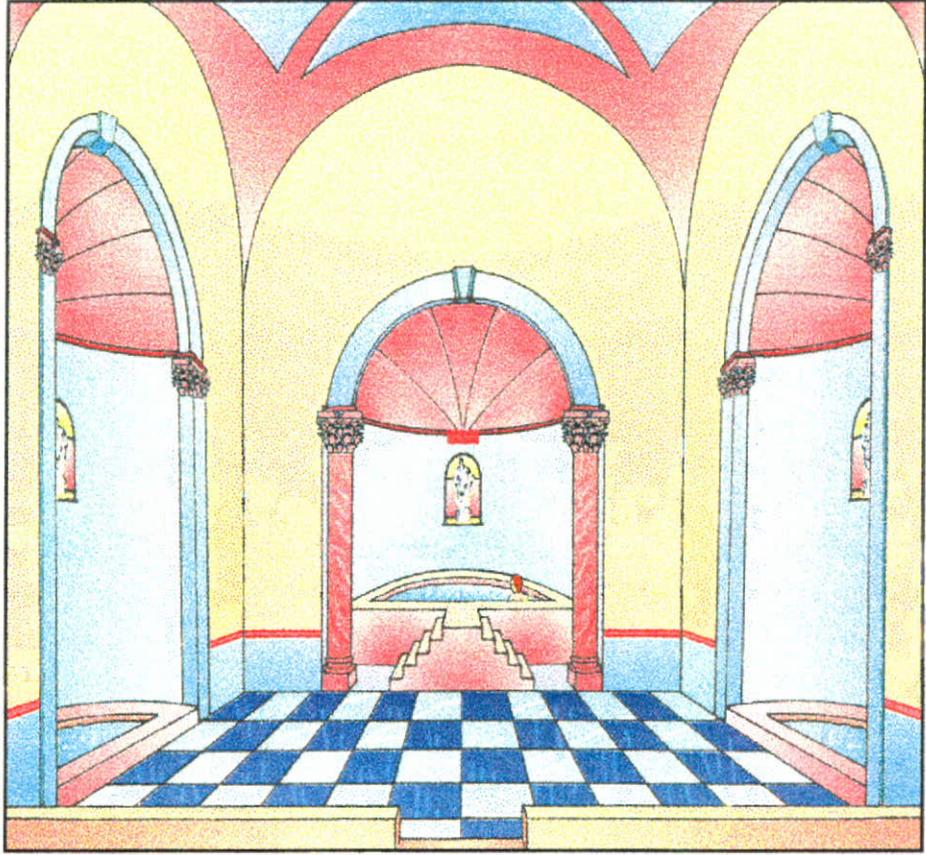


Fig. 11

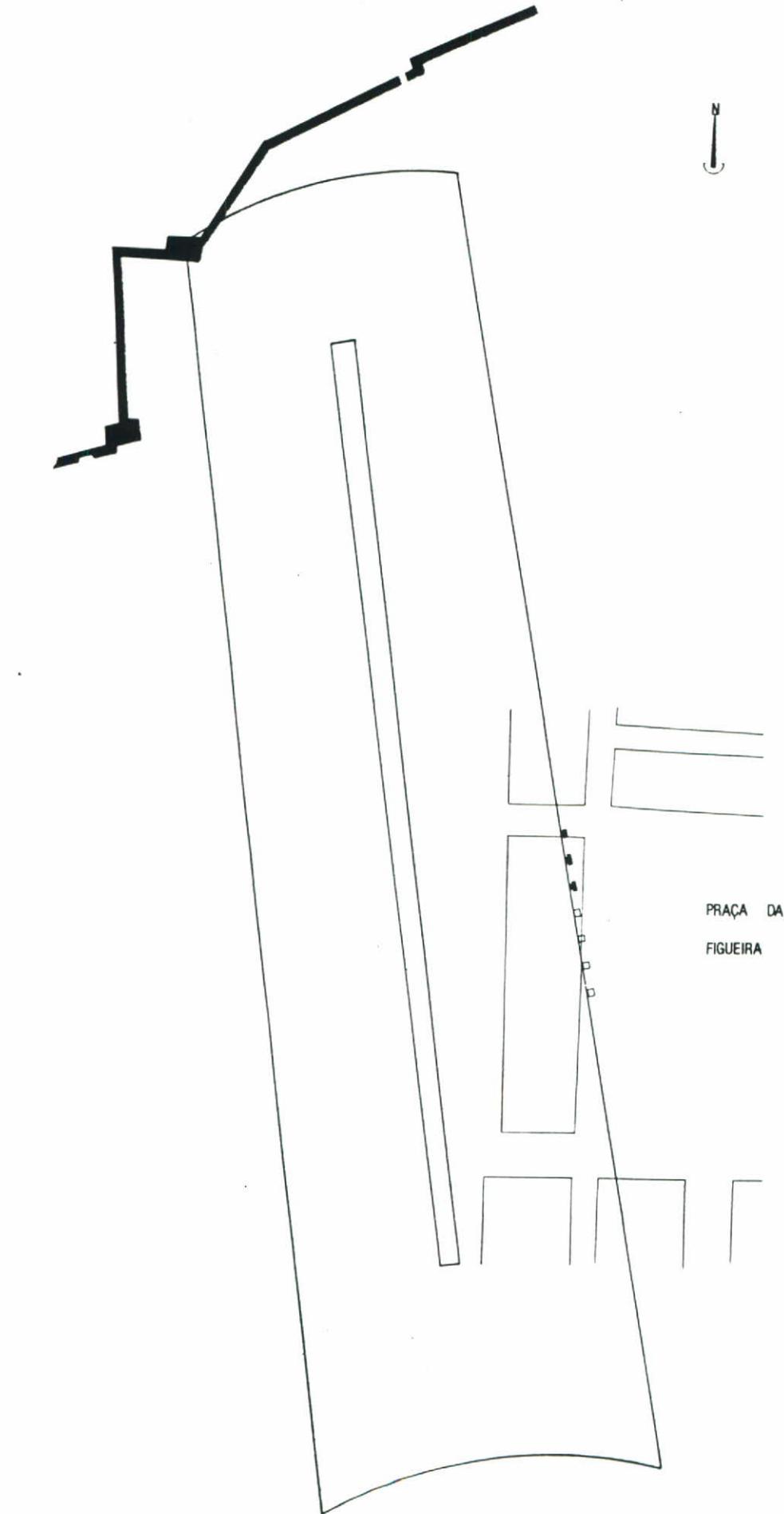


Fig. 12



5.5 - FOTOGRAFIAS

LISTAGEM DAS FOTOGRAFIAS

Fot. 1 - Rua dos Correeiros/Rua de S. Nicolau.

Em primeiro plano, em baixo, estrutura de orientação sensivelmente N/S, composta por pedras informes de calcário conquífero, sem qualquer ligante entre si. Possivelmente de época ibero-púnica.

Fot. 2 - Rua dos Correeiros/Rua de S. Nicolau.

Muro de orientação sensivelmente E/W. Alvenaria com ligante de argamassa de coloração amarelada. Estrutura de época romana.

Fot. 3 - Rua dos Correeiros/Rua de S. Nicolau.

Muro de época romana sendo visíveis os dois níveis de frescos em sobreposição.

Fot. 4 - Rua dos Correeiros/Rua de S. Nicolau.

Fresco com decoração geométrica.



Fot. 1



Fot. 2



Fot. 3



Fot. 4

6 - AS ORDENS E TIPOS
ARQUITECTÓNICOS: OS CAPITÉIS
ROMANOS E A SUA APROXIMAÇÃO AO
TERRITÓRIO DA LUSITÂNIA OCIDENTAL

6.1 - O CAPITEL DÓRICO

Antes de mais, gostaríamos de explicitar o facto de atribuirmos o termo "dórico" a peças que, em boa verdade, se afastam canonicamente das peças assim definidas por Vitrúvio, ou das que encontramos em monumentos gregos e helenísticos.

Refere-nos, aquele arquitecto, que os capitéis dóricos possuem três elementos constituintes dividindo-se a sua dimensão em termos de altura, uniformemente pelas referidas partes, a saber: o ábaco, o equino, com respectivos filetes ou molduras e, por fim, a garganta¹.

Em termos constituintes, não assinalamos substancial diferença entre as duas ordens definidas por Vitrúvio. As várias partes que compõem os capitéis são as mesmas, com a diferença de que, a última delas - a garganta do dórico - tem a sua correspondência no capitel toscano com um termo distinto - o *hypotrachelio* -.

Com uma origem grega, ainda que posteriormente alterada em época helenística, a ordem dórica afasta-se, em termos formais, dos exemplares que conhecemos como correspondentes ao tipo toscano. Assim sendo, se bem que as peças que agora apresentamos não correspondam verdadeiramente ao que se determina designar por "ordem dórica", preferimos aplicar este termo pelo distanciamento que estas mesmas peças documentam em relação ao chamado "modo" ou "ordem toscana". Esta última designação corresponde, quanto aos exemplares documentados na Lusitânia Ocidental e que apresentamos no presente trabalho, a um conjunto tão uniforme em termos morfológicos, que achámos por bem não incluir estas duas peças nessa mesma designação.

É discutível a questão de saber até que ponto se poderá considerar a ordem dórica presente em regiões tão longínquas como aquela que agora tratamos. Com efeito, alguns autores, como GUTIERREZ BEHEMERID, consideram que, na Península Ibérica, tal como no resto do Império não existe, verdadeiramente, uma ordem dórica, antes a ordem toscana deve ser entendida como "...adaptación romana del dórico"². PENSABENE, por seu lado, ao estudar os capitéis da cidade romana de Óstia, tão

¹ FRANK, Granger, (Tradução) *Vitruvius on Architecture*, Loeb Classical Library, Harvard University Press, London, reimpressão de 1995, Book IV, C. III (pp. 220 e 221).

² GUTIERREZ BEHEMERID, M^a Angeles, "Capiteles Romanos de la Península Ibérica", *Studia Archaeologica*, 81, Valladolid, 1992, p. 17.

pouco emprega essa denominação³ incluindo, no catálogo que apresenta, somente capitéis toscanos.

Tal como observaremos em relação aos capitéis toscanos, os singelos exemplares que apresentamos como pertencentes ao dórico, pouco ou nada têm a ver com os primeiros produtos definidores de tal ordem, quer consideremos os capitéis possantes que decoravam o palácio de Cnossos, quer os que pontuavam os hieráticos templos de Zeus e Hércules perante a imensidão de uma mar grego que os banhava lentamente. Lentas terão sido as alterações de formas tão simples quanto essas, que, por essa mesma razão, se terão tornado quase imutáveis. Alterando as suas proporções, diminuindo o seu peso ou cedendo o lugar a ordens mais nobres que imperavam por si, esta, como outras, foram preteridas por gostos menos modestos.

Seguindo, por vezes, metodologias anteriormente ensaiadas, preferimos, neste caso concreto, abrir mão da seguida por aqueles autores, da qual nos distanciamos pelas evidentes diferenças quanto à forma adoptada por estes dois tipos de peças - dóricas e toscanas -. No catálogo apresentado por G. Behemerid não constatamos, de facto, nenhum exemplar que se aproxime às duas peças que possuímos e as quais integramos sob a designação de Dórico. Igualmente Patricio Pensabene não apresenta qualquer capitel que possa ser aproximado aos nossos exemplares. Assim, na ausência de um termo mais adequado é nossa opção aplicarmos a presente nomenclatura, ainda que não afastemos as evidentes similitudes que perfis tão lineares, quanto o dórico e o toscano, documentam.

Exclusivamente pela forma, que não pelas condições estilístico culturais que estiveram na base da sua criação, o termo "dórico", repetimos mais uma vez, será aqui empregue de forma anacrónica e descontextualizada.

Pouco podemos dizer quanto à ordem dórica. Este vazio refere-se igualmente à bibliografia existente sobre a mesma, questão para a qual já vários autores tinham chamado a atenção⁴.

Uma outra problemática refere-se ao facto da inexactitude terminológica, na qual nós próprios incorremos, e que consiste na utilização do termo "ordem arquitectónica" quando nos referirmos, simplesmente, a capitéis. Na verdade, o que acontece na maior parte dos casos, é referirmo-nos à presença de elementos dóricos, toscanos ou de outros distintos, aplicando a designação "ordem" quando, verdadeiramente, só um dos elementos se encontra presente. Dificuldade quase intransponível uma vez que, e

³ PENSABENE, Patrizio, *Scavi di Ostia - I Capitelli*, VII, Roma, 1973.

⁴ Por exemplo J. GIMENO, "Tipología y aplicaciones de elementos Dóricos y Toscanos en Hispania: el modelo del NE.", *Archivo Español de Archaeologia*, 62, 1989, pp. 101-139.

sobretudo quanto às províncias diz respeito, a combinação de alguns elementos de uma ordem com outros de ordens distintas é uma realidade comum. Fenómeno que nos impossibilita saber qual a verdadeira composição de uma ordem arquitectónica, qualquer que ela seja, partindo do princípio de que essa mesma ordem quando aplicada em solo provincial poderá sofrer alterações, a maior parte das vezes, substanciais, tal como poderemos observar. Este facto é tanto mais de realçar quando perante elementos que só muito raramente se encontram documentados, como é o caso do capitel dórico.

A simplicidade morfológica destas peças é a razão principal da dificuldade de qualquer atribuição cronológica. Na realidade, soluções tão óbvias na escolha de um perfil que é, antes de mais, estrutural, podemos-las encontrar sem que qualquer corrente estética ou cultural específica lhe tenha dado origem.

As dificuldades de análise deste tipo de peças justificam as poucas considerações que, sobre as mesmas, elaboramos, facto que se prende directamente com o número extremamente reduzido de exemplares, não só no território agora delimitado, como também em relação às restantes províncias. Deste modo, o estudo comparativo que apresentamos no Capítulo 1.1 do Volume II é muito circunscrito, impedido-nos de estabelecer, ao contrário do que procuraremos fazer em relação às restantes ordens arquitectónicas, um quadro evolutivo e geográfico do respectivo aparecimento e dispersão.

6.2 - O CAPITEL TOSCANO

ORIGEM E EVOLUÇÃO

A palavra "toscano" relaciona imediatamente esta ordem arquitectónica com o povo *Tusci*, correspondente aos *Etrusci* que habitavam a região da Etrúria, a Norte de Roma. A *dispositio* arquitectónica definida por Vitruvius pressupõe, com a aplicação desta terminologia, a existência de uma "ordem arquitectónica" tal como hoje a definimos directamente relacionada com o abstracto cultural do povo que lhe deu origem.

A simplicidade, rudeza e linearidade são, em relação a esta ordem, características salientadas, não só pelos autores posteriores que definiram e caracterizaram este estilo mas, também, pelos contemporâneos, ou pelos que, próximos no tempo, assistiram à sua "criação" .

A contraposição com as ordens jónica e coríntia, de origem grega, ainda que, modificadas, acrescentadas ou mutiladas em alguns dos seus elementos, com o contributo romano, colocava em desfavor, inevitavelmente, um estilo tão mais simples como o era o toscano.

Deste modo, esta vai ser uma ordem rapidamente preterida em relação às outras, sobretudo quanto mais avançamos no tempo, facto concomitante com o maior apreço por aquelas. A depuração das formas, aspecto evidente no que respeita à ordem toscana, não agradava, nem a um programa decorativo que retirava do léxico classicizante, cuidado e elegante, a sua nova matriz de cultura dominante, nem, conseqüentemente, a quem procurava aderir a uma "romanidade" que era imperativo adoptar e onde o aspecto visual desempenhava um papel propagandístico de carácter político.

Não será, pois, estranho o facto de, a grande maioria de exemplares corresponde a cronologias antigas, ainda que não sejam raras as peças de época imperial. Assim, os primeiros capitéis desta ordem evidenciam características de peças republicanas, bem como algumas semelhanças com peças que os ligam, mais que à ordem toscana propriamente dita, aos exemplares dóricos de tradição mais recuada.

Apesar de correremos o risco de nos restringirmos a uma linearidade desconexa da complexidade evolutiva real, aplicaríamos a frase de BROISE¹, o qual afirma que os perfis mais complexos corresponderão, em termos gerais, a peças mais tardias. Ainda que não se possa aplicar como regra generalista, ela pode ser tomada como ponto de partida para uma primeira análise. A realidade é, como já referimos, muito mais complexa, já que nos surgem variantes que não seguem, nem uma evolução cronológica linear, nem tal ideia se pode aplicar, como o próprio autor refere, em termos espaciais. Ou seja, nem todas as áreas geográficas, sujeitas a influências diversas, regionalismos ou tradicionalismos que se traduzem, por vezes, em retrocessos decorativos porquanto afastados de novas influências, poderão reflectir essa modificação que vai, sem interferências, do mais simples ao mais complexo.

A influência grega, mais uma vez, não deixou de dar o seu contributo a esta *dispositio* arquitectónica. Bastará atentarmos na altura das colunas toscanas prescritas por Vitruvius², as quais denunciam, mais que uma aplicação *tout court* da coluna toscana tradicional, uma adequação às medidas mais elegantes da arquitectura monumental de época helenística³, afastando-as do aspecto pesado e maciço que adoptavam nos templos "à toscana" mais tradicionais⁴.

Nos secs. III e II a.C., as colunas toscanas ainda eram largamente utilizadas pelos romanos, talvez devido a uma influência grega, a qual terá sido responsável também pela sua precoce utilização já no sec. VI a.C., altura em que a coluna toscana se conforma aos modelos gregos, facto para o qual recentes trabalhos têm colocado a ênfase, ao afirmarem de uma directa influência grega na Roma arcaica⁵. Deste modo, alteradas as suas características originais e adaptando-se a modelos gregos e helenísticos, a coluna toscana perdurou durante longo tempo na arquitectura romana. É precisamente essa maleabilidade adaptativa que lhe permitiu, do mesmo modo, estar ainda em utilização em época imperial e ter sido facilmente aceite nas províncias romanas, onde foi largamente usada nos primeiros tempos da dominação romana ainda que, e pelas razões já referidas, rapidamente suplantada pela ordem jónica e, sobretudo, pela coríntia.

¹ BROISE, Pierre, "Éléments d'un ordre toscan provincial en Haute-Savoie", *Gallia*, XXVII, Fasc. 1, Paris, 1969, p. 22.

² Segundo as normas vitruvianas, a altura das colunas no templo toscano corresponderia a 1/3 da largura total do templo. Tradução de GRANGER, Frank, *Vitruvius on Architecture*, Loeb Classical Library, Harvard University Press, London, 1995, Book IV, C. VI, 2., p. 239.

³ BOËTHIUS, Axel, "Of Tuscan Columns", *American Journal of Archaeology*, LXVI, 1962, p. 249.

⁴ Templo de Ceres ou o Templo de Hércules em Pompeia, por exemplo.

⁵ CASTAGNOLI, F., "Sulla Tipologia degli altari di Lavinio", referenciado por BOËTHIUS, ob. cit., p. 252, n. 24 e 9.



Tradicionalmente considerada como a ordem mais genuinamente romana⁶, porquanto criada na Etrúria de solo latino, essa imagem advém-lhe, igualmente, do facto de, pelo menos no que à coluna toscana se refere, se encontrarem ausentes os motivos decorativos tradicionalmente imanentes às ordens clássicas gregas.

Considerada, deste modo, como "genuinamente itálica", parece no entanto que, na sua origem, muito terá contribuído a influência exercida pelos altares de culto do mundo grego, os quais, segundo alguns autores, terão sido introduzidos na Itália em épocas longínquas⁷.

A simplicidade desta ordem, quer no que respeita aos capitéis, quer ao próprio fuste e base, correspondem, afinal, a soluções tão simples e a modelos tão lineares que, alguns autores, optam, ao invés, por uma designação distinta. Assim, ROSADA⁸, bem como POLACCO⁹, preferem uma terminologia menos restritiva, que afasta o "estilo" toscano das normas rígidas e perfeitamente elaboradas que encontramos nas restantes ordens arquitectónicas e que as definem como tal. Deste modo, refere o primeiro autor que, na arquitectura itálica, a sua aplicação é oposta a uma arquitectura programada onde a racionalidade e a geometria são os preceitos normativos, contrapondo-se estes a um empirismo executivo relacionado com um naturalismo indígena e que se caracteriza, antes de mais, pelo carácter "acanónico" da forma arquitectónica. Assim, Polacco reconhece, ao invés de "ordem", um "modo".

Ainda segundo este autor, a dúvida quanto à designação de ordem no que se refere ao toscano, é perceptível logo no título do seu artigo ao colocar entre aspas a palavra "ordem". No entanto, a conclusão similar aproxima-se quando analisa, mais detalhadamente, o *tuscanico* de Roma.

Concluindo esta relativização acerca do modo, forma ou estilo toscano, poderíamos dizer que, as normas de construção "à toscana", amplamente flutuantes quando utilizadas por aqueles que lhe deram o nome, e as quais abrangem uma área geográfica alargada, já que não limitada restritivamente à Etrúria, passam somente a ser consideradas como "ordem" quando a sistematização e planificação de influência grega se começam a fazer sentir.

⁶ Quanto a este ponto, defende BOËTHIUS que, já mesmo antes de Vitruvius, talvez se possa considerar a ideia de existir um certo favoritismo em relação à forma tradicionalmente considerada Itálica. BOËTHIUS, ob. cit., p. 254.

⁷ Ob. cit., p. 253.

⁸ ROSADA, Guido, "La tipologia e il significato dell'«ordine» tuscanico nell'architettura di Roma", *Atti dell'Istituto Veneto di Scienze, Lettere ed Arti*, Tomo CXXIX, 1970-71, pp. 65-111.

⁹ POLACCO, L., *Tuscanicae dispositiones*, Padova, 1952. Referenciado por ROSADA, ob. cit., p. 73, n. 4.

A teorização vitruviana, por seu lado, corresponderá, poderemos dizer, a uma reapropriação de um modo, adaptando-o aos modelos conceptuais pré-estabelecidos. A valorização de um modo construtivo, considerado tipicamente romano, será, assim, um dos objectivos do arquitecto da época de Augusto, através da atribuição de preceitos canónicos explanados em relação às restantes ordens.

Quanto à cronologia dos capitéis toscanos, e no que a Roma se refere, só se poderá falar verdadeiramente em peças toscanas, segundo ROSADA, a partir dos secs. II/I a.C, ainda que com algumas excepções pontuais, afirmando o mesmo autor que, "...il ciclo vitale delle forme tuscaniche sembra declinare definitivamente con gli anni dell'imperatore Adriano"¹⁰. Curioso constatar que é com Adriano que, sintomaticamente, o capitel jónico documenta novo favoritismo; será também com este imperador que o capitel corintizante terá uma maior difusão.

Por outro lado, a dificuldade em destrinçar o que é verdadeiramente toscano do que é contributo dórico, torna-se num problema de difícil resolução que tem o seu paradigma no anfiteatro Flávio. Este, de projecto talvez dos finais do principado de Vespasiano, provavelmente de 70, é considerado, segundo alguns autores, como um "dórico não legítimo"¹¹, no que respeita à ordem inferior empregue no monumento.

Mais que descortinar as influências ou decalques formais de motivos pontuais gregos, no que em relação à ordem dórica diz respeito, haverá que procurar um substracto cultural comum "...un chiaro sottofondo di motivi circolanti e comuni a molta parte dell'area del Mediterraneo (dalla Baleari alla Sardegna, a Malta, da Creta alla Grecia)"¹².

Deste modo, se podemos atribuir à ordem, ou modo toscano, um grande contributo, quer dos princípios rígidos da arquitectura grega, quer da elevação e monumentalização conferidos pelo gosto helenístico, ela não deixará, por essas razões, de poder ser considerada como profundamente latina. Tal ideia não se deverá tanto ao facto da independência de formas que os seus diversos elementos evidenciam, mas sim à maleabilidade adaptativa que, ao longo das variadíssimas influências que recolheu, as soube integrar retransmitindo-as, depois de filtradas por um gosto indígena que, apesar não poder ser considerado exclusivamente popular, não era, definitivamente, elitista.

¹⁰ ROSADA, ob. cit., p. 75.

¹¹ COLAGROSSI, P., *L'Anfiteatro Flavio*, Firenze-Roma, 1913, p. 42. Referenciado por ROSADA, ob. cit., p. 74, n. 21.

¹² ROSADA, ob. cit., p. 76.

É esta mistura de tradições que dá origem, como refere ROSADA, "... ad un ordine che pare più essere ordine, perché nasse ibrido e dalla tradizione indigena e dalla tradizione ellenistica, in un continuo rinnovamento di forme e di ritmi"¹³.

MORFOLOGIA DO CAPITEL TOSCANO

As obras de LÉZINE¹⁴ e de BROISE¹⁵ constituem-se como duas recolhas importantes de capitéis toscanos provinciais tendo, cada um dos autores, elaborado uma tipologia que pode ser, pela diversidade de tipos documentados, tida em consideração quanto à análise de outros capitéis de regiões distintas.

Assim, Lézine estabelece cinco grupos:

- 1º - capitéis onde o equino adopta a forma de um toro;
- 2º - capitéis onde o equino adopta a forma de garganta encestada ou de garganta directa¹⁶;
- 3º - Capitéis onde o equino tem a forma de caveto¹⁷;
- 4º - Capitéis onde o equino adopta a forma de quarto de círculo;
- 5º - Capitéis com perfis distintos que o autor classifica como "casos particulares"¹⁸.

Esta morfologia dos capitéis tunisinos é relacionável, segundo o autor, com formas tipicamente itálicas que nada têm a ver com a morfologia de peças gregas ou helenísticas, concretamente com os capitéis dóricos coevos. Os vestígios de arquitectura de época republicana nestas áreas, tal como no-la documentam os capitéis, podem dever-se ao estabelecimento, neste território, de populações italianas, facto mais notório após a destruição de Cartago. São elas as responsáveis pela introdução, em novas e diferentes

¹³ Ob. cit., p. 81.

¹⁴ LÉZINE, A., "Chapiteaux Toscans trouvés en Tunisie", *Kartago*, VI, Paris, 1955, pp. 12-29 (+ Planches).

¹⁵ BROISE, ob. cit., pp. 15-22.

¹⁶ A palavra empregue pelo autor é "doucine", a qual traduzimos por garganta encestada ou directa com base em BONNEVILLE, J. N., "Le Monument Epigraphique et ses moulurations", *Faventia*, 2/2, 1980, p. 97, nº 30.

¹⁷ O termo utilizado pelo autor é "cavet", designação que traduzimos por caveto ou quarto de círculo com base em BONNEVILLE, ob. cit., p. 96, nº 24.

¹⁸ LÉZINE, ob. cit., p. 13.

idades ou *villae*, de uma arquitectura nascida na metrópole cronologicamente documentada essencialmente durante o sec. I a.C, mais que durante a época augustana, pois a partir da dinastia julio-claudiana, a utilização da ordem toscana pode já ser considerada como arcaica em relação à metrópole¹⁹.

Regista-se, deste modo, em África, uma persistência desta ordem itálica durante um tempo mais longo do que o observado no centro do Império, que Lézine explica apresentando como hipótese a possibilidade desta arquitectura austera poder corresponder a "...une manifestation de l'esprit traditionnaliste des vétérans, qui avaient connu une Rome où tout était toscan encore..."²⁰.

Em relação ao actual território francês, Pierre BROISE oferece-nos uma tipologia próxima da anterior. De facto, o autor, novamente com base nos perfis das respectivas peças, separa os capitéis em quatro grupos distintos, cada um dos quais com alguns subtipos.

O 1º grupo é composto por equinos de perfil elementar, o qual se subdivide em:

A - perfil em quarto de círculo com moldura convexa;

B - perfil em forma de toro;

C - perfil em caveto;

D - perfil em forma de garganta encestada ou directa.

O 2º grupo é composto por equinos de moldura dupla e resulta da combinação dos tipos elementares definidos no primeiro grupo (formas: AC; BC; BD; CC; DC).

O 3º grupo corresponde a equinos de moldura tripla, os quais são, no entanto, bastante mais raros, obtidos por várias combinações (ADC; BCC; BDB; BDC; BGB; DCB).

Por último, o 4º grupo corresponde a equinos de moldura gémeas, casos que se podem considerar como bastante raros.

Os perfis dos capitéis toscanos gauleses são, como vemos, bastante semelhantes aos descritos para o Norte de África, tipos que o autor considera como correspondentes a um "toscano provincial"²¹, ainda que a combinação de várias formas simples origine perfis compostos que se afastam das fórmulas mais simples observadas em território tunisino. No entanto, o perfil base mais corrente continua a ser o de toro ou de quarto de círculo, o que afasta estes exemplares, quer dos padrões definidos por Vitruvius, quer dos

¹⁹ Ob. cit., p. 28.

²⁰ Ob. cit., p. 29.

²¹ BROISE, ob. cit., p. 22.

exemplares mais elegantes do dórico clássico de influência grega ou helenística. Assim, no caso do toscano gaulês, assistimos a uma proliferação desta ordem que se plasma numa certa multiplicidade de tipos itálicos, antes mesmo de Roma ter iniciado a introdução dos novos modelos reelaborados²².

Em relação ao centro do Império, encontramos exemplares antigos em solo ostiense, onde as primeiras peças datam do sec. IV a.C. Contudo, só nas duas centúrias seguintes se difunde este tipo mais alargadamente, o que se constata, sobretudo pelo facto do início do seu emprego na arquitectura doméstica²³.

No entanto, os capitéis toscanos de Óstia, os quais podem ser tomados como protótipos da evolução deste tipo de peças em relação ao centro do Império, demonstram-nos uma realidade distinta da até agora observada em relação às províncias, o que legitima plenamente a designação de "toscano provincial", correspondente não só a distintos tipos ou morfologias mas, também, a um substracto cultural distinto justificativo de linhas evolutivas diferenciadas.

Em relação aos capitéis ostienses, os perfis adoptam uma forma cónica ou então em quarto de círculo, enquanto que o ábaco se pode apresentar decorado com uma gola reversa²⁴. A influência grega é marcante, facto atestado, por exemplo, na permanência dos três típicos anéis dóricos. Em Roma os exemplares toscanos apresentam o sumoscapo decorado com um colarinho, elemento que não encontramos no Império, constituindo-se este como uma particularidade da capital já que, mesmo em Óstia, este pormenor pode ser constatado num único exemplar datado de época claudiana²⁵.

Nestas peças, a distinção clássica estabelecida por Vitruvius em relação ao capitel toscano, e na qual nos baseamos para o estudo dos exemplares agora apresentados, , só dificilmente pode ser seguida. De facto, a clara divisão entre ábaco, equino e *hypotrachelio* torna-se muito mais fácil de apreender em relação aos capitéis do designado "toscano provincial" do que em capitéis do centro do Império²⁶.

Parece, assim, contraditório o facto de a descrição linear do capitel toscano tal como ela nos é apresentada por Vitruvius (*Capitulique crassitudo dividatur in partes tres, e quibus una plintho, quae est in abaco, detur, altera echino, tertia hypotrachelio cum apophysi*)²⁷, não ser aqui aplicada. Este facto prende-se, no entanto, com uma

²² *Idem ibidem*.

²³ PENSABENE, Patrizio, *Scavi di Ostia - I Capitelli*, Vol. VII, Roma, 1973, p. 201.

²⁴ *Idem ibidem*.

²⁵ *Idem ibidem*.

²⁶ *Vide* PENSABENE, ob. cit., catálogo (peças ns° 1-62).

²⁷ GRANGER, Frank, (tradução), *Vitruvius on Architecture*, Loeb Classical Library, Harvard University Press, London, 1995, Book IV, C. VII, p. 240.

influência do dórico grego e de peças helenísticas, mais que com a tradição de raiz popular de origem etrusca. Esta, como já observámos, se bem que aproveitada, é reelaborada cedendo, muitas das vezes, a uma morfologia elitista que não deixa, e não quer esquecer, um contorno mais elegante e delineado.

A característica uniformizante em relação a este tipo de peças é o uso de pedra local. No caso das peças que agora estudamos, é o calcário indígena que é empregue, o mesmo acontecendo com exemplares da restante Península Ibérica. No Norte de África, constata-se igualmente este facto e em Itália é na sua grande maioria utilizado o travertino e o tufo, empregues a partir do sec. I. Destes dois locais provêm, no entanto, algumas peças realizadas em mármore ainda que correspondam a exemplares mais tardios, talvez de época severiana.

É vulgar, de igual modo, estas peças possuírem um revestimento em estuque. Tal técnica é observada, essencialmente, e mais uma vez, em exemplares de Roma ou de Óstia, sendo muito pouco frequente nos territórios provinciais.

O CAPITEL TOSCANO NA PENÍNSULA IBÉRICA

No levantamento apresentado em 1992 por GUTIERREZ BEHEMERID²⁸, as peças identificadas como toscanas na Península Ibérica somam 61 exemplares. Estes capitéis abrangem uma cronologia que vai desde a época republicana/augustana até ao sec. IV²⁹, ainda que se deva reter a sua maior ocorrência durante o sec. I e a inexistência de peças atribuíveis ao sec. II.

Em termos de distribuição geográfica não se pode visualizar uma concentração regional - a Norte ou a Sul -, ao contrário do que constataremos em território nacional, como teremos ocasião de observar.

Quanto à tipologia seguida por G. Behemerid, a autora inclui peças que, a nosso ver se integram mais na ordem dórica que na toscana, ainda que seja a própria a referir que essas peças não se podem considerar como plenamente toscanas³⁰. Tendo isto em mente preferimos, neste trabalho, analisá-las em capítulo distinto, tal como o fizemos no capítulo 1 do presente volume, ainda que os nossos exemplares sejam mais simples que os citados em território espanhol.

Os seis Tipos definidos por G. Behemerid seguem a tipologia apresentada por Lézine e Broise, autores para que iremos remeter. Relativamente à Lusitania Ocidental, e apesar de fazermos correspondência, quando possível, às respectivas tipologias apresentadas por estes dois autores, preferimos analisar as peças sem a preocupação de as integrar linearmente nos tipos por eles descritos.

²⁸ GUTIERREZ BEHEMERID, M^a Angeles, "Capiteles Romanos de la Peninsula Ibérica", *Studia Archaeologica*, 81, Valladolid, 1992, p. 22 e catálogo respectivo.

²⁹ Somente três exemplares. G.BEHEMERID, ob. cit., ns^o 59-61.

³⁰ G. BEHEMERID, ob. cit., p. 22.

O CAPITEL TOSCANO NO ACTUAL TERRITÓRIO NACIONAL

São dezanove os exemplares toscanos que iremos analisar. O conjunto mais importante é proveniente da cidade romana de *Ammaia*, perto de Marvão, com treze peças. O segundo conjunto provém de Abrantes e Constância e possui três exemplares da Herdade do Carvalhal. Um outro é de Cousa Bela (Concelho de Santarém), mas de local não longe do primeiro. As restantes duas peças vêm, uma de Montemor-o-Novo e outra de Alter do Chão.

Temos referência de uma outra peça neste último local, ainda que não nos tenha sido possível localizá-la apesar das diligências feitas nesse sentido³¹: parece-nos muito semelhante ao exemplar agora analisado.

Uma peça proveniente de Cascais tem sido considerada como capitel³². Este elemento surgiu em 1992, no interior de uma cetária, no castelo de Cascais. A peça foi por nós observada, bem como uma outra muito idêntica proveniente de Freiria³³. Os elementos constituintes são os mesmos: um plinto alto, um toro, uma pequena moldura que o delimita inferiormente e, por fim, uma parte do fuste no qual encaixaria, elemento que designaríamos como imoscapo.

Por informação do Dr. Guilherme Cardoso sabemos que aquela peça de Freiria terá aparecido em contexto cronológico tardio e em estratos que se sobrepunham a uma base ática. Esta encontrava-se *in situ* e fazia parte do peristilo da *domus*.

Estes dois elementos são iguais ainda que as dimensões sejam distintas, já que o exemplar proveniente do Castelo é um pouco maior³⁴.

³¹ Vide análise comparativa correspondente, capítulo 2.1 Volume 2.

³² CABRAL, João; CARDOSO, Guilherme; ENCARNÇÃO, José d', "Cascais: um projecto de investigação em Arqueologia Urbana", *Bracara Augusta*, II Encontro de Arqueologia Urbana, Braga, vol. XLV, Braga, 1994, figura da p. 160; CABRAL, João; CARDOSO, Guilherme, "Escavações arqueológicas junto à torre-porta do Castelo de Cascais", *Arquivo de Cascais - Boletim Cultural do Município*, nº 12, Cascais, 1996, p. 145, fig. 19. Só nesta segunda publicação os autores classificam este elemento como sendo do tipo toscano, enquanto que, anteriormente, apenas o referenciam como capitel: "...no interior do primeiro tanque, foi encontrado um capitel de coluna toscana, idêntico a outro encontrado, em 1985, na *villa* romana de Freiria, no concelho de Cascais", *ob. cit.*, p. 131.

³³ Quanto a esta peça ela encontra-se inédita e pertencerá ao peristilo da casa de Freiria. Agradecemos aos três signatários do artigo *sup. cit.*, a autorização concedida para observar estas peças, bem como uma outra base de Freiria que classificamos como ática (composta por um plinto quadrado sobreposto por dois toros que encerram um escapo alto).

³⁴ Peça do Castelo: Altura: 21,5 cm; altura plinto: 6,5 cm; medidas plinto: 37X37,5 cm; altura toro: 4 cm; altura sumoscapo: 9 cm; diâmetro base: 25,5 cm.

Peça de Freiria: Altura: 22,5 cm; altura plinto: 6 cm; medidas plinto: 30X30 cm; altura toro: 3,5 cm; altura sumoscapo: 10,5 cm; diâmetro base: 22,5 cm.

Embora à primeira vista estes dois elementos possam ser confundidos com capitéis toscanos, classificação para a qual concorrerá o facto de apresentarem parte do fuste³⁵, tal classificação não pode ser empregue já que, e segundo tal designação, se encontra ausente um dos elementos canónicos que compõem o capitel toscano: o *hypotrachelio*. Bastará lembrarmo-nos da definição empregue por Vitrúvio, o qual refere que "*Capitulique crassitudo dividatur in partes tres, e quibus una plintho, quae est in abaco, detur, altera echino, tertia hypotrachelio cum apophysii*"³⁶.

Desta forma, classificamos, sem grandes dúvidas, estes dois exemplares como bases e não como capitéis. Correspondem, no entanto, a boas produções, certamente de um mesmo *atelier* que utiliza igual módulo³⁷, e o mesmo tipo de ferramentas para o seu fabrico. De facto, o abrasamento da superfície parece ter sido realizado com cinzel gradilhado³⁸ nos dois casos, o que se constata, essencialmente, na moldura por cima do toro. Por sua vez, o sumoscapo apresenta, na peça do Castelo, a superfície com um bujardado feito a picão, enquanto que a de Freiria possui um tratamento realizado novamente a cinzel gradilhado mas agora mais grosso.

Paralelos para estas bases não são difíceis de encontrar. No entanto, com o fito de não nos alongarmos em relação a este tema, somente apresentamos como mais evidentes o Tipo B de BROISE no qual estas duas bases se integram e onde é possível observar o esquema clássico da ordem toscana. Esta emprega elementos precisamente iguais às descritas, enquanto que a base ática - com dois toros e um escapo a meio - é o elemento mais característico da ordem toscana do tipo provincial³⁹, a qual corresponde à outra base de Freiria atrás descrita, ainda que o escapo desta última apresente, como particularidade, um escapo acentuadamente alto.

Este tipo de base é, desta forma, o mais difundido, bastará para isso visualizarmos alguns elementos da Hungria onde aparece correntemente⁴⁰, para além de, também em *Ammaia*, existirem peças muito semelhantes.

³⁵ O que é mais corrente em capitéis do que em bases, ainda que o seu aparecimento não seja exclusivo de uma qualquer destas peças, antes correspondendo a uma solução técnica, mais que estilística, a sua integração no mesmo bloco pétreo.

³⁶ O que traduzimos da seguinte forma: a altura do capitel [toscano] será dividida em três partes, uma será dada ao plinto, que é o ábaco, outra ao equino, e a terceira ao *hypotrachelium*.

Tradução nossa seguindo a tradução inglesa apresentada por GRANGER, Frank, *Vitruvius on Architecture*, Loeb Classical Library, Harvard University Press, London, 1995, Book IV, C. VII, p. 241, (texto em latim p. 240).

³⁷ Ainda que com dimensões diferentes.

³⁸ Vide BESSAC, Jean C., "L'Outillage traditionnel du tailleur de pierre de l'Antiquité à nos Jours", *Revue Archéologique de Narbonnaise*, Supplément 14, Ed. C.N.R.S., Paris, 1993, pp. 139 e ss.

³⁹ BROISE, ob. cit., p. 17, fig. 1.

⁴⁰ Vide KISS, Ákos, *Pannonische Architekturelemente und Ornamentik in Ungarn*, Budapeste, 1987, Taf. 1. Kat. n° I. 15; Kat. n° I. 16; Taf. 3, Kat. n° V.2.

Temos conhecimento de outras peças, também toscanas, em território nacional. Se bem que não se pretenda apresentar todas as que existem, já que esse não é, igualmente, o tema do trabalho agora proposto, pensamos serem informações que, uma vez que delas temos conhecimento, interessarão indicar. A distribuição espacial dos capitéis que iremos referenciar poderá ser visualizada no **MAPA 1**.

Deste modo, sabemos da existência de capitéis toscanos em área próxima à que agora nos debruçamos, concretamente em Mação⁴¹. Correspondem a três exemplares que se encontram em exposição no Museu e que são provenientes de Vale do Grou, Envendos⁴². As peças são muito toscas, aspecto que em grande parte se deverá ao material em presença, já que se trata de granito de grão grosso. Nestas peças, a altura do equino corresponde, sensivelmente, à do ábaco⁴³. As duas peças inteiras apresentam um sumoscapo extremamente alto e apesar de estarmos, mais uma vez, e à semelhança do que constatámos em relação às peças de Cascais, perante peças sem *hyptrachelio*, estes dois conjuntos não se podem aproximar. De facto, se não é compreensível, em relação às bases de Cascais, que uma qualidade tão boa se alie a um desconhecimento tão básico da própria estrutura canónica do capitel, em relação aos exemplares de Mação isso não acontece. Aqui, estamos perante peças providas de um canteiro local desconhecedor, certamente, dos modelos padrão, e onde o sumoscapo quase funciona, da mesma forma, como *hypotrachelio*.

De Lourosa, a Norte de Coimbra, encontramos na Igreja de S. Pedro⁴⁴ capitéis toscanos, em reutilização no edifício do sec. X, segundo uma inscrição existente na verga

⁴¹ Agradecemos à Dr^a Maria Amélia Horta Pereira, directora do Museu Municipal Dr. João Calado Rodrigues, em Mação, por nos ter permitido fotografar as peças bem como as informações que, na ocasião, nos deu sobre as mesmas.

⁴² PEREIRA, Maria Amélia Horta, *Monumentos Históricos do Concelho de Mação*, Coimbra, 1970, p. 328, fig. 140 a). Somente a primeira (figura na parte superior da folha, que indicamos como a) corresponde a um capitel toscano ainda que aqui seja classificado como base. Também fig. 141 a), igualmente referenciado como base. No Museu encontra-se ainda em exposição mais um fragmento de capitel toscano.

De referir, no entanto, que a forma como se encontram expostos no Museu corresponde à de capitel já que encimam fustes (ainda que com colarinho, o que geralmente não acontece nos fustes toscanos) que se colocam por cima das verdadeiras bases.

⁴³ Numa das peças a altura destes dois elementos é de, respectivamente, 10 cm e 6 cm.

⁴⁴ A bibliografia sobre esta igreja é extensa, apresentamos um excerto do texto de Jacques Fontaine onde refere este edifício: "Gallégo-mozarabe, mais encore transparente à l'art de bâtir wisigothique, l'église de Lourosa reflète, en sa complexité, les mixtes ethniques de la reconquête de la Beira à ses débuts. Détail typique des plus anciens caractères culturels du Nord-Ouest hispanique: elle est demeurée très conservatrice, et parcimonieusement ouverte aux nouvelles modes apportées du Sud. C'est aussi le secret de son charme original". FONTAINE, Jacques, *L'Art Mozarabe - l'Art Préroman Hispanique*, ed. Zodiaque, 1977, p. 148.

Vide igualmente GONÇALVES, A. Nogueira, "Lourosa", *Estudos de História da Arte Medieval*, Coimbra, 1980, pp. 37-53. Remarquem-se os capitéis que se podem ver na fig. da p.46, bem como as respectivas bases. Na fig. da p. 42 observam-se variadíssimos elementos arquitectónicos, de diversas

da porta de entrada do edifício. Também as bases deverão ser de época romana, coevas dos capitéis, podendo-se, inclusivamente, colocar a hipótese de corresponderem também a capitéis reutilizados e algo modificados por desbastamento da superfície.

O reemprego de capitéis romanos em contextos religiosos posteriores é um facto muito corrente, aspecto que tivemos ocasião de observar em relação a outros tipos de capitéis, como seja o caso de capitéis coríntios de folhas lisas. Em relação aos capitéis toscanos é de assinalar o facto de, numa igreja na região de Oviedo, em Espanha, também terem sido reutilizados capitéis toscanos e, curiosamente numa igreja de igual dedicação, S. Pedro de Lourosa⁴⁵. Talvez se possam relacionar estas peças com a cidade romana de Bobadela, ainda que esta se localize a cerca de 25 Km para Norte, a caminho de Seia. Curioso, em relação a Bobadela, é o facto de os capitéis toscanos serem em pequeno número⁴⁶, prevalecendo, ao invés peças de um outro tipo dos quais nos ocuparemos detalhadamente no capítulo seguinte e os quais designamos por "capitéis jónicos lisos de influência toscana". No entanto, e caso se estabeleça alguma ligação entre S. Pedro de Lourosa e Bobadela, a cronologia desta cidade romana, da qual se desconhece o nome latino, corresponde ao início do sec. I, data do princípio da urbanização da cidade, que em finais do mesmo terá sofrido alterações com a construção do anfiteatro⁴⁷.

O material empregue é o granito de grão grosso. Apesar da matéria-prima empregue, as peças são bem delineadas, com *hypotrachelio* bem marcado e com sumoscapo pouco alto.

De Prazo, (Concelho de Foz Côa), encontramos, mais uma vez, capitéis toscanos reempregues em espaços de culto⁴⁸. Esta estação arqueológica documenta uma primeira ocupação romana dos séculos I/II, ainda que a mesma se prolongue até ao sec. V, altura em que é edificado um templo e onde são reempregues materiais arquitectónicos vários,

époças, notar o capitel toscano no lado direito, o mesmo se pode visualizar nas figuras das pp. 40 e 41; CORREIA, Virgílio, *Monumentos e Esculturas (secs. III-XVI)*, Lisboa, 1919, pp. 25-36.

⁴⁵ G.BEHEMERID, ob. cit., pp. 21 e 22, nº 61, capitéis que decoram a fachada Norte da igreja. São peças datadas pela autora como correspondentes ao sec. IV. Infelizmente não são apresentadas fotografias, pelo que nos é impossível estabelecer qualquer relação morfológica entre estes exemplares e os capitéis do território português.

⁴⁶ Participámos na intervenção arqueológica deste local pelo que conhecemos a maior parte do espólio arquitectónico encontrado durante os trabalhos realizados até 1983. Agradecemos igualmente as informações dadas pela Dr^a Helena Frade, com quem então trabalhámos.

⁴⁷ Vide FRADE, Helena; PORTAS, Clara, "A arquitectura do Anfiteatro romano de Bobadela", *El Anfiteatro en la Hispania Romana, Coloquio Internacional (Mérida, 26-28 Noviembre 1992)*, Badajoz, 1995, pp. 349-371.

⁴⁸ COIXÃO, António do Nascimento Sá, *Um Projecto A Investigação A Musealização e Um Circuito - Freixo de Numão 1980-1996*, Ed. A.C.D.R. de Freixo de Numão, Freixo de Numão, 1997, foto 37 e 47.

como é o caso dos capitéis, utilizados como tal ou como bases e que, morfologicamente, muito se assemelham aos referenciados no território que analisamos.

De local não muito distante, na estação designada por "Casa Grande", e em outra referenciada por Quinta do Vale (Freguesia de de Freixo de Numão, Concelho de Vila Nova de Foz Côa) encontramos, do mesmo modo, mais exemplares de idênticas características, sendo de salientar a sua boa execução técnica⁴⁹.

Do Freixo, Marco de Canaveses, e correspondente à cidade romana de *Tongobriga*, também nos surgem vários capitéis toscanos. Trata-se de peças provavelmente relacionadas com o edifício termal construído no sec. I, ainda que em utilização até ao sec. V⁵⁰. São peças em granito, pensamos que de grão médio ou fino. O trabalho é belíssimo e as várias partes contituíntes perfeitamente delimitadas e trabalhadas por si. Todos os elementos são amplamente desenvolvidos ainda que não deixando de formar um todo extremamente harmónico e orgânico. A estabelecer a ligação entre as diversas partes (equino/*hypotrachelio* e *hypotrachelio*/sumoscapo) pequenas moldurações bem marcadas, ainda que, no último caso, esta corresponda a uma retracção do elemento inferior do capitel.

De *Centum Celae*, Colmeal da Torre, Belmonte, surge-nos mais um capitel toscano encontrado durante os trabalhos arqueológicos realizados em 1993/4 e cujo contexto corresponde a um nível de destruição datado do sec. III⁵¹. O capitel deverá corresponder ao suporte de um varandim que circundava a torre, actualmente ainda de pé. Esta estrutura e planta assim definida deverá corresponder ao primeiro momento construtivo desta *villa* romana, a qual é datada dos inícios do sec. I⁵², construção que sofreu um incêndio no sec. III, contexto no qual este elemento arquitectónico nos surge.

O capitel parece ter cerca de 30 cm de altura e o equino é em forma de toro, separado do *hypotrachelio* por uma pequena moldura. Também aqui as diversas partes da peça se encontram bem demarcadas, apresentando um sumoscapo pouco alto.

Igualmente de Belmonte, mas agora da Quinta da Fórnea, temos conhecimento de um outro capitel toscano, igualmente em granito, que se encontra reaproveitado como base de coluna de suporte de um pequeno varandim numa casa rural. Há alguns anos

⁴⁹ COIXÃO, António do Nascimento Sá, *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*, Ed. C.M.F.C, Vila Nova de Foz Côa, 1996, Foto 46 e 63 e possivelmente também 64.

⁵⁰ ALARCÃO, Jorge de, *Roman Portugal*, Vol. II, Fasc. 1, Warminster, 1988, p. 28, 1/482.

⁵¹ FRADE, Helena, "A Torre de Centum Celas (Belmonte): uma villa romana", *Coinimbriga*, XXXII-XXXIII (1993-1994), Coimbra, 1995, p. 99, fot. 4, a peça terá aparecido no espaço que a autora refere, em termos metodológicos, como sendo a Sala XII. "Durante a escavação desta zona foi detectada uma camada de destruição, que conservou no seu seio, para lá dos mais diversos materiais, dois fragmentos de fuste de coluna e um capitel toscano. Estes elementos terão certamente pertencido ao varandim do 1º andar, em grande parte construído com madeira e destruído por um incêndio...", *ibidem*.

⁵² FRADE, ob. cit., 1995, p. 102 e 103.

foram detectadas algumas estruturas romanas perto do local, as quais deverão corresponder a uma *villa* romana⁵³. É um elemento mais fruste, menos bem talhado que os dois últimos capitéis acima referidos. O equino é pouco marcado encontrando-se como que escondido entre o ábaco, que se encontra partido, e o *hypotrachelio* que assume grande desenvolvimento. O sumoscapo é alto e a peça é igualmente realizada em granito.

Em Idanha-a-Velha, antiga *Ciuitas Igaeditanorum*, surgem-nos novos exemplares. Correspondem a peças reaproveitadas na construção da igreja⁵⁴. A cidade deverá ser de fundação de Augusto⁵⁵ tendo sido os materiais romanos reutilizados posteriormente em várias construções. As peças são igualmente em granito e as diversas partes constituintes bem demarcadas.

No Museu Arqueológico de Barcelos guarda-se um outro elemento arquitectónico⁵⁶. É realizado em granito de grão grosso. Não temos absoluta certeza quanto à sua identificação como capitel. A peça não apresenta ábaco, o qual, no entanto, poderia ser justaposto, solução que não será vulgar. Pela fotografia não conseguimos observar se o equino tem molduração a estabelecer a ligação ao que pensamos ser o *hypotrachelio* ou o sumoscapo. A confirmar-se esta última atribuição será discutível a designação de capitel já que, deste modo, estaria ausente uma das partes canónicas do capitel toscano. Colocando a hipótese de se tratar de uma base, é vulgar em peças mais antigas não existir plinto⁵⁷, ainda que, geralmente, estas correspondam a bases áticas, ou aticurgas, o que não é o caso. Refere ALMEIDA que esta peça possuirá uma cronologia correspondente a uma época tardia⁵⁸, o que não nos parece. Quer se trate de um capitel ou de uma base, a cronologia deverá corresponder ao sec. I, ou de época muito próxima dessa centúria. Mais uma vez estamos perante um exemplar talhado em granito.

Uma outra peça, desta vez de Conímbriga⁵⁹, realizada em granito e proveniente da Casa de *Andercus*, facto que nos é atestado pela inscrição existente no ábaco onde se

⁵³ Agradecemos esta informação ao Dr. António Marques, arqueólogo da Câmara Municipal de Belmonte.

⁵⁴ Vide ALMEIDA, D. Fernando de, *Ruínas de Idanha-a-Velha*, Lisboa, 1977, assinalar a fig. 6, o capitel em primeiro plano.

⁵⁵ ALARCÃO, Jorge de, *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins, 1988, p. 35, fig. 12.

⁵⁶ ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; *et alli*, *Catálogo do Museu Arqueológico de Barcelos*, Serviços de Arqueologia da C.M.B., Barcelos, 1991, p. 17.

⁵⁷ Vide FERNANDO MORALES, "Localización y confirmación arqueológica de la necrópolis de Numancia", *Revista de Arqueología*, Ano XIV, nº 148, Zugarto Ediciones, Madrid, 1993, fig. p. 61; ou ainda ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José Maria, "El Templo de Diana", *Templos Romanos de Hispania - Cuadernos de Arquitectura Romana*, vol. 1, Murcia, 1991, p. 90 e 91.

⁵⁸ ALMEIDA, *idem ibidem*, "[cronologia] Indefinida, podendo todavia remontar à época tardo-romana".

⁵⁹ ALARCÃO, Adília M., *Museu Monográfico de Conímbriga - Coleções*, Ed. I.P.M., Lisboa, 1994, p. 157, peça nº 509.

pode ler "*Anderci. do(mus)*". Trata-se de uma peça muito fruste onde o equino, em forma de toro, se une a um *hypotrachelium* extremamente diminuto com o qual se liga sem nenhuma molduração. Um ligeiríssimo retraimento do sumoscapo em relação ao elemento superior, introduz esta nova parte da peça a qual atinge uma altura muito acentuada. É uma peça datada do período claudiano⁶⁰.

De Vila Meã (Viseu) foi recentemente publicado um capitel toscano que se pode aproximar aos que agora estudamos⁶¹

Por último, gostaríamos ainda de referir peças da Sé de Braga as quais poderão, igualmente, corresponder a materiais reaproveitados, concretamente de capitéis toscanos, depois empregues no interior da Igreja, ainda que, infelizmente, deles não tenhamos conhecimento directo⁶².

Muitas mais peças haverá certamente. Sublinhamos, no entanto, que os capitéis referidos não constituem um levantamento exaustivo, antes correspondem a uma recolha, quer de algumas das peças publicadas, quer de outras, de que temos conhecimento directo. Apesar de não ser totalmente pertinente tirar conclusões acerca da distribuição geográfica do capitel toscano em território nacional, já que esta recolha é meramente parcelar face aos condicionalismos referidos, é notório o facto de este tipo de capitel apresentar uma evidente concentração na região Norte do país - **MAPA I** - e se possa igualmente inferir que ele é utilizado especialmente em arquitectura doméstica, relacionada com villas ainda que o seu emprego se registre igualmente em algumas construções de carácter público ainda que de relativa importância.

⁶⁰ *Idem ibidem*. A cronologia apresentada pela autora é, no entanto, relativizada.

⁶¹ SILVA, Maria de Fátima Matos da; CORREIA, Alexandre Lourenço, "Materiais Arqueológicos de Vila Meã (Viseu)", *Actas do II Colóquio Arqueológico de Viseu*, 1997, p. 121, fig. VI.

⁶² Informação que nos foi dada por T. Hauschild, ao qual agradecemos. O mesmo nos referiu que estas peças poderão corresponder a cópias, do sec. XVI ou XVII, de capitéis romanos.

O CAPITEL TOSCANO NA LUSITÂNIA OCIDENTAL

Podemos dizer que o capitel toscano em território nacional teve uma expansão assinalável, deverendo ser um tipo amplamente conhecido em praticamente todo o território. Excluiríamos, no entanto, a região mais a Sul de Portugal, conclusão que poderá ser reavaliada com novos trabalhos de arqueologia e com um levantamento exaustivo do espólio arquitectónico dos museus desta região, trabalho que falta, infelizmente, fazer.

Quanto às peças que analisaremos no próximo volume, e que dizem respeito, concretamente, à Lusitânia Ocidental, tema do nosso trabalho, haverá que salientar o conjunto de *Ammaia*, o qual, pelas características que apresenta, bem como pelo número de exemplares existentes o transformam no conjunto mais importante até agora referenciado em território nacional.

Os seus aspectos morfológicos afastam-nas das peças observadas no centro do Império, o que distingue este conjunto de capitéis das restantes ordens arquitectónicas estudadas neste trabalho, as quais mostram semelhanças em relação a peças de Roma ou de Óstia. Curioso, quanto a este ponto é o facto de os exemplares ostienses⁶³, com cento e quatro capitéis catalogados, mostrarem aspectos, por vezes totalmente distintos, dos que agora analisamos, o que nos leva a concluir estarmos perante um corte, ou ausência de influências vindas do centro do Império e em relação a este tipo específico de capitel. G.BEHEMERID chega á mesma conclusão relativamente aos exemplares de território espanhol, uma vez que os paralelos mais próximos dizem respeito a peças do Norte de África⁶⁴, ou a alguns exemplares da Gália.

Quanto à Lusitânia Ocidental observamos que, também aqui, não existe uma distribuição uniforme - **MAPA 2** -. As peças concentram-se na zona Nordeste do território delimitado, e o único exemplar que se afasta desta zona é a peça de Montemor-o-Novo, a qual, no entanto, conserva, como teremos oportunidade de observar, características distintas, quer do ponto de vista morfológico, quer do ponto de vista funcional. Este elemento parece-nos de sobremaneira importante já que nos permite, com pertinência, considerar isoladamente aquele conjunto nordestino.

⁶³ PENSABENE, Patrizio, *Scavi di Ostia - I Capitelli*, Vol. VII, Roma, 1973, peças nº 1-104.

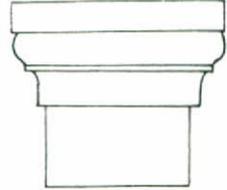
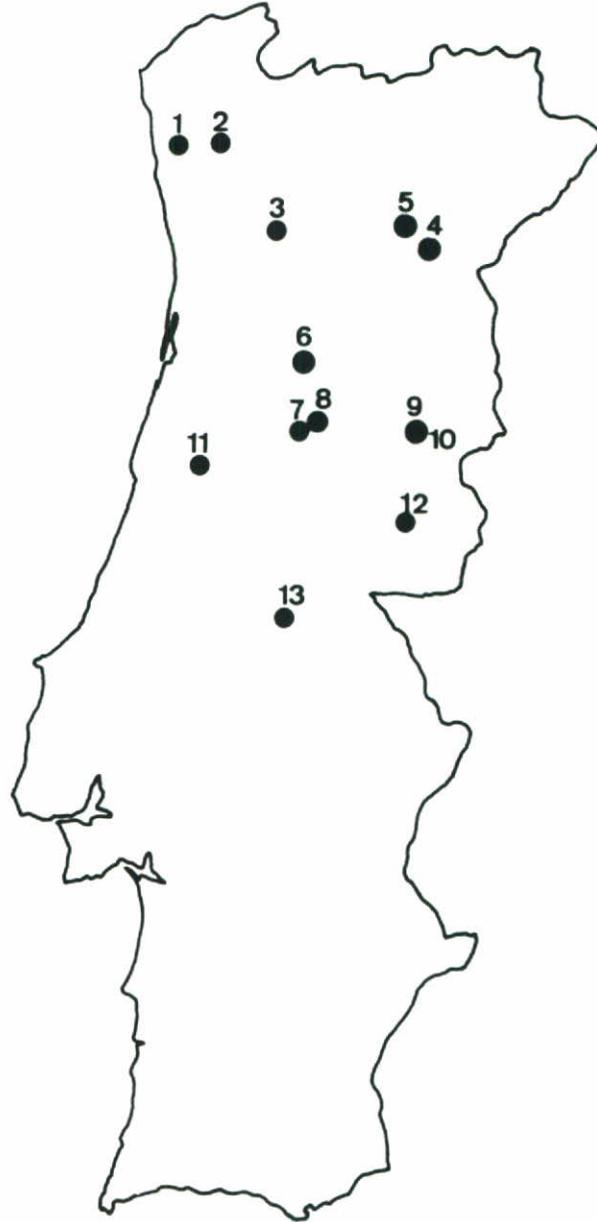
⁶⁴ G. BEHEMERID, ob. cit., p. 22.

A proximidade com Mérida depara-se-nos, quanto a este aspecto, determinante. Os capitéis toscanos emeritenses⁶⁵ apresentam características similares a algumas das peças que agora estudamos, sendo de ressaltar o aspecto de, todos eles, corresponderem a produtos do sec. I. Desta forma, não será errado apontar uma influência, que quase poderíamos dizer directa, entre os *ateliers* emeritenses e aqueles que terão trabalhado na parte NE do território agora analisado. Tal facto não exclui, não obstante, uma originalidade em relação a alguns exemplares aqui identificados, sendo de salientar a qualidade técnica que estes revelam, bem como uma certa independência em relação a peças emeritenses, facto evidenciado em alguns dos exemplares.

Tal como seria de esperar, assistimos, deste modo, a uma continuidade entre os dois actuais territórios, Espanha e Portugal, confirmando a unidade da província também em relação à gramática decorativa.

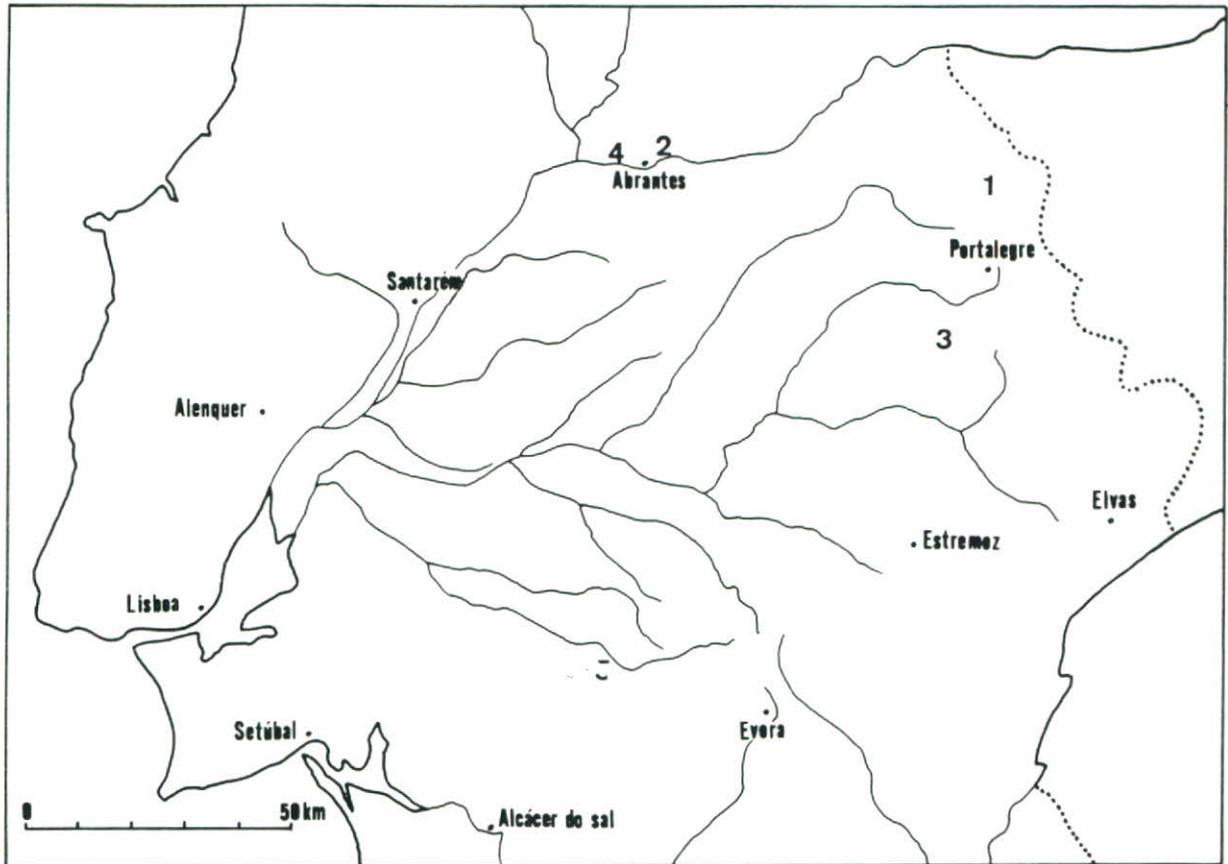
⁶⁵ São cinco os capitéis toscanos catalogados por G. BEHEMERID em relação a Mérida, ob. cit., nº 25, 27, 35, 36 e 37, todos eles do sec. I.

CAPITÉIS TOSCANOS NO ACTUAL
TERRITÓRIO NACIONAL



- | | |
|--------------------------|----------------------------------|
| 1 - Barcelos | 8 - Bobadela |
| 2 - Braga | 9 - Colmeal da Torre (Belmonte) |
| 3 - Marco de Canavezes | 10 - Quinta da Fórnea (Belmonte) |
| 4 - Vila Nova de Foz Côa | 11 - Conimbriga |
| 5 - Freixo de Numão | 12 - Idanha-a-Velha |
| 6 - Vila Meã (Viseu) | 13 - Mação |
| 7 - Lourosa | |

CAPITÉIS TOSCANOS DA LUSITÂNIA
OCIDENTAL



- 1 - Ammaia - 3-15
- 2 - Herdade do Carvalho - 16-18
- 3 - Alter do Chão - 19
- 4 - Cousabela - 20
- 5 - Montemor-o-Novo



6.3 - O CAPITEL JÓNICO LISO DE INFLUÊNCIA TOSCANA

O CAPITEL JÓNICO LISO

São muito poucas as informações de que dispomos sobre este tipo de capitéis, facto que, à primeira vista, pode sublinhar a ideia da não pertinência em optar pela análise deste tipo de peças em capítulo distinto do dedicado ao capitel jónico normal¹.

O elevado número de exemplares que agora nos propomos analisar, a par da sua perfeita individualização em termos morfológicos, bem como a constância das suas características em relação a todo o conjunto, tornam pertinente, a nosso ver, a metodologia que agora seguimos, uma vez que, e conseqüentemente, pensamos não errar ao afirmar a existência de um tipo de capitel ao qual atribuímos a designação de "jónico liso de influência toscana", individualizável quer dos seus congêneres jónicos, quer dos toscanos.

Debrucemo-nos, antes de mais, sobre a terminologia empregue. Em primeiro lugar, é relativamente frequente observarmos a utilização do termo "jónico liso" em relação a capitéis jónicos que não apresentam qualquer outra decoração que não seja a morfologia básica da estrutura da peça. Ou seja, um capitel jónico liso terá, à semelhança do jónico normal, um ábaco, um equino, dois *pulvini* laterais, um colarinho ou ainda parte do sumoscapo da coluna. Por tal composição estrutural é perfeitamente legítimo designar como "jónicas" peças que possuam estes elementos constituintes. A separação estabelece-se quando passamos à decoração ornamental que preenche a superfície destes vários elementos. Assim, se em relação ao capitel jónico encontramos praticamente todas as superfícies da peça decoradas com os motivos habituais deste tipo de capitel - cordões de astrágalos e pérolas, folhas nas faces laterais, *kymas* decorados com óvulos e pontas de flecha ou pequenos dardos ... -, o que definirá o tipo "jónico liso" será, precisamente, a ausência desses mesmos motivos.

¹ Quanto ao capitel designado por "jónico normal" remetemos para o capítulo 6.4 do presente volume, onde serão analisados, quer em termos evolutivos gerais, quer em relação aos exemplares documentados na Lusitânia Ocidental, os capitéis pertencentes a esta ordem arquitectónica. O termo "jónico normal" há que ser equiparado ao de "jónico canónico", aplicado em capitéis jónicos que apresentam as quatro faces com igual decoração duas a duas.

Apresentando-se toda a superfície da peça lisa, é a sua morfologia estrutural que lhe conferirá, ao mesmo tempo, a sua própria decoração. Este tipo de peças pode ser considerada relativamente normal em relação ao Império Romano, quer em relação a Roma ou Óstia, quer às províncias mais longínquas, como teremos oportunidade de observar.

A presença do "jónico liso" em Óstia é atestada por variadíssimos exemplares, dos quais nos oferece registo PATRIZIO PENSABENE na recolha que faz dos capitéis dessa cidade². Temos, no entanto, variantes dentro deste tipo de capitel. Assim, um conjunto de capitéis engloba peças onde ainda se encontram presentes alguns dos elementos decorativos tradicionais - semi-palmetas e canal de voluta³ - ainda que muito esquematizados e simplificados, correspondendo a exemplares datados a partir dos finais do sec. II ou inícios do III. Aqui, a decoração parece não ter sido concluída, fenómeno que tem paralelos no que se refere aos capitéis coríntios, já que é precisamente a partir dos finais do sec. II que começam a aparecer os designados "capitéis coríntios de folhas lisas"⁴. Desta forma é possível "...seguire un processo do semplificazione, che va dai più antichi (...) ai più tardi con accentuata schematizzazione e spesso irregolarità nelle forme ..."⁵. Os exemplares que comprovam esta última evolução correspondem, assim, a peças quase informes onde os *puluini* aparecem substituídos por toros rectos, e onde quase não existe diferenciação entre a respectiva face frontal e o *kyma* ao qual encostam⁶, sendo datados de entre a segunda metade do sec. III e o sec. IV. Alguns existem, no entanto, em que os discos frontais se encontram decorados por sulco espiraliforme. De entre estes espécimes surgem-nos alguns em que o perfil das faces frontais poderá, de igual modo, ser aproximado ao de alguns capitéis toscanos ou mesmo dóricos. Encontram-se neste caso capitéis muito tardios, datados da segunda metade do sec. IV⁷, onde um *kyma* arredondado se sobrepõe a um colarinho com moldura simples ou composta, o que pode levar a confundi-los com perfis dóricos ou com os toscanos simplificados.

Também em relação a Roma documentamos o mesmo fenómeno, com especial incidência a partir da dinastia dos Severos, com o contributo dos *ateliers* então em laboração em Thasos. Estes irão inundar os mercados do centro do Império de peças morfológicamente bem definidas, caracterizadas pela não decoração do equino, e pelo sulco curvilíneo que as volutas encerram. Inúmeros exemplares de Roma documentam perfeitamente esse novo período da decoração do capitel jónico, comportando-se estes

² PENSABENE, Patrizio, *Scavi di Ostia - I Capitelli*, vol. VII, Roma, 1973.

³ PENSABENE, ob. cit., nº 134 e 135, p. 43.

⁴ Vide capítulo 6.6 do presente volume.

⁵ PENSABENE, ob. cit., p. 250.

⁶ PENSABENE, ob. cit., pp. 50 e 51, nsº 186 - 193.

⁷ PENSABENE, ob. cit., pp. 51 e 52, nsº 194 -197.

como elementos "pré-fabricados" que eram importados sem que a fase final do respectivo acabamento estivesse concluída. Capitéis da área sacra do Largo Argentina, ou do *Forum Romanorum* são, deste modo, réplicas dos que encontramos em Thasos⁸. Deste modo, há dois fenómenos a distinguir. Por um lado, aquelas peças que não possuíam decoração já que se destinavam a ser exportadas, neste caso a sua ornamentação definitiva, e também a mais pormenorizada, seria realizada no local para o qual se destinavam. Por outro, as que não apresentavam qualquer decoração porque o objectivo era, precisamente, o de apresentarem as faces lisas. Este último fenómeno é constatado essencialmente em época tardia no que diz respeito ao centro do Império, como acabámos de observar e também no que concerne às províncias mais longínquas. Quanto a este último caso, poderemos apontar exemplos que nos são fornecidos em território norte africano.

Encontramos capitéis jónicos lisos em diferentes estados de acabamento em Timgad (*Thamugadi*)⁹, alguns dos quais se podem aproximar morfológicamente daqueles que analisaremos na Lusitânia Ocidental. O produto final, não obstante, não seria a obtenção de capitéis lisos, mas sim de jónicos com decoração, ainda que fruste. O perfil que algumas peças oferecem pode fazê-las aproximarem-se, ainda que erradamente, do perfil toscano devido às múltiplas moldurações que apresentam. Estas não podem, no entanto, ser confundidas com uma das partes constituintes do capitel canónico toscano, correspondendo simplesmente a molduras largas que se sobrepõem. As faces laterais são decoradas por balaústres de perfil contracurvado, o que os afasta dos toros rectos e sem fuso central identificados no nosso território. No entanto, não encontramos ábaco nestes exemplares e quando este elemento se encontra presente é de altura diminuta, o que os afasta, mais uma vez, da relação altura ábaco/altura equino que constataremos nos nossos capitéis¹⁰.

Outras peças, desta vez de Gemila (*Cuicul*) oferecem-nos também curiosas semelhanças. Um deles em particular¹¹, apresenta um perfil muito semelhante ao dos capitéis toscanos, com especial paralelismo com os de Óstia, ao qual foram adossados dois balaústres decorados frontalmente com duas rosetas quadripétalas que abrangem todo o disco. No entanto, e apesar do perfil em questão poder levar a considerar uma cronologia mais recuada, as rosetas que ocupam os discos, bem como a existência de um

⁸ Vide HERRMANN, John J., "The Ionic Capital in Late Antique Rome", *Archeologia*, 56, Roma, 1988, Plate LXII, figs. 147 e 148, os primeiros provenientes do Largo Argentina e o segundo do *Forum Romanorum*. Cf. com o capitel da Basílica de Thasos, Plate LXVI, fig. 157. Sobre a importação de materiais de Thasos vide ob. cit., pp. 51 e ss.

⁹ PENSABENE, Patrizio, "Le Merci gli Insedimenti", *Società Romana e Impero Tardoantico*, vol. III, Editori Laterza, 1986, p. 427, fig. 57-b) e e).

¹⁰ Vide GRÁFICO 1 e 2 e QUADRO 1 do Capítulo 3.2 do Volume 2.

¹¹ PENSABENE, ob. cit., 1986, p. 428, fig. 58 c).

colarinho na base, ou as sucessivas moldurações do ábaco, obrigam a caracterizá-lo como produto mais tardio, já que este exemplar é datado da primeira metade do sec. III¹².

Exemplares de Tipasa, provenientes da Basílica¹³ apresentam, do mesmo modo, um colarinho alto, por vezes decorado por molduras e onde o equino adopta uma decoração muito singela feita com breves traços incisos. As faces laterais são substituídas por toros direitos e os discos frontais possuem uma decoração simples espiraliforme. Também aqui a cronologia é muito tardia já que um *crismon* num dos equinos aponta para uma datação *ante quem* do sec. IV¹⁴. Outras peças jónicas, provenientes de Cartago e de Utica, podem ser comparáveis. No entanto, a ausência do ábaco em muitas delas obriga a considerar um outro fenómeno evolutivo do qual trataremos no capítulo seguinte e que, em termos gerais, ocorre apenas em época tardia¹⁵.

No que diz respeito a peças mais antigas desta região, não poderemos deixar de referenciar um conjunto importantíssimo proveniente do bem conhecido "Tombeau de la Chrétienne" (Kbur Er Rumia)¹⁶. Os capitéis que decoram este mausoléu correspondem a peças jónicas muito simplificadas, onde a decoração se resume a um colarinho todo ele rodeado por rosetas quadripétalas. A parte superior apresenta um canal de voluta acentuadamente curvo. Os *puluini*, ao que parece sem decoração, apresentam-se como discos rígidos com sulco espiraliforme. O *kyma* é decorado por uma palmeta. Embora distintos daqueles de que agora nos ocupamos, estes exemplares são importantes pela rigidez que transmitem, e pela sucessão das diversas partes constituintes, as quais se justapõem de forma quase autónoma, característica que encontramos essencialmente nas peças de *Ammaia*. Estes capitéis podem aproximar-se de exemplares provenientes de Volubilis¹⁷, Sala e Lixus, estes últimos classificados como pertencentes à "ordem jónica de tradição greco-púnica"¹⁸ e datados da época de Juba II, cronologia que lhes advém da respectiva comparação com o "Tombeau de la Chrétienne". No entanto, esta questão não é linear, já que este mausoléu poderá corresponder a época bastante posterior à de Augusto¹⁹.

¹² PENSABENE, ob. cit., 1986, p. 429. Sobre esta alteração morfológica, sobretudo no que diz respeito à decoração dos discos frontais *vide* Capítulo 6.4 do presente Volume.

¹³ CHRISTERN, Juergen, "Basilika und Memorie der Heiligen Salsa in Tipasa", *Bulletin d'Archéologie Algérienne*, Tome III, Alger, 1968, fig. 32, 33, 34.

¹⁴ CHRISTERN, ob. cit., p. 245.

¹⁵ Cf. LÉZINE, Alexandre, *Carthage. Utique, Études d'Architecture et d'Urbanisme*, Ed. C.N.R.S., Paris, 1968, essencialmente pp. 159 e ss.

¹⁶ CHRISTOFLE, M., *Le Tombeau de la Chrétienne*, Paris, 1951.

¹⁷ Vide BOUBE, "Un Chapiteau ionique de l'époque de Juba II à Volubilis", *Bulletin d'Archéologie Marocaine*, Tome VI, Rabat, 1966, pp. 109 e ss.

¹⁸ BOUBE, ob. cit., 1967, p. 318 e ss.

¹⁹ Cf. GARCIA Y BELLIDO, Antonio, *Arte Romano*, Madrid, 1990, p. 192.

Curiosamente, não encontramos referências em relação à Ásia Menor, no que concerne ao levantamento realizado por BINGÖL²⁰, o que comprova a adscrição deste tipo de peças a uma época avançada.

Acrescentando mais um dado no que se refere à terminologia empregue, gostaríamos de referir que estes elementos foram designado por Carlos A. Ferreira de ALMEIDA como correspondentes ao "capitel jónico de balaústres"²¹, termo que emprega amiúde ao referir-se a algumas das peças que referenciaremos adiante quando tratarmos da sua dispersão geográfica no actual território português. Apesar de partilharmos a sua opinião em relação ao facto de adoptar o termo "balaústre" em vez do termo *puluinus*, opção que muitas vezes também seguimos, pensamos não ser inteiramente correcto aplicar essa designação ao capitel jónico, uma vez que, salvo raras excepções, tal se torna redundante já que, normalmente, o capitel jónico canónico é obrigatoriamente, um capitel de balaústres. Já que o mais normal é a referência a capitéis deste tipo, somente quando nos deparamos perante outra morfologia, como seja o caso do "jónico-italico", essa diferença é assinalada.

²⁰ BINGÖL, Orhan, "Das Ionische Normalkapitell in Hellenistischer und Römischer zeit in Kleinasien", *Istanbuler Mitteilungen*, Beiheft 20, Germany, 1980.

²¹ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *História da Arte em Portugal*, vol. 2, Publ. Alfa, Lisboa, 1986, p. 12 (entre outras).

O CAPITEL TOSCANO

Analisemos agora o porquê do emprego, ao mesmo tempo, sa designação de toscano quando, à partida, a morfologia do capitel desta ordem arquitectónica se nos depara tão distinta da jónica, como tivemos oportunidade de observar no capítulo precedente. De facto, se em relação ao capitel jónico a sua terminação inferior é consubstanciada ou por um cordão decorado que circunda em todo o perímetro da peça a sua base circular, ou por colarinho, decorado ou não com motivos vegetalistas atingindo alturas variáveis, encontramos nos capitéis que ora nos interessam uma composição frontal que é decalcável da dos capitéis toscanos.

Assistimos, deste modo, a uma sucessão de partes constituintes compostas por ábaco, equino, *hypotrachelio* e sumoscapo, elementos que, salvo raras excepções, estão sempre presentes no que diz respeito à face frontal destes capitéis. Quanto às faces laterais, estas são decoradas por *puluini* lisos onde nem sequer é assinalado o fuso central, comportando-se desta forma como dois toros perfeitamente rectos e que têm a sua terminação, nas faces frontais da peça, em dois discos lisos e planos que delimitam o *kyma* central.

O termo pelo qual optámos - jónico liso de influência toscana - tem, assim, uma significação antes de mais morfológica. A dificuldade com que nos deparámos em atribuir uma outra designação teve em conta, em primeiro lugar, o facto de este tipo de capitel não se encontrar documentado, já que, como teremos oportunidade de observar, ele tem sido entendido na bibliografia especializada como pertencendo à ordem jónica, constituindo-se como uma sua degenerescência. Por outro lado, pensamos que a influência da ordem toscana exercida sobre estes espécimes, mais ainda que a jónica, terá sido determinante. Com efeito, se abstrairmos os dois toros laterais a morfologia é exactamente a mesma da que descrevemos nos capitéis canónicos toscanos.

Por fim, pensamos que incorreríamos em erro, antes de mais em termos cronológicos, se aplicássemos simplesmente a designação de "jónico liso", uma vez que este tipo de peças se encontra documentado em épocas tardias, com especial incidência para o sec. III e IV, como já vimos.

No capítulo precedente tivemos oportunidade de analisar detalhadamente a ordem ou "modo" toscano, quer em termos evolutivos gerais, quer no que à Lusitânia Ocidental diz respeito. Pensamos que as informações e a análise aí realizadas serão suficientes para a explicação que ora pretendemos fornecer sobre a morfologia toscana adoptada pelas peças que agora tratamos.

O CAPITEL JÓNICO LISO DE INFLUÊNCIA TOSCANA NA LUSITÂNIA

O capitel jónico liso também se encontra documentado na Península Ibérica. De facto, o levantamento realizado em 1992 por GUTIERREZ BEHEMERID dá-nos conta de dez exemplares em território vizinho que se podem integrar no tipo "jónico liso". Destes exemplares dois apontam, segundo a autora, para cronologias tardo-republicanas e do sec. I, concretamente uma peça proveniente de Sevilha (Dos Hermanas)²², e uma outra de Murcia²³. Em relação à primeira, os *puluini* encontram-se decorados, o ábaco é moldurado e as volutas, de canal côncavo, possuem uma incisão biselada espiraliforme. Quanto ao segundo exemplar as faces laterais, apesar de se apresentarem lisas, possuem um fuso com vários listéis. Uma outra peça, desta vez de Sagunto²⁴, sendo do tipo "jónico liso" apresenta um acabamento totalmente decalcável do jónico normal.

Por fim, uma outra peça de Sevilha (Itálica), datável do sec. III²⁵, apresenta o típico ábaco em forma de plinto, enquadrável pois, em épocas mais tardias e em distintas correntes estilísticas.

Os exemplos até agora referenciados enquadram-se com pertinência na classificação de "jónico liso". Apesar de analisarmos a ordem jónica apenas no próximo capítulo, pensamos que a explicitação destes exemplares lisos nos auxiliará a interpretar o conjunto de capitéis que designamos por "jónicos lisos de influência toscana".

Este conjunto da Lusitânia Ocidental, que analisaremos, afasta-se indiscutivelmente dos dois fenómenos a que fizemos referência. Por um lado, pensamos não se tratar de peças inacabadas. A semelhança com aqueles exemplares norte africanos pode, deste modo, ser afastada. Todas as peças que agora apresentamos encontram-se no mesmo estado de acabamento, não possuindo, nenhuma delas, outra decoração para além da que é fornecida pela sua composição estrutural. Poder-se-á colocar a hipótese de se tratar de exemplares que, posteriormente, seriam estucados. Encontramos capitéis ostienses, quer toscanos, quer jónicos, em que tal acontece²⁶ e, no que diz respeito ao Norte de África, os exemplos em que esse tipo de revestimento foi empregue são

²² GUTIERREZ BEHEMERID, M^a Angeles, "Capiteles Romanos de la Península Ibérica", *Studia Archaeologica*, 81, Valladolid, 1992, p. 38, peça n^o 118, cronologia tardo-republicana.

²³ GUTIERREZ BEHEMERID, ob. cit., p. 38, n^o 120, cronologia do sec. I.

²⁴ G. BEHEMERID, ob. cit., p. 38, n^o 117.

²⁵ G. BEHEMERID, ob. cit., p. 38, n^o 121. A autora indica outras peças sobre as quais, no entanto, não apresenta nem cronologia nem fotografia, pp. 38 e 39, peças ns^o 123 e 124, de Mérida; n^o 125 proveniente de Sagunto e n^o 126 de Badajoz (Medellin).

²⁶ PENSABENE, ob. cit., 1973, p. 201.

inúmeros²⁷. Não nos parece, no entanto, que estas peças tivessem tido um outro revestimento. Por um lado, nenhuma de entre elas nos documenta tal procedimento o que se nos depara taxativo já que consideramos um conjunto bastante amplo de exemplares, conclusão que se pode aplicar quer em relação aos toscanos, quer quanto aos "jónicos lisos de influência toscana", tendo em especial atenção o grupo proveniente da cidade romana de *Ammaia*, dado o elevado número de peças que este local nos fornece, concretamente com quinze peças para a primeira ordem e treze para o segundo tipo.

Por outro lado, a grande quantidade de elementos arquitectónicos realizados em estuque provenientes também deste local - e igualmente de outros locais como, por exemplo Alter do Chão - prova-nos que esse material era com frequência empregue na decoração dos edifícios, tendo os respectivos vestígios chegado até aos nossos dias em razoável estado de conservação.

Estranho seria, pois, que aqueles capitéis tivessem tido esse tipo de revestimento e em nenhum deles, sem excepção, não houvesse chegado qualquer vestígio, mesmo que reduzido.

Pensamos, por conseguinte, que o não revestimento destes espécimes terá sido intencional, razão que em parte poderá explicar o cuidado técnico e morfométrico empregue na sua realização. Estas reflexões levam-nos a considerar, de igual modo, que estes exemplares não poderão ser analisados na linha evolutiva tardia correspondente à degeneração do capitel jónico, distanciando-se pois daqueles acima referidos datáveis dos sec. III ou IV. Enquanto que aqueles se podem integrar num processo evolutivo de abandono dos cânones, esquematização da decoração e simplificação das formas dos motivos ornamentais, estas peças posicionam-se num outro tipo compositivo onde a morfologia impera e a decoração é intencionalmente abandonada.

A não ornamentação destes capitéis aproxima-os, também por essa razão, dos da ordem toscana, nos quais é relativamente normal o facto de não apresentarem qualquer decoração plástica.

As peças que agora nos importam não correspondem portanto, a capitéis jónicos degenerados, antes constituem, pelo menos em relação ao território que estudamos, o prenúncio do emprego da ordem jónica. Muito mais perto da ordem toscana, o adossamento de *puluini* laterais é, a nosso ver, uma simples concessão às influências que, já nessa altura, se faziam sentir vindas de *Emerita Augusta* mercê das importantes campanhas construtivas então levadas a cabo na capital, onde, como bem sabemos, a ordem jónica foi largamente utilizada.

²⁷ Vide BOUBE, J. "Documents d'Architecture Mauretaniennne au Maroc", *Bulletin d'Archeologie Marocaine*, Tome VII, Rabat, 1967, p. 320 e ss.

A proximidade geográfica, sobretudo em relação a *Ammaia*, sublinha, em nossa opinião, essa hipótese. Faltam-nos, no entanto, paralelos para estas peças que corroborem a cronologia proposta, que fazemos recuar, em termos gerais aos finais do sec. I a.C. É em relação a este aspecto que se nos deparam maiores dificuldades. De facto, não encontramos qualquer peça dessa época que possamos considerar como próxima das que agora nos importam. Mas é de Mérida que nos vêm paralelos próximos, ainda que datados do sec. IV. A obra de GUTIERREZ BEHEMERID publicada em 1992, revela-nos uma fotografia de um capitel que corresponde inteiramente às peças de *Ammaia*. A única diferença consiste na existência de dois pequenos listéis relevados a representar o fuso do *puluimus*²⁸. A autora faz igualmente referência a mais outras duas peças sobre as quais apresenta uma descrição idêntica à primeira, mas das quais não apresenta fotografia, ainda que pensemos tratar-se de peças similares²⁹.

A estrutura morfológica é a mesma, a justaposição dos vários elementos decalcável, tal como são idênticas a ausência de ornamentação plástica e o emprego de pedra local para a sua realização.

Tais semelhanças não poderão corresponder, em nossa opinião, a simples casualidade, ou ao retomar de uma morfologia mais antiga antes ensaiada numa *ciuitas* longínqua e depois empregue na capital de província. Perante tal incongruência recuariamos a datação dos capitéis de Mérida para a época de fundação da cidade, altura em que se justifica o emprego de elementos arquitectónicos mais rudes, talvez utilizados para decoração de edifícios mais modestos do que as majestosas e imediáticas construções que ostentariam capitéis jónicos e coríntios de assinalável qualidade e de rebuscado desenho³⁰.

Talvez relacionáveis com um fundo indígena, apesar de a cidade ser de nova fundação, estes exemplares de *Emerita Augusta* poderiam, deste modo, ter servido de modelo para os que, em época não distinta, encontraremos nas cidades mais ocidentais de novo direito romano. Se ali ocupavam um lugar modesto, passam aqui a desempenhar

²⁸ GUTIERREZ BEHEMERID, ob. cit., p. 38, nº 122. A cronologia do exemplar é, no entanto, indicada num outro artigo, para o qual a autora remete: G. BEHEMERID, "Estudio del Capitel Jónico en la Peninsula Ibérica", *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, Tomo LIV, Valladolid, 1988, p. 82, nº 44.

²⁹ De facto foram por nós vistos mais dois capitéis, muito idênticos aos descritos pela autora, das várias vezes que nos deslocámos a Mérida, encontrando-se nessa ocasião colocados por trás da *frons scaenae* do teatro.

³⁰ Quanto à problemática da fundação *ex novo* da cidade não existem dados seguros. Alguns autores colocam a hipótese de, no local, ter existido um povoado indígena, ainda que, até ao momentotal não tenha sido arqueologicamente confirmado, questão que pode estar relacionada com dois tipos de factores, tal como nos indica ALVAREZ MARTINEZ, por um lado por não terem existido escavações em locais onde se poderia localizar o núcleo original da povoação, por outro a nova cidade romana poderá ter destruído completamente a antiga ocupação. Vide A. MARTINEZ, José M^o, "El Puente Romano de Mérida", *Monografías Emeritenses - I*, Museo Nacional de Arte Romano, Badajoz, 1983, p. 13, Cf. com a bibliografia indicada.

um papel importante na nova decoração arquitectónica que inaugura o distinto domínio político.

Abandonando o único elo de pormenor que os grossos listéis consubstanciavam quanto ao fuso central dos *puluini*, estas peças da Lusitânia Ocidental despem-se desse simples ornamento e reelaboram a tipologia do capitel toscano que lhes era próxima e mais familiar, facto que nos é atestado pela dispersão do capitel toscano no actual território nacional, como teremos ocasião de observar.

A classificação de G. Behemerid deverá ter tido em linha de conta, antes de mais, a esquematização destes espécimes. Confundindo simplificação com alteração do cânone clássico, estas peças não podem ser, quanto a nós, confundidas com o tipo "jónico liso" a que fizemos referência no início deste capítulo. Correspondem sim a uma corrente totalmente distinta que prenúncia, se bem que apenas em termos estruturais, a nova ordem arquitectónica.

A decoração com estuque que poucos vestígios documentam em relação às peças emeritenses, coloca a questão de esses materiais corresponderem na capital, a elementos decorados segundo os modismos então em voga no centro do Império, tendo passado para as regiões mais ocidentais despidos desse trabalho. Distintas oficinas, produtos locais, escolha intencional da pedra ou repúdio do trabalho em estuque? São questões a que não sabemos responder. Apesar disso, é indiscutível o apreço que estas peças tiveram na região agora considerada, tendo sido as escolhidas para o programa decorativo arquitectónico de, pelo menos, uma cidade na sua quase totalidade.

Embadeirando orgulhosamente o novo estatuto, estas pedras, nuas mas altivas, certamente terão feito justiça à vontade de serem romanas.

DISPERSÃO GEOGRÁFICA NO ACTUAL TERRITÓRIO NACIONAL

Pensamos ser útil inquirir se este tipo de peças que agora classificamos como "jónicas lisas de influência toscana", somente se regista no território que presentemente analisamos, ou se, pelo contrário, o seu aparecimento também se verifica numa região mais alargada, implicando, a confirmar-se tal situação, a pertinência em analisar estes exemplares separadamente e justificando, do mesmo modo, o seu distanciamento em relação ao capitel jónico e a sua maior ligação ao toscano.

Embora esta dispersão dos vários tipos de capitéis que optamos por incluir neste trabalho peque sempre por defeito, já que não se trata de um levantamento exaustivo, pensamos que o número de espécimes que agora referenciamos se revela importante pela pertinência das informações que nos fornece, bem como pela confirmação de algumas das hipóteses levantadas ao longo deste estudo - **MAPA 1** -.

Antes de mais, gostaríamos de referir um capitel de Ponte de Sôr³¹ que se enquadra na classificação agora proposta e se insere no território que agora nos interessa e ao qual já nos referimos no Capítulo 2.4 do presente Volume. Apesar das nossas diligências para estudarmos o exemplar, não nos foi possível incluí-lo no presente estudo. Temos dele conhecimento apenas por referência bibliográfica e fotográfica³² desconhecendo, no entanto, as suas dimensões. Por tal facto, e já que, por este último motivo não nos é possível tratar este espécime da mesma forma que analisamos os restantes, optámos pela sua não inclusão no presente trabalho. Parece-nos um exemplar

³¹ Uma vez que esta peça se integra no território agora estudado não aparece no **MAPA 1** que apresentamos no final deste Capítulo.

³² A peça provém de Fonte da Cruz (Freguesia de Vale de Açor; Concelho de Ponte de Sôr; Distrito de Portalegre). TOMÁS, Margarida Ferreira dos Santos, *Levantamento Arqueológico do Concelho de Ponte de Sôr*, Trabalho apresentado na disciplina de Técnicas de Investigação Arqueológica do Instituto de Arqueologia de Coimbra da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1993, 2 vol. (texto policopiado), p. 108. A autora afirma que as peças que apresenta no trabalho são referenciadas por ALARCÃO, de Jorge, *Roman Portugal*, vol. II, Warminster, 1988, pp. 148 e 149, 6/88, p. 149, 6/89; 6/90, 6/91, 6/92, 6/95. Não encontramos, no entanto, qualquer menção ao capitel, ainda que sejam enunciados outros achados no local, como seja o caso de pesos de tear, moedas e um marco miliário talvez de Maximiano, datado do sec. III, bem como moedas dos sec. I ao IV (*Vide* ALARCÃO, *ob. cit.*, bem como a respectiva bibliografia). São ainda mencionados outros dois miliários, um de Probo, dos finais do sec. III, tal como nos é indicado por ENCARNÇÃO, José d', *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1994, p. 727, nº 668, e outro de Tácito (ENCARNÇÃO, *ob. cit.*, p. 726, nº 666 a), datado também do sec. III.

Esta peça esteve em exposição na Câmara Municipal de Ponte de Sôr com o nº de Inv. 156 sendo referenciada numa breve listagem elaborada pela Área Sócio-Cultural da C.M.P.S., *Lista de peças em exibição na exposição "Ponte de Sor: das Origens aos Dias de Hoje"*, C.M.P.S., 1994, p. 9-12, onde aparece classificada como base de coluna.

Das variadíssimas vezes que contactámos com o Sr. Presidente da Câmara, bem como com vários técnicos, sempre nos foi sublinhado o desconhecimento do local onde aquela, bem como outras pedras, teriam sido guardadas.

muito semelhante às peças *ammaiensis*, e o material empregue deverá ter sido também o granito. Os toros laterais são perfeitamente rectilíneos e o perfil frontal da peça corresponde ao perfil toscano com as três partes constituintes bem distintas entre si. A finalizar a composição, um sumoscapo de pouca altura, tal como iremos encontrar nas peças do nosso território.

De Belmonte, Quinta da Fórnea, temos informação de um espécime semelhante³³. Talhado também em granito, encontra-se reaproveitado como base de coluna, de suporte de um varandim numa casa rural. Há alguns anos foram realizadas escavações em área vizinha, tendo os vestígios então descobertos sido considerados como pertencentes a uma *villa* romana³⁴. Mesmo conhecendo este exemplar através de fotografia é-nos difícil analisá-lo, já que não conseguimos observar se a parte correspondente ao sumoscapo estará presente. A confirmar-se tal suposição poderemos incluí-lo no grupo morfológico 3 em que agrupamos alguns dos nossos exemplares³⁵. A peça parece-nos bastante rude, sem o acabamento cuidado que revelam, por exemplo, as peças de *Ammaia*.

No capítulo anterior fizemos já referência a um capitel toscano que se encontra no mesmo local. Depara-se-nos curioso o facto de, tal como em *Ammaia*, nos surgir a associação entre capitéis toscanos/capitéis jónicos lisos de influência toscana, facto que corrobora a hipótese por nós colocada de estes dois tipo de peças corresponderem a uma mesma cronologia, bem como serem empregues simultaneamente, ainda que, talvez, em distintos contextos arquitecturais.

Também de Belmonte, mas agora da localidade de Verdelho, surgem-nos mais duas peças, das quais, no entanto, somente temos informação oral, já que delas não possuímos qualquer documentação fotográfica.

Idanha-a-Velha fornece-nos vários exemplares. Porque já referenciámos esta cidade romana quando tratámos dos capitéis toscanos, abtemo-nos de fazer agora mais comentários³⁶. Também quanto a estes exemplares nos faz referência Carlos A. Ferreira de ALMEIDA, sendo interessante a sua interpretação ao afirmar que "Os capitéis [da Catedral da Egitânia] são globalmente toscanos. Alguns denunciam bem que foram anteriormente jónicos, devido às presilhas que ainda mostram sobre o cepo"³⁷. Tal como o autor, pensamos que estas peças deverão originalmente ter correspondido a capitéis jónicos, precisamente do tipo dos que agora analisamos. Certamente que, para uma uniformidade do material empregue na Catedral, os ângulos das peças terão sido

³³ Agradecemos esta informação ao Dr. António Marques, arqueólogo da Câmara Municipal de Belmonte. As fotografias que amavelmente nos enviou auxiliaram-nos a confirmar a tipologia deste exemplar, bem como daqueles que a seguir referiremos, também de Belmonte.

³⁴ *Vide* n. anterior.

³⁵ *Vide* QUADRO nº4 do Capítulo 3.2 do Volume 2.

³⁶ Remetemos igualmente para a bibliografia que então indicámos.

³⁷ ALMEIDA, ob. cit., p. 47.

uniformidade do material empregue na Catedral, os ângulos das peças terão sido removidos com o objectivo de oferecerem, assim, uma morfologia idêntica à apresentada pelos capitéis verdadeiramente toscanos. As "presilhas", termo que nós substituímos por "fusos" são, deste modo, o único elo que nos permite ligar estes capitéis à classificação de "jónico liso de influência toscana". Mais uma vez, constatamos a relação entre este tipo e o capitel toscano, certamente utilizado numa mesma altura.

D. Fernando de ALMEIDA³⁸ já tinha noticiado estas peças ao referir que seriam elementos reaproveitados. Proveniente de Idanha-a-Velha existe um capitel nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia³⁹ que corresponde a esta tipologia. Trata-se de um belíssimo capitel talhado em granito, de boa execução técnica, e cujos *puluini* ainda mantêm os três listéis, ainda que pouco perceptíveis, a marcar o fuso central.

Integrando um mesmo programa ornamental, pensamos que se devam atribuir à data de fundação da nova cidade, provavelmente a época de Augusto⁴⁰, ambos os tipos de capitéis empregues na decoração da nova *ciuitas* de direito latino.

Capitéis semelhantes encontramos em S. Pedro do Sul. Apesar de já referenciados⁴¹, nenhum estudo de pormenor foi, até ao momento, realizado sobre estes capitéis, sendo designados pelos autores que os publicam como "capitéis jónicos".

Ao que tudo indica, estas peças terão sido utilizadas na colunata que rodeava a grande piscina da primeira fase construtiva do balneário romano. Apesar de profundamente alterada a planta deste edifício em época posterior, parece ser certa a reconstituição de a piscina do primeiro momento construtivo ser rodeada por pórtico de dupla colunata, tendo os referidos capitéis pertencido a esse local. Uma vez que a construção destas termas parece indicar a primeira metade do sec. I⁴², teríamos, deste modo, mais uma cronologia que confirmará as que indicamos para as peças que analisaremos, datação que poderia mesmo ser algo mais recuada.

Estas peças apresentam, de igual modo, um perfil toscano, com *puluini* adossados ao equino o qual adopta a forma de toro. A única diferença consiste no facto de, e tal como em relação aos de Idanha-a-Velha e de Mérida, os toros se encontrarem decorados a meio por três listéis relevados, bem como ao facto do ábaco, alto e liso se

³⁸ ALMEIDA, D. Fernando de, *Egítânea História e Arqueologia*, nº 2, Faculdade de de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1956, , fig. 62

³⁹ Nº de entrada 6269.

⁴⁰ ALARCÃO, ob. cit., vol. II, fasc. 1, p. 74 e 75, 4/462

⁴¹ FRADE, Helena; MOREIRA, Beza, "A Arquitectura das Termas romanas de S.Pedro do Sul", *Espacio, Tiempo y Forma, Serie II, Historia Antigua*, T. V, 1992, pp. 515-544.

⁴² Apesar de na publicação sup.cit. os autores não referirem qualquer cronologia, a não ser a distinção e datação relativa que indicam quando afirmam das duas fases de construção, a ela fazem nomeação in FRADE, Helena, "As Termas Mediciniais da Época Romana em Portugal", II Congresso de História Antigua, Coimbra, 1993, p. 885, bem como FRADE, H., "La Technique constructive de quelques monuments de la Lusitanie, *L'Africa Romana (Atti dell'XI Convegno di Studio, Cartagine, 15-18 Dicembre 1994)*, Editrice Il Torchiello, Ozieri, «» data de publicação, **, p. 1020.

apresentar algo mais retraído que em relação às faces laterais, característica que, como teremos ocasião de ver, não se observa nas peças da Lusitânia Ocidental.

Junto a Viseu, em Vila Meã, foi referenciado recentemente uma peça que se pode integrar na classificação que agora apresentamos. Trata-se de um capitel talhado em granito de grão médio que apresenta um perfil frontal semelhante ao dos capitéis toscanos, ainda que os *puluini*, à semelhança do constatado quanto a outras peças, possuam também três molduras⁴³.

Por fim, um último local, desta vez Bobadela, oferece-nos peças similares. Mais uma vez também, a associação de capitel toscano/capitel jónico liso de influência toscana se confirma. No capítulo anterior fizémos referimos a existência de capitéis toscanos provenientes desse local⁴⁴. Também a estas peças faz referência ALMEIDA⁴⁵. São vários os exemplares, todos documentando uma técnica apurada e cuidada realização, que adoptam um perfil toscano perfeito, no que diz respeito às faces centrais, ainda que o *hypotrachelio* apresente uma altura reduzida. Os toros laterais são, mais uma vez, decorados por três molduras bem relevadas que consubstanciam o fuso central.

Talvez de fundação augustana⁴⁶, segundo o indicam as inscrições achadas no local, bem como as recentes escavações aí realizadas⁴⁷, talvez o sítio tenha sofrido uma renovação urbanística ao tempo dos Flávios. O anfiteatro datará do último quartel do sec. I, tendo sido para o efeito destruída uma parte do bairro agustano que existia no local⁴⁸. Não sabemos se os capitéis referidos estão relacionados com o anfiteatro ou não, embora pensemos que estas peças correspondem a uma tipologia mais antiga que os finais do sec. I. A não ser estarmos em presença de uma sobrevivência e permanência morfológica que tem a sua origem em épocas mais recuadas, talvez se devam imputar

⁴³ SILVA, Maria de Fátima Matos da; CORREIA, Alexandre Lourenço, "Materiais Arqueológicos de Vila Meã (Viseu)", *Actas do II Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, 1997, pp. 115 e 116, fig. VI. Dimensões: Plinto: largura - 45 cm; altura - 9 cm. Toro: diâmetro - 42 cm; altura - 8 cm. Rolo: comprimento - 45 cm; altura - 7 e 11 cm. Fuste: altura - 4 cm; diâmetro - 33 cm e perímetro - 105 cm. Como veremos, as dimensões não se fastam muito aos dos capitéis da Lusitânia Ocidental, quer dos jónicos lisos de influência toscana, quer em relação aos capitéis toscanos.

Os autores designam os *puluini* como "rolo atado", colocando a hipótese de o capitel ter sido empregue utilizando uma base, que também referem, e que, segundo nossa opinião, poderá ser ática, ainda que o desenho apresentado não o permita inferir com toda a certeza. Como já referimos, estes capitéis poderão ou não ter sido realizados originalmente com ou sem base, ainda que os exemplos que apresentamos nos façam concluir de uma maior incidência para o segundo tipo, ou, como no caso que a seguir observaremos de Bobadela, seja empregue uma base distinta.

⁴⁴ Remetemos para a bibliografia então indicada.

⁴⁵ ALMEIDA, C. A. Ferreira de, ob. cit., p. 15.

⁴⁶ ALARCÃO, ob. cit., vol. II, fasc. 1, p. 67, 4/316.

⁴⁷ FRADE, Helena, *et alli*, "Notas para o estudo do Urbanismo da cidade romana de Bobadela", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. 35 (4), Porto, 1995, pp. 5 e ss.

⁴⁸ *Idem ibidem*; FRADE, Helena, PORTAS, Clara, "A Arquitectura do Anfiteatro romano de Bobadela", *Coloquio Internacional El Anfiteatro en la Hispania Romana*, Mérida, 26-28 de Noviembre, 1992, Badajoz, 1994, pp. 349-371.

estes capitéis à data da fundação da cidade, altura em que um novo programa urbanístico e decorativo escolheu estas peças para adornar os novos edifícios, tendo sido essa a mesma ordem arquitectónica que terá prevalecido quando se dotou a cidade dos novos edifícios - *forum*, templos, anfiteatro - na segunda metade do mesmo século⁴⁹. A ligação destes elementos aos novos edifícios foi hipótese já levantada por alguns autores, ao afirmarem que a ordem jónica terá sido a escolhida para o templo existente no *forum*⁵⁰, considerando, desse modo, que um dos capitéis que designam como jónico, terá sido utilizado no templo da praça, bem como uma das bases encontradas na aldeia. A assunto a ele voltaremos no Capítulo 3.3. do último volume.

Antes de terminar gostaríamos de referir um pequeno elemento conservado nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia, sem qualquer identificação. Trata-se de uma peça muito estranha, apenas com 13 cm de altura e que, a tratar-se de um exemplar romano, apresenta uma morfologia algo semelhante à das peças que presentemente analisamos. O equino tem um perfil cilíndrico e os *puluini* laterais apresentam-se projectados em relação ao corpo da peça. Desconhecemos qualquer paralelo para esta peça, ainda que, a ser romana, se poderá considerar como estando numa mesma linha evolutiva ou formal das que agora consideramos.

⁴⁹ FRADE *et alli*, ob. cit., 1995, pp. 5-23.

⁵⁰ *Idem ibidem*, p. 10 e fig. 7.

O CAPITEL JÓNICO LISO DE INFLUÊNCIA TOSCANA NA LUSITÂNIA OCIDENTAL

A visão que agora fornecemos sobre a distribuição geográfica deste tipo de peças é, obrigatoriamente, incompleta: futuros trabalhos arqueológicos e um levantamento exaustivo das reservas museológicas e de colecções particulares revelarão certamente novos espécimes, podendo então visualizar-se uma distribuição que será mais real do que aquela que apresentamos. Apesar destas limitações, depara-se-nos curioso o facto de todos os exemplares referenciados se localizarem numa mesma província - a Lusitânia - e com especial concentração na zona Norte.

No território que nos interessa, a dispersão destas peças tem especial incidência na região Nordeste - **MAPA 2** -. O único exemplar que encontramos mais a Oeste, ainda que junto ao limite nortenho que estabelecemos, são as peças de Constância (Herdade do Carvalhal). Quanto ao exemplar proveniente de Castelo de Vide, a confirmar-se a sua proveniência de Évora, consituir-se-ia como o capitel localizado mais a Sul do território, hipótese que infelizmente não conseguimos confirmar. Tal facto leva-nos a colocar a hipótese desta tipologia morfológica estar de algum modo relacionada com a proximidade de Mérida, uma vez que as peças se situam junto às vias de comunicação, quer terrestres, quer fluviais, que uniam a capital de província à cidade *Olisipo*.

Os poucos exemplares de Mérida que se enquadram nesta morfologia não são, no entanto, em número suficiente de modo a permitir-nos definir um padrão distributivo realizado a partir dessa cidade em relação às pequenas *ciuitas* então criadas no território sob sua jurisdição. Pensamos que essa falha se deverá, em parte, à confusão a que fizemos menção, de se considerarem estas peças como capitéis jónicos lisos de época tardia que se enquadram num processo degenerativo do modelo canónico. Esta será somente, uma hipótese explicativa, ainda que pertinente a nosso ver, perante os poucos dados de que actualmente dispomos.

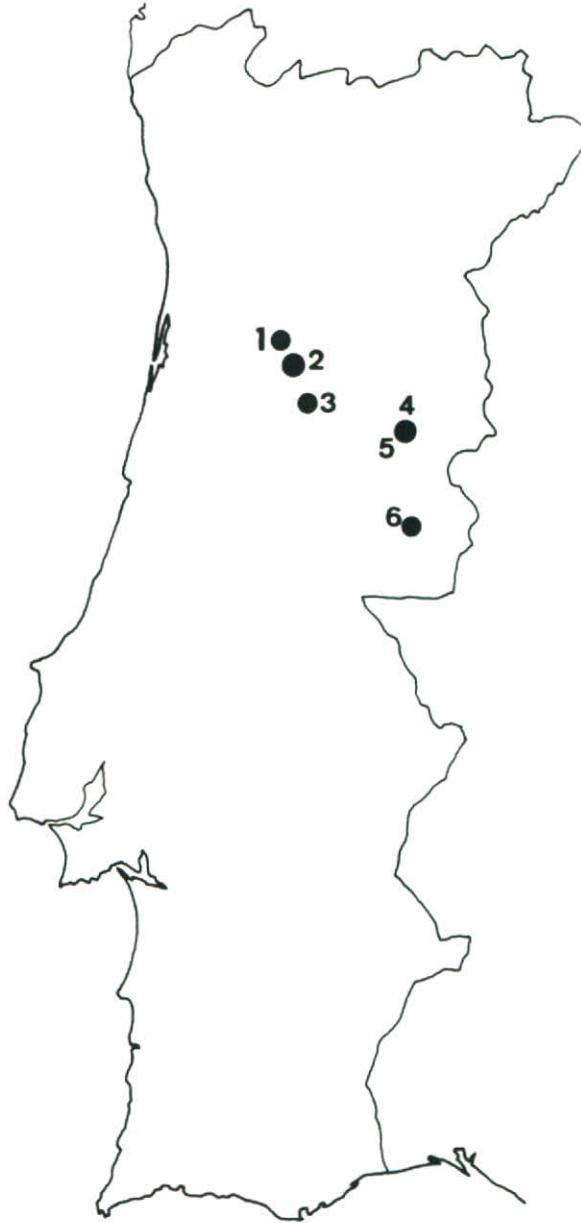
Uma mais ampla visualização do quadro distributivo, tomando como ponto de partida os limites da província da Lusitânia poderá, por outro lado, confirmar ou não, a existência de uma uniformidade morfológica deste tipo de exemplares.

Igualmente curiosa, se torna a constatação da presença simultânea de capitéis toscanos e de jónicos lisos de influência toscana. Este fenómeno sublinha a ideia, já por nós apontada, de estes dois tipos de elementos terem um fundo comum, bem como o de poderem corresponder a uma mesma cronologia. A sua adscrição a pequenas cidades provinciais, como o facto de poderem estar relacionadas com o princípio do

assentamento latino de carácter mais efectivo e com os primeiros programas urbanísticos então instaurados, talvez indiciem uma escolha que teve em consideração um qualquer fundo cultural indígena, mais habituado a elementos compactos, à pedra despida, ao granito frio e às formas lineares.

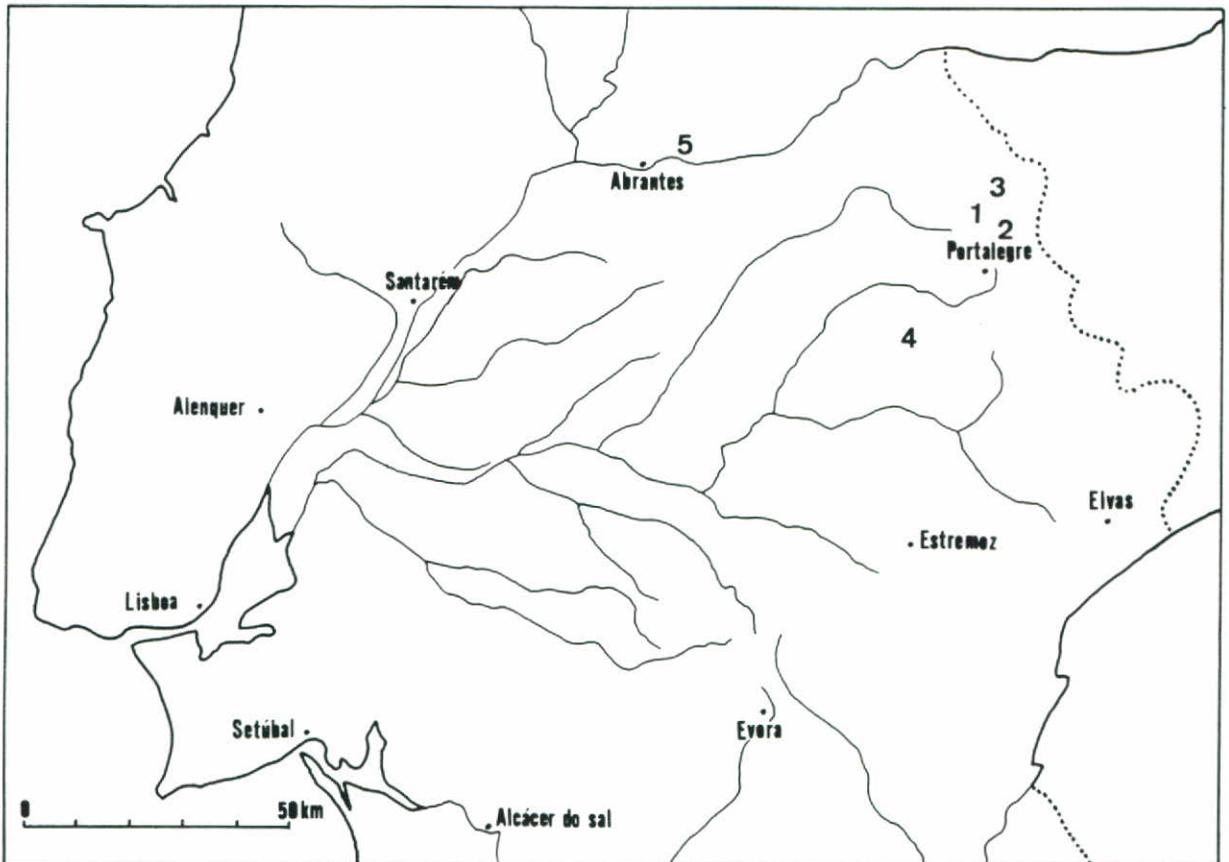
A nova administração, que pressupunha a criação de uma província de direito latino, integraria assim um território já por si unificado, onde as persistências culturais não eram apagadas, antes reelaboradas, aproveitadas e mescladas em novas soluções construtivas e urbanísticas. Estas pedras, orgulhosas dos novos locais onde assomavam, não deixavam por isso de ser a prova de que o corte com o passado não era nem nunca seria realizado.

CAPITÉIS JÓNICOS LISOS DE INFLUÊNCIA
TOSCANA NO ACTUAL TERRITÓRIO NACIONAL



- 1 - S. Pedro do Sul
- 2 - Vila Meã (Viseu)
- 3 - Bobadela
- 4 - Quinta da Fórnea (Belmonte)
- 5 - Verdelho (Belmonte)
- 6 - Idanha-a-Velha

CAPITÉIS JÓNICOS LISOS DE INFLUÊNCIA
TOSCANA DA LUSITÂNIA OCIDENTAL



- 1 - *Ammaia* - 23-37
- 2 - Vinha da Casquinha - 38
- 3 - Castelo de Vide - 39
- 4 - Alter do Chão - 40
- 5 - Herdade do Carvalhal - 41-42

6.4 - CAPITÉIS JÓNICOS

CAPITÉIS JÓNICOS DA LUSITÂNIA OCIDENTAL REFERENCIADOS BIBLIOGRAFICAMENTE

Antes de começarmos a analisar a evolução deste tipo de peças, gostaríamos de referir outros capitéis jónicos, aparecidos na área que agora examinamos, mas dos quais só temos conhecimento por informação documental.

Vieira da SILVA faz referência a um capitel jónico encontrado em 1753 "...nas escavações para a construção do prédio que do Largo da Madalena torneja para a Travessa do Almada"¹. O local dever-se-á reportar a um templo, certamente dedicado a Cibele, já que as inscrições encontradas no local, e que actualmente se podem observar na parede do mesmo edifício, a essa divindade são dedicadas². As inscrições, datadas dos princípios do sec. II, testemunham, indirectamente, a existência de um *templum* de culto à divindade de origem oriental. Juntamente com este capitel e as inscrições já referidas, diz-nos o mesmo autor que foram encontrados outros elementos arquitectónicos, como seja o caso de colunas, achados que vieram sublinhar a ideia da existência no local de uma "*fabrica romana, grande e magestosa*"³, uma vez que a esses vestígios se juntariam uns outros encontrados em obras de desaterro em 1943, que confirmavam a existência, no local, de "mais restos da primitiva fábrica romana", como seja o caso de uma base ática e de um tambor de coluna. Porém, Vieira da Silva alarga o número de achados pertencentes a este edifício ao considerar que dele teriam feito parte também os dois

¹ SILVA, A. Vieira da, *Epigrafia de Olisipo*, Ed. C.M.L., Lisboa, 1944, p. 51.

² Ob. cit., pp. 120 e 121.

³ Ob. cit., p.51, referência que Vieira da Silva recolhe da *Carta -relatório de Manuel Roiz Maya*, de 24 de Abril de 1776, p. 159, existente na Colecção de Cenáculo, na Biblioteca Pública de Évora.

capitéis jónicos que ainda hoje se podem ver no Largo do Chafariz de Dentro⁴, os quais, no entanto, corresponderão a peças muito mais tardias, talvez dos secs. XVI ou XVII.

Jorge de ALARCÃO refere-se igualmente a estes achados apontando, no entanto, o ano de 1773 como o da sua descoberta⁵. Indica o mesmo autor que seria esta área, correspondente ao Largo da Igreja da Madalena, onde se situaria o *forum* da cidade, ou pelo menos um dos *fora*, assunto também ao qual já nos referimos. Desta forma, o autor inclina-se mais para "...imaginar aqui o forum do que um ou dois templos consagrados a estas divindades", acrescentando que "nada impede, aliás, que se considere a hipótese da existência de templos nas imediações do forum; mas nenhuma daquelas inscrições é arquitrave ou lintel que seguramente demonstre a existência de tais edifícios"⁶.

Mais dois capitéis são referenciados por Vieira da Silva. Estas duas peças poderão suscitar alguma dúvida, e sómente conseguimos estabelecer relações quanto a uma delas, por estar depositada nas Reservas do Museu Nacional de Arqueologia.

Um destes elementos apareceu em 1922 na Rua das Canastras, em Lisboa, juntamente com uma inscrição dedicada aos deuses Manes e que SILVA data dos inícios do sec. I⁷. Sobre o mesmo diz-nos o autor: "No mesmo local encontraram-se também no entulho, uma coluna e o seu capitel, e outros fragmentos de pedras trabalhadas, igualmente de origem romana, o que tudo foi cedido à Associação dos Arqueólogos Portugueses, e entregue no Museu do Carmo em Agosto do mesmo ano"⁸. Acerca deste capitel não nos dá o autor mais referências.

Dado que todas as peças do Museu do Carmo foram por nós observadas, pensamos que este capitel, e dado que Vieira da Silva não refere a ordem arquitectónica a que pertenceria, poderá corresponder ao único capitel romano que vimos no Museu, de estilo coríntio e que incluímos neste trabalho.

⁴ Ob. cit., pp. 51 e 52.

⁵ "Em 1773 e em 1943, em escavações neste local [Largo da Madalena], foram encontradas colunas, bases e capitéis jónicos (...); ao construir-se um prédio que faz esquina entre o Largo da Madalena e a Travessa do Almada, descobriu-se uma inscrição de homenagem a Lucius Caecilius Celeris Recto, questor da província da "Baetica" e pretor. Na mesma área da cidade foram recolhidas inscrições a Mercúrio e a Cibele", ALARCÃO, *Roman Portugal*, vol. II, Fasc. 2, Warminster, 1988, 5/273, p. 124.

⁶ *Idem ibidem*.

⁷ SILVA, A. Vieira da, *A Cêrca Moura de Lisboa*, Ed. C.M.L., Lisboa, 1939, pp. 116 e 117.

⁸ Ob. cit., p. 118

No entanto, um pouco mais à frente diz-nos ainda o autor citado que no edifício contíguo onde se tinha encontrado este capitel se identificou um outro, em 1936, a cerca de 4m de profundidade. Especifica o estilo da peça, afirmando tratar-se de um capitel jónico em calcário. Também terá aparecido no mesmo local uma inscrição dedicada a Apolo por um augustal. Ambos os elementos foram, na ocasião, entregues ao Museu Nacional de Arqueologia⁹. Este capitel jónico corresponderá ao exemplar 53 que analisaremos no Capítulo 4 do Volume 2.

As referências documentais terminam aqui. De facto, não temos mais indicações explícitas a capitéis de ordem jónica. Todavia, sabemos da existência de um outro capitel, também desta ordem, que terá aparecido em 1995, durante os trabalhos de escavação que decorreram no Palácio de Penafiel em Lisboa. Lamentavelmente não nos foi autorizado o seu estudo, nem sequer a visualização do elemento¹⁰. Sabemos somente que se trata de um capitel jónico de pequenas dimensões e com um *kyma* decorado por três óvulos.

⁹ SILVA, ob. cit., pp. 118 e 119.

¹⁰ Trata-se da única peça cujo estudo não foi autorizado apesar de não se prever para breve a sua publicação. Tal recusa foi-nos explicitada pelo responsável dos trabalhos de arqueologia do Gabinete Técnico do Teatro Romano de Lisboa.

O CAPITEL JÓNICO - ORIGEM E EVOLUÇÃO

"...querendo depois edificar um Templo a Diana de nova forma e beleza, seguindo os mesmos princípios [da ordem Dórica], a regularam de acordo com a delicadeza do corpo feminino. Fizeram, pois, a coluna com uma altura de oito diâmetros o seu imoscapo, para que fosse mais airosa, puseram-lhe uma base por baixo à semelhança de calçado, volutas de uma e outra parte do capitel, à imitação do cabelo encaracolado, adornando a frente com cimácio e festões; em toda a altura da coluna fizeram canais, imitando as delicadas vestes da túnica matronal. Desta forma criaram duas espécies de colunas, uma varonil e sem adornos, outra com primorosos ornatos e proporções femininas"¹¹.

É assim que Vitrúvio nos descreve a criação do capitel e ordem jónica, a qual deve a sua designação ao nome de Jono, o fundador das colónias gregas. Os primeiros exemplares desta ordem surgem-nos no sec. VI na Grécia, concretamente no templo de Artemisión em Éfeso, de meados do mesmo século; na coluna votiva de Nassi, em Delfos (570-560 a.C); e no templo de Ceres, em Pesto, de finais da mesma centúria.

O primeiro exemplar canónico surge-nos em Atenas, nos Propileus de Mnesikles, do sec. V¹², assim designado por apresentar as faces iguais duas a duas. As duas frontais com duas volutas angulares e canal rectilíneo a estabelecer a ligação por cima do *kyma*. As duas faces laterais serão compostas por dois *puluini* decorados. Será este o modelo adoptado em Roma a partir do sec. II a.C e, essencialmente, a partir do sec. I a.C., ainda que esta corresponda a uma versão simples, tardo-helenística. Este tipo de capitel é equivalente ao chamado "canónico ático", difundido por toda a Grécia.

¹¹ Tradução nossa, e aproximada, da edição espanhola de Joseph ORTÍZ Y SANS, *Marco Vitrubio, Los Diez Libros de Arquitectura*, Barcelona, ed.1987, Libro IV, Capítulo I, 5. No entanto, para uma mais correcta leitura do texto em latim, cf. com a tradução de Frank Granger, *Vitruvius, on Architecture*, The Loeb Classical Library, London, 1995, Book IV, C. I, 7. (p. 207).

¹² PENSABENE, P., *Scavi di Ostia - I Capitelli*, vol. VII, Roma, 1973, p. 202.

Este capitel diferenciar-se-á de um outro tipo, o qual apresenta as quatro faces iguais e que surge, pela primeira vez, nos últimos decénios do sec. V a.C. no Peloponeso. Caracteriza-se por possuir quatro volutas diagonais e será o tipo mais difundido em Itália a partir do sec. IV a.C., mas com especial incidência nos secs. III e II a.C. Uma variante itálica, de origem siciliana, acrescenta-lhe canal de voluta convexo e semi-palmetas verticais, constituindo, desta forma, o tipo "jónico-itálico"¹³.

Mas será decisivamente o jónico canónico o que teve mais aceitação. Numerosos exemplares no-lo atestam comprovando a sua perduração até épocas muito tardias.

Tal como em relação aos outros tipos de capitéis, também aqui a simplificação e esquematização dos vários elementos constituintes corresponde, geralmente, a uma reelaboração mais tardia. No entanto, essa simplificação não pode ser vista como um processo linear. Na verdade, a decoração padronizada do capitel jónico, reduzida a um número limitado de elementos, prende-se com modificações dos seus pormenores formais, bem como à recuperação pontual de alguns motivos. Desta forma é o seu talhe, o seu contorno e a explanação dos motivos decorativos que, mais que o aspecto geral da peça, nos permite obter algumas informações acerca da época da sua realização.

Tendências evolutivas, ou alterações morfológicas, podem, apesar disso, ser detectadas, ainda que num tempo relativamente longo.

O elementos constituintes, tal como são definidos por Hermógenes, e citados por Vitruvius¹⁴, que cria um tipo ideal de capitel jónico canónico, serão paulatinamente modificados¹⁵, sendo preteridos por formas mais simples.

A decoração do *kyma* pode variar. Vemos, assim, peças decoradas com um, três ou cinco óvulos. Se bem que não se possa fazer corresponder uma cronologia específica para cada um destes tipos, os exemplares mostram-nos que a decoração com três óvulos é a mais frequente. Em território espanhol¹⁶ temos peças com esta composição abrangendo uma cronologia que se estende desde os inícios do sec. I até aos inícios do

¹³ *Idem ibidem.*

¹⁴ VITRUVIO, M. A., *The Ten Books of Architecture*, tradução de Frank Granger, The Loeb Classical Library, London, 1995, BOOK III, C. V, 1., 10.

¹⁵ Hermógenes define o capitel ideal como composto por um *kyma* de cinco óvulos, ábaco decorado com *kyma* lésbio e volutas de secção côncava.

¹⁶ Restringimo-nos, nesta análise, à recolha realizada por M^a Angeles Gutierrez Behemerid, *Vide* n. 17.

sec. III¹⁷. Mas será também este o motivo mais frequente em peças ainda posteriores, combinando-se, no entanto, como novos motivos ornamentais ou, caso mais frequente, com a alteração dos elementos já instituídos. O resultado será uma composição largamente afastada, por vezes, do esquema canónico que lhe deu origem. Vejam-se, por exemplo, algumas peças norte africanas, do Palácio dito de Gordiano (238-244) em Volubilis, que apresentam três óvulos quase inteiros¹⁸. A respeito da reelaboração feita nas províncias, sobretudo no que se refere ao Norte de África, voltaremos ao assunto.

Quanto ao *kyma* de um só óvulo, característica menos vulgar, os exemplos em território espanhol¹⁹ resumem-se a quatro peças. Duas delas correspondendo a peças tardo-republicanas ou augustanas e as restantes atribuídas ao sec. III²⁰.

A diferenciação cronológica entre estes capitéis evidencia bem a impossibilidade de estabelecer datações, exclusivamente, com base no número de óvulos do *kyma*. Se em algumas é uma tradição púnica que se encontra presente - como nas duas peças mais antigas -, nas outras é, essencialmente, a esquematização de alguns elementos e a supressão de outros que os leva a integrar em contextos mais tardios. Tal facto pode ser observado, por exemplo, num capitel jónico de Barcelona²¹: apresenta um só óvulo central, acentuadamente desenvolvido e bem demarcado, concordante com correntes mais tardias do sec. III. O mesmo acontece num exemplar do sec. IV que se encontra na Basílica de San Gavino, em Porto Torres²².

Não pretendemos oferecer exemplos em número exaustivo acerca dos vários tipos decorativos enumerados. No entanto, a identificação de um léxico de origem romana, o qual sobrevive muito para além da época que lhe deu origem é, a nosso ver,

¹⁷ GUTIERREZ BEHEMERID, M^a Angeles, "Capiteles de la Peninsula Ibérica", *Studia Archaeologica*, 81, Valladolid, 1992, ns^o 70-72, 74, 75, 78-94, 106 e 107.

¹⁸ FARRELL, J. O', "Note sur les Chapiteaux de Volubilis", *Publications du Service des Antiquités du Maroc*, Fasc. 6, Rabat, 1941, fig. 1. Várias peças, também jónicas e com três óvulos, foram igualmente por nós observadas quando nos deslocámos, pela segunda vez, a Volubilis, correspondendo a peças tardias mas onde os elementos tradicionais se mantêm, ainda que em articulação com outros motivos de sabor local.

¹⁹ Vide n. 18.

²⁰ G. BEHEMERID, ob. cit., ns^o 73, 76, 110 e 114.

²¹ JAVIER GIMENO, "Un conjunto de Capiteles de Origen Asiático en Tarraco y Barcino...", *Archivo Espanol de Archaeologia*, 6, 1992, p. 98, fig. 8.

²² SALVI, Donatella, "Capitelli di Età Romana da Porto Torres", *Bollettino di Archeologia*, 9, 1991, p. 11, fig. 2.

um factor importante perante a dificuldade de identificação cronológico-cultural de muitos dos elementos arquitectónicos decorativos que encontramos em basílicas, mesquitas e igrejas. Estes espaços são os mais habituais para a permanência de objectos que associam uma carga simbólica intrínseca²³ e que, por essa simples razão, mais que a explicitação do sentido dos seus signos, legitimam a sua permanência em locais devocionais.

Peças com um *kyma* de cinco óvulos não são, igualmente, muito frequentes. Na Península Ibérica²⁴ documentam-se tres exemplares, todos eles do sec. II²⁵. Se, e como diz Javier GIMENO, a decoração desta parte do capitel nos proporciona um elemento extremamente valioso em termos de datação, já que os óvulos que o constituem, quer no que respeita à sua morfologia, quer quanto ao número de elementos que apresentam, concorrem para essa precisão²⁶, essa análise tem, no entanto, que ter em conta, obrigatoriamente, na sua globalidade.

A recuperação de elementos mais antigos, correspondendo a "renascimentos" de gosto ou a tendências de moda, não obstante o seu carácter ornamental, traduzem sempre um objectivo bem consciente de apelação a outras épocas que, por alguma razão, se querem tomar como referência. Dentro deste contexto, quer a época helenística, porquanto directamente relacionada com o mundo grego, quer o período de Augusto, transformar-se-ão em paradigmas, aproximados à conceptualização de "épocas de ouro", que em períodos posteriores serão objecto de uma imitação mais ou menos próxima, mais ou menos fidedigna, observável em variadíssimos campos decorativos.

Quanto a este aspecto, o sec. II dar-nos-à inúmeros exemplos dessa apropriação de reportórios decorativos mais antigos. Não será, pois, de estranhar a existência de peças, neste século, com *kyma* jónico composto por cinco óvulos, semelhantes, ainda

²³ Voltaremos a este assunto, de forma mais detalhada, em capítulos posteriores. Para uma aproximação ao caso nacional tomem-se como exemplo os capitéis da Capela de Stº Amaro, em Beja, TORRES, Cláudio, (texto) *Núcleo Visigótico - Museu Regional de Beja*, 1993, ou algumas peças da Basílica de Mértola, TORRES, Cláudio, (Dir.) *Basílica Paleocristã - Museu de Mértola*, Campo Arqueológico de Mértola, 1993. Quanto a estes últimos exemplares cf. com o Capítulo 6 do Volume 2.

²⁴ Vide n. 16.

²⁵ G.BEHMERID, ob. cit., nsº 95, 101 e 102.

²⁶ J. GIMENO, ob. cit., p. 90.

que somente no número, a capitéis de Éfeso, por exemplo, datáveis dos secs. V e IV a.C.²⁷.

Ainda relativamente à reapropriação de um léxico decorativo mais antigo, a época de Adriano é paradigmática, aspecto que pode ser constatado em áreas diversas, que não apenas a da decoração arquitectónica. Tais premissas serão novamente readaptadas em épocas muito mais tardias, como já observámos, como seja o sec. IV. Perante esta elaboração arquitectónica, que não corresponde de modo algum a uma evolução linear, torna-se imperativa a correlação de elementos vários com o objectivo de qualquer datação proposta se equacionar perante uma realidade que se plasma, a maior parte das vezes, no recurso a imagens perfeitamente anacrónicas como seja o caso, que a seguir analisaremos, das lancetas ou das pontas de flecha, a estabelecer a separação entre os óvulos.

Durante o período republicano o *kyma* do capitel jónico será adornado com lancetas. Finas e esguias, o aspecto elegante que estes motivos assumem advêm-lhe de uma tradição grega que corresponderá, de igual modo, ao modelo definido mais tarde por Hermógenes²⁸.

A diferença entre lancetas e pontas de flecha, por vezes difícil de observar, torna-se num elemento importante para uma atribuição cronológica. Para esta definição recorreremos à explicitação de PENSABENE, o qual considera como pontas de flecha aquelas que apresentam um afastamento das duas pequenas hastes triangulares da ponta, consubstanciada tal separação por demarcação de ângulo em relação à haste vertical superior²⁹.

Também as lancetas adornarão as peças de época augustana, apresentando igualmente, óvulos levemente apontados inferiormente, que acompanham, de forma suave, as finas lancetas separadoras. Esta característica decorativa, que deve a sua

²⁷ Cf. ALZINGER, Wilhelm, "Ionische Kapitelle aus Ephesos I", *Jahreshefte des Österreichischen Archäologischen Institutes in Wien*, Band XLVI, Wien 1961-63, pp. 105-136.

Acerca da diminuição de óvulos no *kyma* vide BINGÖL, O., *Das Ionische Normalkapitell in Hellenistischer und Römischer Zeit in Kleinasien*, Germany, 1980, pp. 43-46.

²⁸ Vide n. 15.

²⁹ PENSABENE, P., "Le Merci gli Insedimenti", *Società Romana e Impero Tardoantico - Società Romana e Impero Tardoantico*, Editori Laterza, 1986, p. 414.

origem, como já referimos, a influências gregas³⁰, prolongar-se-à até meados da época júlio-cláudia. A partir dessa época, este elemento será substituído por pequenas pontas de flecha³¹, que se poderão observar por toda a época Flávia, podendo-se mesmo dizer que este modelo se constituirá num modismo característico da segunda metade do sec. I.

A partir dos flávios outro pormenor importante é de assinalar, ainda no que diz respeito às pontas de flecha. De facto, estas adoptam uma morfologia distinta, a qual se caracteriza por a molduração dos óvulos contínuos acompanhar a ponta de flecha, criando, deste modo, dois pequenos espaços livres, rebaixados, que se localizam nos dois lados da haste vertical que parte de entre os óvulos na parte superior do equino. O efeito geométrico é mais acentuado, ainda que os contrastes de claro/escuro possam alterar consoante as épocas. Esta característica das pontas de flecha flavianas serão adoptadas também em capitéis compósitos e terão uma perduração longa no léxico decorativo deste tipo de peças.

No sec. II, no entanto, as lancetas voltarão a assumir um maior relevo, tal como já havíamos referido, facto relacionado com a retoma da linguagem augustana, que se deverá essencialmente a Adriano, mas que pode já ser observada no *forum* de Trajano, em Roma, com as campanhas de obras então levadas a cabo e aos *ateliers* para o efeito criados, bem como em várias peças ostienses. Esta separação, no entanto, não é totalmente linear, já que continua, de igual forma, a realização de peças com *kyma* decorado por pontas de flecha³². A simplificação ornamental e o aspecto sóbrio que algumas das peças apresentam podem-se enquadrar "...nas correntes de revalorização da ordem jónica nas suas formas helenísticas que tem lugar no sec. II"³³. Se tal facto pode

³⁰ As quais se devem, essencialmente, ao facto de grande parte dos artistas responsáveis por estas campanhas de obras durante o período augustano e que transformaram a cidade urbanisticamente - *Forum* de Augusto, por exemplo - serem de origem grega. Esta influência dos *ateliers* gregos plasmou-se não somente no centro do Império, mas também em toda a paisagem do mediterrâneo oriental. Tal facto pode ser atestado, por exemplo, pelo naufrágio da embarcação de Madhia, nos inícios do sec. I a.C. que transportava elementos arquitectónicos em mármore vindos de Atenas, PENSABENE, ob. cit., 1986, p. 415. Em relação aos contactos entre Roma e o Oriente. Vide BERTINELLI, M.G. Angeli, "Roma e l'Oriente", *Problemi e Ricerche di Storia Antica*, 7, Roma, 1979.

³¹ PENSABENE, ob. cit., 1973, p. 212.

³² Tomem-se como exemplo vários capitéis provenientes de Óstia, bem como alguns capitéis da Vila de Adriano em Tivoli com *kyma* decorado com pontas de flecha e que coexistem com outros onde estes elementos são substituídos por lancetas.

³³ J. GIMENO, ob. cit., p. 84.

ser observado neste tipo de materiais, a decoração de molduras e cornija reflectirá, do mesmo modo, um renascimento de motivos helenísticos, como acontece por exemplo, com o tema do *kyma* lésbio³⁴.

Será o capitel jónico de tradição flávia que perdurará, ainda que com algumas modificações, durante os secs. III e IV, épocas em que assistiremos a um recrudescimento do emprego deste tipo de capitéis. Este aspecto, que poderá ser constatado nas províncias, é igualmente observado no centro do Império, como em Roma e Óstia³⁵. Especial destaque para a alteração que então se começa a verificar quanto ao tipo de edifícios em que estas peças começam a ser empregues. De facto, é essencialmente a partir desta altura que o número de capitéis jónicos em edifícios domésticos aumenta consideravelmente, facto que trará modificações quanto à sua estrutura e dimensão.

O lugar ocupado pelos elementos separadores passa a desempenhar uma maior importância, abrangendo praticamente o mesmo espaço concedido aos óvulos. As pequenas aberturas laterais das pontas de flecha tornam-se ainda mais reduzidas conferindo ao *kyma* um aspecto mais pesado³⁶. As molduras, quer as que envolvem os óvulos, quer as dos elementos separadores, tornam-se maiores, sobretudo nos exemplares que avançam no sec. IV, passando as molduras dos primeiros a ligarem-se mais às pontas de flecha interovulares do que a eles próprios.

Ao mesmo tempo faz-se sentir uma influência oriental cada vez mais marcante, a qual, todavia, já tinha sido constatada durante o sec. II³⁷. Intimamente relacionada com esta influência recomeçam a ser usadas as lancetas, ainda que com carácter muito menos cuidado do que as de época augustana. Exceptuamos, quanto a este último caso, as

³⁴ O *kyma* lésbio, aplicado muitas vezes na decoração do capitéis, e documentado nas peças jónicas da Ásia Menor, observa-se em razoável profusão nesta região, em dois momentos distintos: por um lado em peças datadas do sec. II a.C. ou então em capitéis do sec. II d.C. a partir de Adriano. É a conclusão que se pode tirar da recolha de BINGÖL, ob. cit., aspecto para o qual já tinha chamado a atenção J. GIMENO, ob. cit., p. 84.

³⁵ Em Roma, o seu emprego é constatado, por exemplo, na renovação do Templo de Saturno, sec. IV, e em Óstia na palestra das termas do *forum* restaurada nos inícios do sec. IV, PENSABENE, ob. cit., 1973, pp. 241 e 242.

³⁶ Cf. ob. cit. peças nº 140-150 de Óstia.

³⁷ Vide JAVIER GIMENO, ob. cit., pp. 75-103.

peças reutilizadas, aspecto que não será de subvalorizar, já que muitos destes elementos foram reaproveitados posteriormente, assunto a que já aludimos.

No sec. III e, sobretudo, no sec. IV, assiste-se a uma multiplicidade decorativa que afasta estas peças dos modelos rígidos de origem helenística. A liberdade ornamental traduz-se em novos modelos e na mistura de motivos vários, aspecto que é paralelo ao que acontece nos capitéis das restantes ordens.

Como vemos, é difícil apontar um evolução contínua na decoração empregue nos capitéis. A decoração do *kyma* pode ser tomada como demonstrativa desta ausência de correlação directa entre morfologia "tout court" dos vários motivos decorativos e respectiva atribuição cronológica. Os restantes *ornamenta* seguem a mesma complexidade. Assim, as semi-palmetas colocadas ao lado ou por cima da voluta alteram a sua posição consoante as épocas³⁸. Desta maneira, observamos, durante a época de Augusto, semi-palmetas posicionadas horizontalmente que se prolongam por cima dos óvulos laterais. Na mesma época, mas devido a uma influência dos *ateliers* gregos, adoptarão uma posição ligeiramente inclinada e apresentando lóbulos de secção angular³⁹.

No sec. II as semi-palmetas representam, de forma mais nítida, o pequeno cálice de onde saem. Em época mais tardia este motivo alargar-se-à, sobrepondo-se, em larga medida, aos óvulos laterais, por vezes quase que os escondendo, e possuindo dois ou, no máximo, por três lóbulos.

Pelo pormenor da sua execução - geralmente um elemento de pequenas dimensões - as semi-palmetas serão um dos primeiros elementos a serem esquecidos na composição decorativa destas peças, facto que se constatará, quase invariavelmente, em peças tardias.

Vejamos agora as volutas. Se, no início, e por influência uma vez mais, dos modelos hermogenianos que tomam como fonte as peças áticas, o canal da voluta se apresenta rectilíneo e a sua faixa espiraliforme adopta uma forma côncava, ela passará a

³⁸ Acerca da tipologia deste elemento *vide* BINGÖL, ob. cit., pp. 40-43. Ainda que as peças que o autor estuda se refiram à Ásia Menor, esta tipologia poderá, pertinentemente, ser aplicada a peças de outras regiões geográficas. Quanto aos capitéis da Península Ibérica, salientando o território actualmente espanhol, *vide* G. BEHEMERID, ob. cit., fig. 10.

³⁹ PENSABENE, ob. cit., 1973, p. 211.

ser decorada, na segunda centúria, com uma pequena folhinha que acompanha a curvatura da faixa, característica que pode ser equiparada à evolução observada, em primeiro lugar, nas volutas dos capitéis compósitos de época flávia. A partir desta altura é comum observar-se uma pequena roseta que substitui o olho da voluta. Se, inicialmente, este pequeno motivo se restringe ao olho - geralmente adoptando a forma de roseta quadripétala - assistiremos, nos secs. III e IV a um desenvolvimento, quer em termos de dimensão, quer quanto ao número de pétalas e/ou complexidade formal.

Temos, assim, e sobretudo no que diz respeito às províncias, uma multiplicidade de soluções que levaram a considerar, em relação ao Norte de África e seguindo as palavras de PENSABENE "uma tendência à vegetalização luxuriante"⁴⁰, aspecto que transforma o próprio carácter estrutural e decorativo das oficinas africanas⁴¹. Observa-se inclusivamente nestas peças que a decoração vegetal das volutas as ultrapassa abrangendo todo o equino⁴².

Quanto aos restantes pormenores e particularidades decorativas, remetemos para as análises do Capítulo 4 do Volume II, onde, oportunamente, serão feitas comparações com outras peças, tanto do centro do Império, como das restantes províncias romanas, podendo ser tomadas como exemplo da diversidade de pormenores que este tipo de elementos ostenta.

Analiseemos em seguida alguns dos aspectos formais do capitel jónico. Para além do ábaco, aspecto a que a seguir nos referiremos, do equino e das volutas laterais, estas peças apresentam, muitas das vezes, um colarinho junto à base, de secção semi-circular, o qual estabelece a ligação ao sumoscapo da coluna, tal como definido por Hermógenes e, mais tarde, por Vitruvius. Assim, e seguindo uma tradição ática e microasiática, o sumoscapo será talhado independentemente do capitel⁴³. Paralelamente, no entanto, e seguindo uma tradição dos *ateliers* do Peloponeso, será introduzida a solução do talhe,

⁴⁰ PENSABENE, ob. cit., 1986, p. 421.

⁴¹ É, desta forma, que iremos encontrar um grande número de exemplares, datáveis dos finais do sec. II e inícios do sec. III, onde toda a espiral da voluta, e não somente o olho da mesma, é substituída por uma grande roseta. PENSABENE, ob. cit., 1986, p. 421.

⁴² Veja-se por exemplo peças de Timgad, Maktar e de Gemila, onde o equino e as volutas são integralmente decoradas por motivos vegetais. PENSABENE, ob. cit., figs. 54 a), c-f, e figs. 55 a-b) e d).

⁴³ PENSABENE, ob. cit., 1973, p. 211.

num único bloco, do capitel e da parte superior da coluna⁴⁴. Esta a junção de um novo elemento à forma original do capitel será um dos aspectos mais importantes da sua alteração morfológica, a qual se tornará numa parte indissociável da peça.

Se inicialmente observamos este novo elemento sem qualquer decoração, seguindo de perto a tradição que o equiparava ao sumoscapo da coluna, facto que ocorrerá essencialmente durante o período republicano e augustano, observamos que, a partir daí, ele se revestirá de uma decoração vegetalista, característica que poderá ter a sua origem no *kyma* lésvio naturalista mais correntemente usado em Roma a partir dos finais do sec. I⁴⁵. Mantém-se, ao mesmo tempo, o tradicional colarinho de separação, quase invariavelmente colocado por baixo do equino, que, a partir do sec. II, será quase sempre adornado com pérolas e astrágalos. A partir deste século a base do capitel com o sumoscapo da coluna fará parte integrante da peça, sendo decorada com uma coroa de pequenas folhas acantizantes alternando com folhas de água⁴⁶.

Particularidades várias pode adoptar o sumoscapo do capitel. Por exemplo, a forma troncocónica em alguns exemplares africanos⁴⁷, ou a decoração com um colar de pequenas rosetas como no "Tombeau de la Chrétienne"⁴⁸. A sua inclusão no capitel jónico será cada vez mais frequente ao avançarmos pelos secs. III e IV, adoptando a sua superfície decorações variadas, o que denota uma liberdade ornamental extrema. Um traço comum este, uma vez que os sumoscapos lisos correspondem, geralmente, às primeiras soluções que integram este novo elemento.

Quanto à problemática do capitel jónico liso e ao capitel jónico liso de influência toscana, se bem que possam existir exemplares bastante tardios, eles equivalem a soluções técnicas e morfológicas que integram outro tipo de correntes arquitectónicas, as quais já tivemos ocasião de abordar em capítulo anterior.

⁴⁴ Aplicamos a designação para este elemento de "sumoscapo", dado o seu carácter morfológico e estrutural. No entanto, alguns autores designam-no como "*hypotrachelio*" adoptando a nomenclatura utilizada para os capitéis toscanos. A fim de distinguirmos estes dois elementos, bem como as duas ordens arquitectónicas, aplicamos somente para estes últimos esta designação. Se bem que P. Pensabene utilize os dois termos, seguimos a nomenclatura por ele empregue na obra dos capitéis de Óstia, PENSABENE, ob. cit., 1973.

⁴⁵ Ob. cit., p. 215, n.39.

⁴⁶ Vide n. 45.

⁴⁷ PENSABENE, ob. cit., 1986, p. 417.

⁴⁸ CHRISTOFLE, Marcel, *Le Tombeau de la Chrétienne*, Paris, 1951, figs. 8 e 9.

O ábaco desempenha, de igual forma, um papel importante na estrutura do capitel. A sua morfologia e decoração, ou bem a sua ausência, denotam evoluções e influências, algumas das quais é possível fazer atribuir a correntes estilísticas específicas.

Inicialmente decorado, ou com um *kyma* lésbio, ou com um cordão de óvulos, à semelhança da decoração do equino, esta tradição remonta aos *ateliers* gregos e helenísticos. Temos, assim, peças do sec. IV a.C., provenientes de Halicarnassos, Priene, Pérgamo e Éfeso⁴⁹, com decorações deste tipo, ainda que, e ao mesmo tempo, possam surgir exemplares com ábaco liso, facto que se tornará cada vez mais frequente.

Nos secs. II e III começam a aparecer peças com ábacos decorados, geralmente de maiores dimensões que os anteriormente citados, embora a regra comum seja a da tradição do ábaco liso com um ou dois listéis, sobretudo na sua parte inferior, e estabelecendo a ligação ao equino.

O ábaco dispõe-se por cima do equino, apresentando-se ligeiramente retraído em relação a este. As volutas ultrapassam aquele em dimensão, assumindo o ábaco um papel modesto na estrutura global do capitel. No entanto, correntes particulares podem ocorrer, como é o caso da observada em alguns *ateliers* africanos onde o ábaco se apresenta excessivamente desenvolvido abarcando toda a composição inferior, como se pode observar numa peça das Grandes Termas Sul de Gemila, de época tardo-antoniana⁵⁰.

A principal mudança desta parte do capitel jónico será operada em época tardia, sobretudo a partir do sec. III, como é assinalada em peças norte-africanas onde o ábaco é substituído por um plinto retraído em relação ao diâmetro máximo do equino. Alguns exemplares da Síria, Líbano e Palestina⁵¹ apresentam iguais semelhanças morfológicas. A origem desta particularidade é difícil de assinalar. A hipótese que explicava este plinto como um elemento de encaixe para um ábaco independente não pode ser aceite, como referia LÉZINE⁵², já que em muitos exemplares a pouca altura desse plinto não permitiria tal solução técnica. Refere, o mesmo autor, que os paralelos a estabelecer

⁴⁹ BINGÖL, ob. cit., Tafel 1, figs. 138, 265, 266, 268, 224, 232, 102, entre outras.

⁵⁰ PENSABENE, ob. cit., 1986, p. 417.

⁵¹ LÉZINE, Alexandre, *Carthage. Utique. Études d'Architecture et d'Urbanisme*, Paris, 1968, p. 164.

⁵² Ob. cit., p. 165.

serão com a arquitectura grega arcaica onde tais soluções se encontram vulgarmente empregues.

Fazemos, neste caso, a distinção entre aqueles exemplares que apresentam, ligeiramente relevada, uma pequena saliência que serviria de encaixe com o elemento arquitectónico que se lhe sobrepunha, adoptando para estes casos a terminologia empregue por J.GIMENO de *scamillus*, equiparando-o a "quadrado portante" e que pode ser observado em peças de Tarragona datadas do sec. II⁵³ e, por outro lado, peças que substituem o ábaco por um quadrado de altura considerável, mas de igual função e ao qual atribuímos a denominação de "plinto". Quanto ao primeiro elemento diz-nos ainda o autor citado que este tipo de tratamento da parte superior do capitel corresponde a "...esquemas identificáveis em capitéis orientais de época imperial"⁵⁴.

A ausência de ábaco nos capitéis jónicos pode ser constatada em peças gregas⁵⁵ de época bastante antiga, podendo não ter uma correspondência directa, em termos gerais, com uma influência específica ou uma qualquer corrente estilística. A existência de peças com estas características, como por exemplo no Norte de África, corresponderá a uma elaboração autónoma e a um particularismo técnico local, o qual, no entanto, terá tido repercussões mais longínquas de forma mais ou menos directa. Tal aspecto, sublinhamos, somente se torna mais comum em peças de época tardia, ainda que possam surgir exemplares de cronologia um pouco mais recuada, como é o caso de um capitel jónico reaproveitado na mesquita de Kairouan e com uma datação provável do sec. II⁵⁶, ou de peças argelinas do templo de Khamissa ou em Lambesa⁵⁷.

Parece que esta solução, e seguindo os trabalhos de LÉZINE, pode ser relacionada com a crescente aplicação dos capitéis jónicos à arquitectura doméstica⁵⁸. Desta forma, a supressão do ábaco, equivale a uma solução técnica que permite a diminuição do volume da peça. Por outras palavras, é a redução ao essencial da verdadeira parte portante do capitel, correspondendo tudo o mais a simples decoração.

⁵³ J.GIMENO, ob. cit., p. 86. Estas peças apresentam um *scamillus* com um altura muito pequena, a qual varia entre 0,6cm e 1 cm.

⁵⁴ *Idem ibidem*.

⁵⁵ Cf. MARTIN, R., "Chapiteaux Ioniques de l'Asclapium d'Athenes", *B. C. H.*, 1944-45, pp. 343 e ss.

⁵⁶ LÉZINE, ob. cit., p. 165 e ss., fig. 4 b).

⁵⁷ Ob. cit., p. 167.

⁵⁸ *Idem ibidem*.

Se o objectivo for o da diminuição das proporções da peça, a ornamentação somente ocorrerá na superfície do capitel que conjuga em si uma função estrutural.

Esta ideia pode ser sublinhada pelo facto da decoração ser por vezes a mesma quer em capitéis com ábaco e de grandes dimensões, quer em peças de menores proporções e onde o ábaco é substituído por um plinto. A questão que, neste aspecto, pode ser pertinentemente levantada prende-se com o problema de saber em qual das duas arquitecturas - civil e doméstica ou sagrada e honorífica - esta solução pode ter surgido pela primeira vez. Tal como refere LÉZINE, teremos que buscar esta origem em peças domésticas, menos sujeitas aos padrões clássicos e com uma liberdade, ornamental e estrutural, que lhe permitiu introduzir esta modificação⁵⁹.

Vamos, deste modo, ao encontro do que referia PENSABENE quanto à importação de mármore menorasiático na *Tripolitania* e na *Numidia*, constatada a partir da segunda metade do sec. II e que traz consigo *ateliers* asiáticos itinerantes⁶⁰. A enorme quantidade de peças de pequenas dimensões traduz-nos, assim, dois sistemas distintos, mas complementares, que correspondem a um comércio de peças de grandes dimensões e, ao mesmo tempo, a encomendas de pequenos objectos bem como elementos decorativos de revestimento. Estes dois conjuntos mostram-se complementares retratando, mais do que uma modificação do gosto, uma apropriação social dos modelos tipo.

Desta forma, "...este modelo parece inscrever-se dentro das correntes de aplicação do capitel jónico em peças de pequenas dimensões - domésticas - derivadas em segunda fase de modelos monumentais asiáticos que se desenvolveram a partir da época de Adriano ainda que, dentro delas, se devam vincular mais a tipos propriamente menorasiáticos que a aplicações romanas ou ocidentais"⁶¹.

⁵⁹ Pela importância deste facto transcrevemos um excerto do texto de LÉZINE : "Ces petits chapiteaux appartenaient, pur la plupart à l'architecture domestique. Or l'architecture civile á toujours été moins conservatrice que l'art sacré. Il est donc très probable que des chapiteaux sans abaque avaient déjà fait leur apparition dans les péristyles des habitations privés à une époque où s'attardaient sans doute encore dans l'architecture monumentale de grands chapiteaux de marbre, à abagues, comme ceux d'Uthina, d'Utique et de Kairouan.", ob. cit., p. 168.

⁶⁰ Referenciado por J. GIMENO, ob. cit., p. 97.

⁶¹ J. GIMENO, ob. cit., p. 99.

A influência oriental apontada por Gimeno e, segundo o autor, determinante na evolução do capitel jónico terá, a nosso ver, que ser posta em paralelo com um contributo norte-africano que, pensamos, exerceu uma influência marcante, embora, certamente, numa fase posterior.

Quanto às faces laterais, dois tipos formais se nos deparam. Por um lado aqueles exemplares que apresentam dois balaústres com um fuso central e, por outro, os que em vez deste elemento possuem toros cilíndricos. A tipologia decorativa destas duas partes pode variar, havendo motivos que se mantêm durante longo tempo. Sómente o tipo de trabalho em presença - mais ou menos esquemático ou geométrico ou mais ou menos próximo dos modelos canónicos - poderá traduzir informações cronológicas. A decoração dos balaústres e, estabelecemos aqui a distinção, como já referimos, entre este tipo morfológico e o de toros, terminologia esta que aplicamos às faces laterais, e segundo a explicitação de LÉZINE, cujo perfil não apresenta a tradicional curva e contra curva⁶², pode ser composta por modelos distintos. A mais comum, e seguindo a tipologia definida por GUTIERREZ BEHEMERID no que diz respeito às peças peninsulares, é a de folhas de água⁶³, podendo ser comparada aos tipos VIII, X e XV de BINGÖL⁶⁴.

Sendo a decoração mais comum e, simultaneamente, a empregue durante mais tempo, não se pode atribuir uma cronologia precisa às peças que apresentam esta decoração, tal como se poderá comprovar pelos exemplares que analisaremos. Estas folhas podem aparecer sozinhas ou alternando entre si com folhas de outro tipo. Mais do que o tipo de folhas, é a sua morfologia, bem como a sua realização, como já referimos, que nos pode trazer mais alguma informação. Se, em alguns casos, é relativamente simples apontar uma datação, ainda que não absoluta - comparemos por exemplo, uma peça augustana da Basílica de Éfeso com uma peça de Hierapolis dos secs. II/III⁶⁵ - torna-se geralmente muito difícil qualquer consideração mais precisa que tome, exclusivamente como factor de análise, a decoração desta parte do capitel. Somente o

⁶² LÉZINE, ob. cit., p. 164, n. 4. O autor assemelha o perfil de balaústre a elementos arquitectónicos que designa como "Arcs Tourquais", e que nós preferimos aproximar aos balaústres definidos a partir do Renascimento. Cf. WITTKOWER, Rudolf, "Il Balaustro Rinascimentale e il Palladio", *Bolletino del Centro Internazionale di Studi di Architettura Andrea Palladio*, Vicenza, vol. X, 1968, pp. 332-346.

⁶³ GUTIERREZ BEHEMERID, ob. cit., pp. 50 e ss.

⁶⁴ BINGÖL, ob. cit., pp. 84 e ss.

⁶⁵ Ob. cit., p. 191, Tafel 25, fig. 126 e p. 199, Tafel 25, fig. 151.

cruzamento da informação retirada dos restantes elementos, como temos vindo a referir, poderá fornecer indicações mais seguras.

O mesmo se passa em relação ao fuso e suas delimitações. Se o Tipo A, definido por GUTIERREZ BEHEMERID⁶⁶ quanto aos exemplares peninsulares, é, de facto, a decoração mais habitual - bandas de perfil convexo, ainda que com variações - o que se observa é uma multiplicidade de sub-tipos que, no entanto, não deixam, a maior parte das vezes, de corresponder a composições simples, integrando cordões ou pequenos listéis secundários. De referir, todavia, que na Península Ibérica raros são os exemplares que possuem *puluini* arcaicos, ao contrário do que podemos observar na Ásia Menor⁶⁷, tal como é definido por BINGÖL, e que têm o seu modelo em peças atribuíveis ao sec. V a.C..

O tipo de talhe ou o relevo que os diversos motivos apresentam é, de igual modo, um aspecto de análise importante. Sobre este assunto teremos ocasião de nos debruçarmos mais detalhadamente no Capítulo 1.2 do Volume IV do presente trabalho. Mas vejamos agora, e de forma mais geral, esta característica no que concerne aos capitéis jónicos.

Durante a época augustana o capitel jónico assumirá um aspecto enérgico conferido pela nítida definição dos seus elementos, facto ao qual não será alheio o rigorismo introduzido pelos *ateliers* áticos⁶⁸. O aspecto geométrico contribuirá para efeitos acentuados de claro/escuro, o que concorrerá, não obstante, para uma diminuição da liberdade plástica já que servil a modelos conceptuais rígidos.

Na época flávia assiste-se a uma alteração dos modelos augustanos conferindo uma maior liberdade executiva aos pormenores decorativos, bem como um crescente efeito de claro/escuro, traduzidos numa crescente utilização do trépano. Estas características permitem a adopção do epíteto de "estilo flávio" para peças desta época, na qual se adivinha uma nova concepção artística baseada mais nos efeitos de luz e sombra do que na modelação precisa dos elementos. O efeito será largamente óptico, abandonando progressivamente uma concepção plástica do conjunto decorativo. Estas

⁶⁶ GUTIERREZ BEHEMERID, ob. cit., fig. 11 a) e pp. 52 e 53.

⁶⁷ BINGÖL, ob. cit., pp. 49 e ss., que corresponde a uma decoração dos *puluini* com listéis convexos paralelos, unidos dois a dois, abrangendo toda a face lateral.

⁶⁸ PENSABENE, ob. cit., 1973, p. 212.

novas características trazem já implícita a dissolução das formas canónicas que, mais tarde, irão ser progressivamente desvirtuadas. Esta tradição flávia prevalecerá durante todo o sec. II e, ainda que tais aspectos possam ser mais nítidos nos capitéis coríntios, aos quais se poderá aplicar a designação de "barroquismo flávio"⁶⁹, também as peças jónicas não deixarão de traduzir a continuação do gosto pelos efeitos marcantes das sombras e dos jogos de planos bidimensionais.

O período severiano caracterizar-se-á, pelo menos no centro do Império, por uma reutilização intensiva deste tipo de elementos, facto concordante com a reconstrução de antigos edifícios ou com a alteração que neles se opera, quer em termos estruturais quer decorativos. O aspecto mais importante será a influência determinante exercida pelos *ateliers* asiáticos. Se bem que as novas características, mais uma vez, se façam sentir essencialmente em relação aos capitéis coríntios e corintizantes, a ordem jónica não será alheia aos novos modelos, os quais já se tinham feito sentir desde o sec. II, altura em que, em Roma, laborava em plena actividade o *atelier* do arquitecto oriental Apolodoro de Damasco⁷⁰.

O sec. III e, sobretudo, a centúria seguinte, indicam-nos uma difusão acentuada do uso do capitel jónico. Se bem que o léxico decorativo não se afaste do repertório empregue durante o sec. II, os efeitos de claro/escuro que, de forma tão tipificada caracterizaram essas produções, evidenciarão, a partir desse período, tratamentos distintos. Aspectos que serão sublinhados por um decréscimo da qualidade executiva que se manifestará, antes de mais, numa menor definição dos motivos, o que se sublinhará ao longo do sec. IV.

Quanto ao tipo de material empregue, os exemplares fornecem-nos, também aqui, uma modificação de gosto ou, simplesmente, de matéria-prima disponível, e que nos permite constatar, em linhas gerais, uma alteração no tipo de produção destas peças. Assim, se nos primeiros tempos - período republicano e princípios do Império - se observa o emprego de pedra local⁷¹ e o revestimento de muitas das peças com estuque,

⁶⁹ J. GIMENO, ob. cit, p. 82.

⁷⁰ PENSABENE, ob. cit., 1973, p. 225.

⁷¹ Essencialmente tufo quanto às peças de Roma e de Óstia e pedra local ou arenito quanto aos capitéis do actual território espanhol.

no qual certamente seriam feitos os últimos pormenores decorativos⁷², constatar-se-à, a partir de Augusto o início da utilização do mármore nos elementos decorativos arquitectónicos. A existência de exemplares realizados em mármore anteriores a esta data, como é o caso de algumas peças ostienses, correspondem, no entanto, à utilização de mármore pentélico de tradição helenística⁷³. Nos primeiros decénios do sec. II assistiremos ao emprego do travertino na realização destas peças, facto que ocorrerá em Roma e em Óstia.

Em relação a peças peninsulares será curioso observar que, das trinta e duas peças jónicas de *Corduba Colonia Patricia*, posteriores ao sec. I a.C., somente três serão feitas em "piedra caliza"⁷⁴. Observa-se, assim, um maior recurso ao mármore para os capitéis jónicos quando avançamos, em termos cronológicos, para épocas mais avançadas. No entanto, este panorama depende muito de região para região devendo corresponder a uma opção de *ateliers* pelo tipo de material empregue, directamente relacionada com a matéria-prima disponível. Em Saragoça, por exemplo, local onde os capitéis jónicos se encontram em maioria, ao contrário do habitual, a matéria utilizada é a "piedra arenisca local"⁷⁵, independentemente da cronologia que têm.

⁷² Sobre o tema *vide* FERCHIOU, Naïdé, "Stucs Punique Hellénistiques d'Utique", *Antiquités Africaines*, T. 31, 1995, pp. 53-79; Quanto ao largo emprego do estuque durante as épocas grega e romana Cf. PINELLI, Paule; WASOWICZ, Aleksandra, *Catalogue des bois et stucs grecs et romains provenant de Kertch*, Musée du Louvre, Paris, 1986.

⁷³ PENSABENE, ob. cit., 1973, p. 211, figs. 107 e 108.

⁷⁴ CARLOS MARQUES, *Capiteles Romanos de Corduba Colonia Patricia*, Córdoba, 1993, peças com os ns^o 2 a 30. Em dois dos exemplares, no entanto, o autor não apresenta o tipo de pedra utilizado (ns^o 20 e 21).

⁷⁵ ARIÑO GIL, Enrique, *et alli*, "Capiteles Romanos de la Comarca de las Cinco Villas (Zaragoza)", *Sagvntvm*, n^o 24, Valência, 1991, p. 114.

O CAPITEL JÓNICO NO ACTUAL TERRITÓRIO NACIONAL

Os dados que possuímos em relação ao emprego de capitéis jónicos em território nacional são muito sumários. Um exemplar de Conimbriga é extremamente curioso pelo facto de ser realizado em estuque. É uma peça de muito boa qualidade ainda que se encontre datada do sec. III⁷⁶. Um outro exemplar, desta vez de Tomar⁷⁷, oferece mais um exemplo de aplicação da ordem jónica, desta feita num edifício público, a basílica do *forum*, ao contrário do exemplar precedente que pertenceria a uma *domus*. Esta peça de Tomar encontra-se datada da época de Augusto, altura em que terá sido erguido o *forum* da cidade.

Em *Collipo*, cidade identificada com S. Sebastião do Freixo (Batalha), aparecem também um capitel jónico, de grandes dimensões, e talhado em calcário, tal como o anterior. Encontra-se datado de entre finais do sec. I e inícios da seguinte centúria⁷⁸.

Descendo mais para Sul, temos em Mértola um belíssimo exemplar, ainda que de datação não muito recuada, provavelmente do sec. III⁷⁹, em mármore e de boa qualidade técnica. Mais uma vez, este exemplar também não apresenta ábaco mas sim um plinto

⁷⁶ ALARCÃO, Adília, (texto) *Museu Monográfico de Conimbriga - Coleções*, Lisboa, 1994, pp. 150 e 151, nº 464. Refere-se a autora, no entanto, a "numerosos elementos de capitel de coluna, de estilo jónico", ob. cit., p. 57, o que corresponde a estarmos em presença não apenas de um capitel mas, muito provavelmente, de vários exemplares. Quanto à cronologia desta peça talvez recuássemos um pouco, ainda que a flor que decora o interior das volutas apresente uma dimensão bastante maior que exemplares do sec. II. Tratar-se-á de um regionalismo? Todavia, encontramos rosetas semelhantes em peças muito mais antigas, por exemplo num capitel jónico de Artemision, Éfeso, do sec. VI a.C., vide: *Enciclopedia dell'Arte Antica*, Atlante, 1973, lâmina 318, fig. 3.

⁷⁷ PONTE, M. Salete da, *Sellium, Tomar romana*, Centro de Estudos de Arte e Arqueologia da E.S.T.T., Tomar, 1989, pp. 12-14, fig. 6; *Idem*, "Musealização do Forum de Sellium", *Encontro de Arqueologia Urbana*, Braga, 1994, p. 289, fig. 6; *Idem*, "Acheugas sobre a estrutura Urbana de Sellium (Tomar)", *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueologia*, vol. II, Vigo, 1995, p. 450, fig. 4.

⁷⁸ FERNANDES, Lúcia, "Sobre um capitel Jónico de S. Sebastião do Freixo (Batalha)", *III Colóquio sobre História de Leiria e da sua Região (29-30 de Novembro de 1996)*, Leiria, (no prelo).

⁷⁹ Peça inédita encontrada durante os trabalhos de escavação do núcleo romano situado na Câmara Municipal de Mértola. Esta peça foi-nos amavelmente mostrada pelo Dr. Virgílio Lopes que, neste momento, prepara um catálogo sobre os materiais encontrados no local.

retraído de altura considerável, bem como um sumoscapo alto decorado com folhas acantizantes.

De Beja temos vários capitéis, ainda que a maior parte corresponda a capitéis coríntios ou compósitos. Um exemplar depositado nas Reservas do Museu Nacional de Arqueologia⁸⁰, corresponde a uma peça jónica de pequenas dimensões que apresenta um *kyma* com três óvulos separados por pontas de flecha. Talvez dos finais do sec. II, os efeitos de claro/escuro que a sua decoração apresenta apontam-nos uma tradição flávia, ainda que as noções de proporção já se encontrem um pouco desvirtuadas.

Também de Beja não queremos deixar de referir um capitel compósito extremamente curioso, composto por dois blocos distintos e com três frentes também distintas. O inferior é decorado com folhas de acanto, enquanto que o segundo bloco que se lhe sobrepunha corresponde ao *kyma* jónico decorado com três óvulos apontados, rodeados por moldura. A peça é datada, segundo os autores, de épocas distintas. Assim, T. HAUSCHILD data o exemplar dos primeiros anos do triunvirato ou inícios do sec. I d.C⁸¹, enquanto outros autores datam-no da segunda metade do sec. I⁸². Jorge de ALARCÃO⁸³, entre outros investigadores⁸⁴, atribuem-no aos finais do sec. I ou inícios do sec. II.

Também de Beja são mais dois capitéis compósitos também com o *kyma* tradicional da ordem jónica⁸⁵.

Dois capitéis jónicos de Beja apresentam uma cronologia do sec. I⁸⁶.

⁸⁰ N° E. 6632 (número que corresponde aos Livros de Entrada do Museu).

⁸¹ HAUSCHILD, Theodor, "Anotaciones sobre un capitel compuesto encontrado en Beja (Alentejo)", *Miscel.lània Arqueològica* (a Josep M. Recasens), Estarraco, 1992, p. 61.

⁸² G. BEHEMERID, ob. cit., pp. 166 e 167, fig. 726.

⁸³ ALARCÃO, J., "Arquitectura Romana", *História da Arte em Portugal*, Vol. I, Publ. Alfa, Lisboa, 1986, legenda da fig. da p. 82 e p. 90.

⁸⁴ Vide n. seguinte, capitel n° 22, vol. II, pp. 296-310.

⁸⁵ BRANDÃO, M^a Antonieta R., *Os Capitéis Romanos de Beja*, Tese de Mestrado em História da Arte da Antiguidade apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1994, peças ns° 20 e 21, com uma cronologia dos finais do sec. I ou inícios do sec. II, vol. II, pp. 288 e 293.

Acerca destas peças e de outras encontradas em Beja e da sua integração urbanística vide ALARCÃO, Jorge, "A cidade Romana em Portugal, Renovação Urbana em Portugal na Época Romana", *Cidades e História*, Fund. Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1992, pp. 74-81.

⁸⁶ BRANDÃO, ob. cit., vol. II, peças ns° 1 e 2.

Contamos, desta forma, cinco exemplares jónicos - **MAPA 1** - para somente referir aqueles de que temos conhecimento. Certamente que as reservas dos vários museus regionais deverão guardar variadíssimas peças deste tipo. Pela quantidade de elementos que recolhemos na região agora estudada, a maior parte dos quais inéditos, pensamos que o panorama do restante território nacional não será muito distinto.

Se bem que, em boa verdade, não se possa considerar o quadro elaborado com base nas peças identificadas para o território nacional, como uma fidedigna amostra do emprego do capitel de ordem jónica no actual território português, as peças referenciadas indicam-nos uma perduração da sua utilização desde o sec. I até épocas bastante tardias, ainda que o número de peças, sobretudo se em comparação com a ordem coríntia ou corintizante, denote uma maior preferência por estas ordens em desfavor daquela.

Um dado curioso, no entanto, é aquele que podemos constatar nas peças de Beja, Tomar, Évora - **51** - e Lisboa - **46 a 50** - . Estas peças, todas do sec. I, e não entrando em pormenores de ordem cronológica, indicam-nos uma preferência clara por esta ordem arquitectónica aquando do início da romanização. Todas elas são exemplares de belíssima qualidade e de grandes dimensões, pelo que poderemos concluir, como aliás já o tinham feito os vários autores que sobre elas se debruçaram, que foram utilizadas em edifícios públicos, aspecto que atesta bem a eleição deste tipo de peças para o afirmar de um novo quadro político e social, justificativo de escolha da uma nova política arquitectónica e decorativa.

O CAPITEL JÓNICO NA LUSITÂNIA OCIDENTAL

Os capitéis que analisaremos no Capítulo 4 do Volume II, correspondem somente a onze exemplares - 46 a 56 -. As peças são distintas entre si, exceptuando um conjunto, composto por cinco capitéis, provenientes do teatro romano de Lisboa - 46 a 50 - e que pertencem a esse edifício, facto que justifica a sua uniformidade morfológica.

Quanto às restantes peças, três são provenientes também de Lisboa - 53, 54 e 56 - enquanto que uma outra pertence a Odrinhas - 55 -, região de Sintra, mas que, em termos de jurisdição romana, se integra igualmente no *territorium olisiponense*.

As outras duas peças pertencem à zona mais a Sul da área agora estudada, são provenientes: uma de Alcácer do Sal - 52 - e outra de Évora - 51 -, limite do território que agora abordamos.

A distribuição geográfica destas peças, como podemos observar no **MAPA 2**, não nos permite, à primeira vista, salientar uma maior concentração quanto a uma área geográfica específica. No entanto, o pequeno número de peças a que agora fazemos referência não nos permite tirar qualquer conclusão quanto a este aspecto.

Quanto à peça de Alcácer, o mau estado de conservação do exemplar não nos permite tirar grandes ilações nem quanto à sua decoração, nem, por conseguinte, quanto à sua cronologia. Na análise comparativa que apresentaremos apontamos, no entanto, uma datação relativa que toma em linha de conta as dificuldades em presença.

Quanto à matéria utilizada só um dos exemplares é de granito - capitel de Évora - e também uma só peça é de mármore - capitel da Sé de Lisboa -, enquanto que os restantes capitéis são talhados em pedra local que, neste caso, corresponde a calcário, ou calcário conquífero, popularmente designado por "urgeiro", no que diz respeito às peças do teatro romano - 46 a 50 -, ou ainda o calcário de coloração esbranquiçada relativamente aos restantes, ainda que a peça de Alcácer do Sal possa corresponder a um lioz com percentagem elevada de elementos quartzíticos.

A característica mais evidente do conjunto é a enorme diferença, em termos de dimensões, entre o grupo de peças mais antigas, correspondentes às do teatro romano e

exemplar de Évora, e, por outro lado, pelo conjunto composto pelas peças de Lisboa e de Odrinhas, mais tardias.

Temos, deste modo, duas linguagens totalmente distintas que, e apesar de pouco se poder dizer acerca das peças do teatro romano (já que o revestimento em estuque desapareceu), correspondem, de forma clara, a duas concepções distintas quanto ao papel desempenhado pelos diversos elementos arquitectónicos e sua maior ou menor fidelidade aos modelos canónicos que lhes deram origem.

Consideremos, deste modo, estes dois conjuntos separadamente. O primeiro, composto pelas cinco peças do teatro romano será abordado conjuntamente na análise comparativa do Capítulo 4.1 do Volume IV. A sua grande similitude, para além de nos apontar a sua pertença ao mesmo edifício, indica-nos, muito possivelmente, o seu emprego numa mesma área dentro daquele espaço. A característica fundamental deste conjunto corresponde ao facto de apresentarem parte do sumoscapo da coluna, o que os aproxima de correntes mais antigas explicitadas na ordem toscana. Ainda que o capitel jónico, como já observámos, passe, a partir de certa altura, a possuir um colarinho alto, essa alteração corresponderá, ao contrário do que observamos nestas peças, a uma linguagem distinta, a qual adopta este novo elemento como mais uma parte a decorar e a enriquecer, ornamentalmente, a peça.

Quanto ao segundo conjunto - 53 a 56 -, ele é composto por peças tardias cuja cronologia abrange o período compreendido entre a segunda metade do sec. III e o sec. IV. As peças são de pequenas dimensões, apresentando a maior de todas uma altura de 22 cm. As características são muito similares: *kyma* composto por três semi-óvulos; molduras largas e relevadas; elementos separadores correspondentes a lancetas (ainda que a peça 53 apresente pontas de flecha estilizadas de tradição flávia); volutas muito simples decoradas no centro por rosetas, pequenas no caso das peças 53 e 54 e maiores na peça 55, esta última abrangendo quase todo o diâmetro da voluta.

As volutas apresentam-se justapostas ao equino não ultrapassando a altura deste, característica que as afasta do modelo canónico hermogeniano que definia o olho da voluta no mesmo plano horizontal do limite inferior do equino⁸⁷. As faces laterais apresentam-se, ou como pequenos balaústres - 53 e 54 - ou como toros - 55 -. No

⁸⁷ PENSABENE, ob. cit., 1973, p. 211.

primeiro caso temos a representação de folhas de água mais ou menos estilizadas, enquanto que no segundo, essa estilização é levada ao máximo produzindo folhas que nada têm a ver com tais elementos vegetais e onde o trabalho se limitou a breves traços incisivos paralelos entre si (**QUADRO N° 4-8**).

A característica fundamental destas peças corresponde à ausência de ábaco. De facto, em todas elas esse elemento é substituído por um plinto retraído de altura considerável e de secção quadrada. Não se trata sequer de um *scamillus*, como teremos oportunidade de observar em alguns capitéis coríntios, mas de verdadeiros plintos de encaixe com o elemento arquitectónico que se lhe sobrepunha (**QUADRO N° 1**).

No exemplar **56**, por exemplo, a estilização é levada ao extremo e os motivos perdem todo o seu significado, a forma, ainda que desvirtuada, é a única lembrança dos modelos canónicos que lhe deram origem. Mais uma vez, o aspecto que mais se impõe é a ausência de ábaco, o que nos leva a integrar este exemplar no prolongamento da linha evolutiva que tinha sido constatada no conjunto anterior. Poderão ser também influências norte-africanas que vislumbramos num tratamento em faixa lisa do canal da voluta, na justaposição das volutas ao equino ou na estilização dos vários motivos, aspectos que descreveremos mais em pormenor na análise comparativa respectiva.

Quanto à peça de Évora - **51** - as suas características afastam-na, quer decorativa, quer morfológicamente, dos exemplares agora referidos. A matéria em que é realizada, não nos permite, mau grado, avançar quanto à qualidade técnica executiva. No entanto, estamos decididamente em presença de uma peça de boa qualidade que aplica um léxico decorativo comum no Império Romano e, fundamentalmente, usado em Roma e em Óstia. A impossibilidade de se saber se este exemplar seria executado num ou em dois blocos não nos permite tirar conclusões cronológicas, ainda que esta técnica, no que concerne aos capitéis coríntios, seja usada desde a época tardo-republicana⁸⁸. A existência de pontas de flecha, porém, remete-nos de imediato para uma época posterior ao período augustano, já que este elemento passa a ser utilizado a partir do final da época Júlio-Cláudia e, sobretudo, época do período flaviano. Mas, quanto a este exemplar em particular, parece-nos que estes elementos separadores não são motivo suficiente para considerar esta peça como integrando as novas correntes estilísticas

⁸⁸ G. BEHEMERID, ob. cit., pp. 70 e 71.

inauguradas a partir do período flávio. De facto, as dimensões da peça, a utilização de pedra local, tal como observamos em relação aos capitéis coríntios do templo de Évora, e a forte possibilidade de o mesmo ter sido estucado, levam-nos a recuar essa datação para o início da urbanização desta cidade, incluindo-o num primeiro momento de embelezamento e de construção, que atesta o novo domínio político⁸⁹. Desta forma, dataríamos este exemplar da primeira metade do sec. I, facto que se torna extremamente importante no que diz respeito à utilização de um repertório decorativo - as pontas de flecha - tradicionalmente atribuídas à segunda metade da centúria, em períodos mais recuados.

Temos, pelos exemplares observados, um conjunto relativamente pequeno de capitéis jónicos para a região agora estudada. A grande concentração verifica-se em Lisboa, com cerca de 73% dos exemplares. Se, no entanto, incluirmos igualmente a peça de Odrinhas neste grupo de peças olisiponenses, atingiríamos uma percentagem de 82%, ficando a parte mais a Sul deste território circunscrita a duas peças - Alcácer e Évora - que, corresponderiam a 18% da totalidade de peças.

Logicamente que não se podem tomar estes dados como seguros, já que cinco destas peças são provenientes de um mesmo edifício, facto que se deve exclusivamente ao acaso. Um dado interessante corresponde a termos conhecimento da existência de mais uma peça jónica, também de pequenas dimensões, encontrada não muito longe do teatro romano, concretamente na Rua das Pedras Negras, infelizmente não o podemos incluir neste trabalho pelos motivos já enunciados.

Através da análise agora realizada (*vide* **QUADROS Nsº 1-8**) podemos individualizar os exemplares estudados e que integram o catálogo que agora apresentamos, em vários grupos distintos:

GRUPO A - composto pelas peças do teatro romano de Lisboa - **46 a 50** -, bem como o exemplar de Évora - **51** - e datados de entre os finais do sec. I a.C e a primeira metade

⁸⁹ Vide ALARCÃO, Jorge, "Las Ciudades Romanas de Portugal", *La Ciudad Hispanorromana en los territorios septentrionales de la Península Ibérica*, Barcelona, 1993, p. 217; HAUSCHILD, T., "Investigaciones del Templo Romano de Évora. Informe inicial 1986/87", *Madriider Mitteilungen*, 29, pp. 208-220.

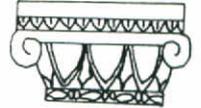
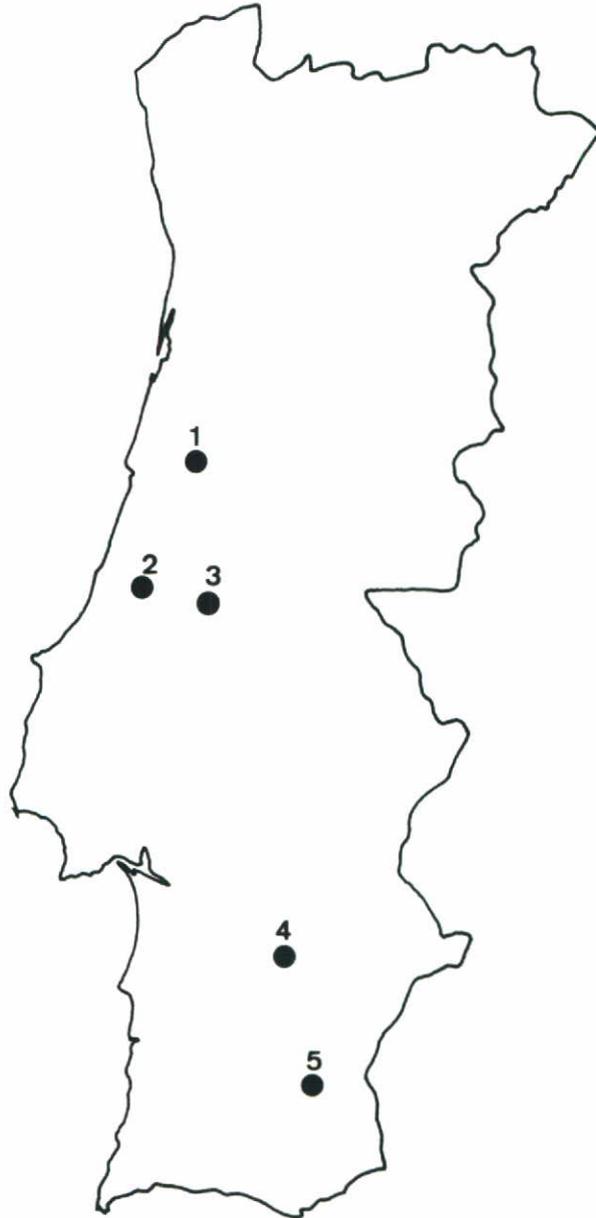
do sec. I d.C. São capitéis de dimensões consideráveis, sobretudo este último, e que empregam a pedra local - calcário conquífero e granito, respectivamente - na sua realização, implicando este tipo de material o revestimento da superfície com estuque onde seria efectuada a decoração mais pormenorizada. Estas peças correspondem, assim, somente ao bloco portante que suportaria o estuque. As características formais do bloco pétreo, no entanto, mostram-nos alguns aspectos que justificam considerar estes exemplares como peças de "boa época".

GRUPO B - peças 53 a 55. Caracterizam-se por apresentar dimensões pequenas, equino estreito e volutas justapostas. A decoração do *kyma* apresenta três óvulos. A característica principal é a ausência do ábaco, o qual se encontra substituído por um plinto retraído de altura considerável, aspecto que, a par com algumas características morfológicas e decorativas permitem o estabelecimento de contactos com o Norte de África. A cronologia destas peças abrange os secs. III e IV.

GRUPO C - composto pelo exemplar 56 datado do sec. IV. As características morfológicas são típicas de peças tardias, caracterizadas por uma degeneração das várias partes que conformam o capitel jónico. Temos assim, um *kyma* excessivamente alto, *puluini* transformados em toros, ausência de ábaco, aspectos que, a par com os elementos decorativos extremamente esquemáticos, salientando os óvulos e os elementos separadores, levam a considerar esta peça como um exemplar anunciador de um novo tipo de peças onde os vários elementos já pouco têm a ver com os modelos que lhes deram origem.

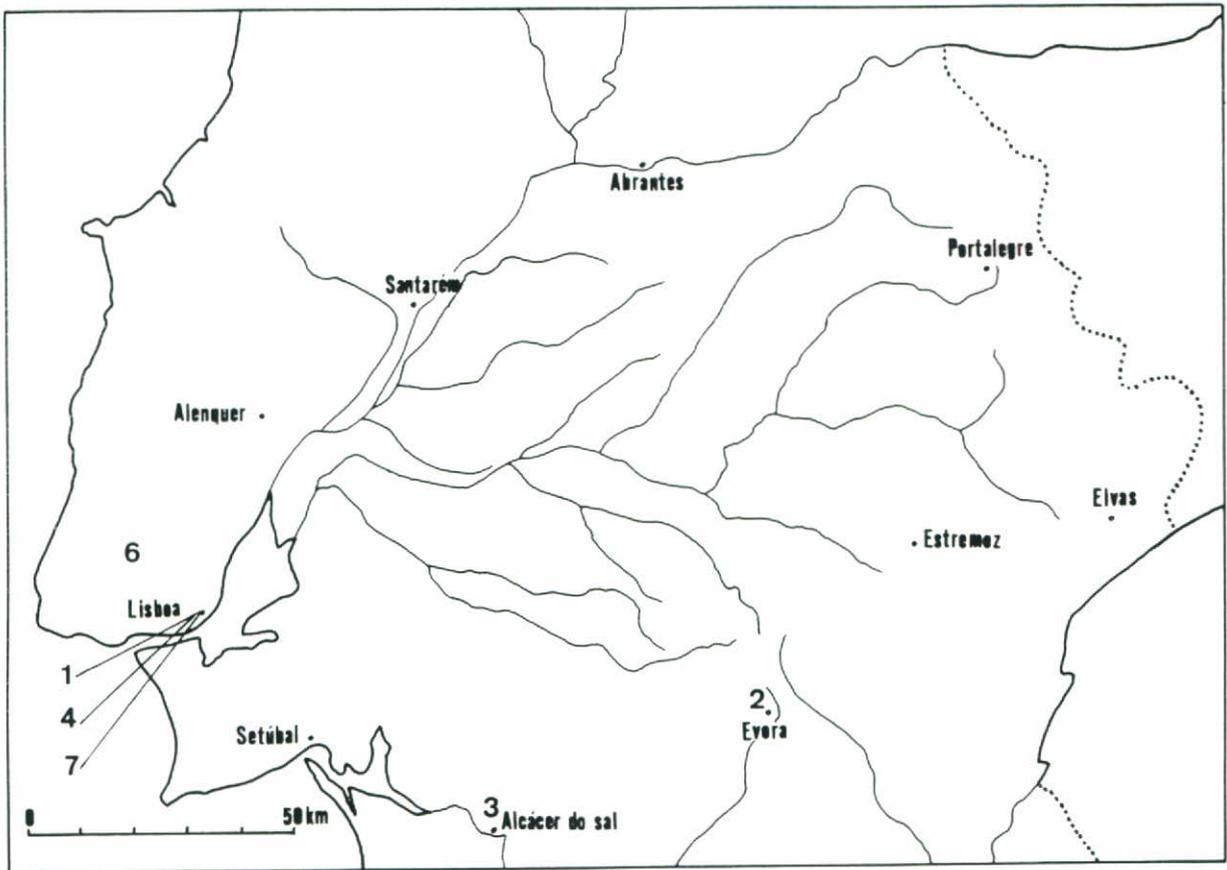
Quanto ao exemplar 52 não o integramos em nenhum grupo já que a decoração conservada não nos permite, em boa verdade, uma atribuição clara a qualquer um dos grupos definidos ou a sua correspondência a um diferente grupo de atributos distintos.

CAPITÉIS JÓNICOS NO ACTUAL TERRITÓRIO NACIONAL



- 1 - Coimbra
- 2 - S. Sebastião do Freixo (Batalha)
- 3 - Tomar
- 4 - Beja
- 5 - Mértola

CAPITÉIS JÓNICOS DA LUSITÂNIA
OCIDENTAL



- 1 - Lisboa (teatro) - 46-50
- 2 - Évora - 51
- 3 - Alcácer do Sal - 52
- 4 - Lisboa (Rua das Canastras) - 53
- 5 - Arredores de Lisboa - 54
- 6 - S. Miguel de Odrinhas - 55
- 7 - Lisboa (Sé) - 56

**CAPITÉIS JÓNICOS - ELEMENTOS CONSTITUINTES
- FACE FRONTAL -**

Nº	ÁBACO	SEM ÁBACO	PLINTO	COLARINHO	SUMOSCAPO	CRONOLOGIA
46	X			X	X	finais sec. I a.C / 1ª met. I d.C
47	X			X	X	finais sec. I a.C / 1ª met. I d.C
48	X			X	X	finais sec. I a.C / 1ª met. I d.C
49	X				X	finais sec. I a.C / 1ª met. I d.C
50	X			X	X	finais sec. I a.C / 1ª met. I d.C
51	X					1ª metade sec. I
52	X			X		sec. II/III ?
53			X	X		sec. III (2ª metade ?)
54			X	X		sec. III/IV
55			X			último terço sec. III/sec. IV
56		X		X		sec. IV

**CAPITÉIS JÓNICOS - ELEMENTOS
CONSTITUINTES
- FACE LATERAL -**

Nº	TOROS	BALAUSTRES	FUSO	DELIMITAÇÕES DO FUSO	CRONOLOGIA
46		X	X	X	fnais sec.Ia.C/1ª met. I.d.C.
47		X	X	X	fnais sec.Ia.C/1ª met. I.d.C.
48		X	*	*	fnais sec.Ia.C/1ª met. I.d.C.
49		X	X	X	fnais sec.Ia.C/1ª met. I.d.C.
50		X	*	*	fnais sec.Ia.C/1ª met. I.d.C.
51		X	X	X	1ª metade sec.I
52		*	*	*	sec. II/III ?
53		X	-	-	sec. III (2ª metade ?)
54		X	X	-	sec. III/IV
55	X		X	-	último terço sec. III/sec. IV
56	X		X	X	sec. IV

* Peças em mau estado de conservação ou, a maior parte das vezes, desbastadas.

**CAPITÉIS JÓNICOS - ELEMENTOS DECORATIVOS DA
FACE FRONTAL
- KYMA -**

Nº	ÓVULOS -3	ÓVULOS -5	FLECHAS	LANCETAS	CRONOLOGIA
46	-				finais sec.I.a.C/1ª met. I d.C
47	-				finais sec.I.a.C/1ª met. I d.C
48	-				finais sec.I.a.C/1ª met. I d.C
49	-				finais sec.I.a.C/1ª met. I d.C
50	-				finais sec.I.a.C/1ª met. I d.C
51		X	X		1ª metade sec. I
52	X (?)		?	?	sec. II/III ?
53	X		X		sec. III (2ª metade ?)
54	X			X	sec. III/IV
55	X			X	último terço sec. III/sec. IV
56	X			X	sec. IV

**CAPITÉIS JÓNICOS - ELEMENTOS DECORATIVOS DA
FACE FRONTAL
-ÓVULOS -**

Nº	FIGURA	RELEVADOS	DESENHADOS	CRONOLOGIA
51		X		1ª metade sec. I
53		X		sec. III (2ª metade?)
54			X	sec. III / IV
55		X		último terço sec. III/ /sec. IV
56			X	sec. IV

**CAPITÉIS JÓNICOS -ELEMENTOS
DECORATIVOS DA FACE FRONTAL
- MOTIVOS SEPARADORES -**

Nº	FIGURA	DESIGNAÇÃO	RELEVADOS	DESENHADOS	CRONOLOGIA
51		pontas de flecha	X		1ª metade sec. I
53		pontas de flecha	X		sec. III (2ª metade ?)
54		lancetas		X	sec. III/IV
55		lancetas	X		último terço sec. III / sec. IV
56		lancetas		X	sec. IV

**CAPITÉIS JÓNICOS - ELEMENTOS DECORATIVOS
- FACE LATERAL -**

Nº	MOLDURAS LISAS	MOLDURAS SOGUEADAS	MOLDURAS DUPLAS	FUSO DECORADO	FUSO LISO	CRONOLOGIA
46	X				X	finais sec.Ia.C/1ª met. I d.C
47	X				X	finais sec.Ia.C/1ª met. I d.C
48	*				*	finais sec.Ia.C/1ª met. I d.C
49	X				X	finais sec.Ia.C/1ª met. I d.C
50	*				*	finais sec.Ia.C/1ª met. I d.C
51	X			X		1ª metade sec. I
52	*	*	*	*	*	sec. II/III ?
53	-	-	-	-	-	sec. III (2ª metade ?)
54				X		sec. III/IV
55				X		último terço sec.III/sec.IV
56	X			X		sec. IV

* Peças em mau estado de conservação ou, a maior parte das vezes, desbastadas.

**CAPITÉIS JÓNICOS - ELEMENTOS DECORATIVOS DA
FACE LATERAL
- BALAUSTRES -**

Nº	FIGURA	DESCRIÇÃO	CRONOLOGIA
51		folhas de água	sec. III (2ª metade ?)
52		folhas de água	sec. III / IV
53		folhas estilizadas (talvez do tipo folha de loureiro ?)	último terço sec. III / / sec. IV
54		folhas de água	sec. IV

**CAPITÉIS JÓNICOS - ELEMENTOS DECORATIVOS
DA FACE LATERAL
- FUSOS -**

Nº	FIGURA	DESIGNAÇÃO	CRONOLOGIA
46		tripla moldura simples	finais sec. I a.C. / 1ª metade sec. I d.C
47		tripla moldura simples	finais sec. I a.C. / 1ª metade sec. I d.C
49		tripla moldura simples	finais sec. I a.C. / 1ª metade sec. I d.C
51		botões relevados	1ª metade sec. I
54		moldura sogueada	sec. III / IV
55		moldura sogueada	último terço sec. III / / IV
56		tripla moldura composta	sec. IV

6.5 - O CAPITEL CORÍNTIO

O capitel de ordem coríntia foi o mais empregue em todo o Império Romano, desde as províncias mais próximas da capital até às mais longínquas, como no-lo demonstram os territórios romanos norte-africanos onde essas peças suplantam, sem dúvida, os outros tipos de capitéis.

Como observámos em relação às restantes ordens arquitectónicas, também aqui a origem é grega, sendo necessário recuar aos secs. IV e V a.C para encontrarmos o capitel coríntio definitivamente constituído, aliando uma forma e uma decoração específica. No entanto, a sua definição de "tipo canónico", como o identificamos durante a época romana, será um processo lento e que sofrerá consideráveis alterações, sobretudo decorativas. Só chegado ao sec. II a.C as suas características permitirão considerá-lo como um produto canónico mercê de uma tipificação da sua morfologia e decoração que será, posteriormente a divulgada em todo o Império.

O primeiro edifício onde estas peças surgem é o Templo de Apolo em Bassae (no Peloponeso), datado dos finais do sec. V a.C¹. Mas serão exemplares equivalentes ao mundo greco-helenístico que nos mostrarão uma morfologia já definida. Assim, e como já constatado quanto às anteriores ordens arquitectónicas, o grande contributo grego e depois helenístico serão determinantes quanto à forma que este tipo de capitel irá adoptar em épocas posteriores².

A evolução do capitel coríntio não pode ser vista, de facto, como um processo contínuo. O seu desenvolvimento morfológico e, essencialmente, decorativo, serão fruto de influências, umas mais marcantes que outras, mas que alteram um esquema base que é constantemente enriquecido e modificado.

Assim sendo, conseguimos identificar dois grupos fundamentais dentro da multiplicidade formal que iremos encontrar no capitel coríntio ao longo da época romana. São eles o "clássico", ou canónico, e o "itálico". A principal diferença entre eles consiste na morfologia adoptada pelos diversos elementos decorativos, essencialmente no que diz respeito às folhas e ao último registo decorativo, localizado este entre a *summa folia* e o ábaco.

¹ PENSABENE, Patrizio, *Scavi di Ostia - I Capitelli*, VII, Roma, 1973, p. 203.

² Quanto aos primeiros exemplos da aplicação do capitel coríntio *vide ibidem*.

Temos, deste modo, para o coríntio canónico, a aplicação do *acanthus mollis* caracterizado por lóbulos de terminação arredondada, enquanto que o segundo adopta lóbulos apontados. Ambos apresentam duas coroas de folhas, mas a principal diferença reside na decoração da zona superior. Esta parte do *kalathos* encontra-se decorada, no que ao tipo itálico diz respeito, por dois caules, geralmente encurvados, ou descrevendo uma linha mais ou menos sinuosa, que são encimados por pequenas rosetas. No tipo clássico esta parte do capitel é decorada por hélices e volutas que se elevam a partir de caulículos localizados entre as folhas da coroa superior, e que se distribuem em pares por cada face da peça.

Esta classificação, se bem que útil para uma primeira distinção e classificação decorativa dos capitéis coríntios, depara-se-nos, no entanto, incompleta. De facto, outros tipos e variantes existem, sobretudo desenvolvidos em época republicana, e que se formam devido a influências distintas, como seja o caso de contributos decorativos da Sicília, Alexandria, ou de outros mais directamente ligados a um substracto classicizante grego³.

Os primeiros exemplos da aplicação do capitel canónico em Roma podem ser observados no Templo Redondo e no templo B do Largo Argentina, os quais nos documentam uma íntima relação com *ateliers* gregos e com um contributo decisivo tardo-helenístico, importação estética operada, essencialmente, em época de Sila e que irá marcar, de forma irrevogável, o gosto estético da capital⁴.

O início do emprego do capitel coríntio correspondeu, praticamente, a uma importação de um elemento decorativo entendido separadamente da ordem arquitectónica que lhe deu corpo. É curioso, quanto a este aspecto, constatar que os primeiros exemplares terão sido utilizados como componentes da decoração de interiores, o que pode justificar, como refere Pierre GROS, "...la non spécification de son entablement..."⁵. Prova disso, é o facto de o próprio Vitruvius referir que o entablamento

³ Não nos alongaremos quanto a este aspecto já que pensamos serem generalidades sobre as morfologias várias que o capitel coríntio pode adoptar. Pretendemos, tão somente, apontar em traços muito gerais a origem desta ordem arquitectónica e, essencialmente, a morfologia mais comum deste tipo de capitéis colocando a tónica naqueles que chegaram até nós e se constituem como o tipo adoptado na Lusitânia Ocidental. Assim sendo, remetemos para alguma bibliografia mais importante, como seja o caso de: FAGERLIND, Lars, "The transformations of the corinthian capital in Rome and Pompeii during the Later Republican period", *Corolla Archaeologica*, Oxford University Press, London, 1932, pp. 118-131; HEILMEYER, W. D., "Korinthische Normalkapitelle. Studien zur Geschichte der Römischen Architekturdekoration", *R.M., Suppl.*, 16, 1970; ou ainda KÄHLER, H., *Die Römischen Kapitelle des Rheingebietes*, Berlin, 1939, entre muitos outros.

⁴ GUTIERREZ BEHEMERID, M^a Angeles, "Los Capiteles Romanos de la Peninsula Ibérica", *Studia Archaeologica*, 81, Valladolid, 1992, p. 57.

⁵ GROS, Pierre, "Les origines du Corinthien Romain", *Aurea Tempora - Recherches sur l'Architecture Religieuse de Rome à l'époque d'Auguste*, Bibliothèque des Écoles Françaises d'Athènes et de Rome, Rome, 1976, p. 199.

a acompanhar a colunata coríntia tanto poderia ser de ordem jónica como dórica⁶, o que podemos observar no Arco de Augusto em Aosta. Este apontamento para o qual já aquele autor tinha alertado, chama a atenção para um fenómeno que se torna marcante e se traduz na "... tendence à considérer les ordres, non plus comme des unités structurelles mais comme des répertoires plastiques où l'on pourrait puiser avec désinvolture ..."7. Esta tendência afirmar-se-á em meio itálico desde os finais do sec. II a.C e perdurará durante longo tempo, sobretudo quando, mais tarde, tais elementos forem adoptados pelas províncias, onde os capitéis, pela carga decorativa, estética e simbólica a eles associada, serão aplicados como elementos isolados, conjugados ou não com o restante vocabulário da ordem arquitectónica respectiva. Se bem que esse fenómeno possa ser observado nas restantes ordens ou "modos" arquitectónicos, a ordem coríntia, pelas suas características, que não apenas formais, constituir-se-á como um paradigma no que diz respeito a este aspecto.

A época de Augusto será, do mesmo modo, um período decisivo para a consequente utilização, de modo sistemático, desta ordem. A imagética inauguradora do novo período político e mental, traduziu-se em signos, valores e materiais que procuravam uma ruptura com o passado através de uma mudança do presente.

Valores como a *pietas*, a *dignitas*, a *virtus*, a *honor*, eram traduzidos materialmente por um programa iconográfico preciso, bem como por um novo programa arquitectónico e urbanístico até então inexistente a não ser em casos pontuais - "cómo ornamentar las numerosas fachadas para que en ellas se reflejase tanto la tradición como la relación con el presente ?; cómo asociar el espacio interior de la *cella* de un templo y las nuevas imágenes de culto con el resto del programa iconográfico? Todo debía ser considerado: el motivo para la construcción del templo, los dioses relacionados con la divinidad del templo en cuestión y la relación de estos dioses con el nuevo Estado y, naturalmente, con el *Princeps*."8.

A repetição do mundo vegetal e a sua correcta representação na superfície, digna e honrosa do mármore, transformaram essas simples pedras que encimavam fustes elegantes, em ilustres tradutores dos princípios que passavam a reger, não só uma cidade, mas a capital de um Império e o próprio Império.

Os capitéis do *forum* de Augusto documentam bem esse modelado da pedra, essa imitação da organicidade do mundo natural, conferindo-lhes uma *dignitas* e uma simplicidade só conseguida porque eram resultado de mãos de artistas. A paz do Império plasmava-se na ausência de forças opostas, numa beleza serena, tanto quanto serenas

⁶ GRANGER, Frank, (tradução) *Vitruvius on Architecture*, Loeb Classical Library, Harvard University Press, Harvard University Press, London, 1995, Book IV, C. I., (pp. 202 e 203).

⁷ GROS, ob. cit., p. 203.

⁸ ZANKER, Paul, *Augusto y el poder de las imágenes*, Alianza Forma, Madrid, 1992, p. 139.

eram as folhas coríntias, os caulículos elegantes, a elevação das volutas de enrolamento orgânico e onde as exuberâncias da decoração não eram materializadas porquanto não necessárias.

Se conseguimos descortinar valores mentais por trás desta bidimensionalidade dos elementos decorativos, mais desenhados que esculpidos, certamente existem alterações formais que, devidas a influências específicas ou simplesmente a gostos precisos de um superar dessa monotonia elegante de um período preciso, são passíveis de ser constatadas. Serão precisamente essas pequenas modificações formais que nos podem auxiliar na determinação cronológica, mais ou menos calibrada, fornecida pelos exemplares chegados até nós.

Assim, mesmo durante a época de Augusto, podem-se observar algumas modificações de um esquema canónico tomado por base. Antes de mais, a própria proporção do exemplar. Se durante a primeira metade do sec. I, as duas coroas de folhas atingem cerca de metade da altura total do capitel, a partir de então elas ultrapassam essa proporção⁹.

Função estrutural e função decorativa serão igualmente fenómenos que, progressivamente, irão estabelecer uma dicotomia. Ainda que nos seja difícil de aceitar a opinião de Pierre GROS num primeiro momento, quando afirma que são raros os capitéis onde a decoração com acantos estabelece uma dinâmica orgânica com a função tectónica do *kalathos*¹⁰, exceptuando os capitéis do Templo B do Largo Argentina e alguns ostienses datados de entre os finais do sec. II a.C e os inícios da seguinte centúria, é difícil não aceitar essa distinção à medida que avançamos no tempo uma vez que as alterações decorativas do capitel coríntio tornarão cada vez mais clara essa dicotomia. Exemplificativo de uma tal alteração é aquela que observamos relativamente ao arranque das folhas de acanto. Se até à época flávia, mas sobretudo durante o período dos Júlios-Cláudios, podemos observar peças onde as duas coroas de folhas - *imma* e *summa folia* - arrancam da base da peça¹¹, a partir de então constataremos, gradualmente, um alargamento das folhas da *imma folia* no que respeita à sua base e a um recobrir das folhas que, por trás daquelas, se elevavam até cerca de meia altura da peça¹².

⁹ Como refere PENSABENE, ob. cit., p. 213, n. 2, será com base essencialmente nos capitéis de época flávia e posterior que se basearão as teorizações dos arquitectos do Renascimento, como seja o caso de Palladio, o qual estabelece que a altura das duas coroas de folhas deverá corresponder a cerca de dois terços da altura total do *kalathos*.

¹⁰ GROS, ob. cit., p. 211.

¹¹ Como nos é exemplificado por vários exemplares ostienses: PENSABENE, ob. cit., p. 53, n.º 199 - finais do sec. II a.C/inícios sec. I a.C; pp. 54 e 55, n.º 208 - de entre os finais da época republicana e os inícios do período augustano; p. 57, n.º 216 - época de Tibério; pp. 57 e 58, n.º 218 - datado de época tardo-augustana ou já dos inícios dos Júlios-Cláudios.

¹² Cf. FAGERLIND, ob. cit., pp. 122 e 123.

Era, deste modo e durante os primeiros tempos, a confirmação da lenda que Vitruvius, em época de Augusto, traduzia em tratado: as folhas do acanto, crescendo da terra, irrompiam pelo cesto que fora colocado por cima¹³.

Um elemento importante quanto à análise de qualquer capitel coríntio refere-se à morfologia dos seus lóbulos. Na verdade, encontramos durante a época de Augusto e mesmo durante o final da República uniões interlobulares que definem pequenos pontos, ligeiramente rebaixados e de formato circular, que são sobrepostos a outros de formato triangular, criados pela sucessiva união das folhinhas justapostas que informam a composição lobular. A terminação dos lóbulos é alongada e o efeito geométrico da composição é acentuado. A morfologia das terminações lobulares, bem como a das uniões estabelecidas entre as mesmas, pode fornecer-nos alguns dados em termos cronológicos, como teremos ocasião de observar quando analisarmos as peças da Lusitânia Ocidental. Tal morfologia relaciona-se directamente com o tipo de folha empregue - espinhoso, de harpões, em gota ... - e de acordo com a evolução - afastamento ou decalque - do próprio modelo¹⁴.

O verdadeiro capitel normal romano pode ser reconhecido no Templo de Mars Ultor, em Roma, onde a utilização do mármore lunense, associado a uma tradição grega, estabelece um marco estilístico no emprego deste tipo de capitéis. A linearidade da decoração destas peças fez com que alguns autores lhe atribuíssem o epíteto de "decoração metálica"¹⁵, o que ilustra bem o tipo de ornamentação e de talhe empregues na sua execução.

Apesar desta elegância e leveza que detectamos em algumas peças desta época em Roma, outras tendências vão prevalecendo em diversas cidades romanas, ou mesmo em relação às províncias. O período de Augusto, inclusivamente, introduz particularidades e características distintas quanto à decoração deste tipo de material, o que leva a considerar modelos diferenciados, tal como refere FAGERLIND definindo três tipos distintos de capitéis entre 36 a.C até 25 d.C.¹⁶.

Progressivamente, a decoração torna-se mais liberta e menos aderente ao *kalathos*. As folhas adoptam uma liberdade naturalista que contrasta com a antiga rigidez e perfeição. As terminações lobulares tornam-se mais arredondadas e a nervura central passa a ser definida por sulcos laterais em vez de ser modelada de forma relevada no centro. Os antigos pontos de sombra triangulares adoptam uma proporção mais

¹³ Vide GRANGER, ob. cit., Book IV, C. I (pp. 208 e 209).

¹⁴ Quanto à morfologia do acanto, e concretamente, dos tipos de folha durante a época proto-augustana e augustana cf. ROTH-CONGÈS, A., "L'Acanthe dans le décor Architectonique Protoaugustéen en Provence", *Révue Archéologique de Narbonnaise*, Tome XVI-83, Ed. C.N.R.S., Paris, 1984, pp. 103-134.

¹⁵ FAGERLIND, ob. cit., p. 130.

¹⁶ FAGERLIND, ob. cit., p. 131.

alongada, em forma de olho, dispostos obliquamente e adquirindo, gradualmente, uma posição mais rígida e vertical.

O último registo decorativo - compreendido entre a *summa folia* e o ábaco - apresenta-se decorado por hélices e volutas que saem dos caulículos - dois em cada face - e que são acompanhadas por meias-folhas que adoptam morfologia semelhante à das folhas dos registos inferiores. Num primeiro momento - primeira metade do sec. I - hélices e volutas posicionam-se ligeiramente oblíquas, suportando o peso do ábaco e dos elementos arquitecturais superiores (arquitrave/entablamento), de forma orgânica. Função estrutural e função decorativa encontram-se, aqui, perfeitamente interligadas, demonstrando uma naturalidade e uma elegância próprias. Avançando no tempo, esses elementos abrem-se, adoptando uma posição mais inclinada e indiciando um maior peso da função estrutural em detrimento da decorativa. Tal modificação prende-se directamente com a alteração da proporção do capitel. Concedendo uma menor altura a este último registo decorativo com o consequente aumento da dimensão das duas coroas de folhas, hélices e volutas dobram-se sobre o peso do ábaco e da estrutura que se lhe sobrepõe.

Os caulículos são também decorados e apresentam geralmente sulcos verticais que terminam em orla, recortada ou decorada por pequenas folhinhas. Esta última versão ocorre geralmente em época mais tardia, prolongando-se por todo o sec. II ou mesmo por épocas posteriores. Também a inclinação que detêm acompanha aquela constatada em relação às hélices e volutas. Se inicialmente - primeiras décadas do sec. I - eles se mostram ligeiramente inclinados, pouco se afastando do eixo de simetria das faces centrais, adoptarão, passado esse primeiro momento, uma posição cada vez mais acentuada para o exterior, e assumindo um relevo mais marcado. Tal característica pode, da mesma forma, ser verificada nos restantes elementos ornamentais.

Em termos globais, a grande modificação opera-se a partir de época flávia. Não só os vários pormenores decorativos identificadores da primeira fase se mostram alterados, como é a própria noção de efeito plástico da peça que se distancia. A introdução do trépano, enquanto solução decorativa que marca o contorno dos vários ornamentos, vem modificar a antiga utilização dessa técnica, à qual se recorria de forma predominantemente pontual. Os sulcos aprofundam-se, os relevos acentuam-se e os contrastes de luz e sombra são, cada vez mais, procurados. Como refere PENSABENE "Se sotto Augusto e in parte dell'epoca giulio-claudia gli effetti decorativi sono affidati soprattutto ai valori plastici, alla finezza del disegno e al senso della proporzioni, già in quest'ultima epoca si può osservare una maggiore rigidezza nell'intaglio (...) La trasformazione definitiva dei processi insisti nella tarda età augustea e in quella giulio-

claudia in un nuovo stile, che apporterà mutamenti notevoli anche nel modo di lavorazione degli elementi decorativi architettonici, avverrà nel periodo flavio"¹⁷.

Inúmeros pormenores decorativos, e respectivas alterações quanto ao seu aspecto formal, poderiam ser apontadas. Parece-nos no entanto desnecessário referirmos as pequenas modificações que se vão plasmando. Se algumas podem ser imputadas a correntes específicas, outras há, que são simplesmente produto de gostos de oficina ou de contextos particulares. A análise dos capitéis que apresentaremos no seguinte Volume recorrerá à comparação de tais pormenores e sublinhará a sua importância numa procura de cronologias mais ou menos calibradas. Gostaríamos, tão somente, de chamar a atenção para o facto da análise deste tipo de peças não se bastar pela detecção de modismos singulares quanto à ornamentação de um elemento determinado. A análise, a ser pertinente, terá, obrigatoriamente, que tomar a peça no seu conjunto, quer quanto à morfologia própria de cada um desses elementos, quer no que respeita ao efeito plástico geral, à volumetria da peça ou à presença/ausência de determinados motivos.

Tais modificações, pensamos, serão mais facilmente constatadas tomando como ponto de partida um exemplar concreto, como teremos oportunidade de observar nas análises comparativas que realizaremos.

Abstraindo de tais detalhes, são de realçar correntes mais marcantes e profundas e que, por essa mesma razão, exercerão influência não só na capital do Império, como também nas províncias. Assim, assinalamos durante a segunda centúria uma nítida influência asiática, que se faz sentir em Roma nos primeiros decénios desse século e que se deverá em grande medida ao trabalho levado a cabo pelo arquitecto oriental Apolodoro de Damasco. Trabalhando nos *ateliers* do *forum* de Trajano, foi o responsável pela elaboração de peças distintas que aliavam uma recuperação de alguns dos motivos tradicionais da época de Augusto a correntes asiáticas. Tais tendências serão sublinhadas durante a dinastia Adriana, fenómeno que igualmente pode ser assinalado, como foi por nós observado quanto ao capitel jónico, por uma recuperação de motivos dos inícios do Império, não só quanto à forma mas, essencialmente, quanto ao conteúdo mental dos mesmos.

O sec. II vai mostrar-se como o período mais importante da utilização do capitel coríntio. Época que ficará marcada por um emprego intenso desta ordem arquitectónica, para o que terá contribuído o exemplo desempenhado por Roma onde, perante uma intensa actividade edilícia, será esta a ordem de eleição¹⁸. Trajano e Adriano empenhar-se-ão num renovamento urbanístico da capital - *forum* de Trajano, a Cúria e a Basílica Ulpia, a criação do novo porto, o *Capitolium*, as Termas de Neptuno - que, pela

¹⁷ PENSABENE, ob. cit., p. 217.

¹⁸ PENSABENE, ob. cit., pp. 225 e 226.

magnitude e grandiosidade atingidas por tais edificações, ultrapassará as fronteiras de Roma.

Mas este será também o período da máxima extensão do Império. Trajano e Adriano representam, como refere GARCIA Y BELLIDO, o apogeu militar do Império¹⁹. As conquistas militares traduziram-se, do mesmo modo, numa implantação material do poder do Estado. Os edifícios construídos nas províncias, quer nas já criadas, quer nas recém conquistadas - províncias transdanubianas, a Arménia, a Assíria, a Mesopotâmia e parte da actual Jordânia, com a conquista de Petra aos nabateus - plasmavam um Império no seu máximo que templos, *fora*, estradas e *villae* iam atestando na realidade da nova civilização.

A sublinhar este aspecto, e justificando o interesse sobre algumas das províncias ocidentais, certamente terá sido significativo o facto destes dois imperadores terem nascido em solo Hispano. Algumas das obras e edificações levadas a cabo nestas províncias comprovam a atenção a elas devotada, bem como o orgulho de serem parte integrante, de pleno direito, da nova ordem política.

Decerto que estes factores deverão ter influenciado na generalização das modas e gostos que então se operavam no centro do Império. As alterações estéticas, a propagação dos cartões, o conhecimento das técnicas, rapidamente terão atingido as províncias ocidentais. A Lusitânia, tal como as restantes províncias Hispanas²⁰, não ficou de fora desta nova "cultura socializada".

Mais uma vez, comprovamos que a divulgação dos modelos se opera, na sua grande maioria, a partir da capital para o restante Império. Mais ou menos modificados, mais ou menos fiéis, esses modelos servirão sempre de base para a reprodução, em locais longínquos da capital, de materiais que, pela sua proximidade - simbólica ou estilística - fazem participar mesmo as *ciuitas* mais isoladas, na plena romanidade do Império.

A terceira centúria introduz uma inovação importante, no que diz respeito à decoração do capitel coríntio. Trata-se do acanto espinhoso de origem asiática, que em época severiana é largamente utilizado em Roma²¹. No entanto, e no que se refere às províncias hispanas, este tipo de capitel não terá grande aceitação. Com efeito, ele "...conta con una presencia minoritaria (...) puesto que únicamente está atestiguado en Itálica, Córdoba e Hispalis. Los rasgos esenciales que conforman el corintio asiático ya estaban definidos en Asia Menor en la segunda mitad del siglo II, pero su mayor

¹⁹ GARCÍA Y BELLIDO, A., *Arte Romano*, Madrid, 1995, pp. 337 e ss.

²⁰ No que diz respeito à província da Bética vide THOUVENOT, R., *Essai sur la Province Romaine de Bétique*, Paris, 1940, pp. 617 e ss., onde o autor refere que apesar de se detectarem particularismos decorativos em relação aos capitéis, eles seguem, em termos gerais, os modelos do centro do Império.

²¹ PENSABENE, ob. cit., p. 235.

desarrollo se logrará a partir de época severiana; su difusión en Occidente se realizó gracias a la escuela de Afrodisias"²².

Na continuação das obras concretizadas durante a época de Trajano e de Adriano, a dinastia dos Severos irá continuar esse programa de renovação urbanística, o qual se poderá traduzir, mais que numa construção de raiz de novos edifícios, numa alteração dos já existentes. A "*Forma Urbis Severiana*" atesta uma renovação urbanística pensada no seu conjunto, correspondendo a "... el último resultado conocido de una serie de planos y mediciones catastrales de Roma hechos con fines fiscales y urbanísticos en distintas épocas"²³.

Nas províncias africanas, sendo de lembrar que o imperador era natural de Leptis Magna, várias construções demonstram a actividade edílica durante o seu reinado, Sabratha, El Jem, Thugga, Theveste, Cuicul, são algumas das cidades onde vários edifícios de carácter público foram erigidos.

A escultura desta época apresenta características semelhantes às da decoração dos capitéis coríntios²⁴. Aquela, caracterizou-se por um cunho claramente impressionista que baseava o seu traçado num forte e corrente uso do trépano, fazendo contrastar movimentos e relevos sinuosos com superfícies claras e polidas. Na continuação de uma tradição flávia onde o efeito de luzes e sombras se generaliza, a alternância de volumes e a frequente utilização do trépano passam a ser características também no que se refere aos capitéis.

O desenvolvimento destas tendências já anteriormente ensaiadas, associa-se a outros dois fenómenos que irão marcar, de modo permanente, a produção destas peças. Por um lado, a importação maciça de materiais provenientes dos centros orientais do Egeu, que passarão a decorar os edifícios em renovação na capital do Império - restauro do estádio de Domiciano ou o Coliseu por exemplo -; por outro, o retomar da produção das oficinas de mármore de Roma, fenómeno que se irá prolongar pela centúria seguinte²⁵.

Porém, num quadro global, esta época é igualmente caracterizada por um desvirtuar da antiga unidade formal do capitel. Baseado numa orgânica interna de imitação do mundo natural, proximidade essa mais ou menos conseguida, o capitel perde

²² GUTIERREZ BEHEMERID, M^a Angeles, "La valorización del capitel Romano através de los modelos corintio, compuesto y corintizante", *Coloquio internacional de capiteles corintios Prerrománicos e Islámicos (ss. VI-XII d.C.)*, Madrid, 1990, p. 13.

²³ GARCIA Y BELLIDO, ob. cit., p. 546.

²⁴ Quanto à escultura deste período pode-se ver KLEINER, Diana E. E., *Roman Sculpture*, Yale Publications in the History of Art, London, 1992, pp. 317 e ss.

²⁵ PENSABENE, Patrizio, "Le Merci gli Insidiamenti", *Società Romana e Impero Tardoantico*, Vol. III, Editora Laterza, 1986, pp. 286 e ss.

progressivamente esse efeito plástico sabiamente adquirido e extravasa com nitidez a simbiose contida entre função e decoração.

As folhas documentam bem essa alteração. A clareza das composições lobulares desaparece, os efeitos do trépano são cada vez mais marcantes, o contorno da folha é contínuo, a nervura central é marcada por profundos sulcos, geralmente sublinhados aqui e além por outros pontos alongados de trépano. Os caulículos tornam-se rígidos e volutas e hélices acusam, paulatinamente, uma obliquidade para o exterior cada vez mais acentuada. A par destas transformações, não é raro assistirmos a uma perda de alguns dos elementos, geralmente aqueles que, pelo seu preciosismo e pormenor, se tornam secundários em peças que valem, antes de mais, pelos efeitos plásticos de conjunto.

Tais aspectos irão ser sublinhados durante a seguinte centúria, a qual expressará essencialmente uma simplificação dos motivos. Este processo ocorrerá a par com a crescente importância de outro tipo de capitéis, como é o caso dos capitéis de folhas lisas, do capitel corintizante, e dos tipos composto e misto, como teremos ocasião de observar. A multiplicidade de soluções decorativas associa-se a influências que já anteriormente se faziam sentir, como é o caso das recebidas do Norte de África ou das províncias Orientais.

As proporções das peças são transformadas, sendo vulgar a elaboração de capitéis coríntios só com uma coroa de folhas, ainda que este facto se torne mais notório relativamente aos capitéis de folhas lisas muito mais do que nos capitéis coríntios de *acanthus mollis*. O trépano é usado de forma mais pontual e as nervuras, anteriormente realizadas através de tal procedimento, aparecem agora geralmente incisivas. Apesar destas alterações o capitel coríntio continua a gozar de popularidade, quer na capital quer nas províncias. Pode-se mesmo dizer que "La difusión del orden corintio en el siglo IV afecta un mayor número de localidades, ya que, junto a los centros tradicionales, contamos ahora con núcleos que no habían proporcionado material de este tipo, si bien el número de piezas que corresponden a este momento no es muy abundante"²⁶.

Tal fenómeno prolongar-se-á durante as épocas seguintes, e para o compreender bastará constatar o facto de que em época visigoda²⁷ será também este o tipo de capitel mais empregue. Os traços gerais definidos para os sec. III e IV prolongam-se mesmo depois destas centúrias, não sendo possível estabelecer um corte definido entre os exemplares ditos classicistas e aqueles que anunciam alterações cada vez mais substanciais em relação a essa matriz.

No que se refere às províncias, essa análise depara-se-nos ainda mais difícil de estabelecer. Aqui, as influências são múltiplas e o afastamento em face dos *ateliers*

²⁶ G. BEHEMERID, ob. cit., 1990, p. 14.

²⁷ Sobre o capitel visigodo vide SCHLUNK, H., "Arte Visigoda", *Ars Hispaniae II*, Madrid, 1997.



centrais é cada vez maior. A alteração do sistema de produção deste tipo de materiais, que passa, a partir do sec. III, a funcionar em oficinas cada vez mais pequenas e a procurar encomendas em locais progressivamente mais distantes, certamente terá também concorrido para essa alteração do quadro base²⁸.

Os modelos a copiar permaneciam romanos, perfeitamente classicistas por vezes, mas cujas alterações não seguiam regras definidas e dependendo por vezes de tradições formais e estilísticas características de uma determinada região, ou de tendências específicas de centros oficinais. Como refere HAUSCHILD, "Estamos delante de un nuevo concepto o una creación de capiteles a base de modelos más antiguos, en el sentido de un nuevo naturalismo clásico. (...) es significativo para la época visigoda que este modelo de capitel clásico, que aparece en el siglo VII, no llega a ser académico. Los característicos capiteles del mausoleo de S. Fructuoso no tienen comparaciones y no fueron copiados, lo que confirma la existencia de centros artísticos con su propio estilo formal"²⁹.

²⁸ Quanto ao funcionamento das oficinas *vide* Capítulo 4 do Volume IV do presente trabalho.

²⁹ HAUSCHILD, Theodor, "Copias y derivados del capitel Romano en época Visigoda", *Coloquio Internacional de Capiteles corintios Prerrománicos e Islámicos (ss. VI-XII d.C.)*, Madrid, 1990, pp. 30 e 31.

O CAPITEL CORÍNTIO NO ACTUAL TERRITÓRIO NACIONAL

A indicação de algumas peças correspondentes à presente ordem arquitectónica existentes em território nacional, não permite adiantar, em boa verdade, grandes considerações quanto ao emprego da ordem coríntia na região da Lusitânia Ocidental, área geográfica que, presentemente, nos concerne.

Ainda que tenhamos aplicado tal metodologia em relação às ordens arquitectónicas já referenciadas onde³⁰ esse tipo de análise permitiu sublinhar algumas das ideias avançadas durante o estudo concreto dos exemplares, no caso vertente tal não nos parece de grande relevo. Não obstante, apontaremos de forma muito sucinta alguns dos exemplares, a maior parte dos quais já referenciados bibliograficamente - **MAPA 1** - que podem ser registados no território actualmente português.

O núcleo mais importante refere-se a Beja. A Dissertação de Mestrado³¹ apresentada há poucos anos e referente aos capitéis romanos desta cidade indica-nos onze exemplares que se integram na classificação de coríntio. De entre estes, três são atribuíveis pela autora ao sec. I, dois abrangem o período de transição entre a primeira e a segunda centúria e outros dois correspondem ao sec. II³². A qualidade técnica e estilística destes exemplares é inegável e a confirmar-se a cronologia proposta pela autora são peças que, certamente, corresponderão ou a um mesmo programa construtivo/decorativo ou a diferentes fases do mesmo.

Exemplares de Mértola indicam-nos, da mesma forma, a utilização do capitel coríntio nesta cidade, concretamente uma peça de grandes dimensões que observámos junto da Alcáçova e que nos parece ser de época relativamente tardia, provavelmente do sec. III, ou então, tratar-se-á de uma reelaboração local algo anterior. São ainda de anotar mais algumas peças que, actualmente, se encontram no núcleo romano da Câmara Municipal de Mértola e que talvez remontem a épocas mais antigas³³.

³⁰ Como foi o caso dos "capitéis jónicos lisos de influência toscana".

³¹ RIBEIRO, M^a Antonieta Brandão da Silva, *Capitéis Romanos de Beja*, Dissertação de Mestrado em História da Arte da Antiguidade apresentada à F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1994.

³² RIBEIRO, ob. cit., vol. II - Catálogo, peças com os ns^o 3-11.

³³ Gostaríamos de agradecer ao Dr. Cláudio Torres a autorização para a observação deste exemplar, bem como ao Dr. Virgílio Lopes o facto de nos ter acompanhado na visita ao local e de nos ter mostrado algumas fotografias desta e de outras peças. Este investigador elabora presentemente o catálogo das peças encontradas durante os trabalhos de arqueologia levados a cabo na Câmara Municipal de Mértola de que resultou o núcleo romano musealizado.

De Loulé chega-nos a notícia de um exemplar coríntio, talvez do sec. III, ainda que nos seja difícil confirmar essa datação já que a reprodução fotográfica onde é referenciado não possui qualidade suficiente³⁴.

Nas reservas do Museu Arqueológico e Lapidar do Infante D. Henrique, em Faro, encontram-se vários exemplares coríntios, alguns tardios, outros atribuíveis aos sec. II e III³⁵. Identificam-se igualmente quatro fragmentos de capitéis coríntios de placa, provenientes, três de Milreu e um outro do Algarve, sem que seja indicado, quanto a este último, uma indicação mais específica, no entanto, as proximidades tipológicas e estilísticas podem apontar o mesmo local de origem dos anteriores³⁶. Também de Milreu, mas conservado no Museu de Lagos, anotamos um outro capitel, desta vez de coluna, enquadrável igualmente em cronologias avançadas como o sec. IV³⁷. Daquela localidade, existe um outro fragmento de capitel pertencente ao santuário de água de Milreu e que, pela cerâmica encontrada em contexto, nos indica a mesma cronologia³⁸.

Vários fragmentos de capitéis coríntios provêm-nos de Conimbriga. Encontram-se datados da época flaviana e, ainda que tratando-se de fragmentos, indicam-nos um trabalho de certa qualidade³⁹.

Mais a Norte, encontramos no Fundão dois exemplares também coríntios, de pequenas dimensões, atribuíveis ao sec. III⁴⁰.

Partindo do princípio de que esta foi uma das ordens arquitectónicas mais difundidas em todo o território romano, sem dúvida que as lacunas informativas que, actualmente, possuímos quanto à sua dispersão, se devem ao desconhecimento dos materiais guardados nas reservas dos museus e ao sucessivo reaproveitamento deste tipo de materiais em construções posteriores. Certamente que outros exemplares haverá, não pretendemos, no entanto, apresentar aqui um levantamento exaustivo dos capitéis coríntios em território nacional.

A segunda centúria afigura-se-nos, não obstante esta ausência informativa, como o período que concentra maior número de capitéis coríntios. Apesar disso, a prova da

³⁴ OLIVEIRA, Ataíde, *Monografia do Concelho de Loulé*, Foco Editora, Faro, 1989 (estampa a seguir à p. 284).

³⁵ FERNANDES, Lídia, (entradas de catálogo sobre quatro capitéis) *Catálogo da Exposição de Sagres - O Algarve Antigo: noventa séculos entre a Serra e o Mar*, (em publicação).

³⁶ MATOS, José Luís de, (Coord.) *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia - Coleção de Escultura Romana*, Ed. I.P.C.M/I.P.M., Lisboa, 1995, pp. 188 e 189.

³⁷ HAUSCHILD, Theodor, "O Edifício de Culto do complexo de Ruínas Romanas perto de Estói, na Província da Lusitania", *Arqueologia e História*, Série X, vol. I/II (I), Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1984/1988, p. 144, fot. 11. A cronologia que o autor indica é a da primeira metade do sec. IV; HAUSCHILD, 1990, p. 29, Lám. II.

³⁸ HAUSCHILD, ob. cit., 1984/1988, p. 145; HAUSCHILD, ob. cit., 1990, p. 29.

³⁹ ALARCÃO, Adília, *Museu Monográfico de Conimbriga - Coleções*, Ed. I.P.M., Lisboa, 1994, p. 88, nº 212.1-3; nº 213.1-2; p. 148, nº 457.

⁴⁰ GUTIERREZ BEHEMERID, ob. cit., 1992, p. 126, nsº 618 e 619.

sua continuidade e da preferência a ela votada pode ser comprovada por peças muito mais tardias, onde se consegue vislumbrar, de forma nítida, a influência classicizante da decoração coríntia tradicional⁴¹.

Apesar dos exemplares indicados, torna-se evidente a escassez de capitéis coríntios, sobretudo quando em comparação com o território vizinho. Com efeito, o levantamento publicado em 1992 por GUTIERREZ BEHEMERID referente aos capitéis da Península Ibérica, incluindo-se o actual território português, é elucidativo quanto a este aspecto, uma vez que a autora apresenta 517 peças⁴². Desse total, nove exemplares são provenientes do território nacional⁴³. Comparado tal número com os vinte e oito exemplares identificados na Lusitânia Ocidental, aquele levantamento afigura-se-nos deficiente para o caso português.

Entre as 517 peças classificadas como coríntias surgem-nos, em primeiro lugar, aquelas que apresentam uma cronologia compreendida entre a época tardo-republicana e o período augustano, correspondendo a um total de 198 exemplares. Seguidamente apresenta-se-nos o sec. II com 138 peças, e depois o sec. III com 71 exemplares. 60 capitéis integram-se cronologicamente na segunda metade do sec. I e, por último, o sec. IV com 20 exemplares.

É manifesta a diferença. As duas primeiras centúrias são, de facto, aquelas em que se produziu nas províncias mais ocidentais do Império, um maior número de capitéis coríntios.

Como teremos ocasião de observar no que respeita à Lusitânia Ocidental, podemos decalcar quase o mesmo quadro, uma vez que é igualmente o sec. I e o sec. II as épocas que nos demonstram uma maior concentração de capitéis pertencentes a esta ordem arquitectónica.

⁴¹ Somente como exemplo poderíamos indicar algumas peças de Vila Mou: MOREIRA, Manuel António F., "A fundação do Mosteiro de Santa Maria de Vila Mou e a Reorganização da Terra Vinha (sec. IX)", *Caminiana*, ano VII, nº 11, Caminha, p. 95, fig. 7; ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *História da Arte em Portugal*, Vol. 2, Publ. Alfa, Lisboa, 1986, p. 16 - capitel coríntio de S. Frutuoso de Montélios; p. 103 - capitel de pilastra e capitel de meia-coluna, num mesmo bloco pétreo, também de S. Frutuoso de Montélios; pp. 40 e 42 - capitéis de Vila Mou.

⁴² GUTIERREZ BEHEMERID, ob. cit., 1992, pp. 57-146, nsº de inv. 128-645.

⁴³ *Ibidem*, Torres Vedras - p. 89, nº 292; Conimbriga - p. 89, nº 293; Beja - p. 98, nsº 364 e 365; Milreu - p. 122, nsº 574 e 575; Beja - p. 125, nº 614; Fundão - p. 126, nsº 618 e 619.

O CAPITEL CORÍNTIO NA LUSITÂNIA OCIDENTAL

São vinte e oito os exemplares que apresentamos no presente trabalho e que se integram na classificação de "capitéis coríntios".

Se, à partida, este número corresponde a uma percentagem razoável de entre a totalidade das peças que agora apresentamos na região agora considerada, essa importância reduz-se quando constatamos que, na sua maior parte, provêm de um mesmo edifício.

Encontram-se neste contexto os doze capitéis ainda *in situ* do templo romano de Évora - 57-68 -, bem como os sete exemplares pertencentes ao teatro romano de Lisboa - 69-75 - ainda que estes não se encontrem integrados na estrutura arquitectónica a que são atribuíveis.

A análise que realizaremos destes exemplares será distinta, também no que se refere a estes dois conjuntos. Deste modo tratar-se-á de um estudo conjunto das peças que são iguais entre si - doze capitéis do templo de Évora e sete do teatro de Lisboa -, passando a uma análise individual em relação aos que nos surgem isolados.

A distribuição geográfica destes exemplares - MAPA 2 - apesar de não poder ser considerada uniforme devido às poucas peças que aqui se apresentam, mostra uma concentração que, dadas as razões anteriormente apontadas, não nos permite circunscrever uma área geográfica que destaque, predominantemente, uma região.

Não obstante, a zona de Lisboa depara-se-nos como um dos locais mais importantes no que se refere à existência de edifícios, públicos ou não, que empregariam provavelmente esta ordem arquitectónica na sua decoração.

Temos, assim, para além dos capitéis do teatro, duas peças da Rua das Padarias - 78 e 79 - e uma outra proveniente do Castelo de S. Jorge - 84 -. Um exemplar guardado no Museu Arqueológico da Associação dos Arqueólogos Portugueses poderá provir da região de Lisboa, ainda que não tenhamos a certeza - 83 -. Fora do perímetro urbano da Lisboa romana temos, nas suas imediações, uma peça proveniente de Torres Vedras - 76 - e uma outra de Faião - 77 -. Desta forma, constatamos uma concentração de peças no *territorium olisiponense*.

As localidades de onde provêm as restantes peças correspondem, curiosamente, quase exclusivamente a cidades. Santarém (a antiga *Scallabis*), com um conjunto extremamente interessante, ainda que restrito a dois capitéis coríntios, mas de cujo horizonte cronológico e estilístico se podem aproximar outros capitéis corintizantes.

Apesar do seu mau estado de conservação, as semelhanças entre si permitem-nos tirar ilações quanto às oficinas que produziram tais exemplares, aspecto que será abordado em capítulo distinto. Quanto a Évora, escusado será referir, mais uma vez, a importância desta cidade. Interessante será o facto de ter sido a ordem coríntia a escolhida para o templo de culto ao imperador. A escolha desta ordem arquitectónica, preterindo outras que, em edifícios muito próximos foram empregues⁴⁴, sugere a existência de uma relação directa entre edifícios de carácter público institucional e o emprego da ordem coríntia, demarcando assim uma simbologia específica entre capitel/ordem e imagem/poder.

Se analisarmos estas peças do ponto de vista cronológico, como teremos ocasião de ver na análise comparativa a realizar no próximo Volume, podemos concluir de uma concentração marcante de peças atribuível às duas primeiras centúrias da nossa era, aspecto a que já aludimos anteriormente. Com efeito, são quatro os exemplares que apresentam datações da segunda centúria, ainda que alguns deles possam apontar para especificações cronológicas um pouco mais antigas ou algo posteriores.

A primeira centúria afigura-se-nos como a que mais exemplares integra. Se em termos absolutos corresponde àquele período o maior número de peças, em termos relativos existem dezanove exemplares que integram um mesmo conjunto arquitectónico⁴⁵.

Por último, dois dos exemplares que apresentamos integram-se em épocas posteriores. Esta ausência de um conjunto substancial de peças tardias no que se refere ao capitel coríntio, representando a ordem arquitectónica mais empregue no centro do império e nas províncias, não deixa de ser estranha. Esta escassez pode ser devida a uma simples casualidade, atribuível a um vazio de conhecimento histórico, mas que se torna marcante quando comparada com a incidência das restantes ordens arquitectónicas, em especial a jónica e o capitel coríntio de folhas lisas, como teremos ocasião de observar. Tal fenómeno, não obstante, integra-se no quadro já referido constatado na Hispania.

Um outro dado a salientar diz respeito à existência de um capitel de imposta, proveniente de Faião - 77 - sendo a única peça deste tipo que apresentamos neste trabalho. Este facto, aliado às características estilísticas que o mesmo documenta, bem como a cronologia que lhe atribuímos⁴⁶, leva-nos a considerá-lo como resultado de distintas correntes decorativas, talvez devidas a um contributo mais helenizante, ou

⁴⁴ Como parece ter acontecido com o capitel jónico encontrado no actual Museu de Évora e que, possivelmente, poderá ter pertencido à basílica romana do *forum* da cidade. Sobre este aspecto *vide* Capítulo 3.4.1 do Volume IV.

⁴⁵ Já que se integram nesta franja cronológica os sete exemplares do teatro romano de Lisboa, bem como os doze do templo de Évora.

⁴⁶ Quanto a este aspecto gostaríamos de agradecer algumas das informações fornecidas pela Doutora Gutierrez Behemerid, a qual, gentilmente, nos esclareceu algumas das dúvidas que tínhamos quanto a este exemplar.

produto de *ateliers* onde desempenhariam funções alguns mestres gregos, apesar de nada mais que o seu léxico ornamental nos poder auxiliar num esclarecimento dessas ou de outras tendências.

Tal novidade decorativa é tanto mais de sublinhar quanto, em relação às restantes peças, encontramos exemplares que seguem, de forma mais ou menos próxima, os motivos mais habituais do capitel coríntio, como se verifica no centro do Império. Daí, também, que um grande número de comparações seja estabelecida com capitéis ostienses, entre outros. Assim, verifica-se na maior parte das vezes uma maior ou menor proximidade com o léxico decorativo desses exemplares, uma mais hábil ou menos conseguida realização, uma maior proximidade ou afastamento quanto a esses motivos. O exemplar de Faião, pelo contrário, não pode ser directamente relacionado, quanto a alguns dos seus pormenores decorativos, com os capitéis coríntios canónicos, razão pela qual, tivemos que encontrar paralelos em outro tipo de materiais, como seja o caso de frisos, capeamentos e frontões.

Podemos dizer genericamente que o capitel coríntio, na região que agora analisamos, desempenhou um papel importante no plasmar do novo domínio político.

As peças atribuíveis à primeira centúria documentam-nos globalmente uma opção intencional por esta ordem arquitectónica introduzindo um corte profundo com materiais e técnicas até então utilizados, ainda que estas últimas sejam já denunciadoras de uma certa rendição às novas tendências decorativas e aos novos conceitos arquitecturais e urbanísticos.

O conjunto de capitéis do teatro romano de Lisboa pode-nos ilustrar a conciliação destas duas tendências. A confirmar-se o seu revestimento a estuque, do qual nada nos chegou, teríamos deste modo, a opção por uma ordem arquitectónica claramente de importação, associada a uma técnica que, certamente, seria própria do gosto local. Não queremos com isso afirmar que o revestimento a estuque deste tipo de materiais traduza uma tradição local. Bem longe disso, constatamos que tal solução era habitual na Roma republicana e dos primeiros tempos imperiais. Este recurso não obrigava a uma tão grande especialização como aquela, que implicava o talhe directo da pedra seguindo matrizes, cartões e cânones previamente definidos. Por outro lado, a utilização de um material tão pouco nobre, como era o calcário conquífero da colina do Castelo, demonstra claramente o apego aos recursos locais, bem como a utilização de mão-de-obra indígena num primeiro tratamento de talhe ou desbaste da pedra.

Esta observação, articulada com a utilização, num mesmo espaço arquitectónico, de capitéis jónicos, alguns dos quais, como já observámos em capítulos anteriores⁴⁷,

⁴⁷ Vide Capítulo 3 e 4 do presente Volume.

podem ser relacionados com uma tradição local ou regional mais antiga, ilustra-nos a nova tendência que, a partir de Augusto, impera sobre a decoração.

O templo romano de Évora pode, quanto a este aspecto, assinalar uma fase seguinte de apreensão mais profunda de uma nova ordem arquitectónica onde os capitéis dominam como o ponto máximo da romanidade. Ilustradores dos modelos importados, seja produto da actividade de mestres gregos ou de canteiros vindos da capital do Império ou, mais provavelmente, da capital de província, eles culminam, sintomaticamente, num templo dedicado ao imperador.

Mas também aqui, curiosamente, a sujeição não foi total. O revestimento a estuque dos fustes em granito da colunata que integra o templo, estabelece uma ligação, ainda que modesta, a uma tradição certamente mais antiga. Se relacionarmos esta solução decorativa e arquitectónica com o capitel jónico encontrado no museu da cidade, que também emprega o granito e que seria revestido a estuque (ainda que tal ideia não seja mais do que uma hipótese) teríamos assim, num mesmo local da nova cidade de recente direito romano, a materialização desta duas tendências.

Como já referimos, a existência de poucos exemplares atribuíveis a uma época tardia, o que pode ser explicado por uma substituição por outras peças - por exemplo os capitéis de folhas lisas que são muito mais simples - pode-nos trazer pistas no sentido de o emprego do capitel coríntio corresponder a uma imposição, mais institucional que de gosto, no que se refere, pelo menos, à região mais ocidental da província da Lusitânia.

Só o estudo de outros exemplares, bem como a análise da respectiva distribuição geográfica e contexto arquitectónico, poderão fornecer mais informações que nos auxiliem a confirmar ou a refutar as meras hipóteses que, por agora, nos atrevemos a apresentar.

ELEMENTOS DECORATIVOS

FOLHAS

Nem sempre foi possível individualizar os diversos elementos decorativos em todos os exemplares. Este facto prende-se com uma ausência dos mesmos em algumas peças, mas também devido ao estado de conservação em que permanecem. Exactamente por essa razão, os quadros que apresentamos encontram-se incompletos, uma vez que nem todos os capitéis aí estão representados.

Quanto às folhas, essencialmente as da *imma folia*, podemos distinguir várias morfologias - **QUADRO Nº 1** -. As peças correspondentes ao sec. I - **57-68, 76, 77** - mostram folhas bem explanadas, apesar da morfologia ser distinta entre elas. A terminação lobular mais comum é a que corresponde a formas alongadas, adoptando o feitio de gota ou, em alguns casos, totalmente apontadas, aproximando-as do acanto espinhoso, apesar da morfologia da folha não nos permitir estabelecer tal atribuição.

As folhas da centúria seguinte - **79, 80, 82** - oferecem-nos terminações lobulares mais arredondadas, bem como uma distinta alteração da composição dos diversos lóbulos, onde as respectivas folhinhas nos surgem articuladas de forma diferente e sem que sigam uma organização constante ou uma simetria em todos os lóbulos.

Uma outra característica diz respeito ao emprego do trépano, que passa a ser utilizado de modo mais intenso do que a constatada nos exemplares da anterior centúria. Com efeito, se agora estes elementos são tratados de forma mais volumosa, com acentuados efeitos de luz e sombra e com um esculpir dos vários componentes de forma relevada, as folhas anteriores ilustram-nos um trabalho que pode ser mais aproximado a um desenho bidimensional que segue, de perto, a organicidade interna do elemento vegetal a ser representado.

Por último, as peças atribuíveis ao sec. III - **83** -, ou talvez a épocas posteriores - **84** - possuem folhas muito esquemáticas, essencialmente em relação a este último período. A folha que apresentamos do sec. III corresponde a um elemento da *summa folia*, pois não nos é possível analisar as folhas inferiores devido ao mau estado da superfície. A peça **83** oferece-nos uma folha bem articulada, com uma nervura central axializada e que se transforma no motivo mais importante do elemento foleácio. Em

contrapartida, os lóbulos são muito pouco definidos, e as tradicionais composições em folhinhas não apresentam já qualquer ligação orgânica entre si.

CAULÍCULOS

Também quanto a estes elementos, somente os podemos observar em alguns dos exemplares, concretamente em cinco⁴⁸ - **57-68, 76, 79, 82 e 83** -. Dentro destes, a morfologia varia um pouco - **QUADRO N° 2** -, sendo nítido um tratamento muito mais cuidado nos exemplares do sec. I - **57-68, 76** -. A orientação que estes motivos apresentam é um aspecto igualmente digno de ser observado.

A elegância conseguida pela ligeira curvatura desenhada pelos caulículos da primeira centúria, ou mesmo da segunda, contrastam com a rigidez dos trabalhos realizados no sec. III, os quais se apresentam em posição perfeitamente hierática. Em relação ao uso do trépano, podemos estabelecer o mesmo quadro evolutivo do observado em relação aos elementos foleácios.

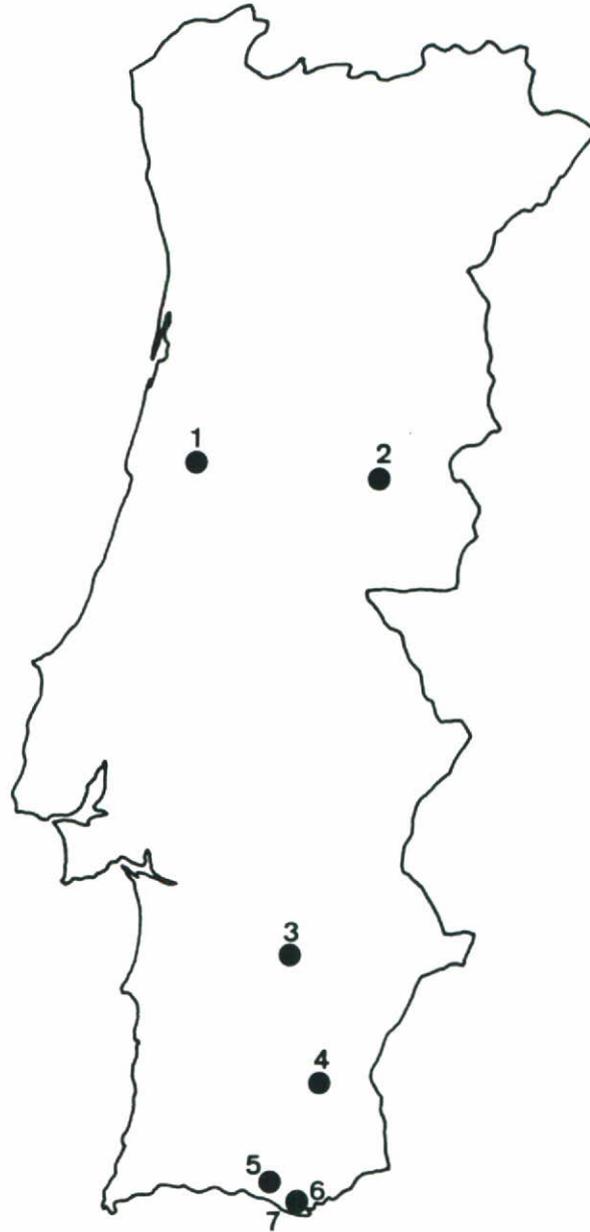
Um outro dado curioso é a constatação da existência de decorações distintas em caulículos que pertencem ao mesmo exemplar, como acontece na peça **76**. Este facto poderá dever-se a um não acabamento da peça, o que nos parece pouco plausível, ou então a um trabalho menos pormenorizado na decoração deste tipo de exemplares⁴⁹.

Esta questão vem, mais uma vez, colocar a tónica na necessidade de qualquer análise comparativa estabelecer, em relação a um exemplar, um obrigatório confronto da peça no seu conjunto - **QUADRO N° 3** -. Será a ausência ou presença dos diversos elementos decorativos, a morfologia adoptada por cada um deles, o tratamento executivo respectivo e a conjugação das várias partes da peça entre si que, de modo recíproco, nos poderão fornecer informações quanto à contextualização - cronológica, histórica e cultural - que produziu tais elementos.

⁴⁸ Consideramos aqui os doze capitéis do templo de Évora como correspondendo a uma única peça, uma vez que os caulículos deverão ser, segundo pensamos, muito semelhantes entre si.

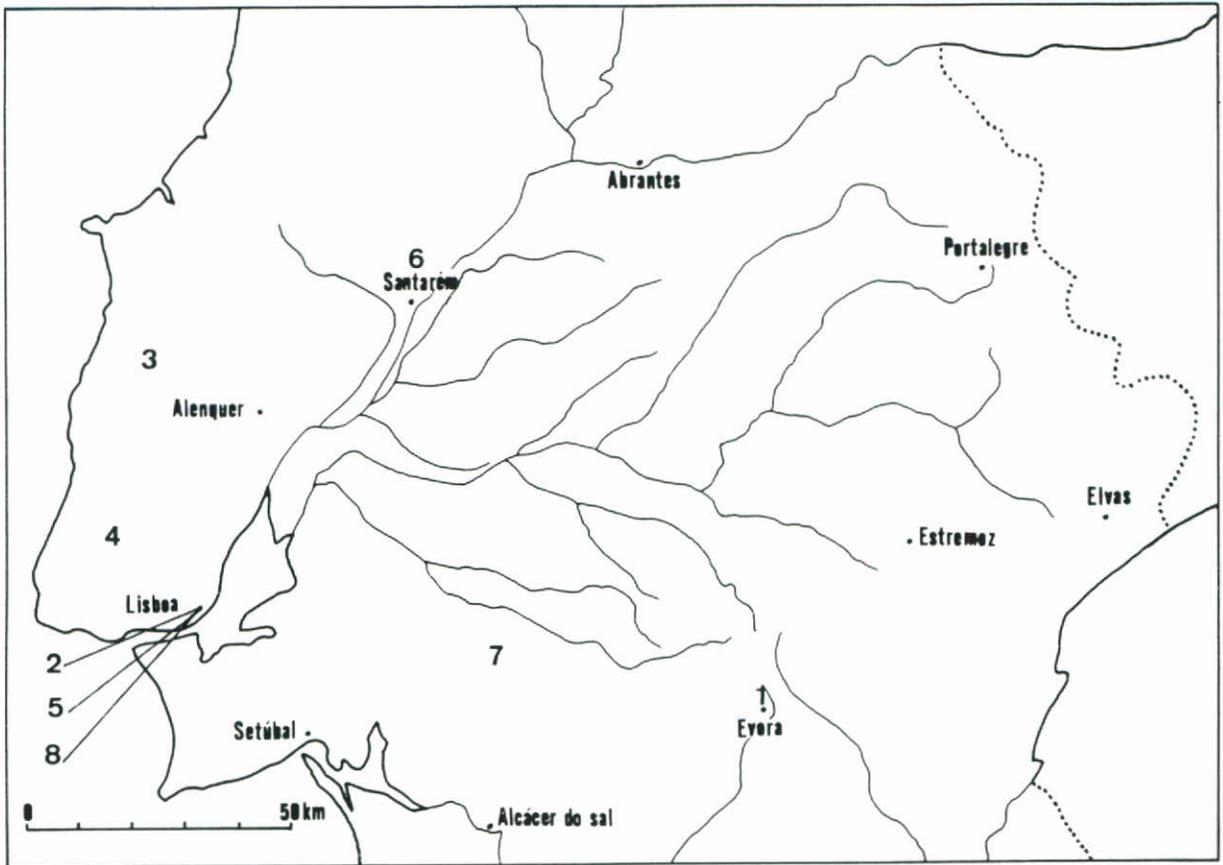
⁴⁹ Seguindo o mesmo principio dos capitéis de folhas lisas, os quais, como teremos ocasião de observar, não apresentavam alguns dos seus elementos decorados por uma questão de rapidez executiva e de rentabilização do tempo dispendido para a sua finalização.

CAPITÉIS CORÍNTIOS NO ACTUAL TERRITÓRIO NACIONAL



- 1 - Conímbriga
- 2 - Fundão
- 3 - Beja
- 4 - Mértola
- 5 - Loulé
- 6 - Faro (?)
- 7 - Milreu

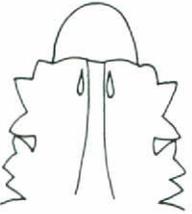
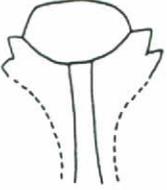
CAPITÉIS CORÍNTIOS DA LUSITÂNIA
OCIDENTAL



- 1 - Évora (templo) - 57-68
- 2 - Lisboa (teatro) - 69-75
- 3 - Runa (Torres Vedras) - 76
- 4 - S. Miguel de Odrinhas - 77
- 5 - Lisboa (Rua das Padarias) - 78-79
- 6 - Santarém - 80-81
- 7 - Montemor-o-Novo - 82
- 8 - Lisboa (Castelo) - 84



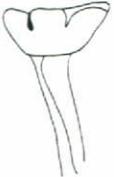
QUADRO Nº 1**CAPITÉIS CORÍNTIOS
MORFOLOGIA DAS FOLHAS**

Nº	FOLHA	PROVENIÊNCIA	CRONOLOGIA
57-68		ÉVORA	Inícios sec. I (finais sec. I a.C. ?)
76		TORRES VEDRAS	1ª metade sec. I
77		FAIÃO	século I (1ª metade ?)
77		FAIÃO	século I (1ª metade ?)

77		FAIÃO	século I (1ª metade ?)
79		R.PADARIAS - LISBOA	1ª metade sec. II
80		SANTARÉM	século II
82		MONTEMOR	Finais sec. II/in. III
83		LISBOA (?)	século III
84		LISBOA (CASTELO)	sec. III (ou posterior ?)

QUADRO Nº 2

CAPITÉIS CORÍNTIOS
CAULÍCULOS

Nº	CAULÍCULO	PROVENIÊNCIA	CRONOLOGIA
57-68		Évora	Inícios sec. I (finais sec. I. a.C. ?)
76		Torres Vedras	1ª metade sec. I
76		Torres Vedras	1ª metade sec. I
79		R. Padarias - Lisboa	sec. II (1ª metade ?)
82		Montemor-o-Novo	Finais sec. II/inícios III
83		Lisboa (?)	sec. III

**CAPITÉIS CORÍNTIOS
ELEMENTOS DECORATIVOS**

Nº	1ª C. FOLHAS	2ª C. FOLHAS	CAULÍC.	HÉLICES	VOLUTAS	HASTE FLÔR	FLÔR ABACO	CRONOLOGIA
57-68	X	X	X	X	X	X	X	Inícios sec. I (finais sec. Ia.C.?)
76	X	X	X	X	X	X	X	1ª metade sec. I
77	X	X	—	—	—	—	X	sec. I (1ª metade ?)
79	X	X	X	X	X	—	X	sec. II (1ª metade?)
80	X	X	?	?	?	?	?	sec. II (1ª metade?)
81	X	X	?	?	?	?	?	sec. II (1ª metade ?)
82	X	X	X	?	?	?	?	Finais sec. II/ inícios II
83	X	X	X	X	X	—	X	sec. III
84	X	X	—	X	X	—	X	sec. III ou posterior

6.6 - O CAPITEL CORINTIO DE FOLHAS LISAS

PROBLEMÁTICA DO ESTUDO

Podemos dizer que este tipo específico de capitel surgiu como uma solução prática e expedita que teve como objectivo tornar mais rápidas tanto a sua produção como a respectiva exportação para locais diversos dos do seu fabrico.

A necessidade de abastecer mercados longínquos obrigou a novas soluções, a fim de obviar aos inconvenientes do transporte de peças delicadas como estas. Desta forma, os capitéis eram talhados na oficina de origem, onde lhes era dada uma forma estrutural completa. Os motivos decorativos mais pormenorizados seriam realizados ulteriormente, quer junto do edifício a que se destinavam, quer em estaleiro próximo.

Originalmente, estas peças não constituem pois um tipo autónomo, já que se partia do princípio que, na sua forma final possuiriam toda a decoração vegetal pormenorizada característica do capitel coríntio.

Se esta solução, quando inicialmente adoptada, correspondia a uma metodologia técnica, ela passou, não se sabe bem a partir de que momento, a corresponder verdadeiramente a um tipo decorativo, porquanto a não decoração da estrutura básica, já delineada e talhada, se tornou intencional.

Este processo evolutivo não é fácil de ser seguido dado que soluções deste tipo podem ser consideradas intemporais. A solução técnica em questão, certamente como outras, dependem, essencialmente, do tipo de resposta que uma ou várias oficinas procuram dar, ou a uma crescente procura generalizada, ou a campanhas construtivas específicas que solicitam repentinamente esse produto.

Quando considerar que um capitel corresponde ao tipo de folhas lisas? Esta questão prende-se com o facto de muitas peças apresentarem, ao mesmo tempo, faces decoradas e não decoradas; solução cujo objectivo é, uma vez mais, a rapidez executiva. Encontram-se neste caso peças cuja decoração, pelo lugar que iriam ocupar, não se mostraria visível. É o que podemos observar na última ordem do Coliseu de Roma, ou, entre nós, num capitel coríntio de Mértola¹.

¹ Este capitel encontrava-se, na altura em que o vimos, dentro da área de escavação junto ao Castelo. Não conhecemos qualquer publicação que o refira.

No caso de capitéis que, pela sua posição, algumas das suas faces não eram dadas ao olhar, geralmente por se encontrarem adossados, era dispensada a decoração da parte não aparente. Semelhante solução foi adoptada nos capitéis adossados do Arco Argentario, no *forum* de Nerva, ou ainda no Teatro de Marcelo, todos em Roma.

No que respeita às peças semi-trabalhadas, como é o caso dos exemplos acima referidos, o objectivo final era sempre o de mostrar capitéis coríntios, e não capitéis de folhas totalmente lisas.

Por último, muitos exemplares que hoje consideramos como capitéis de folhas lisas não correspondem senão a capitéis que, depois de estucados, pertenceriam, definitivamente, à ordem coríntia. Veja-se, por exemplo, o caso de um bellissimo capitel de Mérida proveniente do "Templo de Diana"². Trata-se de uma peça composta por três coroas de folhas de acanto, de entre as quais saem grossos caulículos, bem como pequenos ramos compostos por pinhas. Parte desta decoração, toda ela realizada em estuque e entretanto desaparecida, deixa entrever, por entre a folhagem ainda subsistente, folhas de perfil contínuo sem qualquer outra decoração que não a canelura central. Hélices e volutas parecem ter sido realizadas somente em estuque, não devendo ter existido qualquer definição prévia da estrutura do capitel de acordo, especificamente, com o modelo coríntio.

Deste modo, muitas das peças que hoje vemos, e que classificamos como capitéis coríntios de folhas lisas, mais não são do que peças dessa ordem das quais desapareceu, porque realizada em estuque, toda a decoração característica da ordem em questão. Quanto a peças mais tardias, parece que, se por um lado continua a ser utilizado o estuque, esta técnica de revestimento se torna muito menos comum³, sendo, no entanto, reabilitada em épocas posteriores por influências culturais distintas⁴.

Trata-se pois, de saber, se estamos em presença de uma nova "estética da pedra nua", como refere BARRAL I ALTET, ou se, pelo contrário, se se trata de espécimes produzidos em série com o objectivo de, posteriormente, serem terminados⁵.

Este facto torna complexa a análise deste tipo de peças, criando problemas em relação a horizontes cronológicos, questão para a qual já chamara a atenção HARRAZI⁶.

² BARRERA ANTON, José Luis de la, "Los Capiteles Romanos de Mérida", *Monografias Emeritensis* - 2, Badajoz, 1984, p.33 e 34 (fig. 20).

³ BARRAL I ALTET, Xavier, "L'escultura Arquitectònica i Decorativa en els Monuments Religiosos de l'Antiguitat Tardana a Hispània", *III Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica*, 1944, p. 42, afirma o autor, em relação a esta época, o seguinte: "Voldria insistir en la utilització de l'estuc, material fràgil, sovint desaparegut. L'escultura executada en estuc, emmotllat o tallat i pintat, era, per al període que ens ocupa, molt més important que els exemples conservats no ens poden fer pensar".

⁴ É o que nos afirma o mesmo autor, BARRAL I ALTET, ob. cit., p. 44: "Personalment m'inclino a dir que la decoració feta amb estuc policromat era molt important en els monuments, però en tenim pocs elements i els que hi ha fan referència a una tradició decorativa més tardana".

⁵ BARRAL I ALTET, ob. cit., p.45. Este autor coloca o acento no facto de, em território peninsular, ser bastante elevado o número de exemplares de capitéis de folhas lisas.

Se a constatação do problema dificulta o estudo evolutivo destes elementos arquitectónicos, permite-nos, por outro lado, equacionar o estudo das peças de um outro modo, uma vez que mostra ser pertinente o estabelecimento de paralelos entre capitéis coríntios e os capitéis de folhas lisas, tal como nos refere CARLOS MARQUEZ⁷. Aludindo a este problema, diz-nos o autor que os *ateliers* de produção de capitéis participam das mesmas características quando se trata da elaboração de capitéis coríntios ou de capitéis de folhas lisas. Ao observarmos peças inacabadas, concluímos, efectivamente, que a estrutura morfológica dos exemplares é precisamente a mesma, constituindo-se a decoração vegetalista como mera adição ornamental⁸.

A juntar às dificuldades inumeradas, acresce-se a que diz respeito ao facto de saber se essa capa de estuque é coeva da realização do capitel ou se, pelo contrário, corresponde a uma adição posterior, o mesmo acontecendo em relação à própria morfologia da peça. É o que podemos constatar em relação ao capitel 89, uma vez que o mesmo parece ter sido alvo de um acabamento de superfície distinto daquele que hoje apresenta⁹. O mesmo poderá acontecer em relação ao próprio talhe da peça, isto é, haverá casos em que peças mais antigas viram, em certo momento, alterada a sua morfologia, dependendo essa alteração de novos gostos e objectivos¹⁰. Este facto, bastante mais frequente do que se possa pensar, tem levado, frequentemente, a atribuições cronológicas erróneas.

O exemplo mais próximo que podemos dar é o de um capitel que se encontra actualmente na basílica de Mértola¹¹ e que terá sido encontrado junto ao Rossio do Carmo. Embora datado dos secs. VI/VII, pensamos que se lhe pode atribuir uma

⁶ HARRAZI, N., *Chapiteaux de la Grande Mosquée de Kairouan*, 1982, p.117 e ss.

⁷ CARLOS MARQUEZ, *Capiteles Romanos de Corduba Colonia Patricia*, Córdoba, 1993, p. 204.

⁸ Como podemos observar num capitel inacabado de pilastra de S. Frutuoso de Montélios. A estrutura é precisamente a mesma, não alterando, a decoração a forma base da peça, HAUSCHILD, T., "Copias e Derivados del Capitel Romano en Epoca Visigoda", in *Coloquio Internacional de Capiteles Corintios...*, Madrid, 1991, Lám. V.

⁹ Toda a superfície do exemplar foi alterada em época posterior certamente com o objectivo de a tornar coerente com a nova função da peça. A concavidade escavada na parte superior do ábaco certamente será a causa da alteração da parte restante da peça. A reutilização destes objectos, bem como a nova funcionalidade que lhes é atribuída, é uma prática corrente em épocas romanas tardias, visigóticas e alto medievais, intimamente relacionada com o carácter sagrado e simbólico que estes materiais adquirem. Ainda em relação ao nosso exemplar não sabemos dizer se a camada de cal que cobre toda a superfície será coeva dessa transformação da peça.

¹⁰ É o caso, por exemplo, de um capitel de S. Frutuoso de Montélios (S. Jerónimo de Real, Braga) no qual foi talhado inicialmente um capitel vegetalista de duas corôas de folhas sendo a superior composta por elementos foleácios lisos. Em certo momento, a parte do capitel que se destinaria a ficar embutido na parede foi talhada passando a adoptar uma decoração vegetalista, mas desta vez seguindo os modelos do acanto espinhoso, de origem oriental, com grandes semelhanças com os capitéis emirais da Mesquita de Córdoba. BARROCA, Mário J., (notas) *Nos Confins da Idade Média - Catálogo* -, 1992, p. 100, nº 8.

¹¹ TORRES, Cláudio, (coord.), *Museu de Mértola - Basílica Paleocristã*, s/l, 1993, p.99, (peça nº de catálogo 33).

cronologia mais recuada¹². O facto de o capitel se encontrar no espaço basilical¹³ - sendo uma hipótese provável ainda que não determinante¹⁴ -, corrobora a ideia da sacralização dos objectos e da sua recuperação e sucessivas reutilizações em contextos culturais e cronológicos distintos. Este facto, se é corrente ainda nos nossos dias¹⁵ foi-o, e certamente com mais intensidade, em épocas mais recuadas.

O mesmo pode ser constatado na Igreja de Stº Amaro, actualmente transformado no Núcleo Visigótico do Museu de Beja. Cláudio TORRES refere-nos, numa análise cuidadosa, o reemprego dos capitéis, certamente mais antigos, na Igreja de Stº Amaro, alertando inclusivamente para o facto de alguns deles terem sido insculturados de novo¹⁶. Esta prática, como vemos, encontra-se bem próxima da operada na peça de S. Frutuoso de Montélios, a que acima aludimos; no entanto, se nesta última é uma nova face da peça que é trabalhada de novo, nos capitéis de Stº Amaro é a decoração original que é alterada e reelaborada segundo novos padrões.

Em relação à reutilização posterior de capitéis romanos, diz-nos PENSABENE¹⁷ que tal actuação é levada a cabo, essencialmente, nas basílicas paleocristãs, ocorrendo este fenómeno, predominantemente, em relação a capitéis de folhas lisas. As peças mais tardias, geralmente as do sec. IV, são aquelas em que este fenómeno mais ocorre.

¹² Apontamos, como paralelo próximo, um capitel de Thurburbo Maius, pertencente ao edifício anexo ao templo da Paz, e com o qual o capitel de Mértola mostra enormes e indiscutíveis semelhanças. Esta peça é datada do sec.II, PENSABENE, P., "Le Merci gli Insediamenti", Società Romana e Impero Tardoantico, vol. III, 1986, p. 387, fig. 40 d). Ainda em relação ao capitel de Mértola cf. com a análise comparativa realizada para a peça 86, onde são apontados paralelos que justificam a nossa atribuição cronológica.

¹³ Ainda que o não punhamos em dúvida refere-se no Catálogo, *sup. cit.*, que a peça foi encontrada em propriedade privada e não no local da escavação da basílica, ou seja, a peça não surgiu em contexto, sendo a sua atribuição espacial original meramente suposta.

¹⁴ Sobretudo se tivermos em conta que os vestígios arqueológicos de época romana são, neste local, bastante importantes. Vide TORRES, Cláudio, "O Criptoportico-cisterna da alcáçova de Mértola", *II Congreso de Arqueologia Medieval Española*, vol. II, Madrid, 1987, pp. 617-626; MACIAS, Santiago, *Mértola Islâmica*, Mértola, 1996 (essencialmente o Cap. 2), entre outros. As escavações arqueológicas realizadas na Câmara Municipal de Mértola permitiram recuperar um conjunto de elementos arquitectónicos de extremo interesse. Destacamos, no caso presente, os variadíssimos capitéis (jónicos, compósitos, coríntios, corintizantes), a maior parte dos quais, em nossa opinião, corresponderão a peças de cronologia romana.

¹⁵ Veja-se, por exemplo, a coluna romana proveniente de Tróia que foi colocada em 1774 na Praça Marquez de Pombal em Setúbal e que serve de pelourinho. Vide Capítulo 2.4 do Volume I.

¹⁶ TORRES, Cláudio, (textos) *Museu Regional de Beja - Núcleo Visigótico*, s/l, 1993. Transcrevemos um pequeno excerto: "A primeira constatação é a de que todos eles [capitéis] são diferentes, na sua forma, decoração e tipo de mármore. Uma análise mais atenta leva-nos, contudo, a notar que, em alguns destes monólitos e sobre a sua matriz inicial, foi praticada uma série de entalhes e recortes com o objectivo de aproveitar, não só o bloco de mármore ainda revestido de todo o seu simbolismo, como, de uma forma evidente, de o ajustar a um novo gosto estético. Afirmando uma teimosa continuidade formal, alguns velhos capitéis tardo-romanos sofrem neste caso as marcas de um cinzel desajeitado, moldando-se à vontade de uma comunidade de crentes cada vez mais afastada dos prestigiados modelos antigos e marginalizada pela brilhante civilização muçulmana que prospera ali ao lado, no interior das muralhas da cidade.", *ob. cit.*, p. 25.

¹⁷ PENSABENE, *ob. cit.*, p. 388.

Parece, de facto, que grande parte dos exemplares do sec. IV foram reaproveitados posteriormente, sobretudo em contextos visigóticos e alto medievais¹⁸.

Com efeito, este tipo de peças gozou do favoritismo da época tardia, o que é compreensível já que se trata de um elemento decorativo que permite liberdade de realização mantendo, ao mesmo tempo, uma morfologia simbólica rapidamente apreensível. A forma/estrutura, mais que o pormenor/singular, torna-se predominante.

Este tipo de capitel permite, igualmente, a criação de variantes quase ilimitadas. Sendo a base comum, isto é, a estrutura morfológica da peça imutável, os motivos a inscrever podem obedecer a padrões locais ou seguir influências diversas.

No que se refere aos capitéis estudados, o problema da decoração somente se coloca em relação a um. Trata-se do exemplar **88**, datado do sec.II. Apresentando-se a folha central da *summa folia* decorada com nervura central (representada por três sulcos), poder-se-há colocar a questão de se tratar de um peça inacabada que, quando concluída, se configuraria de acordo com o capitel coríntio canónico. Todavia, outra hipótese pode ser avançada, uma vez que a decoração vegetal pormenorizada poderá ter sido realizada em estuque, revestimento ao qual já acima aludimos. Apesar de não nos terem chegado vestígios deste possível acabamento, não será de afastar a hipótese de originalmente o têr possuído, uma vez que o mau estado em que o exemplar se encontra atesta vicissitudes que não terão concorrido para a sua conservação.

O estado em que este espécime se encontra permite, não obstante, estarmos, sem sombra de dúvidas, perante um capitel de folhas lisas, apesar de uma das folhas apresentar alguma decoração¹⁹.

Existem mais dois exemplares que apresentam vestígios de uma fina capa de revestimento. Trata-se das peças **87** e **89**. Em ambas se pode observar um fino revestimento o qual, no entanto, não pode ser considerado estuque. É antes uma finíssima camada de cal que, pensamos, não será coeva da utilização original.

Reduzidos são os trabalhos que, sobretudo em território nacional, têm vindo a lume sobre o emprego do estuque durante a época romana e mesmo posterior. No entanto, é possível encontrar alguns exemplares que nos demonstram que essa prática deveria ser relativamente corrente²⁰.

¹⁸ BARRAL I ALTET, *idem ibidem*.

¹⁹ Tal facto não será inusitado, também em capitéis de folhas lisas que seriam recobertos de estuque; veja-se, por exemplo o exemplar referido anteriormente, proveniente do "Templo de Diana" em Mérida, que apresenta caneluras centrais nas folhas, certamente para garantir uma melhor aderência do estuque ao suporte pétreo.

²⁰ Vide, ALARCÃO, Jorge; ETIENNE, R., *Fouilles de Conímbriga*, Vol. 1**, Paris, 1977, Planche C, fig. 5, 6, 7, 8; PONTE, Salette da, "Villa Rústica de S. Pedro de Caldelas - Tomar", *C.E.A.A.*, nº1, 1988, p. 114 8, fig. 69.

ORIGEM E EVOLUÇÃO

Se no início, e como já vimos, os capitéis de folhas lisas surgiram como peças intimamente relacionadas com os capitéis de estilo coríntio, constituindo-se, quase poderíamos dizer, como sua variante, a partir de certa altura irão adoptar características próprias, as quais farão pertinente a sua classificação como um "estilo decorativo" independente.

Essa diferenciação opera-se, essencialmente, a partir do sec. II, altura a partir da qual se pode considerar o capitel de folhas lisas como um tipo distinto. A sua ligação ao capitel coríntio não excede, como refere CRESSEDI, o critério de derivação, assumindo, a partir daí, um desenvolvimento autónomo²¹.

Vejamos os exemplos mais antigos²², para além dos já referenciados no início do capítulo, e que correspondiam a peças semi-trabalhadas.

O primeiro é um capitel do *Tabularium*, em Roma, decorado com ordens arquitectónicas sobrepostas. A peça foi talhada em travertino e composta por dois blocos. O monumento data de 78 a.C. Junto ao *forum* romano, nos *horrea Agrippiana*, da época de Augusto, encontramos mais exemplares. Aqui as folhas ainda mantêm a nervura central. Da época de Cláudio a *Porta Maggiore* conserva capitéis semelhantes, encimando colunas adossadas. Por último, o Coliseu, também com a sua sobreposição de ordens, certamente por influência do *Tabularium*, ostenta capitéis de folhas lisas, que decoram o último andar. Existem, não obstante, outros exemplos ainda que um pouco mais tardios, no Pórtico de Octávia; num templete da Vila Adriana; nas Termas de Mitra em Óstia. Estas peças foram decoradas com folhas de acanto totalmente lisas e integram cronologias que oscilam entre os finais do sec. I e os inícios do sec. II.

A colecção de estuques - frisos, placas decorativas e cornijas - depositada no Palácio do Álamo (Serviços Sócio-Culturais da Câmara Municipal de Alter do Chão), é notável, confirmando que este tipo de revestimento deveria ser corrente. A apresentação, em 1977, da arqueologia de Alter do Chão não faz, no entanto, referência a estes materiais. Vide, VALENTE, M^a Fernanda, *et alli*, "Arqueologia Romana do Concelho de Alter do Chão - Subsídios para o seu estudo", *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, vol. I, Lisboa, 1978, pp. 275-292.

No caso dos capitéis, este assunto foi já por nós referido quando tratámos dos capitéis do Teatro Romano de Lisboa. Como então referimos, bastará olharmos os inúmeros exemplos que *Emerita Augusta* nos oferece para constatar que, de facto, era solução perfeitamente vulgar o revestimento com estuque da estrutura do capitel.

²¹ CRESSEDI, Giulio, "Origine e sviluppo del capitello a foglie lisce", *Bollettino del Centro di Studi di Storia dell'Architettura*, nº 6, 1952, p. 9.

²² Tomámos como exemplos os indicados por CRESSEDI, (ob. cit., pp. 9-12) bem como os apresentados por PENSABENE, P., *Scavi di Ostia - I Capitelli*, vol. VII, Roma, 1973, p. 239.

O facto de se constatar que os paralelos mais antigos conhecidos, embora não numerosos, têm a particularidade de ocorrerem em Roma confirma, mais uma vez, a ideia de que, na verdade, todas as alterações arquitectónicas que se constituíram como estilos ou correntes decorativas, tiveram a sua formação na capital do Império, difundindo-se, posteriormente, pelas províncias. Nunca se verificou movimento inverso, a não ser que falemos de correntes ou modismos locais que, por essa mesma razão, ficaram circunscritos ao local de origem ou a uma área de influência muito restrita.

Não pretendemos afirmar que estes estilos se constituam com legados exclusivamente romanos, muito pelo contrário. As influências, directas ou indirectas, das várias províncias, sobretudo as orientais, são recebidas sem qualquer entrave, e as suas directrizes misturam-se com as já existentes. A forma como é realizada essa mistura e as novas roupagens que antigas formas irão adoptar, serão uma das contribuições romanas. As soluções criadas por Roma transformam-se em matrizes definidas que irão ser, repetidamente, seguidas ou desvirtuadas pelos diversos povos que os herdaram. Não vamos, no entanto, tão longe quanto CRESSEDI, quando o autor refere que, fora de Roma e de Itália "...i capitelli a foglie lisce non permettono di affermare niente di definitivo neanche per l'arte locale"²³.

A comprovação de que o novo estilo de capitel de folhas de acanto lisas constitui, já nos finais do sec. I, uma solução intencional no planeamento decorativo de obras, é-nos dado pelo Arco de Tito no *Forum* Romano, mandado erigir, por volta de 81, pelo Imperador Diocleciano.

Este monumento encontra-se decorado por colunas caneladas, duas em cada face, que ladeiam o arco de volta inteira, sendo encimadas por capitéis coríntios. Lateralmente, o entablamento é limitado por colunas lisas, mais uma vez duas em cada face, que apresentam capitéis de folhas sem qualquer decoração. A sua colocação num monumento honorífico é, indiscutivelmente, intencional, não se tratando, como acima foi referido, de utilizar um tipo de peças que, não sendo facilmente observáveis, não

²³ CRESSEDI, ob. cit., p. 11. Parece, exclusivamente, que o autor ou segue uma ideia já enunciada por R. Cagnat (*Vide* CRESSEDI, *ibidem*, n. 9) ou se refere às figuras que o autor apresenta. Discordamos, no entanto, do facto de considerar o capitel de folhas lisas como pouco evoluído, ou limitadamente original, nas províncias romanas, mesmo nas mais longínquas. O Próximo Oriente e o Norte de África, por exemplo, oferecem-nos uma plêiade de motivos decorativos quase infindáveis. A mistura de folhas lisas e outras decoradas, solução sempre mais tardia, é uma solução que explora inclusivamente em novos sentidos os tipos definidos na capital do Império, dando-lhe uma nova vida bem mais próxima das matrizes decorativas, baseada em traços vivos, bem delineados e profundamente marcados, que caracteriza até hoje a matriz decorativa destas regiões. *Vide*, por exemplo, os capitéis do *Forum* Severiano de Leptis Magna in STIERLIN, H., *The Roman Empire*, 1996, fig. p. 206, ou ainda os enúmeros capitéis que se podem observar nas ruínas de Volubilis, Lixus ou Banasa (actual Sidi Ali Bousnour), locais onde tivemos oportunidade de observar formas e soluções estilísticas, certamente fruto de uma reelaboração local, mas onde se encontram presentes as matrizes estruturais e formais originárias de Roma.

exigiriam um labor especialmente requintado. No caso vertente, a localização destes capitéis de folhas lisas conferem-lhes um papel tão relevante como o que assumem os capitéis de estilo coríntio decorado.

Ainda que não com uma utilização tão nobre, Pompeia e Herculano dão-nos exemplos da utilização destes capitéis na arquitectura doméstica, apresentando, curiosamente, uma morfologia algo distinta²⁴. A destruição destas cidades em 79 dá-nos, deste modo, uma cronologia *ante-quem* para estas peças.

O sec. II corresponde ao do pleno desenvolvimento do capitel de folhas lisas. Com todos os seus elementos presentes (que são, aliás, os que constituem o capitel coríntio normal), característica que se manterá durante os finais do sec. I e durante quase toda a centúria seguinte²⁵, este tipo de capitel comporta-se autonomamente, ainda que mantendo todos os aspectos estruturais vegetalistas que conformam a ordem coríntia.

É dentro deste quadro que integramos as peças **87** e **88**. Os vários registos decorativos encontram-se presentes, e a própria organização estrutural e proporcional dos diversos motivos depara-se-nos muito próxima.

A evolução posterior será marcada, essencial e gradualmente, pela alteração de alguns dos elementos, bem como pela ausência de outros. Este novo processo ocorrerá a partir de finais do sec. II e, sobretudo, a partir do sec. III.

Os primeiros elementos decorativos a desaparecerem serão aqueles que, pelos detalhes a lavrar na pedra, implicavam maior destreza técnica e maior similitude ao capitel coríntio normal.

Por outro lado, a estilização dos diversos elementos, característica progressivamente marcante, e o conseqüente abandono da representação naturalista observada anteriormente, sugerem-nos a uma atribuição cronológica mais tardia, mesmo quando presente a maior parte, quando não todos, os motivos considerados como definidores da ordem coríntia. É o que constatamos em relação às peças **89** e **90**. O volume aplanar-se e os elementos originais perdem a sua função original, porquanto esquecido, de igual forma, o significado que lhes dera origem.

Uma outra característica prende-se com as novas influências que, sobretudo do Próximo Oriente, chegavam a Roma. A estrutura base dos capitéis altera-se criando, inclusivamente, novas formas mistas que nada têm a ver com o coríntio vegetalista que

²⁴ Veja-se por exemplo, no caso de Herculano, a entrada de um dos *thermopolia*, ladeado por duas colunas de tijolo que se encontram encimadas por capitéis de folhas lisas muito simples, possuindo, as da *summa folia*, uma nervura central bem relevada. Vide LESSING, E.; VARONE, A., *Pompéi*, Paris, 1995, fot. p. 25.

²⁵ PENSABENE, ob. cit., 1973, p. 239.

lhes deu origem. Encontram-se neste caso os inúmeros exemplares de Óstia que apresentam um acentuado crescimento das volutas e uma única coroa de folhas aproximando-as morfológicamente do capitel compósito²⁶ e correspondendo a um desenvolvimento peculiar que marcou a decoração arquitectónica ostiense dos secs. III e IV.

Se bem que esta alteração do capitel de folhas lisas compósito se situe numa linha evolutiva que, mais que os tradicionais e acentuados efeitos de claro/escuro, buscava uma alternância de planos e consequentes graus de luminosidade²⁷, certamente que a esta modificação não será alheia a um marcante contributo externo. O papel desta influência, se já o constatámos em relação ao capitel corintizante, não será de estranhar também no capitel de folhas lisas. Se, por um lado, o exotismo e geometrismo fizeram nascer o acanto espinhoso²⁸, será precisamente, e em nossa opinião, a estilização, a abstracção e a pureza de linhas e de formas - características dos *ateliers* orientais - que darão o seu contributo ao capitel, não já coríntio, mas aberto a novas mutações. As volutas transformam-se em círculos, as folhas em triângulos, os ângulos agudizam-se e o *kalathos* é cruzado por linhas quase rectas que sulcam uma superfície lisa e plana.

Se os capitéis de estilo alexandrino são o ponto máximo desta estilização, eles não são mais que o assumir, num estilo específico, aquilo que vemos, deficientemente adoptado, em outros elementos. Mais que uma modificação local das importações romanas, o contributo africano e oriental, a partir de momentos relativamente definidos, passa a ser uma vector que não podemos esquecer²⁹.

²⁶ Cf. PENSABENE, ob. cit., 1973, nsº 473 e ss.

²⁷ PENSABENE, ob. cit., p. 241.

²⁸ Tipo de capitel que teve um grande aceitamento peninsular, facto que nos é demonstrado pelos inúmeros espécimes referenciados em território espanhol. BARRAL I ALTET refere, igualmente, que é o tipo coríntio asiático, de folhas de acanto espinhoso, que mais êxito obteve, sublinhando o seu sucesso nos secs. II e III (ob. cit., p. 45). No entanto, parece não ter sido essa a realidade na área geográfica que agora estudamos.

²⁹ A época severiana marca o reinício, nas oficinas romanas, da importância do contributo oriental, sobretudo asiático. Os grandes trabalhos no Palatino com o emprego do coríntio asiático são um bom exemplo dessa influência. Os trabalhos levados a cabo em cidades romanas longínquas, com a criação e renovação dos *ateliers* provinciais, inauguram um período de intensa produção arquitectónica, da qual decorre a consequente decoração, mormente de capitéis. As cidades de Bulla Regia, Thysdrus (El Djem) e Leptis Magna, são alguns exemplos da nova opulenta construção do Império de Septímio Severo. Certamente que não serão alheias as influências que remontam à época de Adriano, altura em que, verdadeiramente nasce o capitel corintizante. As palmetas, de tradição oriental, mas tão do gosto da arte grega, fazem então a sua aparição para nunca mais serem dispensadas do léxico decorativo romano. Acerca desta influência oriental diz-nos PENSABENE: "Sulla formazione di questa officine (...) un certo ruolo deve avere avuto la tradizione di quelle traiano-adrianeae, in cui (...) frequentemente erano state adottate forme ornamentali con forti influssi asiatici; nello stesso tempo si può anche pensare ad un afflusso di manodopera dal l'Asia Minore e anche dalla Siria, manodopera perfettamente al corrente delle forme usate, ad esempio a Leptis Magna, e il cui patrimonio formale fu assimilato abbastanza rapidamente anche dagli scalpellini romani, che per tutto il III secolo, e anche dopo, continuarono a produrre in una certa quantità capitelli di questo tipo...", ob. cit., 1973, p. 235.

Não podemos, no entanto, ignorar um estilo pré-existente importante que condicionou, moldou e, essencialmente preparou o caminho a influências que, até muito tarde, irão ser essenciais na emblemática decorativa. Falamos do contributo helenístico o qual, integrando formas e motivos tão diferentes quão distintos eram os povos que este mundo englobava, determinou decisivamente uma certa apetência para as formas geométricas, luminosas, estilizadas, que, afinal, não eram desconhecidas.

Um exemplo dessa proximidade entre cultura helenística e alto-imperial, pode ser observado num capitel de Denderah, Egipto³⁰, onde a marca identificadora se consubstancia no encurvamento - geométrico, enérgico e de volumes contrastantes - das folhas de ambas as coroas.

³⁰ FEYDY, J. Dentzer-, "Introduction de l'acanthé dans la sculpture monumentale du Proche-Orient à l'époque Gréco-Romaine", *L'Acanthe dans la Sculpture Monumentale...*, Paris, 1993, p. 101, fig. 4.

O CAPITEL CORÍNTIO DE FOLHAS LISAS NA LUSITÂNIA OCIDENTAL

A Península Ibérica não ficou, igualmente, alheia a estas novas directrizes decorativas. A grande quantidade de capitéis coríntios asiáticos que, como já vimos, existem nas províncias mais ocidentais são disso prova, ainda que o território nacional não nos tenha oferecido, pelo menos na área agora estudada e em relação a outras colecções das quais temos conhecimento, exemplares que o demonstrem³¹.

No que concerne aos capitéis de folhas lisas dos quais possuímos, para a zona geográfica demarcada, doze exemplares, essa constatação pode ser comprovada pela existência de quatro capitéis que denunciam, uns mais que outros, essas influências. A essas peças - **85**, **86**, **92** e **95** - atribuímos a designação genérica de "capitéis de folhas lisas de influência oriental".

O paradigma encontra-se representado pelo exemplar nº **85**³², o qual, apesar de não decorado, apresenta semelhanças evidentes com um capitel proveniente de Óstia classificado como de "estilo alexandrino", e datado pelo autor que o publica, PENSABENE, como sendo atribuível aos secs. II ou III³³.

A estilização que estes exemplares atingem são o traço mais marcante, apesar de todas as variantes que possam existir.

São traços similares, ainda que com alterações diversas, os que encontramos em capitéis norte-africanos³⁴. As cidades de Volubilis, Lixus ou Banasa³⁵ são prodigiosas pela quantidade de formas, estilos e motivos decorativos que os seus capitéis apresentam. Apesar de os vários elementos serem tratados com demasiada rigidez³⁶, são as mesmas folhas, a mesma estilização e abstracção, a mesma alternância de volumes que encontramos nas províncias orientais, tal como no-lo mostram alguns exemplares do

³¹ Vide Capítulo 6.5 do Volume I.

³² Vide análise comparativa respectiva.

³³ PENSABENE, ob. cit., 1973, p. 162 e 163, fig. nº 670.

³⁴ CADENAT, P., "Chapiteaux Tardifs du Limes de Maurétanie Césarienne dans la Région de Tiaret", *Antiquités Africaines*, T. 14, 1979, vide fig. 4, em relação a um capitel de Columnata, por exemplo, ou ainda THOUVENOT, R., "Sur quelques chapiteaux singuliers de Banasa", *Bulletin Archéologique du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques*, 6, 1971, nsº 2, 4, 5 e 6.

³⁵ Vide. n.19.

³⁶ Ainda que no presente caso se trate de peças tardias, não podemos considerar generalizadamente a rigidez de traçado dos motivos como uma característica sintomática de época mais recente. Com efeito, tal facto, pode ser igualmente constatado em peças de cronologia mais recuada. Veja-se o capitel por nós indicado na n. 30.

Cairo e do Museu de Alexandria³⁷ e que, de um modo muito mais contido e modesto encontramos nos exemplares acima referidos provenientes da Lusitânia Ocidental³⁸.

Se bem que esta influência externa não possa, pelo menos no estado actual do conhecimento, ser considerada determinante, ela ter-se-á certamente feito sentir, já que as ligações entre a Península Ibérica e o Norte de África, quer em termos de transmigrações populacionais³⁹, quer em relação a contactos económicos⁴⁰, se encontram perfeitamente atestadas⁴¹.

Parece-nos estranho, no entanto, que BARRAL I ALTET⁴² afirme que não se constata qualquer influência, exercida quer pelo Oriente quer pelo Norte de África na decoração dos capitéis, dado reconhecer o mesmo autor tal influência na decoração, entre outras, de obras musivas.

Consideramos tanto mais radical a negação das influências em questão quanto, já em 1938, THOUVENOT⁴³ tinha chamado a atenção para as possíveis relações existentes, durante a Antiguidade Tardia, entre a Espanha e o Norte de África. A ideia da existência de tais influências será retomada por CRUZ VILLALÓN⁴⁴ quando esta autora estuda os capitéis tardios de folhas lisas provenientes de Mérida⁴⁵. Nos paralelos que estabelece, refere alguns exemplares extremamente semelhantes às nossas peças 98 e 90⁴⁶, incluindo-as numa área de dispersão de um tipo de capitel que se alarga até ao

³⁷ KAUTZSCH, Rudolf, "Kapitellstudien...", *Studien zur Spätantiken Kunstgeschichte*, 9, Berlin, 1936, Tafel 10, nº 150 e 151.

³⁸ Bem como no que concerne ao território nacional.

³⁹ Somente a título de exemplo, refira-se o epitáfio encontrado na cidade de Capsa (actual Gafsa), na Tunísia, de Lúcio Mécio Fruto, com quinze anos de serviço militar cumprido na I corte urbana e que era natural de Mértola. Referenciado por J. d'Encarnação, a inscrição foi apresentada pelo investigador tunisino Mustapha Khanoussi. *Vide* ENCARNAÇÃO, "XI Colóquio Internacional sobre a África Romana" (recensão crítica)", *Almadan*, IIª série, nº4, 1995, p.160.

⁴⁰ Para se ter uma apreensão rápida dos contactos permanentes ente estas duas regiões, vejam-se os mapas de distribuição apresentados por MENÉNDEZ PIDAL, Ramón, *História de España*, Vol. II *, 1986, p. 330, 401 e 454, respectivamente em relação à distribuição das fábricas de salga de peixe, exportação de azeite da Bética e distribuição da *Terra Sigillata* de Andújar na Mauritana Tingitana.

⁴¹ Não poderíamos deixar de referir o que, na Conferência proferida em 29 de Novembro de 1994 na Fundação Calouste Gulbenkian, Cláudio Torres dizia a este propósito, afirmando que a área da Tingitana sempre tinha pertencido ao mosaico da Península Ibérica. Note-se que o autor coloca o acento não exclusivamente na época muçulmana mas, também, em épocas muito mais antigas.

⁴² BARRAL I ALTET, *idem ibidem*. Afirma o autor que "...sembla doncs que els treballs escultòrics fets aquí tenen l'origen en una evolució local i regional dels models del món romà del final del segle III o de la primera meitat del segle IV".

⁴³ THOUVENOT, R., "Chapiteaux Romains tardifs de Tingitane et d'Espagne", *Publications du Service des Antiquités du Maroc*, 3, 1938, p. 63 e ss.

⁴⁴ CRUZ VILLALÓN, Mª, *Mérida Visigoda*, Badajoz, 1985, p.251 e 252.

⁴⁵ *Idem ibidem*: "Este tipo de capiteles constituye la expresión evolucionada de la modalidad tradicional romana de los capiteles de hojas lisas, de los que conocemos algunos ejemplares en Mérida. Esta tendencia, vigente desde el siglo I, cobra importancia en el siglo IV y aún antes, de tal manera que conocemos su expansión y desarrollo por el Norte de África en el siglo III hasta Egipto y el Mediterráneo oriental...".

⁴⁶ *Vide* Análise Comparativa respectiva, Capítulo 6.2.

Norte de África. Se bem que em relação a estes capitéis, comparação que oportunamente explicitaremos⁴⁷, essa unidade possa ser apontada, pensamos que, neste caso concreto, a influência directa estará mais próxima do desenvolvimento natural dos capitéis de folhas lisas, tal como ele se opera no centro do Império, do que de uma influência exógena determinante.

A explicitação de BARRAL I ALTET baseia-se, essencialmente, numa evolução local e regional a partir do fundo romano pré-existente conformado no sec. III e IV⁴⁸.

Quanto aos exemplares que classificámos de "influência oriental", não consideramos que essa ligação seja redutora ou exclusivista. A morfologia comum que estes espécimes apresentam, muito próxima da dos capitéis de Roma e de Óstia⁴⁹, (quer se trate de capitéis coríntios ou compósitos) seguem uma estrutura decorativa que quebra, de facto, a linha evolutiva constatada anteriormente. É em relação a este novo tipo decorativo que, pensamos, se terá feito sentir essa influência externa, muito mais oriental, a nosso ver⁵⁰, do que norte-africana. No caso peninsular, no entanto, este último contributo certamente terá sido importante, dada a proximidade geográfica dos dois territórios e os contactos existentes entre ambos, e se bem que não possa ser detectada nestes exemplares outros há, de ordens distintas, em que essa influência é evidente, como já tivemos ocasião de observar em relação aos capitéis jónicos⁵¹.

No território nacional contamos com vários exemplares que se podem aproximar dos que agora descrevemos. Para além destes, provenientes de Vila Viçosa, Lisboa e Estremoz, e de um outro espécime sem indicação de origem (**MAPA 2**), encontram-se identificados outros espécimes, a maior parte dos quais referenciados por D. Fernando de Almeida⁵² e mais dois, de Mértola, ainda que estes nos suscitem algumas dúvidas.

Temos, deste modo, uma distribuição (**MAPA 1**) que abrange, essencialmente, a zona Sul de Portugal. As duas peças de Conímbriga (ou Coimbra) são as únicas que se localizam na região centro do país.

Ainda que se possam, pertinentemente, admitir persistências moçárabes, tal como refere M^a Amélia Fresco de ALMEIDA⁵³, pensamos que o ponto de partida para uma

⁴⁷ Vide Análise Comparativa respectiva, Capítulo 6.2.

⁴⁸ Vide n. 42.

⁴⁹ Cf. com peças apresentadas por PENSABENE, ob. cit., 1973, ns^o 473-541.

⁵⁰ Sobre as relações entre Roma e o Oriente, Vide BERTINELLI, Maria G. Angeli, *Roma e l'Oriente*, Roma, 1979.

⁵¹ Vide Capítulo 4 do presente volume.

⁵² ALMEIDA, D. Fernando de, "Arte Visigótica em Portugal", *O Arqueólogo Português*, Nova Série, IV, Ed. Alfa, Lisboa, 1962, Lám. XV. No que se refere aos dois exemplares de Beja, a sua publicação deve-se a ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *História da Arte em Portugal*, Vol. 2, Lisboa, 1986, p. 55.

⁵³ ALMEIDA, M^a Amélia Fresco de, *Escultura Arquitectónica e Funerária dos sec. IV ao VIII, a Sul do Tejo*, Dissertação final de Mestrado, Lisboa, 1987.

compreensão destes exemplares deverá residir, não nas formas que encontramos já perfeitamente estabilizadas e arreigadas em território nacional a partir dos secs. XI e XII, mas sim numa tradição anterior decisivamente ligada ao mundo clássico.

Apesar de a autora não esquecer a importância do contributo romano na formação das peças que integra, em bloco, como correspondentes aos secs. IV-VIII, apenas aponta como padrão comparativo o capitel coríntio, esquecendo todas as variantes que o mesmo teve quer durante o Alto Império quer em épocas posteriores. O capitel coríntio de folhas lisas é, neste contexto, uma das variantes mais importantes no que se refere ao estudo de peças que, sem qualquer decoração, a autora tende a considerar como estranhas, abstractizantes ou estilizadas⁵⁴.

Ao corresponder o capitel, como refere CRUZ VILLALÓN, a um "...elemento arquitectónico que não supõe uma introdução inovadora (...) mas que tem uma continuação desde a época romana, com uma lógica evolução desde logo, mas em alguns casos difícil de detectar, já que seguem de muito próximo os protótipos clássicos"⁵⁵, será à luz das formas plenamente romanas que, a nosso ver, se terão que analisar as fugas ao paradigma, as degenerações, alterações e as novas soluções decorativas que vão surgindo. Se a autora escreve estas palavras ao falar de peças visigodas, nós recuamos um pouco mais, atribuindo o início dessa alteração a épocas ainda plenamente romanas, a qual situariamos no sec. III ou durante os finais do sec. II, constituindo o capitel de folhas lisas um bom indício dessa mesma alteração.

O conjunto agora analisado permite-nos ilustrar, de forma muito geral, a linha evolutiva do capitel coríntio de folhas lisas. Se bem que as doze peças que agora apresentamos não abranjam, de forma alguma, as variantes possíveis deste tipo de capitel, o facto de nos oferecerem um leque cronológico amplo que vai do sec. II ao sec. IV, permitem-nos ilustrar, pontualmente, uma evolução operada num tempo relativamente longo, fruto quer de uma evolução intrínseca, quer de mutações repentinas operadas pela introdução de novos elementos ou de distintas características decorativas atribuíveis a uma influência externa. Com base nestes aspectos constituímos quatro grupos:

⁵⁴ Transcrevemos um excerto do comentário da autora quanto à atribuição cronológica destas peças: "A cronologia para estas trinta e três peças tem de ser alargada desde o século IV ao VIII, sofrendo maiores ou menores transformações morfológica e temática, não criando, propriamente um tipo característico mas várias formas possíveis de uma certa tipificação e de uma valorização estético-formal, de per se, atendendo à sua desintegração contexto-espacial.", ob. cit., vol. II, p. 355.

⁵⁵ CRUZ VILLALÓN, ob. cit., p. 245.

GRUPO A - O início do emprego do capitel coríntio de folhas lisas na Lusitânia Ocidental, encontra-se atestado pelo capitel de Estremoz - **85** -, datado da segunda metade do sec. I, e pela peça de Loures - **86** -, dos finais do sec. II, exemplares onde os elementos tradicionais conformantes da ordem coríntia se encontram presentes, mesmo os que, mais tarde, desaparecerão, definitivamente, do léxico decorativo deste tipo de peças, como seja o caso dos caulículos e respectiva orla e das hélices com enrolamento bem demarcado. Estes exemplares podem ser relacionados com um tipo de capitel que mantém uma vinculação estreita aos motivos clássicos do coríntio normal.

GRUPO B - composto pela peça **87**, com uma cronologia já do sec. III, e o qual continua na linha evolutiva do grupo anterior, ainda que aqui a vinculação aos modelos clássicos do coríntio normal já se encontrem muito afastados. Uma regularização e standartização dos motivos decorativos origina formas pouco naturalistas e esquemáticas associadas a uma conformação morfológica da peça de aspecto mais maciço. Esta peça corresponde já a uma degenerescência do tipo que lhe deu origem, quer se trate do coríntio clássico quer do coríntio de folhas lisas do sec. II.

GRUPO C - formado pelas peças **89** e **90**, iguais entre si, como já havíamos referido, tanto mais quanto deverão ter correspondido a um mesmo edifício. Apresentam uma cronologia que rondará os finais do sec. III e a primeira metade do sec. IV. Os motivos, se bem que presentes, encontram-se muito reduzidos, correspondendo a esquematizações sumárias das formas originais. Evidenciando, talvez, uma influência norte-africana, correspondem a uma reelaboração distinta que toma por base não as formas originais clássicas, mas antes uma esquematização já evolucionada que joga com as novas formas como se de um novo léxico ornamental se tratasse.

GRUPO D - integra o exemplar **88** datado de meados do sec. III. A esquematização dos motivos decorativos são o aspecto mais marcante nesta peça. O carácter acentuadamente geométrico dos vários elementos, correspondendo a uma reinterpretação dos elementos naturalistas originais não podem, no entanto, ser entendidos como simples deturpações de modelos base, antes se constituem como um novo léxico enriquecido por novas e curiosas interpretações. O resultado é uma nova noção decorativa baseada em efeitos marcantes de claro/escuro e, essencialmente, por uma alternância de volumes de formas arredondadas. Se bem que seja difícil descortinar uma influência oriental directa, certamente que esta nova conceptualização da peça e da sua ornamentação deverá corresponder a novas correntes decorativas que não as recebidas do centro do Império, como as constatadas nos exemplares anteriores.

GRUPO E - peças 92, 93 e 94. Abrangem uma cronologia que corresponde em termos gerais ao sec. IV. Este grupo, intimamente relacionado com o anterior a ele se assemelha em termos morfológicos e decorativos, ainda que, e talvez exceptuando o exemplar 93, corresponda já a uma deturpação das novas influências ou correntes decorativas. Os elementos apresentam-se menos evolucionados, e o contraste de volumes já perdeu alguma da sua força.

GRUPO F - composto pela peça 95. Capitel muito deturpado onde os motivos decorativos não têm qualquer relação com as formas originais, antes se apresentam como pequenos apontamentos que fazem recordar, muito vagamente, os modelos base. O relevo quase não existe encontrando-se os pequenos signos timidamente desenhados na superfície da peça que tem uma forma maciça e longe já das proporções orgânicas deste tipo de peças.

A presença ou ausência de alguns dos elementos decorativos permite-nos inferir, ainda que em termos muito gerais, de uma atribuição cronológica mais ou menos recuada. Embora este fenómeno não possa ser tomado em consideração como regra, depara-se-nos importante, no que respeita a uma visualização global, da evolução do capitel coríntio de folhas lisas, como pode ser observado no **QUADRO N° 1**.

Igualmente, a morfologia adoptada por cada um dos elementos decorativos nos indica uma progressiva simplificação dos mesmos, afastando-se, à mediada que avançamos no tempo, do naturalismo de época clássica. Podemos mais facilmente constatar essa modificação no que diz respeito às folhas da *imma folia* através do **QUADRO N° 2** ou, no que se refere às flores do ábaco, no **QUADRO N° 3**.

Como temos vindo a referir, uma análise restrita a um dos elementos decorativos não nos permite obter uma datação aproximada e/ou correcta da cronologia do exemplar. Como podemos observar nos quadros acima referidos, as morfologias das várias decorações plásticas mantêm-se ao longo dos séculos, razão pela qual, optámos na representação gráfica dos motivos, por uma ordenação formal e não sequencial dos capitéis. Será o cruzamento de informações obtidas pela análise dos elementos considerados, numa primeira abordagem, separadamente, que nos poderá proporcionar uma leitura mais correcta do objecto tido no seu todo.

Uma peça que se encontra na Capela de S. Manços, em Évora, (Fot. 14 e 15 do Capítulo 2.7 do Volume I), dentro da torre da muralha do mesmo nome, serve de base a uma coluna que decora o espaço junto ao altar, pode ser considerada como uma

evolução última deste tipo de peças, anunciando já a linha de desenvolvimento posterior dos capitéis de folhas lisas⁵⁶.

Este exemplar⁵⁷, muito simples, é decorado por quatro volutas espiraliformes, de carácter muito esquemático, que decoram, em cada face, a parte superior do capitel. As volutas, situadas imediatamente por baixo do ábaco, abrangem todo o perímetro superior do exemplar, sendo ligeiramente mais pequenas as do centro ao invés das duas angulares. Sete traços, verticais e oblíquos, saem da parte inferior das volutas e por entre elas, descendo até ao colarinho. Se bem que a matriz se integre numa possível decoração visigótica, são curiosos os breves traços incisos que correspondem afinal, a uma representação das folhas do *kalathos*. Temos, deste modo, uma abstracção e um esquematismo levado ao extremo o qual, não obstante, e como temos vindo a sublinhar, só poderá ser compreendido se presente o léxico decorativo romano.

Esta peça tem paralelos com alguns capitéis de colunelo de Mérida⁵⁸, datados a partir do sec. V⁵⁹, bem como com algumas pilastras⁶⁰ do sec. VI, ou impostas⁶¹ também de Mérida, de cronologia posterior, concretamente do sec. VII. Peças semelhantes em território nacional referem-se a um fragmento de friso proveniente de Mértola, ao que parece decorado com o mesmo tipo de círculos, e ao qual se atribui uma cronologia provável que aponta para o sec. VI-VII⁶², ou ainda uma imposta de Beja de igual cronologia⁶³. Um capitel da Igreja de Stº Amaro, desta cidade, é o exemplar mais semelhante que encontrámos sendo, no entanto, datado do sec. IX por TORRES⁶⁴.

Não interessa neste momento, definir com precisão a cronologia desta peça, a qual será, certamente, ou do século V ou de época já posterior, interessa-nos sobretudo tomá-la como ilustração de uma tendência, enunciada nos exemplares que apresentámos e sobretudo no que se refere aos espécimes mais tardios, para o total abandono das

⁵⁶ Capitel invertido, em granito, que apresenta as seguintes dimensões: altura- 40cm; altura ábaco - 5cm; medidas do ábaco: 53X53cm; altura do colarinho junto à base: 4cm; diâmetro da base - 42cm. Como se trata de uma peça posterior ao período que agora estudamos não o incluímos no presente trabalho. Agradecemos ao Sr. Padre António Salvador dos Santos a autorização concedida para podemos fotografar e medir a peça.

⁵⁷ Este capitel encontra-se, como já referimos, na capela de S. Manços, cuja frontaria está embebida na torre medieval da Porta da Moura, e que foi construída no sec. XVII por Baltazar Vieira. A coluna, bem como o capitel que lhe serve de base, corresponde a um cruzeiro de veneração, em cuja coluna segundo a tradição, sofreu açoitamento o Bispo de Évora durante as perseguições movidas aos cristãos pelo pretor romano Valídio, BAPTISTA, Júlio César, "São Manços (evolução Biográfica)", *A Cidade de Évora - Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, nº 63-64, Évora, 1980-81, figs. 2 e 3 (a seguir à pag. 32).

⁵⁸ CRUZ VILLALÓN, ob. cit., p. 64, fig. 72 e pp. 64 e 65, fig. 74.

⁵⁹ Ob. cit., pp. 178 e ss.

⁶⁰ Ob. cit., fig. 7.

⁶¹ Ob. cit., p. 117, fig. 267; p. 119, fig. 278.

⁶² TORRES, *Museu de Mértola ...*, ob. cit., p. 93.

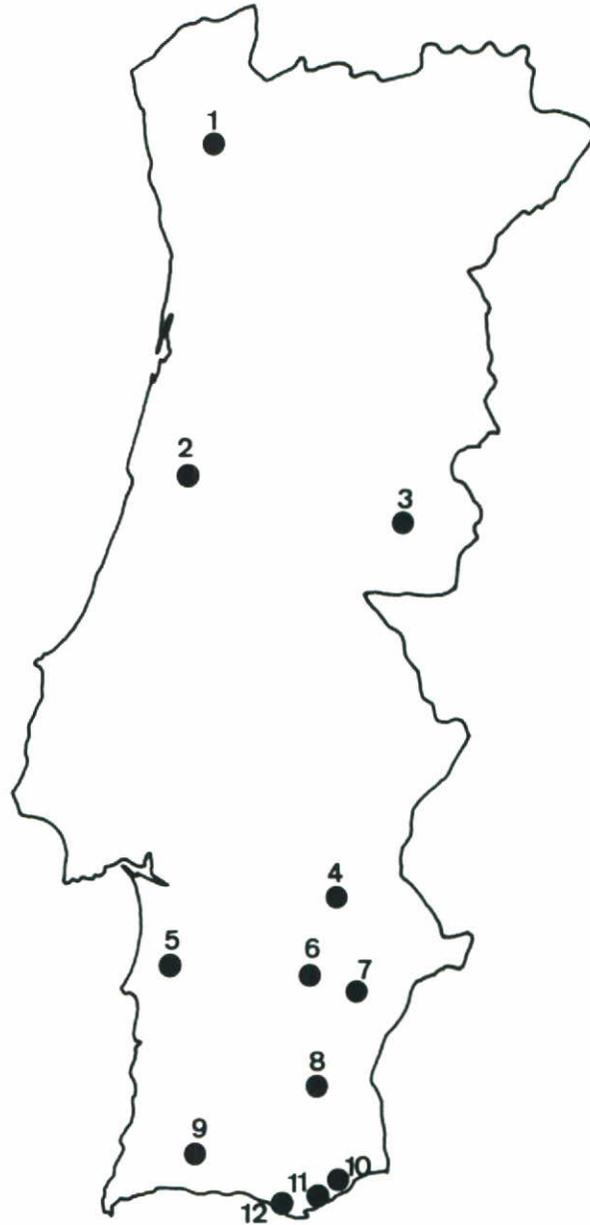
⁶³ TORRES, *Núcleo Visigótico...*, ob. cit., p. 49.

⁶⁴ *Idem*, p. 27, fig. 6 da p. 26, cronologia que talvez seja um pouco avançada demais.

formas naturalistas e conseqüente abstracção das mesmas, onde a representação das folhas se resume à inclusão de breves linhas incisivas.

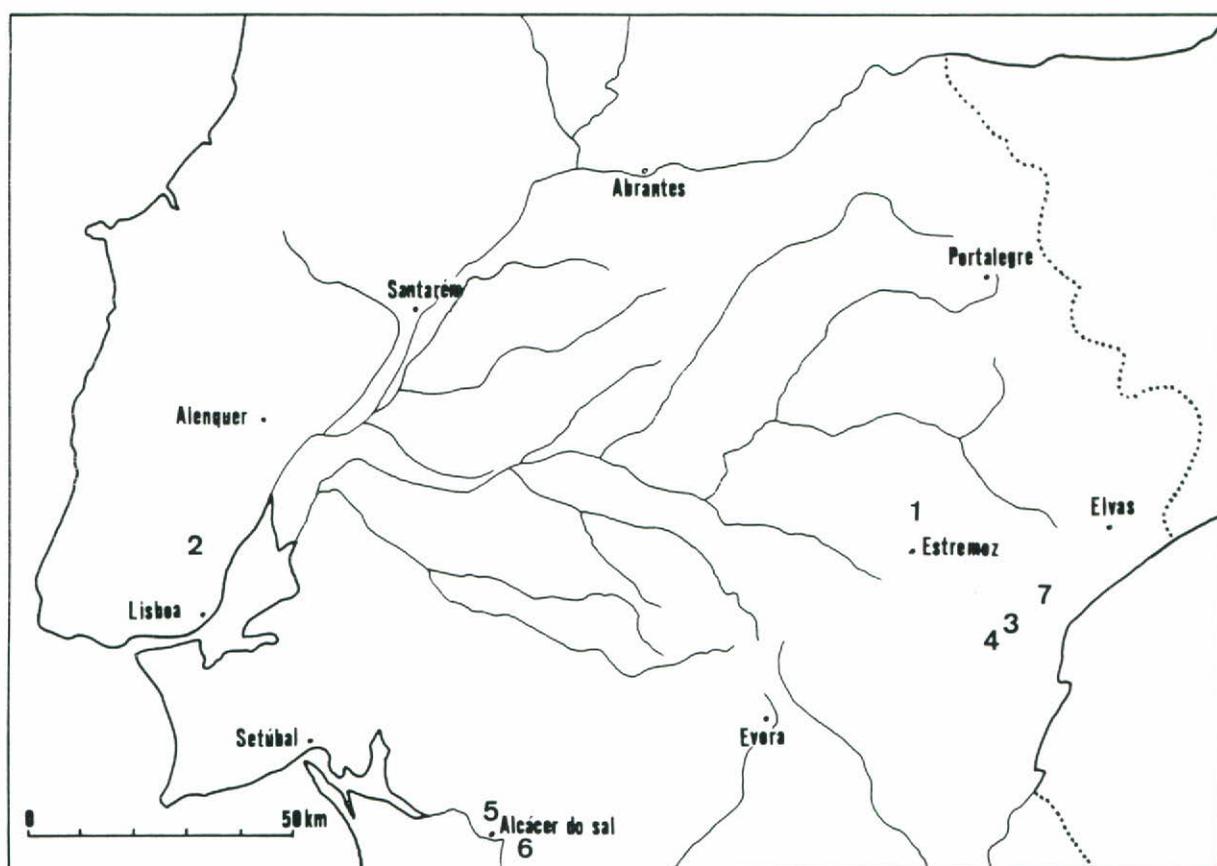
—

CAPITÉIS CORÍNTIOS DE FOLHAS LISAS NO ACTUAL TERRITÓRIO NACIONAL



- | | |
|------------------------------|---------------------------|
| 1 - Braga | 7 - Serpa |
| 2 - Conímbriga | 8 - Mértola |
| 3 - Idanha-a-Velha | 9 - Alcantarilha (Silves) |
| 4 - S. Cucufate (Vidigueira) | 10 - Tavira |
| 5 - Santiago do Cacém | 11 - Moncarapacho |
| 6 - Beja | 12 - Faro |

CAPITÉIS CORÍNTIOS DE FOLHAS LISAS DA
LUSITÂNIA OCIDENTAL



- 1 - St^a Vitória do Ameixial - 85
- 2 - Loures - 86
- 3 - Pardais - 87
- 4 - Pardais - 88
- 5 - Alcácer do Sal - 89
- 6 - Alcácer do Sal - 90
- 7 - Vila Viçosa - 93



**CAPITÉIS DE FOLHAS LISAS
ELEMENTOS CONSTITUINTES**

ELEMENTOS	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
ABACO	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
FLOR DO ABACO	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
HASTE DA FLOR DO ABACO	X										X	
ORLA DO CESTO	X				X	X	X	X	X	?		
HÉLICES	X	X			X	X						
VOLUTAS	X	?		X	X	X	X	?	X	?	X	
HASTE DAS HÉLICES	X	X			X	X						
HASTE DAS VOLUTAS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
MEIAS FOLHAS	X	?										
CAULÍCULOS	X	X			X	X						
ORLA DOS CAULÍCULOS	X	X										
FOLHAS ANGULARES				X			X	X	X	X		X
<i>IMMA FOLIA</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<i>SUMMA FOLIA</i>	X		X		X	X						
CRONOLOGIA	II	II	III	III	III/ /IV	III/ /IV	III/ /IV	Inic. IV	Mead. IV	Mead./ 2ªmet. IV	IV	IV

CAPITÉIS DE FOLHAS LISAS
MORFOLOGIA DAS FOLHAS DA *IMMA FOLIA*

N°	FIGURA	DESCRIÇÃO	CRONOLOGIA CAPITEL
85		Folha subrectangular com rebordo superior de perfil convexo	Segunda metade do sec.II
86		Folha subrectangular com rebordo superior de perfil convexo	Finais do sec.II
89		Folha subrectangular com rebordo superior de perfil convexo	Finais do sec.III / / inícios do sec.IV
90		Folha subrectangular com rebordo superior de perfil convexo	Finais do sec.III / / inícios do sec.IV

91		Folha subrectangular com rebordo superior de perfil convexo	Finais do sec.III / / inícios do sec.IV
94		Folha subrectangular com rebordo superior de perfil côncavo	Meados ou segunda metade do sec.IV
96		Folha subrectangular com rebordo superior de perfil côncavo	Sec.IV
87		Folha quadrangular com rebordo superior de perfil convexo	Sec.III
88		Folha sem definição lateral e com rebordo superior de perfil convexo	Meados do sec.III
92		Folha sem definição lateral e com rebordo superior de perfil convexo	Inícios do sec.IV
93		Folha sem definição lateral e com rebordo superior de perfil convexo	Meados do sec.IV

95		Folha sem definição lateral e com rebordo superior de perfil convexo	Sec.IV
----	---	--	--------

**CAPITÉIS DE FOLHAS LISAS
MORFOLOGIA DAS FLORES DO ÁBACO**

Nº	FIGURA	DESCRIÇÃO	CRONOLOGIA CAPITEL
88		Formato sub- rectangular	Meados do sec. III
92		Formato subrectangular	Inícios do sec. IV
96		Formato subrectangular	Sec. IV
87		Formato circular	Sec. III
89		Formato circular	Finais do sec. III / inícios do sec. IV
90		Formato circular	Finais do sec. III / / inícios do sec. IV

91 a)		Formato subtriangular	Finais do sec. III / inícios do sec. IV
93		Formato subtriangular	Meados do sec. IV
94		Formato subtriangular	Meados ou segunda metade do sec. IV
95		Formato subtriangular	Sec. IV
91b)		Formato subtriangular com decoração	Finais do sec. III / / inícios do sec. IV

6.7 - O CAPITEL CORINTIZANTE

O capitel corintizante é assim definido pela proximidade morfológica que estabelece em relação ao capitel canónico coríntio.

Vitrúvio não se lhe refere, integrando-o, a par de outros, num mesmo conjunto caracterizado por apresentar decorações variadas: "Sunt autem, quae idem columnis inponuntur, capitulorum genera variis vocabulis nominata ..."¹. Do coríntio reemprega a mesma forma troncónica, o ábaco decorado, e alguns dos elementos vegetalistas. No entanto, as volutas são agora substituídas por folhas alongadas que se elevam dos quatro ângulos da peça. Esta alteração, ou, se quisermos, esta "vegetalização das volutas", aplicando uma designação de PENSABENE, é um processo que se observa a partir dos secs. I e II, recuperando, curiosamente, algumas tendências helenísticas que terão o seu pleno desenvolvimento em época imperial² como teremos ocasião de observar no que diz respeito aos motivos que decoram as suas faces centrais.

É de assinalar que alguns autores adoptam precisamente esta característica identificadora do capitel corintizante - a vegetalização dos vários elementos - para a designação de tais exemplares, como é o caso de Arturo DIAZ MARTOS que, deste modo, designa estes capitéis como "capiteles de volutas vegetales"³. As variações decorativas destas peças, ainda que podendo apresentar motivos vários, ostentam elementos comuns, tendo sido a tónica da vegetalização dos seus elementos apresentada na definição atribuída por RONCZEWSKI, autor que primeiro os individualizou⁴.

As coroas de folhas, geralmente reduzidas a uma, ainda que se possa observar o esquema tradicional, localizam-se na parte inferior do capitel junto à base continuando geralmente a ser em número de oito as folhas que os compõem e abrangendo todo o perímetro do exemplar. A grande diferença que se estabelece em relação ao capitel coríntio corresponde à nova decoração das faces centrais. Se naquele, estas eram preenchidas pela *summa folia*, caulículos, hélices e arranques das volutas, essa decoração

¹ GRANGER, Frank, (tradução) *Vitruvius on Architecture*, Loeb Classical Library, Harvard University Press, London, 1995, Book IV, C. I (p. 210).

² PENSABENE, Patrizio, *Scavi di Ostia - I Capitelli*, VII, Roma, 1973, p. 218.

³ DIAZ MARTOS, Arturo, *Capiteles Coríntios Romanos de Hispania. Estudio - Catálogo*, Madrid, 1985, pp. 161 e ss.

⁴ RONCZEWSKI, K., "Variantes libres de Chapiteaux Romains", *Acta Universitatis Latviensis*, VIII, 1923.

é agora abandonada⁵ optando-se por composições totalmente distintas que não seguem, a maior parte das vezes, modelos rígidos. Quando tal acontece, isto é, quando é empregue um cartão determinado, um modelo pré-estabelecido, essa decoração não é vinculadora de uma rigidez decorativa podendo ser enriquecida com um ou mais elementos ou adoptando ligeiras alterações do tema tido por base.

Será precisamente esta liberdade ornamental que imputará uma tão grande popularidade a este tipo de capitel.

As folhas - inferiores e angulares - correspondem a uma espécie de matriz que se mantém em, praticamente, todos os capitéis. Estas apresentam alterações em relação às tradicionais folhas coríntias. Com efeito, são agora empregues folhas acantizantes/corintizantes, ainda que muito estilizadas e afastando-se, morfológica e conceptualmente, das dadas a observar no mundo natural. Serão geralmente empregues em combinação com um novo tipo de folhas - as palmetas - que constituem, em definitivo, o elemento foleácio preferido, bem como o de maior predilecção durante a época de Augusto. Mesmo quando folhas mais semelhantes, as coríntias são representadas, a maior parte dos seus lóbulos, que agora se reduzem em número, partem da base da folha - característica que define as palmetas - e não, como até então era normal, da nervura central.

Encontramos coroas de folhas compostas ou por um único tipo de elementos foleácios ou, o que será mais comum, empregando os dois tipos alternados entre si. As folhas angulares correspondem quase sempre a palmetas que repetem a morfologia das observadas na *imma folia*. Agora são maiores, adoptando uma forma rectangular. Elevando-se, atingem a parte inferior do ábaco, local onde denunciam uma recurvamento a imitar a morfologia espiraliforme das tradicionais volutas do capitel coríntio. Algumas vezes pode-se observar uma roseta no seu interior⁶, no entanto, o mais comum é terminarem com um formato arredondado e projectando-se externamente.

Os lóbulos das folhas apresentam, de igual modo, grandes modificações. A tradicional terminação apontada é agora mais redonda, por vezes mesmo romboidal, ainda que possam surgir inúmeras variantes - lóbulos recortados, bilobados, denteados -. A característica mais evidente corresponde a um contorno simplificado, dispondo-se os lóbulos paralelamente entre si e onde os pontos de trépano nas uniões interlobulares são

⁵ Exemplares há, no entanto, que continuam a empregar duas coroas de folhas na decoração ou outros que continuam a incluir os caulículos - vide BEHEMERID GUTIERREZ, M^a Angeles, "Capiteles Romanos de la Peninsula Ibérica", *Studia Archaeologica*, 81, Valladolid, 1992, exemplar n^o 888 - esta permanência da decoração coríntia é, não obstante, muito mais rara face áqueles exemplares que empregam a decoração mais comum deste novo tipo de peças.

⁶ RONCZEWSKI, ob. cit., pp. 115-121.

mais simplificados, geralmente adoptando a forma de concavidade circular, outras vezes, um pouco disfarçado devido ao alongamento do sulco.

Não se pode precisar uma data para o aparecimento do capitel corintizante. No entanto, um dos locais onde primeiro ele é empregue de forma sistemática, é em Pompeia, datando da época de Augusto a maior parte dos seus exemplares corintizantes. Interessante quanto a este aspecto, compararmos os célebres frescos pompeianos com este novo tipo de decoração pétrea, aspecto tanto mais de salientar quanto, no que aos capitéis corintizantes diz respeito, uma grande quantidade deles corresponde a capitéis de pilastra ou, simplesmente, a placas decoradas por incisão onde se representam estes elementos.

Influências da pintura certamente se terão feito sentir. Mas o sublinhar de uma relação unívoca entre representação parietal/representação pétrea poderá não ser linear. Com efeito, o "segundo estilo pompeiano", sintomaticamente designado por "estilo arquitectural" terá introduzido alterações na decoração de outros elementos, como será o caso de capeamentos de revestimento ou de pilastras, que nos mostram uma ornamentação similar.

A *Ara Pacis Augustae* oferece-nos um exemplo vivo desta sistematização da vegetalização na decoração de superfícies planas. As hastes vegetais quase não finalizam, prolongando-se em curvas e contracurvas, contorcendo-se, rodeando ou entrelaçando outros caules. Outros elementos são chamados a fazer a sua aparição. Pequenas aves, minúsculos répteis oferecem uma movimentação ao conjunto que transforma a pedra numa cena campestre de sossego e harmonia⁷.

Mas voltemos à pintura, refere-nos ÉTIENNE que, quanto a este segundo estilo, a superfície parietal abandona o seu próprio relevo passando toda a representação pictórica a ser realizada num mesmo plano, superfície que "...deixa à cor o papel de dar a ilusão das massas e de evocar as profundidades irreais de uma perspectiva arquitectural. A pintura sugere o espaço para além da parede e assim a suprime, para introduzir as arquitecturas helenísticas"⁸.

É na temática decorativa de época helenística que muitos dos novos motivos se inspiram. As palmetas, mas também os caules enrolados, ou os florões do tipo acrotérios, serão reaproveitados durante a época de Augusto e, algum tempo depois, com Adriano. Será esta vegetalização a característica mais marcante na arte decorativa, que não somente nos capitéis. Mas não ocorre uma cópia exacta, um decalque puro e simples dos ornamentos de época helenística ou de períodos ainda mais recuados, "Alors que le

⁷ Cf. ROCCA, Eugenio la, *Ara Pacis Augustae - in occasione del restauro della Fronte Orientale*, Roma, 1986.

⁸ ÉTIENNE, Robert, *A vida Quotidiana em Pompeia*, Ed. Livros do Brasil, Lisboa, s/d, p. 309.

décorateur athénien dissimulait mal l'origine disparate de ses cartons, - architecture religieuse, monuments funéraires -, on aperçoit clairement ici que les artisans travaillant à Rome s'employaient à insuffler aux prototypes classiques une vie nouvelle, à les recréer"⁹.

Se é durante o período augustano que este novo tipo de capitel é enviado será, à semelhança do que constatamos nas ordens arquitectónicas canónicas, durante a época Flávia que novas e profundas alterações se irão manifestar.

Apesar das novas aportações decorativas observadas nessa época, não se pode dizer que tenha existido um corte na evolução deste tipo de capitéis. Antes de mais, essas modificações dizem respeito, essencialmente, ao efeito estético no seu conjunto, mais que a alterações morfológicas de fundo. Durante este tempo, o capitel corintizante evolui de forma própria, fazendo ressaltar o seu distanciamento quanto ao capitel coríntio já que manteve inalteráveis as diferenças iniciais, mas enriquecendo e plasmando novas realidades culturais.

Será precisamente essa permeabilidade a novas soluções que farão dele o preferido no mundo romano, aspecto a salientar no que diz respeito às províncias, tal como teremos ocasião de confirmar com as peças que analisaremos no território da Lusitânia Ocidental.

A enorme difusão do capitel corintizante em todo o Império certamente se deverá, em grande medida, a uma intensa e extensa divulgação dos cartões decorativos. No entanto, eles não serão rígidos ao ponto de excluírem aportações locais, modismos pontuais ou soluções originais. A combinação dos vários modelos mais tradicionais será observada em muitos exemplares mas não é raro encontrarem-se ornamentos para os quais desconhecem-se grande número de paralelos. Foi essa liberdade decorativa das faces destes capitéis, mas também a certeza de se imitarem modelos perfeitamente latinos, que transformou o capitel corintizante num dos elementos arquitectónicos mais utilizados e mais do apreço da arquitectura doméstica de época romana. Ainda que integrados em alguns edificios arquitecturais de carácter público, como seja o caso de teatros ou termas¹⁰, a sua utilização será mais frequente em edificios de carácter privado. A este respeito diz-nos G. BEHEMERID: "En líneas generales, los capiteles corintizantes no fueron utilizados en grandes edificios públicos sino que a menudo formaron parte de pequeñas construcciones, de casas privadas, peristilos o de decoración

⁹ SAURON, Giles, "Les chapiteaux corinthiens néo-classiques le cas de l' Odéon d' Agripa a Àthenes", *Mélanges de l' École Française de Rome - Antiquité*, tome 91, Paris, 1979 -1, p. 201.

¹⁰ Cf. PENSABENE, Patrizio, *Scavi di Ostia - I Capitelli*, Vol. VII, Roma, 1973, por exemplo ns° 602, 604, 624-637, 664 ou 666.

de interiores ..."¹¹. Tal quadro pode-se aplicar quer em relação às províncias, no qual se incluem os nossos exemplares¹², quer no que respeita ao centro do Império¹³.

A evolução destas peças segue, em termos gerais, aquela observada em relação ao coríntio canónico. As principais etapas desta evolução, como já referimos, são marcadas pelas épocas de Augusto e de Adriano. Com efeito, durante a primeira encontramos uma organicidade e um efeito plástico perfeitamente conseguidos. Os motivos decorativos são explanados segundo uma coesão própria, o delinear dos vários elementos sobrepõe-se aos efeitos mediáticos de uma acentuação do relevo bidimensional dos mesmos. Em meados da época augustana e essencialmente depois, encontramos modificações claras deste tipo de trabalho¹⁴.

A dinastia flávia introduzirá modificações que se acentuarão com Adriano. A arquitectura, assim como as restantes artes, desempenharão um papel importante na propaganda política, facto comprovado desde o início pelo imperador que inaugura esta dinastia, Vespasiano, que manda construir o Anfiatro Flávio em terrenos que tinham sido usurpados por Nero ao domínio público. A tendência é, assim, a de retornar aos momentos áureos do Império, o que será procurado ao longo da dinastia flaviana. Assim, encontramos "... verism in the portraits of Vespasian and Titus, a Julio-Claudian revival in Domitianic portraiture, a highly ornate female portrait style, illusionism in the Arch of Titus, and neo-classicism in the Cancelleria Reliefs and in the statues of divinities"¹⁵, numa tendência evolutiva que culminará com Adriano.

A dicotomia entre guerra e paz vivida durante este período, bem como o grande marco de que se revestiu a conquista de Jerusalém introduziu modificações que se podem observar na arquitectura mas também na escultura, nos retratos, nas moedas e, da mesma forma, na decoração dos capitéis.

O neo-classicismo que se pode constatar em alguns dos trabalhos escultóricos flavianos atingirá o seu apogeu na primeira metade do sec. I. Com Adriano as influências gregas e helenizantes, bem como um acentuado ecletismo decorativo, deixarão as suas marcas numa arquitectura de novas directrizes. A participação de artistas gregos, dos quais o mais famoso será Apolodoro de Damasco, influenciarão definitivamente as novas oficinas da capital.

Os fortes efeitos de claro/escuro que encontramos durante a dinastia Flávia, procuram uma alternância de volumes que se afasta do naturalismo augustano da

¹¹ GUTIERREZ BEHEMERID, ob. cit., pp. 183 e 184.

¹² Sobre a integração arquitectónica dos capitéis corintizante da Lusitânia Ocidental vide Capítulo 3.6 do Volume IV do presente trabalho.

¹³ RONCZEWSKI, ob. cit., pp. 3-6.

¹⁴ Cf. evolução do capitel coríntio Capítulo 6.5. do presente volume.

¹⁵ KLEINER, Diana E. E., *Roman Sculpture*, Yale Publications in the History of Art, London, 1992, p. 203.

decoração arquitectónica fazendo recurso marcante ao emprego do trépano. Nos capitéis, as caneluras substituem as nervuras e a bidimensionalidade dos elementos substituirá os antigos efeitos vegetais do realismo tridimensional.

O grande momento será inaugurado com Adriano, imperador que entendeu a imagética e a iconografia como espelho e propaganda de um novo mundo e de uma nova ordem. Se os efeitos de luzes e sombras diminuem, procurando-se um reavivar da contenção decorativa augustana, serão os novos temas do mundo grego que, reelaborados, se plasmarão na pedra como um reavivar da memória e como elegia da paz do Império.

Os capitéis traduzem estas modificações, "... i mutamenti apportati dalle nuove officine consistevano in una diminuzione dei forti effetti di chiaroscuro, che prima quasi dissolvevano gli elementi vegetali sotto il forte uso del trapano, in un maggior senso della mistura che porta all'abbandono do sovraccarichi di ornamenti vegetali, e nella introduzione di alcuni motivi, che già erano in auge in età augustea ..."16.

Mas analisemos um pouco mais detalhadamente as diversas decorações que as faces livres do *kalathos* podem apresentar, uma vez que estas correspondem a tipos relativamente definidos que se expandiram por todo o Império.

Correspondem a três tipos de composição, seguindo a tipologia definida por RONCZEWSKI17: motivo liriforme, motivo do cálice central e o do duplo S.

MOTIVO LIRIFORME

- Corresponde ao Tipo C de RONCZEWSKI18.

- É composto por duas hastes vegetalistas que se elevam ou a partir da parte superior da *imma folia*, ou da base do capitel por entre as folhas angulares. Afrontadas e descrevendo um ondeado simétrico apresentam uma terminação espiraliforme, a qual se desenvolve, geralmente, virada para os lados exteriores (na direcção das folhas angulares), encerrando no seu interior uma roseta. Esta apresenta a maior parte das vezes quatro pétalas e botão central liso e relevado, ainda que possa adoptar outras morfologias.

16 PENSABENE, ob. cit., p. 225.

17 RONCZEWSKI, ob. cit., pp. 123 e ss. Este quadro encontra-se incompleto, como teremos ocasião de referir. Não obstante, apresentamos esta classificação tradicional porque foram estas as composições mais divulgadas no Império.

18 RONCZEWSKI, ob. cit., pp. 113 e ss.

As variações a este esquema traduzem-se na disposição que adoptam os caules vegetalistas. Assim, podem ser paralelos, morfologia menos corrente, ou podem entrelaçar-se ou cruzar-se. Nesta última variante, essa união pode ser materializada por uma pequenina e esquemática cartela, ou, não ser assinalada com qualquer elemento.

Os caules são lisos ou apresentam pequenas folhas à semelhança de lóbulos, os quais podem decorar as hastes somente de um lado, o que é mais corrente - sobretudo quando se tratam de hastes cruzadas - ou dos dois.

Este motivo abarca toda a face livre do *kalathos*, no entanto, não é raro encontrar-se uma pequena haste, axializada, que parte igualmente das folhas inferiores (parte superior destas) e que se eleva até à flor do ábaco.

- Encontramos este motivo, ou composições que lhe deram origem, em estelas gregas dos secs. V e IV a.C ou nos célebres vasos áticos de figuras encarnadas e em terracotas itálicas¹⁹. Durante a época romana os melhores exemplos da sua aplicação, que não os capitéis, são, como já referimos, os frescos de Pompeia que nos oferecem em profusão exemplos de hastes entrelaçadas, num desenvolvimento contínuo de caules e folhas tal como encontraremos exemplaramente representadas na *Ara Pacis Augustae*.

MOTIVO DO CÁLICE CENTRAL

- Corresponde ao tipo B de RONCZEWSKI²⁰.

- É composto por um motivo que se eleva a partir da parte superior das folhas da coroa inferior e que adopta a forma de um cálice - perfil inferior arredondado e parte superior curva dividida em dois elementos - folhas ou lóbulos - que se afastam entre si com uma terminação apontada. A morfologia é semelhante a um bolbo aberto. As alterações a este esquema base podem corresponder ou a uma multiplicação dos lóbulos ou a um tratamento distinto dos mesmos - perfil arredondado, curvo, apontado, etc. -. Do interior deste cálice eleva-se, a maior parte das vezes, uma haste que suporta a flôr do ábaco. Mas também pode aparecer um segundo cálice semelhante ao inferior, ou uma palmeta que decora a parte superior do cesto, o que acontece geralmente no caso peninsular.

- A origem deste motivo pode-se encontrar em capitéis de época helenística onde um pequeno cálice segurava uma palmeta que decorava o cesto da peça²¹. Mas o seu

¹⁹ PENSABENE, ob. cit., p. 220.

²⁰ RONCZEWSKI, ob. cit., p. 135.

aparecimento data de épocas mais antigas, bastará observar alguns acrotérios e antefixas do mundo grego para constatar-mos a sua presença²², ainda que sem o desenvolvimento e destaque que irão revestir quando, mais tarde decorarem isolados uma superfície pétrea.

MOTIVO DO DUPLO S

- Corresponde aos tipos E e D de Ronczewski.

- É composto por duas hastes simétricas que, partindo da parte superior das folhas angulares, se unem a meio, geralmente por uma pequena cartela, continuando afrontadas e descrevendo uma terminação espiraliforme, morfologia que igualmente adoptam junto às folhas de ângulo substituindo aí a terminação enrolada das tradicionais volutas.

Esta composição apresenta, à semelhança das anteriores, uma haste axializada que se eleva até à flor do ábaco.

Várias alterações a este esquema base podem surgir. Elas plasmam-se quer na inclinação dos caules e respectiva morfologia, quer no motivo que encerram no encontro dos mesmos. Assim, o caule da flor do ábaco pode ser substituído por uma palmeta ou por um cálice²³.

- Este motivo é um dos mais antigos. Podem-se encontrar antecedentes nas estelas funerárias ou em vasos do mundo grego, em capitéis de terracota de Olímpia, ou em pequenos capitéis de pedra em contextos funerários de Delfos²⁴. Pela sua decoração os capitéis que apresentam este esquema compositivo correspondem geralmente a capitéis de pilastra ou, simplesmente, a capeamentos de revestimento onde os capitéis, enquanto elementos arquitectónicos, são representados simplesmente com talhe inciso ou em baixo-relevo.

Aplicando as palavras de PENSABENE, encontramos-nos perante uma "esplosione di fantasia naturalistica"²⁵. Os esquemas ornamentais que apresentámos não se compadecem com padrões únicos e as variações, modificações e enriquecimentos destes temas irão ser uma característica do capitel corintizante.

²¹ PENSABENE, ob. cit., pp. 217 e 218.

²² Cf. BILLOT, Marie-Françoise, "L'apparition de l'acanthé dans le décor des toits du monde grec", *L'Acanthé dans la Sculpture Monumentale de l'Antiquité à la Renaissance*, Paris, 1993, figuras pp. 48 e 49.

²³ Cf. PENSABENE, ob. cit., fig. n° 638, 647, entre outros.

²⁴ PENSABENE, ob. cit., pp. 220 e 221.

²⁵ *Ibidem*, p. 221.

Alguns autores agrupam tais decorações, porquanto obedecendo ou a temas comuns ou a composições mais ou menos similares, em conjuntos que denominam separadamente. G. Behemerid, por exemplo, para além dos grupos tradicionais, acrescenta o das "volutas entrelaçadas", enquanto Pensabene acrescenta conjuntos distintos: "vaso central", "com hélices e volutas sem cálices", "com hélices nascendo das volutas". Outros autores, pelo contrário, designam todos os exemplares como "capitéis corintizantes"²⁶ especificando, somente aquando da sua descrição, o tipo de decoração documentado e estabelecendo a identificação com os grupos anteriormente definidos por Ronczewski.

A derivação do motivo liriforme será uma constante, documentada quer no que respeita a peças centro-imperiais, quer quanto às elaboradas nas províncias mais longínquas. Em Roma, por exemplo, um exemplar da época de Nero²⁷ oferece-nos uma decoração liriforme enriquecida com outros elementos. Os repetitivos círculos desenhados pelas hastes vegetalistas apresentam-se sabiamente cinzelados mas o exagero do sinuoso do traçado das hastes anuncia já o "barroquismo" decorativo que marcará muitos exemplares passado alguns decénios.

É afinal, o mesmo processo que constatamos em relação à pintura, modificações na arte pictórica contra as quais se insurgia Vitruvius dizendo "Mas estes temas, que eram extraídos da realidade, estão hoje condenados por um gosto absurdo. Com efeito, pintam-se monstros nas paredes em vez de imagens exactas de coisas definidas; à guisa de colunas, erguem canas que sustentam enrolamentos de caules, plantas caneladas com a folhagem refendida e encurvada à maneira de volutas; fazem-se candelabros que suportam pequenos templos, dos quais, como se fossem raízes, se elevam numerosos ramos frágeis em que há personagens sentadas; noutros sítios estes ramos terminam em flores donde se fazem sair meias figuras (...). Tudo isto não existe, nem pode existir ou jamais existiu"²⁸.

Um exemplar de Mérida, proveniente do circo e datado do sec. II, documenta-nos uma interessante derivação do motivo liriforme²⁹. As faces ornamentam-se com duas rosetas junto ao ábaco que se encontram envoltas por duas semi-palmetas justapostas. A composição é elegante mas tanto poderiam ser as palmetas a envolver as rosetas como

²⁶ Por exemplo, DIAZ MARTOS, ob. cit. pp. 161 e ss.; CARLOS MARQUEZ, *Capiteles Romanos de Corduba Colonia Patricia*, Córdoba, 1993, pp. 122 e ss.

²⁷ GALLOTTINI, Angela, LUPI, Loretta, *Museo Nazionale Romano - Le Sculture*, I, 11, De Luca Edizione d'Arte, Italy, 1991, pp. 29 e 30, fig. 49.

²⁸ ÉTIENNE, ob. cit., p. 312. Apresentamos a tradução do texto latino reproduzida no livro citado. Como esta passagem é agora invocada simplesmente como ilustrativa de uma tendência geral das artes desta época, abastemo-nos de apresentar o respectivo texto em latim ou segundo a tradução inglesa que geralmente citamos.

²⁹ G. BEHEMERID, ob. cit., p. 194, n° 842.

cálices, folhas de acanto espinhoso ou outro qualquer motivo. As soluções são múltiplas e seria impossível, neste momento, comentar todos os desvios às composições mais clássicas.

Se todos estes motivos tiveram uma expansão notável, pensamos que será o motivo liriforme, e as respectivas derivações, que prevaleceram no gosto dos encomendantes, pelo menos no que respeita às províncias ocidentais, como teremos ocasião de observar. Bastará observar o número de capitéis ostienses corintizantes para chegar a tal conclusão. Com efeito são vinte e quatro as peças que apresentam esse motivo a decorar as faces livres do *kalathos*³⁰, número somente suplantado pelo grupo de "motivos vários" documentado em trinta e um exemplares³¹.

Se compararmos com as províncias da Hispania, este número é largamente suplantado. Observamos assim, cinquenta peças que apresentam o motivo uniforme nas suas³², número que ultrapassa consideravelmente o tema do "duplo S", com vinte e seis exemplares³³.

Como referimos anteriormente, o capitel corintizante terá a sua máxima difusão durante os dois primeiros séculos da nossa era.

Assim, o motivo liriforme surgindo ainda em época republicana, será empregue largamente durante o período de Augusto, definindo-se como uma "conquista della plastica architectonica romana"³⁴. A predilecção por este tema continuará durante estas duas centúrias até à época severiana, altura em que o número de exemplares que o documentam se torna mais raro e que a sua realização, à semelhança do que constatamos com os capitéis canónicos, se tornará mais esquemática desvirtuando, progressivamente, os elementos tradicionais e onde o tipo de talhe oferece modificações técnicas. A época flávia fornece-nos belíssimos exemplos deste tema, onde o uso do trépano, os efeitos de claro/escuro e as alternâncias de volumes atingem o seu auge.

Os outros motivos apresentam uma cronologia muito similar sendo, definitivamente, os secs. I e II, com especial incidência para a época flávia e para o período de Adriano, onde se concentra o maior número de ocorrências deste tipo de capitel.

Ainda que continuando a ser empregue durante épocas tardias como acontece durante o sec. IV e mesmo em épocas posteriores, a partir do sec. II notar-se-á, de forma nítida, uma quebra na produção deste tipo de capitel.

³⁰ PENSABENE, ob. cit., ns° 554-578.

³¹ *Ibidem*, ns° 674-705.

³² G. BEHEMERID, ob. cit., ns° 794-848.

³³ *Ibidem*, ns° 867-893.

³⁴ PENSABENE, ob. cit., p. 220.

Não sabemos o porquê desta alteração tão repentina do gosto, no entanto, este "barroco decorativo" certamente se tornaria difícil de repetir quanto mais afastados se encontrassem os cartões que lhe deram origem. O ondedado das hastes, o particularismo dos denteados foliáceos, ou o delinear delicado dos pequenos cálices, seriam elementos difíceis de imitar, para além de ser mais do agrado a representação dos volumes contrastantes do que o desenhado contido dos motivos vegetalistas nas faces do capitel.

Ultrapassadas as grandes campanhas de obras públicas do primeiro momento de implantação do domínio romano, o emprego dos capitéis na arquitectura privada - processo que pode ser acompanhado essencialmente a partir do sec. II³⁵ - assistiu a uma diminuição da dimensão de tais elementos, fenómeno acompanhado por um afastamento da ornamentação rígida de tais elementos.

A par deste processo de simplificação, outros tipos de capitéis terão merecido especial atenção dada a simplicidade executiva e respectiva rapidez de produção. Contam-se neste caso os capitéis de folhas lisas e outros tipos de peças que, verdadeiramente, não se podem incluir num grupo ou tipo determinado, como seja o caso dos que apresentam faces totalmente livres ainda que mantendo alguma decoração quanto às folhas angulares. Quanto aos capitéis de folhas lisas, como já tivemos ocasião de observar, é notória a quantidade de peças que se integram no sec. III e IV e que apresentam, ao mesmo tempo, dimensões bastante reduzidas indicando o seu emprego em edifícios modestos³⁶.

³⁵ Quanto a este aspecto *vide* Capítulo 3.6 do Volume IV do presente trabalho.

³⁶ Cf. Capítulo 6.6 do presente Volume.

O CAPITEL CORINTIZANTE NA LUSITÂNIA OCIDENTAL

São dezassete os exemplares que classificamos como corintizantes no que respeita ao território agora considerado.

A sua distribuição circunscreve-se à parte mais Oeste da Lusitânia Ocidental. Com efeito, as peças de proveniência mais afastada correspondem aos dois capitéis conservados no Museu Municipal de Évora. Não sabemos qual a exacta proveniência destas peças. Um deles -110 - pertence à colecção de Frei Manuel do Cenáculo, ainda que não saibamos qual o local onde este espécime tenha sido recolhido³⁷.

A distribuição geográfica destes exemplares como pode ser observado no **MAPA 1**, vem contrariar um pouco aquilo que tinha sido definido por alguns autores quanto à dispersão deste tipo de capitéis na Hispania. Com efeito, G. BEHEMERID afirma que "... la difusión del capitel corintizante afecte a unas zonas muy concretas de la Península y en especial al tercio Sur de la misma. Al ser estas las zonas más romanizadas y las que han suministrado un mayor número de capiteles, parece lógico el que sea también en ellas donde la variante corintizante esté mejor documentada. Con todo, quizá resulte curiosa y digna de mencionar (...) su ausencia en el interior y Norte de la Península, zona donde no faltan, sin embargo, los restantes tipos de capitel. Hay que hacer notar igualmente su presencia mayoritaria en Córdoba"³⁸.

Os exemplares que agora apresentamos provenientes de Santarém, bem como o da Herdade do Carvalhal, vêm contradizer um pouco esta noção da dispersão tão localizada na região Sul da península. Ainda que este número de peças não justifique, à partida, qualquer teoria que refute aquela definida pela autora, pensamos que as peças que agora incluímos poderão fornecer um quadro talvez um pouco mais correcto que infirme a ideia de dispersão tão generalista a que fizémos referência.

A inexistência de um levantamento exaustivo dos capitéis da antiga província da Lusitânia, não nos permite, no estado actual dos nossos conhecimentos, avançar com teorias definidas quanto ao presente assunto. Por vezes, essa inexistência de materiais corresponde, simplesmente, a um desaparecimento dos mesmos ou a uma deficiente recolha. O precioso trabalho de levantamento da autora espanhola reflecte precisamente essa deficiência. Com efeito, dos dezasseis capitéis corintizantes documentados na

³⁷ A consulta dos manuscritos existentes na Biblioteca de Évora não nos forneceu qualquer informação neste sentido: CENÁCULO VILLAS BOAS, Frei Manuel do, Manuscrito Codice CXXIX/1-14, p. 112-117; Codice CXXIX/1-9, p. 112; Codice CXXVIII/2-13, p. 20, 1800.

³⁸ G. BEHEMERID, ob. cit., p. 215.

Lusitânia Ocidental ela somente refere um deles, a peça proveniente de Alcácer do Sal - 106 -.

Quanto ao restante território nacional, BEHEMERID refere unicamente uma peça, proveniente de Conímbriga, à qual atribui uma cronologia do sec. IV³⁹. Pensamos que será necessário atentarmos mais demoradamente neste exemplar. Com efeito, pensamos que esta peça, a qual, aliás, corresponde simplesmente a um fragmento da parte superior do ábaco e do cesto, não pertencerá a uma capitel corintizante, aplicando o motivo decorativo do "Duplo S", como refere a autora, mas sim a um capitel coríntio do sec. I, concretamente de época flávia. As bandas lisas que se observam, correspondem às hélices do capitel conservando-se ainda um pouco do enrolamento espiraliforme numa delas⁴⁰. Estas, terão sido confundidas por G. Behemerid pelas hastes vegetalistas do "duplo S", motivo corintizante relativamente habitual.

Assim sendo, confirma-se, mais uma vez, a teoria exposta pela mesma autora de que se circunscrevem à região Sul da península os exemplares que se integram no tipo corintizante. Facto que assume maior relevância se em confronto com os exemplares corintizantes de que temos conhecimento para o território actualmente nacional. Ao contrário da metodologia que temos vindo a seguir, não apresentamos no caso vertente mapa de distribuição desses exemplares, uma vez que se restringem a dois locais - Sines e Beja - os que nos oferecem peças que se integrem nas variantes agora em análise. Apesar de tal levantamento ser obrigatoriamente muito incompleto, como temos vindo sempre a sublinhar quando apresentamos tais informações, as peças documentadas para a cidade de Beja, que correspondem a sete capitéis corintizantes⁴¹ - somente uma delas referenciada no trabalho de G. Behemerid - e as de Sines, sublinham a ideia apresentada.

Quanto aos dois exemplares de Sines, eles são atribuídos por Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA ao sec. VII afirmando, no entanto, que "Estes dois capitéis, com folhas de ângulo, revelam-no um esquema ainda muito classicizante e até hesitamos na sua atribuição ao século VII se não fosse a homogeneidade do conjunto em que apareceram e o tipo das suas impostas"⁴². Razão tinha o autor ao afirmar da sua composição de aspecto classicista, ainda que, a nosso ver, erradamente quando considera que as impostas pertençam aos dois capitéis. Pensamos que tais elementos nada têm a

³⁹ G. BEHEMERID, ob cit., p. 201, nº 887.

⁴⁰ ALARCÃO, Jorge, ETIENNE, Robert, *Fouilles de Conimbriga - L'Architecture*, I **, Paris, 1977, Planche XCVIII, fig. nº 1. A fotografia aqui apresentada é a mesma que é reproduzida pela autora espanhola. Acharmos estranha a atribuição cronológica por ela realizada quando a própria legenda onde a peça é apresentada refere: "Volutes d'un chapiteau corinthien", tendo surgido em contextos de época flávia.

⁴¹ Vide, RIBEIRO, M^a Antonieta Brandão da Silva, *Capitéis Romanos de Beja*, Dissertação Final de Mestrado em História da Arte apresentada à F.C.S.H da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1994, Vol. II, nº 13-19.

⁴² ALMEIDA, Carlos A. F. de, *História da Arte em Portugal*, vol. 2, Publ. Alfa, Lisboa, 1986, p. 51.

ver com os capitéis podendo ter sucedido o mesmo fenómeno do observado na Capela de Stº Amaro em Beja onde os capitéis são sobrepostos por impostas visigóticas ainda que, pensamos nós, correspondam a peças reaproveitadas de duas épocas distintas que terão sido empregues no mesmo local.

Estes capitéis corintizantes deverão ser bastante mais tardios dos que agora apresentamos. As suas folhas lisas, a rigidez dos motivos e respectiva esquematização e simplicidade, bem como o aspecto que nos oferecem as volutas - correspondendo às folhas angulares lisas sem marcação de lóbulos e de enrolamento espiraliforme acentuadamente geométrico - levam-nos a considerá-los com produtos tardios mas ainda de época romana.

Como explicar então, a dispersão relativa do capitel corintizante na região mais a Norte do território agora considerado?

Antes de mais é necessário sublinhar o facto de que Santarém se situa junto à margem do rio Tejo, portanto, perfeitamente em consonância com a área de influência, estabelecida por via fluvial, em relação ao território agora em análise e assim definido por essa mesma razão. As relações de *Scallabis* com *Emerita Augusta* justificam-se, assim, plenamente e reforçam a unidade cultural que nos levou à escolha do território agora em análise. No entanto, os paralelos que apontaremos, quanto à análise comparativa a realizar no seguinte volume, estabelecem-se, antes de mais, com Córdova e não com Mérida, ainda que as comparações com esta última cidade também se possam aproximar uma vez que existem sempre semelhanças entre os motivos adoptados para a decoração do capitel corintizante em todo o Império como tivemos ocasião de assinalar.

Uma vez que as semelhanças com peças cordovezas são tão explícitas, pensamos ser possível apresentar uma outra hipótese de penetração de influências que não, simplesmente, a via fluvial correspondente ao Rio Tejo. Esse outro polo de recepção e divulgação de modelos poderá ter sido consubstanciado por *Olisipo*, recebendo tais correntes por via marítima, certamente provenientes do centro do Império ou através da região mais a Sul da Península Ibérica.

Por outro lado, algumas das peças apresentam características estilísticas comuns, as quais, pelo seu particularismo, pensamos poderem ser devidas a "tiques" de uma mesma oficina. Este aspecto será por nós desenvolvido quando abordarmos os centros de produção destes materiais no que respeita à área agora em análise. A confirmar-se tal ideia, e dado que o único exemplar, por nós conhecido e que pode ser aproximado, corresponde a uma peça do sec. III proveniente de Córdova, assumindo esta um esquematismo decorativo bastante mais acentuado que o observado nos nossos

exemplares, poderá propor-se, ainda que simplesmente como hipótese, que tal influência se tenha processado de Oeste para Este e não em sentido inverso.

O facto de, na região olisiponense, existirem dois exemplares que documentam os referidos particularismos - **101** e **102** - poderá sublinhar tal hipótese.

A questão das influências no que respeita às províncias constitui, no entanto, um processo de difícil análise, essencialmente no que respeita, como é o caso, a áreas geográficas onde se desconhecem os materiais existentes.

ASPECTOS DECORATIVOS - FACE FRONTAL

Quanto à decoração dos exemplares corintizantes na Lusitânia Ocidental, constatamos que os motivos das faces centrais que ocorrem mais vezes, correspondem ao motivo liriforme - **QUADRO 1** -.

MOTIVO LIRIFORME

TIPO A

Com efeito, este motivo surge-nos em nove exemplares - **98, 99, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111** -, ainda que em alguns casos associado a outros motivos num mesmo capitel.

O esquema mais comum é o correspondente ao das hastes vegetalistas afrontadas que se unem a meio, ou por marcação com cartela - **106, 109, 111**, como prováveis também as peças **107 e 108** - ou somente adossadas - **99, 103** e possivelmente **98** -. Existem peças que, pelo estado de conservação documentado, não é possível definir qual o tipo de união que, originalmente, se estabeleceria.

Este motivo é composto pelas referidas hastes e por rosetas que nos surgem envolvidas por aquelas. As rosetas podem ser quadripétalas, como é mais habitual - **99, 106, 109 e 111** - ou apresentando três pétalas - **103** e, talvez, **110** -.

As hastes vegetalistas podem apresentar divisões, lobulares ou foleácias ou no seu contorno superior - **98, 99, 106 e 111** - ou na sua parte interna - **103** -. Podem ainda ser representadas como moldura sogueada - **107, 108 e 109** -.

TIPO B

Motivo liriforme representado por hastes cruzadas. Dentro deste grupo apenas se documenta um exemplar - **111** - o qual, curiosamente, apresenta em outras duas faces o

tradicional motivo liriforme que descrevemos anteriormente. As hastes são muito esquemáticas possuindo uma marcação interna e relevada semelhante a uma moldura sogueada, aplicada aqui como estilização da divisão lobular.

MOTIVO DO DUPLO S

Documentado numa única peça - **111** - e que corresponde ao motivo das hastes afrontadas e paralelas que encerram entre elas o motivo da palmeta central. Constitui-se deste modo, como um compromisso entre o motivo liriforme e o distinto ornamento da palmeta central como observaremos em seguida e o qual distinguimos, em termos conceptuais, do motivo assim definido por outros autores.

MOTIVO DA PALMETA CENTRAL

TIPO A

Esta decoração, como a designação indica, apresenta uma palmeta decorar as faces frontais da peça. Incluímos neste grupo as peças - **101** e **102** - ainda que integrando sub-grupos distintos tendo em atenção o tipo de folha em presença:

- A.1 - palmeta central de tipologia próxima à que é habitual encontrar nas folhas angulares e que corresponde à morfologia mais comum.
Exemplar **101**.

- A. 2 - palmeta central que adopta a morfologia próxima do coríntio asiático, ainda que de terminações apontadas menos acentuadas.
Exemplar **102**.

TIPO B

Corresponde a palmetas muito estilizadas que preenchem, na íntegra, as faces frontais. Possivelmente todas elas com três lóbulos exageradamente altos de cada lado de uma possível nervura ou sulco central. A finalizar a composição, na parte inferior, observam-se rosetas quadripétalas e com botão central relevado e liso - **98, 106** -.

Num outro exemplar - **101** - este motivo, o qual apenas nos surge representado na sua metade inferior, ocupa metade de uma face frontal, já que se trata de um capitel de adossamento. Assim, apenas se observam três lóbulos e uma única roseta de idênticas características das anteriores mas mais pequena, adaptando a sua forma ao espaço disponível, particularidade que lhe confere um aspecto mais alongado.

Na face frontal e lateral deste exemplar podemos observar um motivo em ziguezague na parte inferior do ornamento frontal. Este pequeno elemento corresponderá a um dos muitos a que fizemos referência que não se podem, verdadeiramente, integrar em nenhuma tipologia já que deverão depender do gosto do encomendante ou da oficina produtora, denunciando um acentuado sabor local quanto à escolha dos elementos decorativos.

MOTIVO DO FLORÃO CENTRAL

Apenas um exemplar o documenta - **97** -. Apresenta uma haste vegetalista que percorre um dos lados da face livre do *kalathos* possuindo, no meio desta, uma roseta com vários lóbulos.

Este motivo corresponde ao exemplar de cronologia mais recuada que agora apresentamos, uma vez que poderá ser atribuído à época de Adriano ou, à primeira metade do sec. II.

MOTIVOS VARIOS

Também uma só peça apresenta um motivo que não é enquadrável nos anteriormente definidos. Trata-se de um ornamento, também vegetal, muito simples que se traduz por duas hastes, vegetalistas ou não, que se unem a meio. Quase poderia ser entendido como um motivo liriforme ou em "Duplo S", no entanto, a sua simplicidade e afastamento em relação aos esquemas mais habituais leva-nos a considerá-lo como independente desses. Curiosamente, corresponde ao exemplar mais tardio que agora apresentamos, o sec. IV.

ASPECTOS DECORATIVOS - FOLHAS ANGULARES

Nem em todos os exemplares é possível observar as folhas angulares, uma vez que em algumas das peças esses elementos se encontram partidos. Em todos eles estas folhas surgem como substitutas das antigas volutas do capitel coríntio, sendo possível observar, nos que as conservam, o respectivo reviramento terminal espiraliforme.

Toas as folhas correspondem a palmetas, ainda que com distintas características. Podemos deste modo, individualizar morfologias distintas, ainda que não signifique, como podemos observar no **QUADRO 2**, cronologias diferenciadas. Como já observámos quanto aos motivos centrais das faces frontais, estas peças integram-se, na sua grande maioria, na segunda centúria da nossa era, pelo que os grupos que agora estabelecemos dizem respeito a morfologias ligeiramente diferenciadas. A dificuldade em enquadrar cronologicamente estes exemplares exclusivamente com base na morfologia adoptada por um dos motivos decorativos pode, no que respeita às folhas angulares, ser mais uma vez reiterada, na medida em que encontramos capitéis que integram na sua decoração folhas angulares de distintas morfologias, como pode ser observado na peça **110**.

TIPO 1

Definido por apresentar lóbulos de terminação entre o romboidal e o perfil arredondado. Pequenos pontos de trépano nas uniões interlobulares e com marcação de reviramento na parte final dos lóbulos - **101, 102** -

TIPO 2

Definido por apresentar lóbulos de terminação romboidal, com uniões interlobulares realizadas a trépano e os lóbulos apresentando-se separados entre si. A nervura central é duplamente relevada - **97** -.

TIPO 3

Definido por apresentar lóbulos de terminação ligeiramente mais alongada e bilobados. Nervura central relevada - **110 e 111** -.

TIPO 4

Definido por apresentar lóbulos justapostos de terminação arredondada. Nervura central ligeiramente relevada - **110** -.

TIPO 5

Lóbulos paralelos definidos por cima do contorno contínuo da folha. Pequenos lóbulos rectangulares por entre os primeiros. Folha de pequenas dimensões do tipo palmeta estilizada a marcar a nervura central e apresentando-se relevada - **107, 108** e, possivelmente, **109** -.

TIPO 6

Folha de formato acentuadamente rectangular. Lóbulos de terminação romboidal. Trépano pontual nas uniões interlobulares e corrido nas separações lobulares. Sulco central inciso - **112** -.

ASPECTOS DECORATIVOS - FOLHAS DA *IMMA FOLIA*

As folhas da *imma folia* são as que apresentam uma maior diversidade, ainda que esta seja relativa, uma vez que os tipos base destas folhas correspondem, simplesmente, a dois: palmetas e folhas corintizantes - **QUADRO 3** -. Estas folhas podem suscitar alguma confusão uma vez que consideramos como folhas corintizantes alguns elementos foliáceos que se aproximam morfologicamente das palmetas das folhas angulares. Aqui, no entanto, a principal distinção que estabelecemos para tal diferenciação baseia-se no facto de, quanto às palmetas, os lóbulos partirem todos, ou a maior parte, da base da folha, enquanto que, nas ditas folhas corintizantes, os lóbulos, na sua grande maioria (essencialmente os superiores) partem da nervura ou sulco central.

Existem casos em que um mesmo capitel pode apresentar os dois tipos, encontram-se, neste caso, os seguintes exemplares: - **97, 98, 106, 107, 108** (possivelmente também o 109 caso não se trate da parte superior de um dois exemplares anteriores)⁴³, **110** -.

Em relação aos dois modelos de folhas podemos individualizar vários sub-tipos, ainda que tal distinção somente se refira a alterações de pormenor quanto à morfologia adoptada por estes elementos:

PALMETAS

TIPO 1

Palmeta muito bem desenhada em que os lóbulos ainda que não partindo todos eles da base da folha a ela se dirigem. Os lóbulos são regulares sem grande estrangulamento do local de onde nascem. Contorno da folha sensivelmente triangular - **98** -.

⁴³ Quanto a este aspecto *vide* análise comparativa respectiva.

TIPO 2

Palmetas muito estilizadas onde os múltiplos lóbulos partem, todos eles, da base da peça. O contorno da folha é rectangular e não existe qualquer separação lobular justapondo-se sucessivamente - **107 e 108** e possivelmente 109-.

TIPO 2 a)

Palmetas idênticas às anteriores com a única diferença de que os lóbulos são maiores e em menor número e que, na junção dos mesmos se situam outros mais pequenos, muito estreitos. A folha apresenta nervura central - **107 e 108** e possivelmente 109-.

TIPO 3

Palmetas muito esquemáticas de perfil losangular acentuado. Encontram-se associadas a folhas corintizantes, surgindo por entre estas, daí a sua silhueta peculiar - **97, 110** -.

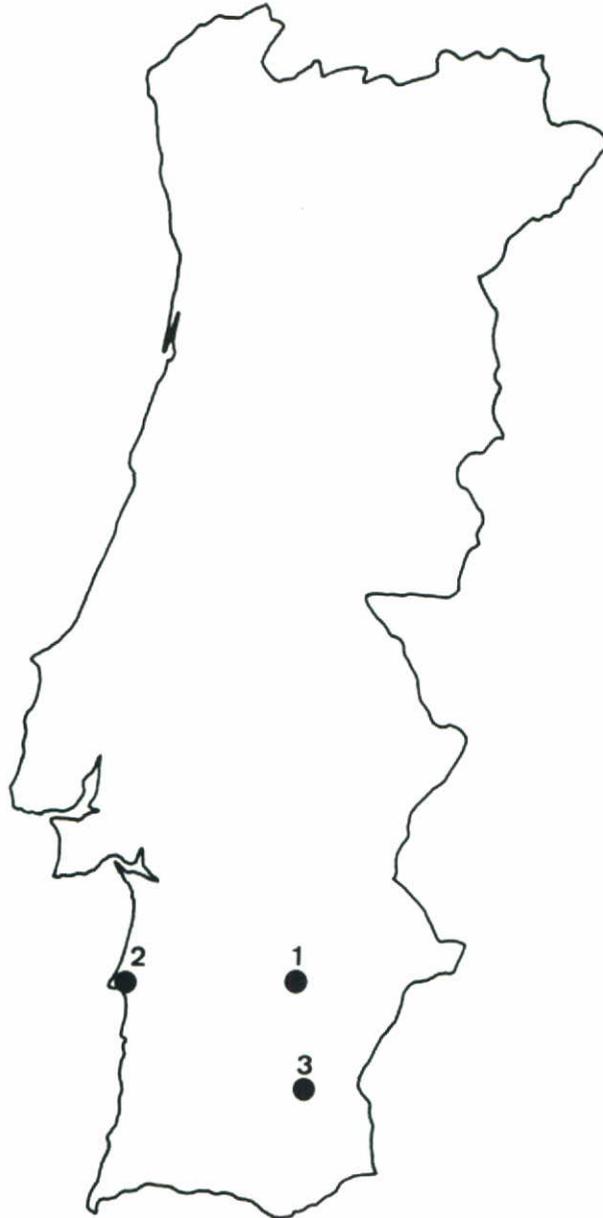
Tipo 4

Folha de formato triangular com lóbulos, possivelmente com quatro de cada lado com terminação arredondada. Estes partem de uma nervura central relevada, não se unindo à mesma, dispendo-se paralelamente ao longo da sua altura - **104** -.

TIPO 5

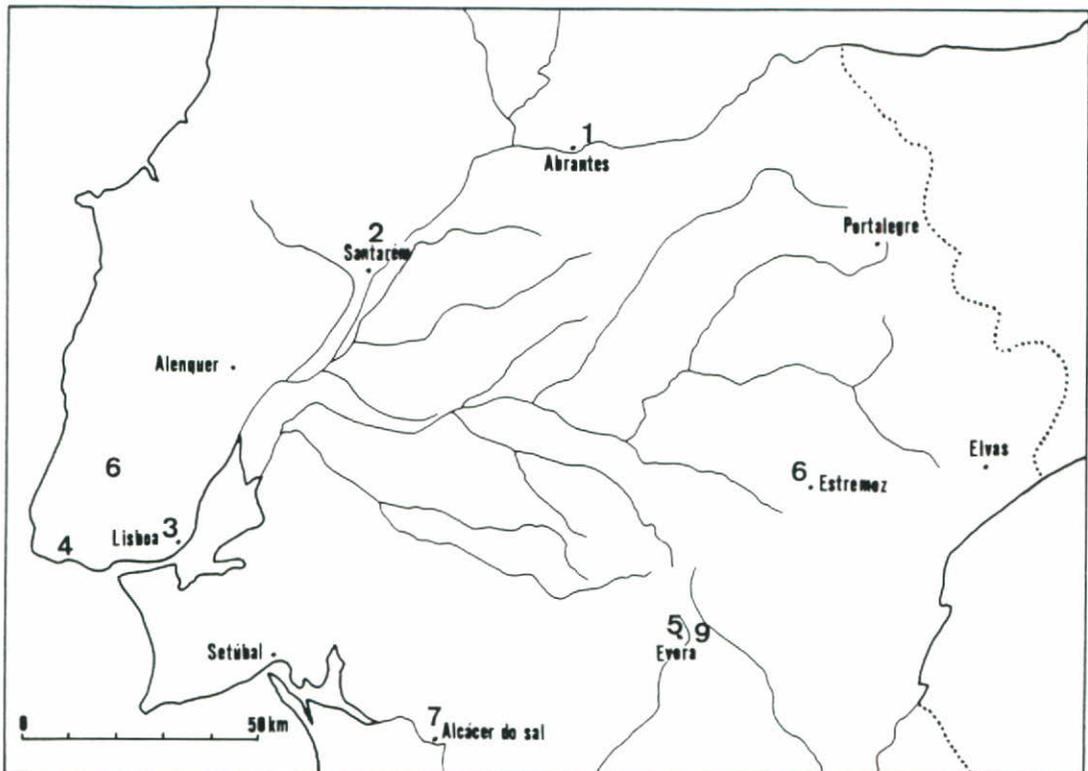
Folha de formato rectangular apresentando três lóbulos de cada lado. A separação lobular é marcada por sulco profundo, possivelmente realizado por trépano corrido. Uniões interlobulares marcadas por trépano pontual que se liga ao sulco das separações lobulares. O perfil dos lóbulos acompanha o contorno vertical da folha - **112** -.

CAPITÉIS CORINTIZANTES NO ACTUAL
TERRITÓRIO NACIONAL



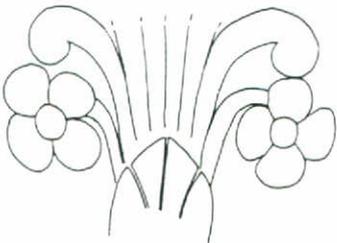
- 1 - Beja
- 2 - Sines
- 3 - Mértola

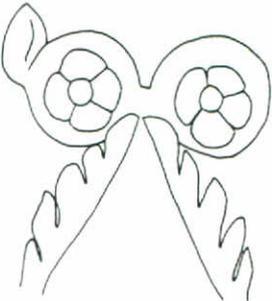
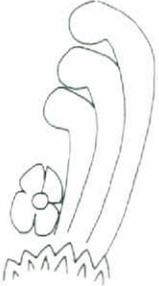
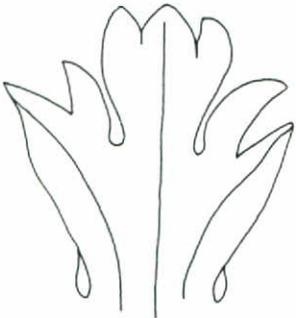
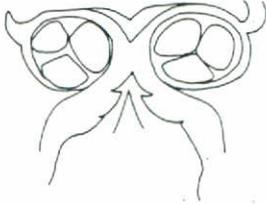
CAPITÉIS CORINTIZANTES DA LUSITÂNIA
OCIDENTAL

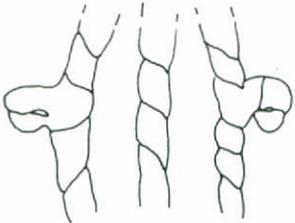
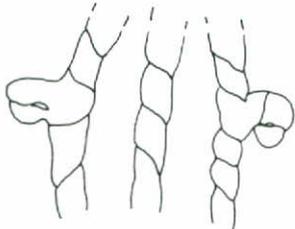
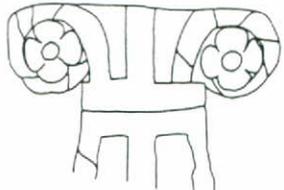
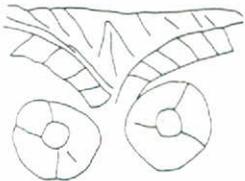
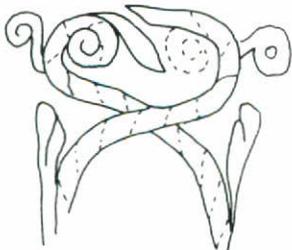


- 1 - Herdade do Carvalhal - 97
- 2 - Santarém - 98 -100
- 3 - Casa dos Bicos (Lisboa) - 101
- 4 - Freiria (Cascais) - 102
- 5 - Évora - 103
- 6 - Estremoz - 104
- 7 - Alcácer do Sal - 106
- 8 - S. Miguel de Odrinhas - 107-109
- 9 - Évora - 110

**CAPITÉIS CORINTIZANTES
- TIPOLOGIA DECORATIVA DAS FACES FRONTAIS -**

Nº	FIGURA	DESIGNAÇÃO	PROVENIÊNCIA	CRONOLOGIA
97		Florão central	Herdade do Carvalhal	Adriano ou 1ª metade sec. II
98		Palmeta estilizada	Santarém	sec. II - 1ª metade
98		Liriforme	Santarém	sec. II - 1ª metade

99		Liriforme	Santarém	sec. II - 1ª metade
101		Palmeta	Casa dos Bicos - Lisboa	sec. II - 1ª metade ou meados
101		semi-palmeta estilizada	Casa dos Bicos - Lisboa	sec. II - 1ª metade ou meados
102		Palmeta	Freiria	sec. II - 1ª metade ou meados sec. II
103		Liriforme	Évora ?	sec. II
106		Liriforme	Alcácer do Sal	sec. II - meados ou 2ª metade

106		Palmeta estilizada	Alcácer do Sal	sec. II - meados ou 2ª metade
107		Liriforme	Odrinhas	sec. II - meados ou 2ª metade
108		Liriforme	Odrinhas	sec. II - meados ou 2ª metade
109		Liriforme	Odrinhas	sec. II - meados ou 2ª metade
110		Liriforme	Évora (?)	2ª met. sec. II ou sec. III
111		Liriforme	?	2ª met. sec. II ou sec. III

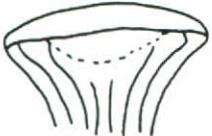
111		Liriforme	?	2ª met. sec. II ou sec. III
111		Liriforme	?	2ª met. sec. II ou sec. III
112		Motivo vário	Arredores de Lisboa	sec. IV

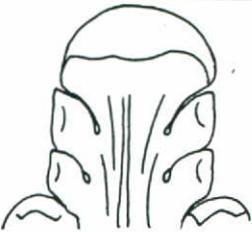
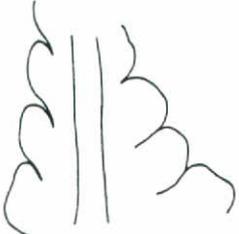
**CAPITÉIS CORINTIZANTES
- FOLHAS ANGULARES -**

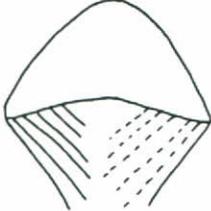
Nº	FIGURA	CARACTERÍSTICAS	CRONOLOGIA
97		<p>Palmeta. Lóbulos romboi- dais, uso de trépano nas uniões interlobulares. Nervura central sobreelevada duplamente.</p>	<p>Adriano ou 1ª metade sec. II</p>
101		<p>Palmeta. Lóbulos com nervura. Terminação lobular arredondada com marcação de reviramento. Trépano pontual. Nervura central.</p>	<p>sec. II - 1ª metade ou meados</p>
102		<p>Palmeta. Lóbulos com terminação arredondada e com marcação de reviri- ramento. Trépano pontual interlobular. Sulco central.</p>	<p>sec. II - 1ª metade ou meados</p>
107		<p>Palmeta. Lóbulos com terminação romboidal e pequenos lóbulos rectangu- lares intermédios. Pequena folha a servir de nervura central.</p>	<p>sec. II - meados ou 2ª metade</p>

108		<p>Palmeta. Lóbulos com terminação romboidal e pequenos lóbulos rectangulares intermédios. Pequena folha a servir de nervura central.</p>	<p>sec. II - meados ou 2ª metade</p>
109		<p>Palmeta. Lóbulos com terminação romboidal e pequenos lóbulos rectangulares intermédios. Pequena folha a servir de nervura central.</p>	<p>sec. II - meados ou 2ª metade</p>
110		<p>Palmeta. Lóbulos bilobados e com terminação alongada. Nervura central relevada.</p>	<p>2ª metade sec. II / sec. III</p>
110		<p>Palmeta. Lóbulos de terminação arredondada. Nervura central relevada.</p>	<p>2ª metade sec. II / sec. III</p>
111		<p>Palmeta. Lóbulos arredondados e com nervura central. Trépano pontual nas uniões interlobulares. Nervura central relevada.</p>	<p>2ª metade sec. II / sec. III</p>
112		<p>Palmeta. Lóbulos de terminação romboidal. Trépano pontual e corrido nas uniões interlobulares. Sulco central</p>	<p>sec. IV</p>

CAPITÉIS CORINTIZANTES
-IMMA FOLIA -

Nº	FIGURA	DESIGNAÇÃO	CRONOLOGIA
97		Palmeta	Adriano ou 1ª metade sec. II
97		Folha corintizante	Adriano ou 1ª metade sec. II
98		Palmeta	sec. II - 1ª metade
98		Folha corintizante	sec. II - 1ª metade
99		Folha corintizante	sec. II - 1ª metade

101		Folha corintizante	sec. II - 1ª metade ou meados
102		Folha corintizante	sec. II - 1ª metade ou meados
103		Folha corintizante	sec. II
104		Palmeta	sec. II
105		Folha corintizante	sec. II
106		Palmeta	sec. II - meados ou 2º metade
106		Folha corintizante	sec. II - meados ou 2º metade
107		Palmeta	sec. II - meados ou 2º metade

107		Palmeta	sec. II - meados ou 2º metade
108		Palmeta	sec. II - meados ou 2º metade
108		Palmeta	sec. II - meados ou 2º metade
110		Palmeta	2ª metade sec. II/ sec. III
111		Folha corintizante	2ª metade sec. II/ sec. III
112		Palmeta	sec. IV

6.8 - O CAPITEL COMPÓSITO

ORIGEM E EVOLUÇÃO

O capitel compósito corresponde a uma criação verdadeiramente itálica, já que parece ter aparecido em Roma durante os finais da República ou durante a época de Augusto¹.

As suas características definem, à partida, uma elaboração mais tardia que os restantes tipos de capitéis. A inclusão numa mesma peça de dois registos decorativos - um coríntio e outro jónico - implicam uma liberdade compositiva, a qual somente poderia ser atingida se perfeitamente compreendida a orgânica decorativa e morfológica das ordens arquitectónicas a que recorre. Correspondendo a uma reelaboração dos cânones existentes, define uma nova linguagem decorativa, que altera os esquemas pré-estabelecidos do léxico jónico e coríntio, alteração que abrange, não somente a gramática ornamental, mas, e sobretudo, a morfologia da própria peça.

Com contribuições destas duas distintas ordens, o capitel compósito, se bem que entendido segundo alguns autores como uma variante do capitel coríntio pode, da mesma forma, corresponder a uma derivação do capitel jónico.

Não nos vamos prender com esta questão, uma vez que a teoria hoje geralmente aceite, e definida inicialmente por STRONG², é a da evolução deste tipo de capitel a partir do capitel jónico de época helenística, o qual apresenta, em alguns casos, um colarinho alto decorado com palmetas ou, segundo a terminologia de PENSABENE, uma gola decorada³.

Exemplos deste tipo de peças que segundo esta hipótese interpretativa deverão ter estabelecido a transição para o novo tipo de capitel, podemos encontrar no Erecteion⁴ de Atenas. Desta forma, a originalidade romana terá sido a da substituição destes motivos pela comum folha de acanto, tão usada na decoração dos capitéis

¹ PENSABENE, Patrizio, *Scavi di Ostia - I Capitelli*, VII, Roma, 1973, p. 210; STRONG, D. E., "Some early examples of the composite capital", *Journal of Roman Studies*, L, 1960, pp. 120 e 124.

² *Idem ibidem*.

³ Ob. cit., p. 210.

⁴ Iniciada a sua construção em 421 a.C foi completado em 406. A fachada ocidental do templo mostra-nos capitéis de estilo jónico com um colarinho alto decorado por dois tipos de palmetas, alternadas entre si, e mais semelhantes a acrotérios. O *kyma* jónico é decorado por cinco pequenos óvulos.

coríntios. Um outro elemento que abona neste sentido é o facto de muitos capitéis compósitos apresentarem esse colarinho, ainda que se trate de uma característica ausente nos exemplares mais antigos. A essa nova parte, preferimos, no entanto, a designação de sumoscapo da coluna, embora agora entendido como parte integrante do capitel e suportando o mesmo tipo de decoração. A distinção, neste caso, estabelece-se precisamente quanto aos motivos ornamentais, já que os mais habituais corresponderão a palmetas, as quais equivalem mais a uma estilização das folhas de palma do que aos acrotérios delicados que encontramos em peças helenísticas.

Capitéis compósitos de época romana com o emprego de palmetas não são, na realidade em maior número que os que utilizam as tradicionais folhas coríntias. Porém, se em Óstia⁵ tal não acontece, pelo menos no que nos é dado a observar na recolha de PENSABENE⁶, em Roma⁷ já observamos um maior equilíbrio entre os dois tipos de decoração. Mas será essencialmente nas províncias que iremos encontrar uma preferência por este novo tipo de capitel, aspecto ao qual nos referiremos mais adiante.

Os primeiros capitéis compósitos com folhas coríntias podem ser constatados no Mausoléu de St^a Constança, em Roma, edifício que reutiliza materiais como estes datados dos inícios da época de Augusto ou de época algo anterior⁸, ou ainda no teatro de Óstia inaugurado por volta de 12 a.C.⁹

Se o capitel coríntio contribuiu com as folhas coríntias para a decoração deste novo tipo de peças, a ordem jónica terá contribuído com o *kyma* jónico e com as volutas laterais. A sobreposição destes dois registos, perfeitamente individualizados, terá levado alguns autores a considerar o capitel compósito, não como uma derivação das duas ordens arquitectónicas mencionadas, mas sim como uma criação verdadeiramente romana, ainda que numa linha de desenvolvimento que segue de perto o contributo helenístico¹⁰.

⁵ PENSABENE, ob. cit. Vide catálogo, peças nºs 385-404 correspondentes a capitéis compósitos.

⁶ Na verdade, somente duas peças, das vinte e duas apresentadas, são decoradas por palmetas (peças nºs 399 e 401), com uma cronologia tardia já do sec. IV.

⁷ LUPI, Loretta; GALLOTTINI, Angela, *Museo Nazionale Romano - Le Sculture*, I, 11, Roma, 1991, peças nºs 131-147. Das doze peças somente é possível observar a parte correspondente ao *kalathos* em oito exemplares, já que os restantes se encontram partidos; de entre estes, quatro apresentam folhas coríntias enquanto que os outros quatro possuem palmetas ou folhas corintizantes (peças nºs 133, 138, 139 e 140). Estas últimas correspondem a uma estilização das folhas que lhes deram origem, assemelhando-se mais a palmetas do que a elementos foleáceos coríntios. Quanto às cronologias, o primeiro exemplar é datado de época flaviana, enquanto que os restantes são do sec. II.

⁸ STRONG, ob. cit., p. 124.

⁹ PENSABENE, ob. cit. p. 211.

¹⁰ PATRONI, G., in *Miscellanea di studi critici in onore di E. Stampini*, Torino, 1921, pp. 151-155; referenciado por GUTIERREZ BEHEMERID, M^a Angeles, "Capiteles Romanos de la Peninsula Ibérica", *Studia Archaeologica*, 81, Valladolid, 1992, p. 166.

Quanto ao registo jónico, um aspecto é de salientar: trata-se do facto de o capitel compósito recorrer não ao capitel jónico canónico, mas sim ao jónico diagonal, a que já fizemos referência¹¹, e o qual nos aparece atestado no Peloponeso durante o sec. V.

Será, pois, o jónico de influência helenística, - um tipo de capitel que posteriormente será preterido no Império Romano -, que vai ser, pelo menos inicialmente, utilizado na elaboração do capitel compósito. Esse emprego não é, no entanto, linear, já que as semi-palmetas, bem como o canal das volutas curvo, correspondem a elementos típicos do modelo hermogeniano, os quais se manterão até épocas bastante tardias.

Quanto ao ábaco, este não será decorado com *kyma* lésbio ou com pequenos óvulos, como encontramos vulgarmente nos capitéis jónicos. Antes, apresentará um perfil convexo e somente moldurado, de forma mais ou menos simples, factores que o levam a classificar-se como equivalente ao ábaco coríntio. O centro do ábaco será, quase sempre, decorado com uma margarida, geralmente traduzida num pequeno bolbo trilobado com incisões semi-circulares¹², substituindo a tradicional roseta quadripétala ou então a flor com serpentina vegetal como é habitual nos capitéis coríntios.

Também frequente é a decoração da base do capitel, bem como a zona de união entre o registo coríntio e o jónico, com um colarinho, geralmente decorado com pérolas ou astrágalos, motivo que surge mais frequentemente no segundo caso e que assume um perfil convexo, mas liso, quanto à base da peça.

Definidos assim os seus motivos decorativos, bem como os respectivos elementos constituintes, e surgidos os primeiros exemplares na segunda metade do sec. I a.C., será durante o período dos Júlios-Cláudios que este novo capitel se configurará, verdadeiramente, como um novo tipo. Mas terá que se esperar pela segunda metade do sec. I, mais concretamente durante a época Flávia, para assistirmos ao verdadeiro desenvolvimento deste tipo de capitéis.

Certamente que a liberdade decorativa que estas peças implicavam terá jogado a favor da sua preferência. A decoração das suas faces com pequenas rosetas e talos, se bem que motivos já observados anteriormente¹³, farão parte do repertório decorativo romano. Estes ornamentos preencherão, na sua grande maioria, os capitéis de estilo corintizante tão do agrado romano, facto que pode, da mesma forma, ser constatado também nas províncias romanas, como já tivemos ocasião de observar em relação à

¹¹ Vide Capítulo 6.4 do presente Volume.

¹² PENSABENE, ob. cit. p. 211.

¹³ Motivos que podem ser observados em capitéis coríntios e corintizantes de 40 a 20 a.C., concretamente em peças do Museu de Aquileia ou no Mausoléu de Cláudio, em Glanum, PENSABENE, ob. cit., p. 211, n. 30.

Lusitânia Ocidental¹⁴, através do grande número de exemplares deste tipo que chegaram até nós.

A multiplicidade ornamental permitiu, por outro lado, a liberdade dos próprios *ateliers* quanto à omissão ou inclusão dos vários motivos, pelo que não é de estranhar a omissão de alguns dos ornamentos típicos deste tipo de peças. Variações dos elementos originais, quer formais, quer no que diz respeito à sua posição relativa nas faces a decorar, sobretudo no registo coríntio, são, deste modo, alterações que é necessário considerar como desvios normais. Particularidades ou regionalismos são observados frequentemente, veja-se, como exemplo, o caso dos capitéis compósitos de Saintes, onde o *kalathos* se decora, invariavelmente, com linguetas que surgem por baixo das folhas coríntias ou corintizantes¹⁵. Constatada essencialmente a partir da segunda metade do sec. II, podemos observar esta multiplicidade decorativa nos capitéis norte africanos de Ippona (*Hippo Regius*), Announa (*Thibilis*), Maktar ou de Cartagina¹⁶, ou ainda em relação aos capitéis reempregues na Mesquita de Kairouan¹⁷.

As variações tipológicas seguirão aquelas observadas na evolução dos dois tipos de capitéis que, ao compósito, trarão mais contributos¹⁸. Desta forma, o sec. II trará uma nova linguagem decorativa, menos plástica porquanto mais ligada à alternância dos volumes e à bidimensionalidade dos elementos, fazendo largo recurso à técnica do trépano. Os efeitos de claro/escuro serão os mesmos que os dos observados nos capitéis coríntios e jónicos desta época.

Mas será durante o sec. III e, essencialmente, na época severiana, que assistiremos a uma predilecção pelo emprego deste tipo de peças, característica que se irá prolongar até épocas mais tardias, ainda que com alterações fundamentais, sobretudo do ponto de vista decorativo, devido à adopção do tipo compósito de folhas lisas, que mereceu especial destaque durante o sec. IV.

O novo gosto, ao qual não será alheio um importante contributo asiático, se bem que este se tenha traduzido, de forma mais imediata e apreensível na diferente morfologia da folha de acanto - o acanto espinhoso -, traduzir-se-á na continuação e acentuação dos fortes efeitos de luzes e sombras, como pode ser comprovado nos capitéis do Arco de Septimio Severo em Roma onde se emprega, como paradigma, o capitel compósito.

¹⁴ Vide Capítulo 6.7 do presente Volume.

¹⁵ TARDY, Dominique, "Le Décor Architectonique de Saintes Antique", *Aquitania*, suplemento 5, Bordéus, 1989, figs. 42-46.

¹⁶ PENSABENE, P., "Le Merci gli Insediamenti", *Società Romana e Impero Tardoantico*, Editori Laterza, 1986, figs. 38 e 39.

¹⁷ Vide HARRAZI, Noureddine, *Chapiteaux de la Grande Mosquée de Kairouan*, Vol. II, Tunis, 1982, figs. nº 52-61, 69-71, 112-114, 119-122 e 124.

¹⁸ Quanto ao capitel jónico vide Capítulo 6.4 e no que se refere ao coríntio o Capítulo 6.5 deste Volume.

Assistimos, paralelamente, a uma progressiva, mas rápida, alteração da orgânica do capitel, no que diz respeito às suas proporções (absolutas e relativas), assim como a um afastamento em relação aos modelos originais, quer considerados como modelos canónicos plasmados em normas rígidas, quer relativamente à imitação das formas naturalistas do mundo vegetal¹⁹. Como consequência, far-se-á uso, cada vez mais frequentemente, das folhas de água e palmetas, mais fáceis de representar do que o coríntio de pequenos lóbulos revirados. O acanto espinhoso, com o seu geometrismo característico, será, no que respeita ao capitel coríntio, preferido em muitas das peças, em detrimento do tradicional *acanthus mollis*.

¹⁹ Aspectos que é necessário buscar ainda em época Flávia, ou durante a dinastia dos antoninos, mas que terá, efectivamente, a sua máxima explicitação durante a dinastia dos Severos. Sintomaticamente, a folha coríntia será substituída, por vezes, pela folha de carvalho. PENSABENE, ob. cit., 1973, p. 238.

O CAPITEL COMPÓSITO NA LUSITÂNIA OCIDENTAL

Em relação à Península Ibérica GUTIERREZ BEHEMERID²⁰ indica-nos nove peças onde as palmetas nos surgem a decorar a parte correspondente ao registo coríntio. Estes elementos aparecem, no entanto, combinados com folhas coríntias, as quais são reservadas, preferencialmente, para a decoração da *imma folia*²¹.

Ainda seguindo a recolha feita pela autora, são trinta e cinco as peças correspondentes a capitéis compósitos. De entre estes, existe uma clara predominância durante a segunda metade do sec. I e o sec. II, com catorze exemplares respectivamente para cada um dos períodos, em contraste com quatro peças do sec. III e somente uma da centúria seguinte.

Refere a autora que o emprego deste tipo de capitel na Península Ibérica não foi muito frequente, sobretudo em comparação com o estilo coríntio e corintizante. Todavia, e como já observámos, as diversas etapas evolutivas encontram-se representadas, bem como são atestados alguns particularismos que ocorrem a par com a existência de capitéis compósitos canónicos. Quanto ao primeiro caso, é de assinalar o facto de Mérida corresponder ao único centro que produziu peças compósitas onde, no registo coríntio, folhas corintizantes alternam com palmetas, enquanto que em outros locais somente se observa a associação entre folhas coríntias e palmetas²². Em relação ao segundo caso, os elementos canónicos do capitel compósito - duas coroas de folhas de acanto, talos rematados com rosetas, *kyma* jónico com óvulos e pontas de flecha como elementos separadores, canal de voluta decorado, enrolamento espiraliforme com decoração vegetalista - encontram-se presentes em seis peças, quatro procedentes de Sevilha²³ e duas de Mérida²⁴, todas com uma cronologia corresponde à segunda metade do sec. I.

Mas será em relação a peças do actual território português que a autora apontará as cronologias mais recuadas, equivalendo, neste caso, aos exemplares mais antigos do tipo compósito constatados na Península Ibérica. Tratam-se, concretamente, de três exemplares de Beja, aos quais a autora atribui uma datação júlio-claudiana²⁵.

²⁰ GUTIERREZ BEHEMERID, ob. cit., pp. 166-174.

²¹ Ob. cit., peças ns^o 740-743, 745, 746, 749, 752 e 754. Quanto à datação, todas as peças se integram no sec. II, exceptuando o primeiro exemplar que recua para a segunda metade do sec. I. Baseamo-nos aqui somente nas figuras apresentadas no catálogo da obra referida.

²² Ob. cit., p. 173.

²³ Ob. cit., pp. 167 e 168, ns^o 735-738. —

²⁴ *Idem ibidem*, ns^o 739 e 740.

²⁵ Ob. cit., pp. 166, 167 e 172, ns^o 726-728.

Relativamente a estes capitéis de Beja, alguns autores apontam uma cronologia um pouco mais avançada, concretamente os finais do sec. I ou inícios do sec. II²⁶, enquanto outros, ao invés, apontam épocas mais recuadas, como o sejam os primeiros anos do triunvirato ou os inícios do sec. I²⁷, para a data da sua realização. Quanto a esta última atribuição cronológica, diz-nos HAUSCHILD que "...el hallazgo del capitel de pilastra [de Beja] está creando una nueva situación respecto al desarrollo del tipo compuesto por su acoplamiento con un capitel corintio normal"²⁸. Este facto baseia-se na existência, nesta peça, de uma face decorada como um capitel coríntio normal, elemento que relaciona directamente estas duas correntes estilísticas e morfológicas, associando, de forma categórica, ou a derivação do composto a partir da ordem coríntia, ou, característica mais consonante com a complexidade evolutiva de um novo tipo (como temos vindo a constatar), a interdependência entre as alterações do capitel coríntio e a formação de um novo tipo de capitel. Este fenómeno é tanto mais assinalável, quanto este elemento, segundo ALARCÃO, poderá corresponder à basílica do *forum* de *Pax Iulia*²⁹.

Um elemento curioso refere-se ao facto de se tratar de um capitel de pilastra. Ainda que salvaguardando as respectivas diferenças, este pormenor é deveras interessante pois observamos que, de entre as três peças compósitas que apresentamos neste trabalho, duas delas correspondem, da mesma forma, a capitéis compósitos de pilastra. Trata-se de dois espécimes existentes no Museu de Évora³⁰ - 113 e 114 - , embora as dimensões que apresentam, além das evidentes diferenças decorativas, não possam, de forma alguma, assemelhar-se aos capitéis acima descritos provenientes de Beja.

Não é possível, em boa verdade, analisar o papel do capitel compósito na região agora estudada. O número exíguo de exemplares, circunscrito a três peças, somente nos permite concluir acerca da pouca importância deste tipo de capitel relativamente à Lusitânia Ocidental. Pensamos, no entanto, que essa ausência de exemplares será, certamente, o resultado do desaparecimento de peças ou da sua reutilização em outro tipo de construções. Dois tipos de razões nos levam a duvidar da real inexistência do

²⁶ RIBEIRO, Maria Antonieta Brandão da Silva, *Capitéis Romanos de Beja*, Dissertação de Mestrado em História da Arte da Antiguidade apresentada à F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, 1994, Vol. II, peças nºs 20-22.

²⁷ HAUSCHILD, Theodor, "Anotaciones sobre un capitel compuesto encontrado en Beja (Alentejo)", *Miscellània Arqueologica*, Tarragona, 1992, pp. 57-62.

²⁸ HAUSCHILD, ob. cit., p. 61.

²⁹ ALARCÃO, Jorge de, "A Urbanização de Portugal nas épocas de César e de Augusto", *Stadtbild und Ideologie, die Monumentalisierung hispanischer Städte zwischen Republik und Kaiserzeit*, München, 1990, p. 49.

³⁰ Certamente que T. Hauschild delas deve ter conhecimento, ainda que não as mencione.

capitel compósito nesta região. Por um lado, os exemplares que hoje conhecemos, quer em relação às duas peças de Évora, mesmo colocando a dúvida de serem dessa cidade³¹, quer em relação aos capitéis acima referidos de Beja, são no seu conjunto extremamente importantes. Estes últimos, em número de três, documentam o emprego deste tipo de capitel num edifício público importante - possivelmente a basílica do *forum* - numa data que corresponderá à da própria criação da cidade, segundo alguns autores *ex novo*, (ainda que tal assunto não seja pacífico³²), e à efectiva urbanização romana depois de concedido o estatuto colonial outorgado em época de César ou de Augusto³³.

Os dois exemplares conservados no Museu de Évora, e que agora apresentamos, embora não sejam de grandes dimensões, seguem uma composição, morfológica e decorativa, que os relaciona directamente com as correntes então em voga no Império. Se para as peças de Beja possuímos uma cronologia do início do Império, para o segundo grupo - peças do Museu de Évora - temos uma datação que não andarà longe da segunda metade do sec. II.

Por outro lado, temos conhecimento de capitéis compósitos em áreas não muito longínquas da que agora nos debruçamos, que nos remetem para realidades evolutivas distintas, indiciadoras de um último estágio para este tipo de capitel, constatado em épocas bastante tardias. Trata-se de um capitel, também de Beja, que se encontra na capela de Stº Amaro da mesma cidade³⁴. Esta peça corresponde já ao compósito liso, o qual nos surge em épocas mais tardias, como o sejam os finais do sec. III e os inícios do sec. IV, ainda que capitéis de folhas lisas, mesmo compósitos, possam ser observados desde épocas mais recuadas³⁵. A cronologia deste capitel será a do sec. IV³⁶, datação

³¹ Estes dois exemplares não apresentam qualquer informação em relação à sua proveniência. No entanto, um grande número de elementos arquitectónicos, de entre os quais um capitel corintizante tardio, pertence à colecção de Frei Manuel do Cenáculo e é proveniente de Beja, de modo que se pode colocar a questão destes dois capitéis de pilastra pertencerem a outra zona que não a de Évora. RIBEIRO, no entanto, no estudo que apresenta sobre os capitéis de Beja, não referencia estas duas peças nem, ao que se infere da bibliografia apresentada no trabalho (manuscritos da Biblioteca de Évora), encontrou qualquer informação sobre as mesmas. Ob. cit., vol. II, p. 365.

³² Recentes trabalhos arqueológicos levados a cabo no recinto urbano permitiram, no entanto, colocar a hipótese de uma ocupação anterior do local, já que foi detectada uma ocupação da Idade do Ferro, LOPES, Mª Conceição, *et alli*, "Intervenção Arqueológica de emergência no Convento de S. Francisco - Beja", comunicação oral apresentada no 3º Encontro de Arqueologia Urbana, 20-23 de Fevereiro de 1997, Almada. A mesma autora referiu na ocasião o facto de ter encontrado troços da muralha de época augustana. Algumas estruturas encontradas durante os trabalhos de acompanhamento das obras de saneamento, concretamente na zona entre o Convento de Nª Sr.ª da Conceição e a Praça da República (na sequência da Rua do Sembrano), foram interpretadas, segundo LOPES, como pertencentes, provavelmente, à basílica de época romana.

³³ ALARCÃO, Jorge de, *Roman Portugal*, vol. II, Fascicule 3, Warminster, 1988, p. 197, 8/146.

³⁴ TORRES, Cláudio, *Núcleo Visigótico - Museu Regional de Beja*, 1993, p. 23, nº 3; RIBEIRO, ob. cit., vol. II, capitel nº 23, pp. 314-317. Sobre mais bibliografia acerca desta peça *vide* p. 314 do mesmo trabalho da autora.

³⁵ PENSABENE, ob. cit., 1973, p. 240. Sobre o capitel de folhas lisas, sua origem e evolução, *vide* o capítulo 6.1 do presente volume. Ainda que aí tratemos concretamente do capitel coríntio, também nessa

que entra em consonância com peças ostienses muito similares³⁷, se bem que outros autores a atribuam a épocas posteriores, concretamente ao sec. IX³⁸, apontamento cronológico que, a nosso ver, não tem qualquer adequação à realidade, morfológica e decorativa, em presença.

De Viana do Alentejo temos a referência documental de um capitel referenciado como jónico por Félix Alves PEREIRA³⁹. É de mármore e, apesar de apenas dele termos conhecimento através da figura dessa publicação, não nos parece tratar-se de um capitel jónico mas sim composto.

Temos, deste modo, algumas peças ilustrativas, ainda que muito pontuais, as quais abarcam um leque cronológico que, partindo dos inícios do sec. I, se prolonga até ao sec. IV. Isto é, as diversas etapas evolutivas, enquanto observadas em fatias cronológicas alargadas, encontram-se representadas. O capitel 115 existente no Museu Nacional de Arqueologia, apesar de não ter proveniência, corresponderá a um exemplar do sec. III, ilustrando desta maneira um novo cambiante estilístico introduzido pelos Severos, época que aporta novas influências e diferentes modelos estilísticos.

Esta peça, como teremos ocasião de observar, a tratar-se de um capitel que poderíamos classificar de coríntio-italico, muito embora tal classificação não seja pacífica, dadas as dificuldades de análise devidas ao mau estado do exemplar, documenta uma influência das correntes mais tradicionais do centro do Império, constituindo-se, ao mesmo tempo, como o exemplar mais ocidental até agora encontrado. De sublinhar ainda que, a tratar-se de facto de um coríntio-italico, ele será o único exemplar, pelo menos do nosso conhecimento, que associa essa classificação à de capitel composto.

Por último, sabemos da existência de um outro capitel composto, desta vez proveniente de uma zona um pouco mais a Norte daquela onde temos referenciado este tipo de peças. Trata-se de um capitel de Miróbriga (Santiago do Cacém)⁴⁰ extremamente curioso⁴¹. Apresenta um *kyma* estreito com cinco óvulos quase desenhados. O registo

classificação de folhas lisas, e quanto às diversas condicionantes que levaram à sua "criação", se possam integrar, de igual modo, os capitéis corintizantes e compostos, já que o processo evolutivo é o mesmo.

³⁶ RIBEIRO, ob. cit., p. 317.

³⁷ PENSABENE, ob. cit., 1973, nsº 483 e ss. dados do sec. IV. A existência das duas pequenas rosetas no *kalathos* poderão, no entanto, aliciar para uma cronologia um pouco mais recuada; trata-se de elementos que, a par com outros pormenores, aproximam esta peça de um capitel ostiense datado do sec. II/III (nº 469 da mesma obra).

³⁸ TORRES, ob. cit., p. 27.

³⁹ PEREIRA, Félix Alves, "Antiguidades de Viana do Alentejo", *O Archeologo Português*, vol. IX, nº 1 e 2, Lisboa, p. 291, fig. 16.

⁴⁰ GONÇALVES, Luís Jorge, *Roman Presence on the Costa Azul*, Ed. da Região de Turismo da Costa Azul, 1994, p. 39. É um pequeno prospecto de divulgação mas a fotografia apresentada permite observar os vários pormenores decorativos.

⁴¹ Sobre esta cidade romana vide BARATA, Mª Filomena Santos, "La Ciudad Romana de Mirobriga", *Revista de Arqueologia*, Ano XIV, nº 145, Madrid, 1993, pp. 36-47; BIER, William, *et alli*, "Investigaciones em Mirobriga, Portugal in 1981", *Muse*, 15, Missouri - Columbia, 1982, bem como os

coríntio é decorado com uma coroa de folhas corintizantes, enquanto que a segunda é composta por quatro folhas altas, que constituem as volutas angulares por prolongamento até ao *kyma* e que corresponderão a palmetas ou a folhas de água. O espaço livre do *kalathos* é ornamentado por linguetas bem desenhadas, ao passo que nas outras duas faces⁴² duas rosetas decoram o cesto. Esta peça, talvez datável dos finais do sec. II ou, mais provavelmente, dos inícios do sec. III, torna-se interessante pelo facto de equivaler, em termos classificativos, a uma peça que conjuga, simultaneamente, elementos do capitel corintizante - folhas angulares a realizar as volutas - com outros do capitel compósito - registo jónico superior e registo inferior coríntio -, aspectos que, talvez o possam, mais correctamente, inserir na designação de "capitel misto".

O capitel compósito representa, de facto, um estilo de capitel pouco utilizado na Lusitânia Ocidental, e o número de peças que chegaram até nós confirmam, em absoluto, essa afirmação. No entanto, e pelo que acabámos de referir, é evidente que a preferência por outras ordens arquitectónicas não obriga a concluir pelo desconhecimento, nesta província mais afastada, das novas tendências e modismos que ocorriam contemporaneamente no centro do Império.

nsº 16 e 17 da mesma revista, respectivamente de 1982 e 1993. Nenhum dos autores, no entanto, refere especificamente esta peça.

⁴² Trata-se de um capitel de coluna de adossamento pelo que somente se encontram decoradas tres das quatro faces do mesmo.

6.9 - O CAPITEL MISTO

A individualização de um novo tipo de capitel, o qual participa de características já identificadas em tipos e/ou ordens distintas anteriormente referenciadas neste trabalho, levou-nos a colocar a questão da necessidade da sua especificação ou, pelo contrário, da sua inclusão em algum dos grupos anteriormente definidos.

Não corresponde, este capitel, a nenhum dos capitéis canónicos definidos por Vitruvius. Aproxima-se, em termos compositivos do capitel jónico e coríntio, aliando o *kyma* do primeiro à *imma folia* do segundo. A composição assim obtida corresponde, morfologicamente, ao capitel compósito. A diferença quanto a este, estabelece-se pelo facto de estas peças apresentarem um registo intermédio entre aqueles dois.

Ainda que sabendo ser artificial a distinção criada entre este novo tipo de capitel e o composto, a inclusão do único exemplar neste tipo distinto teve em conta, essencialmente, a sua comparação com peças peninsulares.

Com efeito a constância manifestada por tais exemplares em termos decorativos, e a pertinente atribuição do nosso exemplar nesta morfologia ornamental, levou-nos a separá-lo dos seus congéneres compósitos.

Esta separação corresponde, deste modo, simplesmente a uma organização metodológica de um conjunto lato de peças a qual se pretende o mais possível adequada a uma realidade pré-existente e que procura afastar-se da criação ou invenção de novos grupos, tipos ou formas.

Por esta razão, tivemos presente em tal opção, as características - técnicas, decorativas e formais - evidenciadas pelos restantes capitéis mistos das províncias romanas da Hispania. Mais facilmente se poderá entender a presença deste único exemplar, constatado na zona mais ocidental da província da Lusitânia, se comparada com peças similares do restante território.

Alguns autores não contemplam esta diferenciação entre o tipo misto e compósito, considerando que se trata somente de uma decoração distinta daquele¹.

¹ HEILMEYER, W. D., *Korintische Normalkapitelle. Studien zur Geschichte der Römischen Architekturdécoration*, R. M., Suppl., 16, Heildelberg, 1970, p. 94 e 95.

Também CARLOS MARQUEZ não estabelece qualquer distinção, considerando como capitel compósito o que outros autores definem como misto. Curiosamente, surgem-nos três exemplares em Córdova, território de análise sobre o qual se debruça aquele autor, que mostram semelhanças com o exemplar que analisaremos proveniente da zona Ocidental da Lusitânia. As características precisamente iguais destes exemplares não levam o autor, no entanto, a estabelecer qualquer sub grupo, cf. CARLOS

Assim sendo, o capitel misto corresponderia a um sub-grupo do tipo compósito, diferença estabelecida, exclusivamente, na decoração em presença. Como constatamos em relação ao capitel corintizante, onde os diversos motivos ornamentais, bem como a sua constância, permitem a criação de grupos e sub-grupos, assim se poderia considerar o capitel misto.

Para outros, o capitel misto pode ser considerado como uma passo intermédio entre o capitel coríntio e o capitel composto. Como que um tipo ou estilo de transição entre um capitel canónico perfeitamente definido - o coríntio - e um produto posterior - o compósito - considerado este como uma sua degenerescência ou adulteração².

GUTIERREZ BEHEMERID, que aplica a designação de "misto" a um conjunto importante de peças achadas em solo peninsular e com características idênticas, onde inclui o exemplar proveniente de S. Miguel de Odrinhas, como teremos ocasião de referir quando o analisarmos, define, não obstante, este tipo de capitel como se, na realidade, de uma peça compósita se tratasse. Com efeito, a autora refere-nos que tais exemplares "...tienen en común presentar todas ellas elementos propios tanto del orden jónico como del corintio"³.

Se a principal característica, como já afirmámos, corresponde à inclusão desses tais atributos morfológicos e decorativos, a sua distinção estabelece-se pela presença de elementos distintos que fazem a ligação entre aqueles dois. Na maior parte dos casos, esse contributo original corresponde a um registo decorado integralmente por linguetas. No entanto, podem surgir exemplares em que esse espaço intermédio é preenchido por motivos diversos.

É com base na tipologia de tais *ornamenta* que G. BEHEMERID define sub-grupos dentro da tipologia do capitel misto⁴:

- a) folhas de acanto + linguetas + *kyma* jónico
- b) *kyma* lésbio + colarinho + coroa de linguetas
- c) coroa de linguetas na base do capitel
- d) *kyma* jónico (com três óvulos) + volutas e hélices

Vêmo-nos impossibilitados de infirmar ou completar tal quadro. Com efeito, o único exemplar que registamos no território agora em análise restringe-se a uma única

MARQUES, *Capiteles Romanos de Corduba Colonia Patricia*, Córdoba, 1993, nsº 113-115, datados do sec. II.

² SCRINARI, V., *I Capitelli Romani di Aquileia*, Padova, 1952, p. 58.

³ GUTIERREZ BEHEMERID, M^a Angeles,—"Capiteles Romanos de la Peninsula Ibérica", *Studia Archaeologica*, 81, Valladolid, p. 175.

⁴ G. BEHEMERID, ob. cit., pp. 180 e 181.

peça. É proveniente da região mais ocidental da província da Lusitânia e pode ser integrado no tipo 1 definido por G. Behemerid.

Quanto à dispersão geográfica do capitel misto, não se pode dizer que existe uma região específica onde ocorra mais frequentemente, afirmação que se aplica às províncias da Hispania, assim como ao restante Império. Como nos é dado observar no levantamento apresentado por KHÄLER e HEILMEYER⁵, bem como da dispersão apresentada em relação ao território peninsular apresentado por G. BHEMERID⁶.

Quanto à cronologia dos capitéis hispanos, a maior concentração corresponde ao sec. I, período em que se inscrevem 21 exemplares. A seguinte centúria apresenta seis exemplares, decrescendo bruscamente o seu número a partir de então.

Estes dados cronológicos levam-nos a relacionar o aparecimento do capitel misto, em termos gerais, com as modificações operadas na produção dos elementos arquitectónicos a partir de época júlio-cláudia com a consequente modificação e multiplicação dos motivos decorativos que é possível igualmente assinalar em relação a outros tipos de capitéis, como podemos observar, por exemplo, no que diz respeito ao capitel corintizante.



⁵ Ob. cit.

⁶ Ob. cit., *Vide* Mapas 2-6.